

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGH

CIBELE DA SILVA ANDRADE

“SE ISSO NÃO FOR FEITO, POBRE CONSTITUINTE”: a participação dos
piauienses na Assembleia Nacional Constituinte por meio do envio cartas (1986-1987)

TERESINA/ 2022

CIBELE DA SILVA ANDRADE

“SE ISSO NÃO FOR FEITO, POBRE CONSTITUINTE”: a participação dos piauienses na Assembleia Nacional Constituinte por meio do envio cartas (1986-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil. Orientadora: Professora Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles

TERESINA/ 2022

AGRADECIMENTOS

Deixo meus agradecimentos a todos que de alguma maneira me ajudaram a iniciar o ciclo da Pós-Graduação em História do Brasil, inclusive àqueles que não conseguirei lembrar.

Agradeço a Deus por me permitir viver experiências de vida incríveis, sobretudo, pela oportunidade de aprender.

Deixo agradecimentos especiais à minha orientadora, professora Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles, profissional e ser humano exemplar, que com paciência e vontade me ensinou todas as operações que um historiador deve dominar, ainda com limitações de escrita, tenho certeza que meu desenvolvimento se deve às orientações da professora Cláudia, que guia seus orientandos ensinando-os as características que carrega consigo, em que pese, o zelo, a ética e o seu amor pela História. Levarei seu nome aonde quer que eu esteja, independente do lugar e do tempo.

Agradeço à minha família pelo apoio e convivência, Francisca, Daniel, Letícia, Zuke.

Agradeço aos professores Pedro Pio e Marcelo de Sousa Neto que analisaram meu trabalho durante a qualificação e fizeram apontamentos que foram fundamentais para a continuidade e aprimoramento da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as interpretações atribuídas pelos piauienses à Constituição de 1988 durante o processo de sua construção. Para tanto, utilizamos como fontes cartas-formulário enviadas durante os anos de 1986 e 1987 por meio do projeto *Diga Gente- Projeto Constituição*, desse modo, também analisamos as relações entre sociedade e Estado, visto que, a abertura de canais de comunicação entre as duas esferas foi anulada durante a ditadura militar. O recorte temporal, 1976 e 1987 justifica-se por ser um período em que a participação popular na Constituinte ganhou espaço na sociedade civil, além de serem os anos em que funcionou a campanha de envio de cartas. Já o recorte temporal o Piauí, foi escolhido em detrimento de percebermos de que maneira os piauienses integraram um movimento político que ocorreu em âmbito nacional. No que se refere à fundamentação teórica utilizamos as seguintes categorias: *opinião pública*, com base nos estudos de Jean Jacques Becker (2003); *cultura política*, de Serge Berstein (2003); a de *participação popular* com base nos estudos de Vincent Valla (1998). Pontuamos mais duas categorias empregados na problematização dos documentos analisados, ambos cunhadas por Reinhart Koselleck (2006), *espaço de experiência*, tendo em vista que os missivistas mobilizaram discursivamente suas vivências durante a escrita dos textos e *horizonte de expectativas*, pois os autores também construíram prognósticos acerca do que consideravam necessário ser incorporado à Constituinte. A metodologia de análise foi qualitativa e realizada a partir do entrecruzamento com outras fontes que nos permitiram apresentar que a busca por influenciar a Constituinte não foi um movimento isolado, mas parte de uma dinâmica de participação popular construída em ocasiões diversificadas. Analisamos cada mensagem de maneira individual durante a fase de catalogação e, posteriormente, identificamos aspectos comuns nos textos a fim de demonstrar que apesar da diversificação de pedidos, o movimento de participação se conjugou em torno de aspectos comuns, entre eles, a de que melhores condições de vida política, social e econômica dependia da redemocratização do país. As principais fontes complementares são o Jornal O Dia e Alternativa, fotografias, o documentário Céu Aberto, além de documentos oficiais e da própria Constituição de 1988.

Palavras-chave: História; Constituinte; Cartas; Redemocratização; Participação popular.

ABSTRACT

This research by objective analyzed as a task of construction of the piauienses during the construction process of 1988. For that, we used as sources form letters sent during the years of 1987 and 1987 through the project Diga Gente- Project Constitution, in this way, also we analyze the relations between society and the State, since the opening of channels of communication between the two spheres were annulled during the military dictatorship. The time frame, the time frame of 1976 and 1987, is justified because it was a period in which popular participation in the Constituent Assembly gained space in civil society, in addition to being the years in which the letter sending campaign worked. The temporal cut of Piauí, on the other hand, was chosen in a more favorable way for the perception that the way in which Piauí people are part of a political movement that took place at the national level. Regarding the theoretical foundation, we used the following categories: public opinion, based on the studies of Jean Jacques Becker (2003); political culture, by Serge Berstein (2003); that of popular participation based on studies by Vincent Valla (1998). We point out two categories of employees in the problematization of the analyzed documents, both coined by Reinhart Kot (2006), space of experience, considering that the horizons mobilize their discursive experiences during the writing of the texts and horizons of expectations, as the authors also built analyzes about what they considered necessary to be incorporated into the Constituent Assembly. The analysis methodology was carried out and carried out from the intersection with other sources that allowed that a search for isolated constituent participation was not a popular movement, but part of a project presentation carried out in several people. We analyzed each message individually during the cataloging phase and, later, we identified common aspects in the texts in order to demonstrate that the diversification of the participation of requests is combined around common aspects, among them, aspects of better political life conditions. , social and economic depends on the redemocratization of the country. As main complementary sources are the newspapers O Dia and Alternativa, photographs, documentary Céu Aberto, in addition to official documents and the 1988 Constitution itself.

Keywords: History; Constituent; cards; redemocratization. Popular participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 01: Cartilha de lançamento da candidatura de Manoel Domingos Neto.....	64
Gráfico 01: Distribuição das cartas-formulário por meses do ano.....	78
Gráfico 02: Indicadores de zona.....	79
Gráfico 03: Indicadores de escolaridade.....	80

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Manifestação no Centro de Teresina contra as eleições indiretas no Colégio Eleitoral.....	35
Imagem 02: Povo apoia as emendas populares.....	80
Imagem 03: Charge Constituição.....	85

LISTA DE SIGLAS

ADUFPI- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí

ANC- Assembleia Nacional Constituinte

APEM- Anteprojetos, Projetos e Emendas

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

ASSEPI- Associação das Secretárias do Estado do Piauí

CBA- Comitês Brasileiros pela Anistia

CCEP- Centro Colegial dos Estudantes Piauienses

CCJ- Comissão de Constituição e Justiça

CCJ- Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

CNDM- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CPB- Confederação de Professores do Brasil

CPE- Comissão de Projetos Especiais- CPE

CPMC- Centro Pró-Memória da Constituinte

CREA- Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DCE- Diretório Central dos Estudantes

ECT- Empresa de Correios e Telégrafos

ECT- Empresa de Correios e Telégrafos

FETAG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura

GRESB- Grêmio Recreativo Escola de Samba Batucação

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PDS- Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal- PFL

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRODASEN- Centro de Processamento de Dados do Senado Federal

PRODASEN- Centro de Processamento de Dados do Senado Federal

PT- Partido dos Trabalhadores (PT).

RADIOBRÁS- Empresa Brasileira de Comunicação

SAIC – Sistema de Apoio Informático à Constituinte

SEMTAC- Secretária Municipal do Trabalho e Ação Comunitária

SGCO- Sugestões Constituintes

TCU - Tribunal de Contas

UDR - União Democrática Ruralista

UND- União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. NOS CORREDORES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE ENTRE CONSERVADORES E PROGRESSISTAS: REDEMOCRATIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POPULAR.....	23
1.1. Nas linhas da distensão política do autoritarismo: um percurso.....	29
1.2. A invenção da Nova República a partir de lutas e lutos.....	37
1.3. A Assembleia Nacional Constituinte entre os bastidores do Congresso e as ruas: As demandas políticas durante 1986 e 1987.....	41
1.4. Os piauienses debatem a Constituinte.....	52
2. A PARTICIPAÇÃO DOS PIAUIENSES NO ENVIO DE CARTAS DO PROJETO DIGA GENTE-PROJETO CONSTITUIÇÃO.....	74
2.1. Projetos de memória acerca da Constituinte.....	66
2.2. Projeto <i>Diga Gente- Projeto Constituição</i>	60
2.3. Você também pode ser Constituinte, participe!.....	74
3. SUGESTÕES NÃO PERTINENTES, MAS PERTENCENTES AO DEBATE PÚBLICO.....	160
3.1 Ressentimentos, escrita de si e ação política.....	151
3.2 Sugestões não pertinentes.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	193

INTRODUÇÃO

Grupos políticos criam narrativas de debate e disputa acerca de temas do passado que marcaram o sistema político nacional, discussões apropriadas e ressignificadas pela sociedade civil que, em determinados momentos, intensifica ou retraí suas contestações. Parte da crise política no tempo imediato¹, é tributária do complexo processo de reconstitucionalização do Brasil, uma corrida pelo espaço político constitucional entre conservadores e progressistas que buscaram empregar seus projetos de país, no qual as colizações políticas foram rearranjadas. Analistas políticos e jurídicos buscam compreender as relações de força que, neste processo, se consubstanciaram com o poder originário, aquele que provém da participação direta da população. Os acontecimentos que marcaram a construção da Nova República, entre eles, a ditadura militar e a redemocratização brasileira dos anos 1980 estão entre os assuntos mais abordados, é necessário lembrar, tais debates não se restringem ao campo formal ou acadêmico. Tratam-se, portanto, de temas que se entrecruzam na história recente e atravessam profundamente a forma de lidarmos com a democracia no Brasil, que é diversa e múltipla ao longo da história.

Esta pesquisa tem por objetivo identificar as interpretações realizadas pelos missivistas piauienses acerca da redemocratização do Brasil, estritamente a partir de um acontecimento chave neste processo, os debates que culminaram na Constituição de 1988 realizados no contexto da Assembleia Nacional Constituinte entre 1986 e 1987. Nossas principais fontes foram as transcrições das cartas-formulário enviadas por piauienses à Constituinte no ano de 1986, documentos que foram construídos a partir de uma campanha institucional lançada pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal- PRODASEN em articulação com a Comissão de Projetos Especiais-CPE. Cerca de cinco milhões de formulários em formato de aerograma foram distribuídos em agências dos Correios do país, não foram cobradas taxas para enviar mensagens. Além destas fontes, utilizamos fontes hemerográfica extraídas dos jornais O Dia e Alternativa referente aos anos de 1986 e 1987, o documentário *Céu Aberto*, as disposições da Constituição Federal de 1988, no intuito de identificar em que medida os temas debatidos pelos missivistas foram incorporados ao texto constitucional. Analisamos as fontes de maneira

¹ O processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016 foi um indicador da eminente crise política resultante dos embates entre coalizações das elites do país, a atual crise política no Brasil também pode ser observada na intersecção existente entre as mobilizações em âmbito institucional, dos partidos políticos, grupos empresariais e a extensão destes debates nas camadas sociais que constroem opiniões públicas conflitantes, observamo-las através de manifestações em que parte desses grupos se posicionam contra o funcionamento de instituições Republicanas, entre elas, o Supremo Tribunal Federal-STF, mobilizações nas quais questionam o sistema democrático e cogitam a implementação de uma ditadura.

qualitativa, no que se refere às cartas-formulário, criamos categorias para analisar os textos em que os missivistas trataram de temas semelhantes, as demais fontes foram analisadas para identificarmos o contexto de produção das sugestões e a variedade dos discursos relativos à nova Constituição brasileira, discussões que contribuiriam para a formação de um ambiente propício à participação popular. Os anos 1986 e 1987 foram escolhidos como recorte temporal porque as cartas-formulário foram criadas nesse intervalo de tempo em que o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* esteve em vigor, além de ter sido um período de intensa articulação da *sociedade civil* em prol da participação popular na Constituinte. Esta pesquisa contribuirá para conhecermos como parte da população brasileira interpretou e interferiu no processo de reconstitucionalização durante o período de construção do documento mais importante para a organização do Estado brasileiro, através dela os principais direitos civis, políticos e sociais foram legalmente assegurados à população, pontuamos que a Constituição foi promulgada antes dos brasileiros elegerem diretamente o presidente da República, aspectos que intensificaram os anseios da população para com mudanças significativas no sistema político do país. A relevância historiográfica também se refere à refletirmos acerca do rearranjo das relações entre sociedade e Estado durante o período e sua interferência na construção do sistema político do país, afinal, a carta constitucional de um país é tributária da sociedade e do tempo em que foi criada, para tanto, analisar as sugestões da população também implica compreender as formas, tempos, assim como a sociedade em que estes textos foram produzidos

Duas categorias formuladas por Reinhart Koselleck (2006) foram fundamentais para a análise das fontes, *espaço de experiência*, pois, ao escreverem seus textos, sugestões, pedidos, os missivistas operaram com suas memórias, interpretaram o ambiente e o tempo em que viveram, em que pese o tempo da ditadura militar brasileira, período em que uma crise econômica foi gestada e impactou a vida da população assalariada, assim como formularam prognósticos acerca do que esperavam ser incorporado à Constituinte baseados em anseios para com o futuro, desta forma, a outra categoria que nos auxiliou foi o de *horizonte de expectativas*. Quando entramos em contato com as missivas, temos acesso a vestígios de um tempo e espaço fundamental para compreendermos as lacunas no processo de construção da democracia brasileira que é contínuo.

Esta pesquisa também contribuirá para pensarmos as características atribuídas à democracia brasileira, as fragilidades que existiram na construção deste projeto, essenciais para que compreendamos que os sistemas políticos não se consolidam, mas são variáveis e são

desestruturados e construídos por meio da mobilização política, nesse sentido, conquistas democratizantes podem ser esvaziadas em um cenário de crise.

A trajetória percorrida para a construção desta dissertação foi gradual, partimos de pesquisas anteriores², realizadas durante a graduação, mas, apesar de não serem o mesmo objeto, ambas se conectam à redemocratização, às organizações civis e ao tempo presente. Discussões realizadas durante disciplinas do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI desencadearam um interesse pelo estudo de fontes epistolares e antes de encontrarmos bibliografia a respeito do tema, localizamos um acervo de cartas transcritas em um banco de dados, o conteúdo dos documentos nos interessou mais do que os possíveis problemas intrínsecos à análise de um acervo digital, vimos a oportunidade de interpretar o processo de abertura política e reconstitucionalização, desse modo, a partir de perspectivas distintas daquelas apresentadas pelas instituições.

A Carta Constitucional brasileira foi reavaliada e reformulada durante os principais eventos políticos da História nacional, além de mediar os poderes nacionais, a organização do Estado, ela regula os direitos individuais e coletivos fundamentais. Desde o Império o país acumula um total de oito Constituições, criadas respectivamente em 1824³, 1891⁴, 1934⁵, 1937⁶,

² A pesquisa que desenvolvemos durante o Programa de Iniciação Científica- PIBIC versou acerca da expansão urbana, do desenvolvimento de entidades representativas e instituições escolares na região do Grande Dirceu, maior bairro de Teresina, na graduação desenvolvemos o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a democratização das comunicações através da análise da Rádio Comunitária Verona durante os anos 1990, a emissora comunitária foi fundada por grupos progressistas da Igreja Católica atuantes na zona Sul de Teresina.

³ Trata-se da primeira Constituição do Brasil, foi outorgada por Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, onde instituiu a organização de quatro poderes, o Executivo, Legislativo, Judiciário e o Poder Moderador, que dava ao próprio imperador amplos poderes. Para o estabelecimento do seu projeto político, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte de 1823. Apesar da religião oficial do Império fosse católica através da carta constitucional de 1824 também foi instituída a liberdade de cultos religiosos.

⁴ A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil foi a primeira do período republicano, foi promulgada em 1891, onde foi determinada a forma de governo presidencialista com mandato de quatro anos. O país foi dividido em vinte estados que formaram a República Federativa e é perceptível a influência do modelo federalista estadunidense, Ruy Barbosa esteve entre os principais articuladores do projeto constitucional.

⁵ A Constituição de 1934 está ligada ao movimento conhecido por Tenentismo, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932, a última foi uma coalisão armada dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, que teve como objetivo pressionar Getúlio Vargas contra a centralização de poder e o autoritarismo do Governo Provisório. A Carta Constitucional de 1934 durou apenas até 1937, onde Getúlio Vargas outorgou de maneira autoritária uma nova Constituição.

⁶ A Constituição de 1937 que pelo seu caráter autoritário conhecida como “Polaca”, inspirada no modelo polonês, foi outorgada pelo presidente Getúlio Vargas Novo, marcou o início da ditadura varguista conhecida como Estado Novo e concentrou poderes para o presidente que passou a nomear interventores estaduais. Estaduais.

1946⁷, 1967⁸, 1969⁹ e 1988, cada uma foi resultado de um conjunto de condições políticas, culturais e econômicas particulares. Nossa pesquisa concentra-se na análise dos debates a respeito da construção da Constituição de 1988, estritamente, na participação da sociedade civil e os seus efeitos durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Estava em curso a redemocratização do país que compenetrado pela ditadura militar cerceou as garantias da ordem constitucional anterior por meio de atos políticos formais e informais desde o primeiro Ato Institucional. A redemocratização brasileira durante a década de 1980 foi consolidada através de rupturas e permanências com o aparelho autoritário. Os militares recorreram a negociações, buscaram manter-se em cargos públicos e promoveram atos de censura a fim de preservar forças políticas atuantes no cenário nacional. O primeiro presidente civil desde o início da ditadura, José Sarney, que governou entre 1985 e 1990, pode ser utilizado como exemplo para percebermos a continuidade da atividade política de personagens que pertenceram à base do regime militar, entretanto, nosso interesse também está nas interrupções, nas descontinuidades que pudemos observar por intermédio da atuação da sociedade civil durante a redemocratização, ações que representaram a reocupação de espaços cerceados pela vigilância, a censura, além do declínio dos direitos civis e políticos.

Foi determinado através da Emenda Constitucional nº 26, publicada em 27 de novembro de 1985, que em fevereiro de 1987 deputados e senadores reunir-se-iam em Assembleia Nacional Constituinte. A resolução de problemas sociais, políticos e econômicos ganharam espaço no debate público, fato compreensível quando levamos em consideração que as expectativas sobre o futuro fazem parte das relações individuais e coletivas que homens e mulheres mantêm com o tempo, esta condição se intensifica quando o período vivido é de crise (KOSELLECK, 2006). A busca por participar dos debates políticos no período da ANC tornou-se uma maneira de buscar melhores condições de vida no âmbito individual e coletivo em um *horizonte de expectativas* que seria aberto pela nova Constituição (KOSELLECK, 2006).

⁷ A Constituição de 1946 foi promulgada e pertence há um período de experiência democrática dentro de determinados limites, como por exemplo, a proibição de voto aos analfabetos. Sua construção foi realizada após o fim da ditadura do Estado Novo, durante o primeiro ano de mandato de Eurico Gaspar Dutra. Na Carta Constitucional de 1946 foi reestabelecida a liberdade de manifestação e pensamento.

⁸No ano de 1967 o Brasil passou a possuir, contando com a que foi outorgada naquele ano, seis constituições em sua história. A Constituição de 1967 foi realizada com vistas a legalizar institucionalmente a ditadura militar, texto que reforçou os poderes que foram concentrados no Poder Executivo através dos Atos Institucionais.

⁹Não há consenso jurisprudencial a respeito da Emenda Constitucional ter sido uma constituição, ela foi outorgada em outubro de 1969 sem a presença do Congresso Nacional, nela o AI-5 foi mantido, assim como a concentração de poderes na figura do Presidente, emendada. Nessa perspectiva, a Constituição do ano de 1967 foi substituída em cerca de dois anos.

Encontramos nas cartas-formulário que formam o banco de dados Sistema de Apoio Informático à Constituinte – SAIC um espaço privilegiado para analisar o debate público a respeito da Constituição. Através do estudo destes documentos problematizamos as relações históricas entre sociedade e Estado, além de debatermos a História da democracia no Brasil. Estabelecemos o recorte espacial a nível estadual, o Piauí, investigamos de que maneira a sociedade piauiense inseriu-se no processo de participação na Constituinte, em quais aspectos aproximou-se e diferenciou-se da dinâmica nacional. Diagnosticamos, no que tange a participação popular, a preponderância de análises voltadas para a região Sudeste do país, desta forma, visamos desconstruir a imagem do Piauí enquanto desconectado dos movimentos políticos nacionais.

Intitulamos as principais fontes da pesquisa de cartas-formulário, tratam-se de documentos produzidos em um contexto extraordinário, se observarmos de maneira amplificada, a redemocratização de um país que há 21 anos estava sob um regime ditatorial e inseriu-se, de maneira estrita, no transcurso da elaboração de uma nova constituição para o país, os anos de 1986 e 1987. No que concerne à metodologia, do montante de 155 cartas-formulário enviadas por piauienses, selecionamos oitenta e cinco cartas-formulário para analisarmos os textos, para tanto, estabelecemos parâmetros através da conexão entre temas e abordagens comuns nas mensagens enviadas pelos missivistas a fim de criar categorias de análise para apresentar ao leitor de maneira organizada a multiplicidade de sugestões acerca do horizonte de expectativas desencadeado pela construção da nova Constituição, bem como a mobilização das experiências utilizadas pelos missivistas como justificativas que fundamentaram os posicionamentos exprimidos.

A frase que utilizamos como título da pesquisa foi escrita pelo missivista piauiense Luiz Paulo Oliveira Lopes, através dela conseguimos estabelecer relações com a maioria das sugestões analisadas, uma vez que, as opiniões políticas em formato de pedido, reivindicação, reclamação ou protesto tiveram como base o cotidiano dos escritores, suas condições materiais e sociais, nesse sentido, carregam traços subjetivos dos missivistas e, caso suas principais reivindicações não fossem atendidas, poderiam chegar a mesma conclusão de Luiz Paulo, a Constituição perderia valor. nessa perspectiva, uma Constituinte pobre para a população que exprimiu seus anseios por meio das missivas, nesse sentido, da perspectiva popular, nessa perspectiva, uma Constituição rica para Luiz Paulo e demais missivistas seria aquela que atendesse aos anseios da população.

As cartas-formulários enviadas à ANC somada a outras formas de participação popular desenvolvidas durante a redemocratização constituíram uma cultura política baseada na participação popular, nesse sentido, pela difusão da concepção de que o engajamento popular como forma de pressionar e fiscalizar os projetos político-institucionais era necessário para a construção de um novo país. Estas formas abrigaram expressões e tendências de opiniões públicas variadas e contribuíram para que elementos progressistas fossem integrados às disposições constitucionais, que também foi influenciada pelas negociações estabelecidas entre os políticos conservadores e progressistas do Congresso Nacional.

Abordamos a política institucional ao discutirmos a implementação da ANC, mas é necessário lembrar que ela não estava desconectada dos homens e mulheres comuns, de suas influências e manifestações individuais ou compartilhadas. Nessa perspectiva, é fundamental analisar a participação e a influência da participação popular no processo de transição política por meio do estudo das cartas enviadas por piauienses à ANC no ano de 1986. De acordo com Vavy Pacheco Borges: A noção do político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos (BORGES, 1992, p. 16). A busca por compreender o movimento político protagonizado por homens ordinários em determinado lugar e circunstância ganhou força na historiografia a partir da reelaboração da História Política fortalecida durante a década de 1970, onde a ideia de poder passou a ser observada em um sentido descentralizado:

A história política, dentro e fora da historiografia francesa, tem se apresentado mais interessada nas diversas formas assumidas pelo poder, considerando-se não apenas seu caráter repressivo, mas inclusive o simbólico; sem que se recuse sua capacidade de coagir, mas observando-se seu potencial de produzir sentidos, parâmetros para a ação individual e coletiva dos homens (MEDEIROS, 2017, p.259).

Nossa pesquisa situa-se entre duas disciplinas históricas, a História Política vista a partir de uma perspectiva renovada, em que novos atores foram gradativamente incorporados às análises e a História do Tempo Presente no que se refere ao recorte temporal, o não esgotamento de resultados do processo de redemocratização e a existência de testemunhas vivas sobre o período. Nesse esteio, observamos duas possibilidades de análise que poderiam ser aplicadas à campanha realizada por intermédio do *projeto Diga Gente- Projeto Constituição*, a problematização de interesses criados no interior das instituições públicas durante o processo de abertura política, que consideramos uma dimensão macro política; o segundo, em uma perspectiva micropolítica, a avaliação dos usos e significados dados pelos missivistas à redemocratização ao enviarem as suas cartas-formulário. Pontuamos que as cartas-formulário

analisadas foram enviadas dentro de uma campanha lançada por instituições governamentais, desta maneira, resultam de um processo que envolveu instituições públicas e sociedade civil.

Abordamos a política institucional ao discutirmos a implementação da ANC, entretanto, é necessário lembrar que ela não estava desconectada dos homens e mulheres comuns, de suas aspirações, influências e manifestações individuais ou compartilhadas. Nessa perspectiva, é fundamental analisar a participação popular no processo de transição política por meio do estudo das cartas enviadas por piauienses à ANC. De acordo com Vavy Pacheco Borges: “A noção do político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos” (BORGES, 1992, p. 16). A busca por compreender o protagonismo do comportamento civil nos quadros políticos de determinada sociedade ganhou força na historiografia a partir da reelaboração da História Política durante a década de 1970, em que o poder passou a ser observado de maneira descentralizada:

A história política, dentro e fora da historiografia francesa, tem se apresentado mais interessada nas diversas formas assumidas pelo poder, considerando-se não apenas seu caráter repressivo, mas inclusive o simbólico; sem que se recuse sua capacidade de coagir, mas observando-se seu potencial de produzir sentidos, parâmetros para a ação individual e coletiva dos homens (MEDEIROS, 2017, p.259).

Nossa pesquisa situa-se entre duas disciplinas históricas, a História Política vista a partir de uma perspectiva renovada, em que novos atores foram gradativamente incorporados às análises e a História do Tempo Presente no que se refere ao recorte temporal, o não esgotamento de resultados do processo de redemocratização e a existência de testemunhas vivas sobre o período. Nesse esteio, observamos duas possibilidades de análise que poderiam ser aplicadas à campanha realizada por intermédio do *projeto Diga Gente- Projeto Constituição*, a problematização de interesses criados no interior das instituições públicas durante o processo de abertura política, que consideramos uma dimensão macropolítica; o segundo, em uma perspectiva micropolítica, a avaliação dos usos e significados dados pelos missivistas à redemocratização ao enviarem suas cartas-formulário à ANC. Pontuamos que as cartas-formulário analisadas foram enviadas dentro de uma campanha lançada por instituições governamentais, desta maneira, resultam de um processo que envolveu instituições públicas e sociedade civil.

A relação entre História e Literatura também foi disciplina necessária para fundamentarmos a pesquisa, visto que, analisamos narrativas criadas pelos missivistas e

transpostas nas cartas-formulário por meio da escrita, nesse sentido, a comunicação estabelecida pelos piauienses para com os Constituintes foi realizada através de uma narrativa, em que organizaram suas experiências e expectativas e, ainda que a estrutura do texto esteja atravessada pelas intencionalidades dos missivistas, é justamente a ótica da população acerca do processo de construção da Constituição que nos interessa, orientadas pelos apontamentos de Ângela de Castro Gomes (2004) ao indicar que o historiador que trabalha com construções literárias não procura a verdade nas fontes, mas justamente as perspectivas imprimidas à realidade por aqueles que narram e assim investigar os porquês dos posicionamentos assumidos por cada escritor, conectando-os, sobretudo, à determinado recorte espaço-temporal.

A política emerge como tema transversal entre estes dois campos, em que pese, como um princípio norteador na criação do texto pelos autores, uma intersecção entre experiências individuais, compartilhadas e o que os missivistas consideraram pertinente para os debates constitucionais ou para a solução de problemas de ordem individual, como por exemplo, doações financeiras (GONÇALVES, 2018).

Há quem possa considerar contraditório a utilização do termo “cartas”, uma vez que, a materialidade destes documentos se perdeu ao serem transformadas em um banco de dados, contudo, alertamos que isto não descaracterizou suas singularidades e propósitos, pois, apesar de termos analisado as cartas no formato em que foram transformadas para apreciação dos constituintes, problematizamos as mensagens contidas no banco e as intitulamos “cartas” porque foram produzidas enquanto tais, isto é, população não foi convidada a construir o SAIC, mas a enviar sugestões no formato de cartas.

A partir da categoria de opinião pública, trabalhada por Jean Jacques Becker (2003), pensamos de que maneira as cartas-formulário são vestígios de opiniões políticas plurais, distintas no sentido de que cada autor deu ênfase à aspectos que lhes interessou mais, entretanto, também há pontos convergentes entre os textos, em que pese, a própria decisão de participar do projeto de envio de cartas, comum à todos os autores que analisamos, por conseguinte, a categoria de cultura política foi útil para analisarmos um movimento mais amplo, o de engajamento da sociedade civil na fiscalização e busca por influenciar a Constituinte, para tanto, partimos da proposta teórica de Serge Berstein (2003).

Indubitavelmente, nossa pesquisa adentra ao campo da *História do Tempo Presente*, visto que, além de ser um recorte temporal recente, a sociedade brasileira ainda é afetada pelos desdobramentos do processo de redemocratização dos anos 1980 e recorrentemente fazem referência a ele para mobilizar o passado em prol de demandas do presente. A redemocratização

brasileira continua no centro dos debates e revisionismos porque o passado é usado reiteradamente como justificativa para disputas políticas do presente. Na introdução da obra, *Os usos políticos do passado*, Jacques Revel e François Hartog, abordaram a pulverização de opiniões acerca de temas e acontecimentos da História Contemporânea. Os autores observaram como a influência das propagandas e meios de comunicação contribuem para o acirramento de embates que refletem os usos ideológicos e políticos do passado:

Uma reflexão sobre os debates políticos que se abriram sobre a história recente e sua importância tanto para o trabalho dos historiadores quanto para as consequências político-culturais que decorrem desses debates: conflitos internacionais ou guerras civis, processos de legitimação e deslegitimação de regimes autoritários ou totalitários (REVEL; HARTOG, 2001, p. 08).

Nessa perspectiva, as disputas narrativas que eclodem na história recente do Brasil também fazem referência aos embates pela legitimação e deslegitimação da democracia brasileira que foi reinstalada com a distensão e o enfraquecimento dos governos militares. Debates que não se restringem aos “especialistas”, aos acadêmicos e pesquisadores, mas que circulam na opinião pública de maneira geral (HARTOG; REVEL, 2001).

Abordamos as relações entre História e internet, uma vez que, os acervos estudados foram disponibilizados através de plataformas digitais online. No artigo *História e internet: conexões possíveis*, Nucia Alexandra Silva de Oliveira em interlocução com o autor Juan Andrés Bresciano considera: “[...] funções, tarefas e usos regulados através do tempo e que passam a ter outras e novas dimensões a partir das novas tecnologias. ” (OLIVEIRA, 2014, p. 30). Para a autora, a internet tornou-se uma das principais ferramentas de imersão e problematização de conteúdos referentes a História do Tempo Presente, o que também implica considerar que a sociedade foi e é influenciada pelo uso das ferramentas digitais, ou seja, ao tempo que serve como fonte de pesquisa, a Internet é entendida como um acontecimento que trouxe novos significados às próprias sociedades e alterou estruturas sociais (OLIVEIRA, 2014).

No primeiro capítulo, intitulado, *Nos corredores da Assembleia Nacional Constituinte entre conservadores e progressistas: redemocratização e mobilização popular*, tivemos como objetivo contextualizar as dimensões históricas, políticas, econômicas e culturais que viabilizaram a produção dos documentos analisados, tendo em vista que as mensagens apresentadas no capítulo posterior também foram resultado do contexto social em que os missivistas estavam inseridos. Destarte, a busca por influenciar a Constituinte não foi um evento isolado, mas se constituiu como parte de uma dinâmica que também ocorreu em outros espaços

e através de linguagens diversificadas, influenciando, inclusive, os piauienses à enviarem sugestões, o espaço de *experiência dos missivistas*, que vivenciaram os impactos das crises política e econômica gestada durante a ditadura, assim como vivenciaram a recessão dos direitos civis e políticos. A base bibliográfica que fundamenta o capítulo foi construída a partir dos seguintes autores, no que se refere à História do Tempo Presente utilizamos as obras de Giorgio Agambem (2009), Reinaldo Lindolfo Lohn 2019, Àgnes Chaveau e Philippe Tétart (1999), François Bédarida (2006), Jacques Revel e François Hartog (2001). As análises acerca da redemocratização e construção da Constituinte foram realizadas a partir dos estudos de Maria Celina D'Araújo (2008), Adelaide Gonçalves (2019), Francisco Carlos Teixeira da Silva (2019), José Ferreira (2019), Lilia Moritz Scwarcz e Heloísa Murgel Starling (2015), Mário Luís Grangeia (2019), Eduardo Seino, Giovana Algarve e José Carlos Gobbo (2013), Carla Simone Rodeghero (2009), Beatriz Kushnir (2004), Cícero Araújo (2013) e David Maciel (2008).

Ao tratarmos da Constituição adentramos, inevitavelmente, à mais um campo de estudos, o direito constitucional, apesar de não ser o foco da pesquisa, esboçamos considerações tendo por base os estudos de Maria Lúcia Barbosa (2015); Paulo Bonavides (2008); Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2008) acerca da dimensão jurisprudencial da Constituição de 1988. No que se refere à cidadania e movimentos civis tomamos como base as pesquisas realizadas por José Murilo de Carvalho (2002); Evelina Dagnino (2004); Eder Sader (1988) e Leonardo Avritzerp (2002). O lastro teórico das discussões acerca da História Política foi feito a partir das considerações de Marieta de Moraes Ferreira (1992) e René Rémond 2003; para discutir as relações entre História, política, literatura e cartas tomamos por base as propostas de Letícia Vieira (2015); Cláudio do Carmo Gonçalves 2018 e Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2007); a metodologia de análise dos jornais e imagens foram estabelecidas em interlocução com estudos de Tania Regina de Luca (2008) e Sandra Jatahy Pesavento (2008); o contexto local foi trabalhado, principalmente, a partir dos autores Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017). Alguns conceitos centrais foram extraídos de estudos específicos, o de sociedade civil em Mário Aquino Alves (2014); opinião pública em Jean- Jacques Becker (2003), Leonardo Baptista (2006) e Serge Berstein (2003); em se tratando de cultura política e participação popular tomamos por base as pesquisas de Vincent Valla (1998), além de utilizarmos pontualmente a concepção das táticas proposta por Michel de Certeau (2014).

O contexto de distensão política do ponto de vista institucional ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento das manifestações sociais, buscamos apresentar no primeiro capítulo a relação entre as duas esferas, dinâmica que emerge nos textos das cartas-

formulário a partir da individualidade e subjetividade dos autores no terceiro capítulo. Realizamos levantamento bibliográfico a respeito do tema e pesquisa hemerográfica a partir do Jornal O Dia e Jornal Alternativa. O primeiro, um periódico de grande tiragem, de caráter empresarial que tinha como diretor principal um coronel do Exército, em contraposição, escolhemos o Jornal Alternativa, de caráter comunitário, de pequena tiragem e criado por grupos progressistas ligados à Igreja católica. A escolha em trabalhar com jornais criados através de dinâmicas distintas nos permitiu problematizar as divergências discursivas e a variação de posicionamentos a respeito da transição política. Apresentamos, sobretudo, as particularidades do cenário piauiense no que se refere à dinâmica de organização dos movimentos sociais em torno da Assembleia Nacional Constituinte, mobilizações que também funcionaram como filtros de influência para a participação popular por intermédio das missivas.

No segundo capítulo, intitulado, *A participação dos piauienses no envio de cartas do projeto Diga Gente-Projeto Constituição*, nele realizamos a análise das cartas-formulário enviadas por piauienses à Assembleia Nacional Constituinte por meio do projeto *Diga Gente-Projeto Constituição* entre os anos de 1986 e 1987. Temos por objetivo compreender as interpretações e os anseios da população para com a nova Constituição, assim como a mobilização dos seus *espaços de experiência* na construção das narrativas contidas nas cartas-formulário. Analisamos as percepções apresentadas pelos missivistas, assim como o engajamento pela aprovação de demandas sociais em que empregaram recursos discursivos para convencer seus interlocutores, os Constituintes, por meio da organização de nove categorias, Poder e organização municipal, Economia, Saúde, Mulheres, Liberdade de expressão, Corrupção, Reforma agrária e homem do campo, Educação e Constituinte ideal. Apresentamos a criação do projeto e acervo pelos quais as mensagens foram enviadas e organizadas, contextualização necessária para compreendermos os motivos que ocasionaram a preservação dos arquivos, assim como a dinâmica de produção das cartas-formulário. Também situamos o leitor quanto à criação do projeto e acervo pelos quais as mensagens foram enviadas e organizadas, contextualização necessária para compreendermos os motivos que ocasionaram a preservação dos arquivos e a dinâmica de produção das cartas-formulário. Agregamos outras fontes à análise, criamos mapas e gráficos a fim de problematizar os dados assinalados pelos missivistas na seção de preenchimento dos dados sociográficos, além de utilizarmos charges publicadas no *Jornal o Dia*, o filme *Céu Aberto* (1985) e disposições legais extrídas da Constituição de 1988. Aplicamos as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* a fim de compreender as configurações narrativas dos textos produzidos e os

significados empregados pelos missivistas à Constituinte através da organização de discursos que envolveram diferentes temporalidades (KOSELLECK, 2006). A metodologia qualitativa de análise das mensagens foi fundamentada nas considerações de Stéphane Monclaire (1991) e Núcia Oliveira (2014); no que tange às estruturas que constituíram a escrita epistolar fizemos uso dos trabalhos de Maria Helena Versiani (2013) e Ângela de Castro Gomes (2004); utilizamos os estudos de Michel Winock (2003) acerca das ideais políticas; também utilizamos a concepção de documento-monumento criada por Jacques Le Goff (1994); aproveitamos os estudos de memória dos autores Miriane da Costa Peregrino (2012) e Michael Pollack (1989); a respeito do governo Sarney nos baseamos nas discussões de Deivid Maciel (2008); estabelecemos interlocução com metodologias de análise para análise de fontes propostas por Carla Pinsky (2008), Serge Berstein (1998) nos auxiliou com estudos sobre cultura política; no que se refere à escrita epistolar nos baseamos nas considerações de Vanessa Gandra Dutra Martins (2012); as pesquisas de Antônio Jorge Siqueira (1991) nos auxiliaram na análise da autoconstrução dos sujeitos enquanto seres políticos; utilizamos os textos de Cristophe Prochasson (2005) nas pesquisas em que problematiza as relações entre emoção e política; também nos baseamos na proposta das linguagens dos direitos formulada por Marcos Napolitano (1995); a respeito da cobertura midiática dos acontecimentos tomamos por base as considerações de Pierre Nora (1988); as pesquisas realizadas por Cícero Araújo (2013), Jorge David Barrientos-Parra e Soraya Regina Gasparetto Lunardi (2020) nos auxiliaram nos estudos a respeito da Constituição de 1988; nos apropriamos das propostas acerca de História e Política apresentadas por Vavy Pacheco Borges (1991) e de tempo presente segundo Jean Pierre Rioux (1999); os trabalhos de Maria de Lourdes Manzini Covre (2002) foram aproveitados quando tratamos do tema cidadania e, por fim, as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* cunhadas por Reinhart Koselleck (2006) nos auxiliaram análise das mensagens.

No terceiro capítulo, intitulado, *Sugestões não pertinentes, mas pertencentes ao debate público*, analisamos um conjunto específico de cartas formulário que foram catalogadas como “sugestões não pertinentes”, problematizamos os conteúdos destas cartas e os motivos de elas terem recebido esta classificação. Acerca de que essas pessoas escreveram, o que elas reivindicaram? Para analisá-las utilizamos como fio condutor a noção de *ressentimento* proposta por Pierre Ansart (2001) e

problematizamos o seu local nas manifestações exprimidas através da escrita, percebida enquanto mecanismo de ação política dos missivistas que enviaram suas mensagens influenciados pela insatisfação, o aborrecimento com instituições, grupos e indivíduos, para

tanto, também nos baseamos nas discussões realizadas por Maria Stella Bresciani e Márcia Naxara (2001) acerca das relações entre emoção e ação política. Outros estudos que nos auxiliaram na construção do capítulo foram os de opinião pública realizados por Pierre Bourdieu (1987); Vavy Pachego Borges acerca das relações entre História e Política; Ângela de Castro Gomes (2004) e Maria Helena Versiani (2016) no que se refere à construção da escrita epistolar; Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012) em suas problematizações a respeito da não inscrição dos processos históricos; o estudo dos estratos temporais e do tempo presente realizados por François Hartog (2018), além da utilização de autores que já referenciamos na apresentação dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO I

NOS CORREDORES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE ENTRE CONSERVADORES E PROGRESSISTAS

Neste capítulo temos por objetivo situar o contexto no qual os piauienses produziram suas cartas-formulário, questionamos em que medida essa forma de participação política, enviar missivas se relacionaram com demais formas de manifestação política. Nesse sentido, apresentamos dois pontos centrais, respectivamente, a construção da Constituição foi tributária de outros acontecimentos que devem ser pontuados para compreendermos o processo de distensão política da ditadura militar, o segundo raciocínio se refere à apresentação das múltiplas formas de fazer política criadas pela população brasileira durante o período e que a participação por meio do envio de sugestões não foi um movimento único ou isolado, mas parte de uma cultura política centrada na ideia de que as demandas sociais só seriam atendidas caso os brasileiros auto representassem as suas expectativas. Apesar de estabelecermos recortes espaciais e temporais que tornaram objeto espacialmente estrito, pois, conferimos ênfase ao processo de distensão política no Brasil, a temática é indissociável de um extenso cenário de redemocratizações na América Latina, entre os países que passaram por transições políticas entre os fins de 1970 e a década de 1980 estão Bolívia, Argentina, Uruguai e Chile. O Chile após uma série de manifestações que ocorreram em 2019 e maio de 2021 prepara-se para eleger parlamentares que escreverão a nova Constituição do país, o caso chileno pode ser tomado como exemplo para entendermos que as medidas democratizantes que marcaram os anos 1980 foram parte de um processo do qual ainda presenciamos desdobramentos. Giorgio Agambem introduz na obra *O que é Contemporâneo? e outros ensaios*, discussões acerca do tempo presente onde criou um conceito para o “ser” contemporâneo: “O poeta – o contemporâneo – deve manter fixo o olhar no seu tempo (...) contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEM, 2009, p. 62). A relação metafórica estabelecida entre as luzes e o escuro se refere à necessidade de conhecermos um passado que um dia foi luz, iluminação no sentido de novidade, de maneira que, o conhecimento acumulado seja utilizado para que identifiquemos as condições que fizeram as sociedades se tornarem o que são.

Analisamos outras formas de participação popular fabricadas por piauienses entre os anos de 1986 e 1987, além disso, realizamos recuos temporais a fim de pontuar eventos estabelecidos

como marcos pela luta da redemocratização no Brasil, entre estes, as Diretas Já. Apresentamos a dinâmica social e política do país durante o período que vigorou a campanha de envio das cartas-formulário à Assembleia Nacional Constituinte- ANC, uma vez que, os eventos, as reuniões e as manifestações que constituíram o cenário político local podem ter influenciado parte dos missivistas a enviarem suas sugestões e o próprio conteúdo das mensagens. Questionamos se parte dos piauienses que enviaram sugestões tiveram contato com o que podemos chamar de filtros, mas, o que entendemos por filtros? As discussões com as quais os missivistas tiveram contato, que precederam o envio de suas sugestões e ocorreram em ambientes nos quais circulavam, no trabalho, na igreja, sindicato, bairro, logradouros públicos ou na sede de um partido político. Também podemos entender a vivência familiar, profissional e religiosa como um filtro que influenciou o conteúdo da sugestão enviada e a própria iniciativa de enviar uma carta-formulário.

A construção da nova Constituição foi um dos resultados da distensão política, não conhecemos ainda todos os desdobramentos desse processo, nessa perspectiva, nossa pesquisa adentra ao campo da História do Tempo Presente por pelo menos três motivos. O recorte temporal escolhido é recente, os anos 1986 e 1987, mas citar apenas isto não contemplaria a complexidade dessa área de estudo; o segundo ponto refere-se ao momento de produção da pesquisa, convivemos e tivemos acesso a testemunhas vivas do período; o terceiro ponto se refere às consequências do processo analisado, do qual a sociedade brasileira ainda colhe resultados. Podemos caracterizá-la, em um primeiro momento da seguinte maneira: "[...] a História do Tempo Presente demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos" (LOHN, 2019, p. 11).

A problemática do tempo presente foi retomada pelos historiadores a partir de estímulos das sociedades que demandavam explicações a respeito das causas e consequências de eventos que marcaram o século XX, entre eles, a 1ª e 2ª Guerra Mundial, a consolidação de regimes fascistas, depressões econômicas e ditaduras. Para Agnès Chaveau e Philippe Tétart, o desejo de compreender estes fatos alterou a relação entre sociedade e História:

Assim, como estranhar que, tendo mudado para tantos vivos a relação existencial com a história- sem falar do peso inquisitório dos milhões de mortos-, o desejo de um relato linear resumido e de uma investigação explicativa da aventura tenha atingido as consciências? (CHAVEAU, TÉTART, 1999, p. 44).

Em um primeiro momento, os temas da contemporaneidade foram observados a partir da esfera política, nesse sentido, a consolidação da nova História Política foi mais um fator que

contribuiu para o desenvolvimento da análise do universo dos vivos (LOHN, 2019; CHAVEAU; TÉTART, 1999; BÉDARIDA, 2006; RÉMOND, 1999; FERREIRA, 2012).

A participação popular no contexto da redemocratização não deve ser posta como tributária da abertura das instituições, ou seja, da criação de canais de debate e negociação por vias institucionais à população, nem apenas do ponto de vista das manifestações criadas fora das instituições, nos movimentos sociais de bairros, sindicatos, igrejas e manifestações em logradouros públicos. Propomos que cada um destes modelos envolveu uma estrutura complexa, mas que também existiu interlocução entre eles. Parte da jurisprudência constitucionalista considera que a Constituição de 1988 foi construída de maneira problemática, principalmente no que se refere a participação direta da população, de acordo com Maria Lúcia Barbosa:

Assim, padece a Constituição de 1988 de um vício de origem, que fere o princípio democrático, já que não congrega, ao menos formalmente, a vontade popular. O texto constitucional não passou pelo crivo popular, ou seja, os cidadãos não opinaram ou deliberaram sobre o texto final da Constituição. Ela foi formulada, votada e promulgada pelo poder constituído sem a ratificação popular (BARBOSA, 2015, p. 150).

As relações entre a ausência do crivo popular não utilizado para referendar o texto final da Constituição e a apresentação da Constituinte veiculada no Programa Diário Constituinte por Ulysses Guimarães, então presidente da ANC foi uma das contradições que marcam a construção da democracia no país. A criação de um discurso com ênfase na possibilidade da população enviar sugestões por meio de cartas-formulário, na organização de grupos que poderiam participar em algum momento das discussões nas comissões parlamentares e a existência das emendas populares não foi realizada apenas por Ulysses, mas também serviu de base para os principais eixos narrativos produzidos pelos governos brasileiros pós reconstitucionalização. A ênfase foi realizada no intuito de suprir a carência por legitimidade da Constituição de 1988, em que pese, a ausência de um poder constituinte originário, que de acordo com a doutrina constitucionalista emana do povo (BONAVIDES, 2008). Nesse sentido, foram criadas narrativas que camuflaram a ausência da participação direta dos brasileiros no processo de convocação e aprovação do texto final da Constituição, tornando-se um movimento de valorização dos canais indiretos disponibilizados pelo governo em detrimento da falta de um plebiscito:

O poder constituinte originário é aquele que elabora uma nova constituição, que rompe com a ordem jurídica anterior, não se prende a limites formais, o povo é que decide modificar as regras do jogo. A atual Carta Constitucional não atende a essas premissas, carece de legitimidade popular (BARBOSA, 2015, p. 151).

A proeminência de uma Constituição para um estado decorre do poder constituinte, que é dividido entre originário e derivado. O poder originário ou de primeira ordem é considerado a personificação da vontade máxima de determinado povo, sujeito de uma dada realidade social. Os demais poderes advêm dele, inclusive o derivado, que dispõe sobre a delegação de representantes designados para alterar as normas ou elaborar uma nova constituição (ALEXANDRINO, 2008). Com a transição negociada nos bastidores políticos do país, o estabelecimento da Constituinte foi realizado com a convocação do então presidente José Sarney por meio de mensagem enviada ao Congresso Nacional, figura política que pertenceu à base do regime ditatorial, mais uma característica que indica a ausência de uma ruptura com a ordem jurídica anterior, nesse ínterim, a manutenção do próprio regime democrático que estava sendo instalado dependia, prospectivamente, da forma com que ele seria lembrado, das narrativas acerca de sua instauração, afinal, a sociedade reinterpreta constantemente o passado em detrimento das demandas do presente, por isto, estratégias foram instauradas com a intenção de preservar as fronteiras sociais instituídas através redemocratização do país. Em uma ANC na qual conservadores e progressistas disputaram acirradamente os espaços de poder, a abertura por parte do governo de canais específicos para a participação indireta da população configurou-se mais como a tentativa de conferir legitimidade a instauração do novo regime do que um interesse nas discussões empreendidas pela população.

Não questionamos a existência da participação popular no processo de transição democrática porque apontamos contradições entre o discurso governamental e a frágil oferta de mecanismos para a participação direta da sociedade civil, pelo contrário, se analisamos a participação civil na Constituinte decorre de sua pertinência para a transição política dos anos 1980. Não buscamos lançar um olhar romantizado sob o processo, e, conseqüentemente, criar uma harmonia inexistente entre os grupos que negociaram a transição política e as demandas populacionais. A ideia de influenciar e fiscalizar os debates constituintes foi fortalecida através do engajamento da própria sociedade, que buscou disputar espaços entre constituintes progressistas e conservadores, por este motivo, o título criado para este capítulo foi, *Nos corredores da Assembleia Nacional Constituinte entre conservadores e progressistas: redemocratização e mobilização popular*. A solidificação de uma cultura política alicerçada na participação da população foi mais tributária dos inúmeros mecanismos e debates promovidos pela própria sociedade civil do que pelas ações empreendidas pelo governo, apesar de os instrumentos criados para legitimar o processo constitucional também terem influenciado parte da sociedade civil a participar do debate público. A Constituinte foi palco de disputas, interesses

e projetos de diferentes grupos da elite política, a pressão exercida pela sociedade civil para a incorporação de demandas sociais tornou-se mais um personagem neste cenário e, assim como as demais forças políticas, influenciou o processo constitucional.

Uma série de interesses envolveram a veiculação da mensagem de Ulysses Guimarães no Jornal da Constituinte, pretensões que não se anulam, mas se complementam. Parte dos parlamentares poderia desejar conhecer as sugestões dos brasileiros e brasileiras, fator que não anula a existência de demais interesses, entre estes, a busca pelo fortalecimento de apoio a determinado projeto político por parte da opinião pública, para que este viesse a se consolidar com a transição democrática. Apesar das fragilidades, esta estratégia diferenciou-se daquelas implementadas pelos militares porque estabeleceu uma comunicação entre as instituições republicanas e a sociedade, relação que durante a ditadura aconteceu de maneira unilateral, ou seja, sem diálogo com a população.

Apresentaremos algumas noções e conceitos que integram nossa pesquisa e serão necessárias para a compreensão das discussões propostas ao longo da dissertação. Tendo em vista os debates historiográficos na atualidade, explicaremos nossa opção por empregar os seguintes termos, golpe civil-militar e ditadura militar. Alguns autores já se referiram ao processo ditatorial como ditadura civil-militar, entre estes, Adelaide Gonçalves (2019) e Francisco Carlos Teixeira da Silva, outros utilizaram apenas ditadura militar, entre estes, José Ferreira (2019). A corrente que emprega ditadura-civil militar considera que a responsabilização de grupos da sociedade civil que apoiaram o golpe é fundamental para compreendermos as bases de apoio do regime, por outro lado, a utilização pode contribuir para que a cúpula das Forças Armadas, responsável pelo comando da ditadura tenha sua responsabilidade reduzida. Optamos por, ao tratar da instauração, utilizar golpe civil-militar, tendo em vista a atuação de congressistas que criaram um cenário favorável à sua implementação e utilizaremos ditadura militar para nos referirmos a todo processo posterior, onde as Forças Armadas centralizaram o poder político e protagonizaram o comando do regime político ditatorial.

A categoria de sociedade civil foi empregada ao longo da dissertação para identificarmos as mobilizações da população em torno dos debates constituintes por meio de uma conceituação ampla, em que contemplássemos as cartas por meio e aspectos comuns, para tanto, a, fizemos uso dos estudos de Mário Aquino Alves, no artigo, *O conceito de sociedade civil: em Busca de uma repolitização*, onde o autor realizou o levantamento das

principais correntes que conceituaram sociedade civil desde a sua emergência à contemporaneidade. O desenvolvimento do conceito aconteceu na polis grega no ambiente das Cidade-estado, conceituada por Aristóteles enquanto comunidade ou sociedade política e passou por diversas mudanças até uma compreensão atualizada (ALVES, 2004). O autor realizou uma síntese de características pertinentes para a compreensão de sociedade civil a partir de sete categorias extraídas de teóricos apresentados no artigo, vejamos:

1-Categoria típica-ideal. O conceito de sociedade civil deve ser entendido como uma categoria típica ideal (KRANE, 1998), nos mesmos moldes que Weber utilizou para descrever os tipos ideais de dominação (WEBER, 1964). Ou seja, a sociedade civil não corresponde a uma categoria pura, que pode ser encontrada em lugares diferentes (HANN e DUNN, 1996), funcionando exatamente da mesma forma, mas deve ser entendida inclusive como um projeto a ser perseguido. 2- Espaço não-estatal. Esse é um elemento básico do conceito de sociedade civil: somente instituições não pertencentes à esfera estatal fazem parte da sociedade civil (TOCQUEVILLE, 1961). Isto não significa uma oposição entre Estado e sociedade civil, mas apenas uma diferenciação institucional (ALVES, 2004, p. 151).

As duas primeiras categorias listadas tratam respectivamente da sociedade civil como algo que está sendo constantemente construída e atualizada pelas questões do presente, visto que, é típica-ideal como um projeto a ser perseguido e como espaço formado por instituições não estatais, mas que dialogam com o estado, mantêm relações que buscam influenciá-lo, mas que também pode ser influenciada. Adiante temos mais duas categorias: “3- Campos de poder. Não se pode compreender a sociedade civil sem entender que, à maneira de outras construções do mundo social, a sociedade civil também é um campo de poder (BORDIEU, 1972, 1989,1996), um espaço de tensão e conflito [...] (ALVES, 2004, p. 151-152). Nessa perspectiva, é um espaço de conflito constante em que os grupos que a constituem disputam para fazerem de seus projetos prioridades do campo de ação. Em seguida tem-se as três últimas categorias:

4-Espaço dialógico. Tomando Bakhtin o conceito de dialogismo, a sociedade civil tem por característica ser um espaço dialógico, ou seja, onde os diversos atores enunciam discursos que se cruzam, que se complementam ou que são concorrentes e contraditórios (BAKHTIN, 1979) [...] 5-Proteção jurídica. Esse é um elemento central para a manutenção de uma ordem democrática, que é a proteção jurídica das instituições da sociedade civil ante as ameaças do poder estatal (KEANE, 1998). Esta é uma salva-guarda para que essas instituições possuam a autonomia necessária para que os atores sociais possam agir com a liberdade necessária. 6- Autolimitação. Uma vez que a sociedade civil é um campo de poder, os diversos atores estão em concorrência, o que pode levar ao estabelecimento de uma hegemonia que acabe, no limite, abolindo a própria sociedade civil. 7- A autolimitação significa que os movimentos sociais devem arazoar sempre suas ações para que o seu poder não se transforme em outro meio de colonização dentro da sociedade [...] (ALVES, 2004, 152).

A concepção de espaço dialógico em que as narrativas dos atores da sociedade civil nem sempre contém pode ser observada a partir da pluralidade contida nas soluções propostas pelos

missivistas em suas cartas-formulário, nas quais ao tempo que se complementavam também apresentaram prioridades distintas. A categoria de Proteção jurídica indica que democracia e sociedade civil são compreendidas a partir de elementos que envolvem a livre atuação dos seus atores, sendo uma relação dialógica imprescindível para que a segunda tenha as suas características essenciais preservadas, fator ausente durante a ditadura militar e que passou a ser retomada concomitantemente à formação da nova Constituição brasileira. Por fim, a última categoria estabelecida trata da autolimitação, fator pertinente para a preservação da própria sociedade civil em que a pluralidade de projetos a torna um campo de debate e disputas constantes que não pode ser desagregado pela construção de um monopólio. Alves (2004) elencou como um de seus objetivos indicar que a sociedade civil não pode ser considerada um sinônimo de Terceiro setor, aquele que engloba instituições sem fins lucrativos, estas seriam parte da sociedade civil não a sua totalidade, aplicamos a mesma percepção ao analisarmos as mensagens dos piauienses à ANC, corresponderam a parte da sociedade civil, não a seu todo. Para analisarmos a participação da população no processo Constituinte, dentre as perspectivas apresentadas por Alves (2004), conferimos ênfase à perspectiva do *espaço não-estatal*, logo, apesar da multiplicidade de grupos e atores tiveram como característica não pertencer à esfera do Estado.

Trabalhamos com a categoria de opinião pública, que mantém estreita relação com a cultura política e é um de seus componentes. A opinião pública é o resultado das considerações produzidas pela população em determinado local e período, pelas suas percepções e representações sobre algo. Assim como a cultura política, a opinião pública é constituída por diversos elementos, uma das influências mais pertinentes é causada pela ação da mídia que pode até personificar os desejos da população a fim de que determinadas pautas sejam compartilhadas em maior escala, contribuindo para a consolidação de opiniões públicas majoritárias. O principal interesse na personificação da opinião pública decorre da sua capacidade de pressão no campo da ação política, sobre o assunto, Jean Jacques Becker em interlocução com Alain Giard considera:

‘A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela.’ E acrescentava: ‘A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimentos, não tem poder de decisão, mas tem o poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes’ (GIARD apud BECKER, p. 203, 2003).

Ao interligarmos os efeitos da opinião pública na esfera política à discussão sobre o vício de origem da Constituição de 1988, consideramos que ainda sem o crivo da população de forma direta, a inexistência de uma opinião pública majoritária contrária à redemocratização do país possibilitou que o projeto não encontrasse uma resistência incisiva na dimensão social. Desta maneira, o amparo da opinião pública, ao menos a majoritária, é uma engrenagem importante para a consolidação e preservação de um projeto político.

Antes de darmos continuidade à apresentação do primeiro capítulo, consideramos necessário apresentar ao leitor o que entendemos por participação popular, pois a categoria é central na pesquisa. Nos distanciamos das abordagens que problematizam a presença popular no processo de redemocratização apenas por vias institucionais, ou seja, que utilizaram canais instituídos pelo Estado, como o *projeto Diga Gente- Projeto Constituição*. As considerações de Victor Vincent Valla (1998), nos auxiliaram na introdução a respeito do tema participação popular:

Independentemente das posições teóricas assumidas pelos estudiosos do tema, é consensual que o termo participação popular se refere a uma concepção populacional mais ampla do que apenas o movimento sindical ou a política partidária. Neste sentido, o termo geralmente se refere às classes populares, embora possa incluir também a participação da classe média (VALLA, 1998, p. 08).

A amplitude é uma das características atribuídas à participação popular, visto que se trata de uma mobilização política que incorpora atividades de grupos culturais e de poder aquisitivo variados, é integrada pelas classes populares, mas também pela classe média (VALLA, 1998). Como exemplo desta variação podemos citar os diferentes níveis de formação escolar dos missivistas piauienses, os identificamos através dos indicadores de educação formal que constam nas cartas-formulário, com os dados informados constatamos que houve envio de sugestões tanto de pessoas que não foram alfabetizadas e, provavelmente, contaram com ajuda de outras pessoas para enviar suas sugestões, quanto de missivistas com formação no ensino superior ou outros níveis de ensino. Além disso, por meio da análise de fontes hemerográficas diagnosticamos que na cidade de Teresina e demais municípios do Piauí os debates a respeito da Constituinte foram protagonizados por diferentes grupos que se organizaram por motivos variados, entre eles, associação de moradores, sindicatos e clubes de mães. Os integrantes de um sindicato de bancários que discutiram a Constituinte não tiveram o mesmo grau de instrução escolar e poder econômico que um grupo de menores em situação de rua que debateram o mesmo tema, mas esses aspectos não anulam o fato de ambos terem construído o movimento

de participação popular na Constituinte. Para nortear o que compreendemos por participação popular, nos baseamos nas seguintes considerações apresentadas por (VALLA, 1998):

De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.) (VALLA, 1998, p. 09).

A participação popular na Constituinte foi constituída pela atuação política de pessoas minimamente organizadas que tiveram por objetivo influenciar e fiscalizar a elaboração da nova Constituição do Brasil. Ainda de acordo com (VALLA, 1998), os debates em torno da participação popular estão ligados à concepção de políticas públicas formuladas entre a década de 1930 e 1940: “O termo políticas públicas se refere à participação do Estado na montagem da infra-estrutura necessária à superconcentração de atividades produtivas nas grandes metrópoles brasileiras (Moisés, 1985) ” (VALLA,1998, p.08). O argumento nos reportou a considerações de Marieta de Moraes Ferreira sobre a ampliação de áreas reguladas pelo estado no decorrer do século XX: “O alargamento da competência do Estado foi assim acompanhado da extensão do domínio da ação política” (FERREIRA, 1992, p.02). René Rémond, organizador do livro, *Por uma História Política*, também abordou a influência da ampliação de áreas gerenciadas pelo estado para o desenvolvimento do campo de estudos da História Política na contemporaneidade:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 2003, p. 17).

A inclusão de novas demandas, continuamente agregadas às dependências da intervenção estatal, influenciou as análises de historiadores a respeito da dimensão política das sociedades, que passou a ser pensada em suas articulações com o social, o cultural e o econômico. As novas abordagens colocaram em evidência a relação entre política e poder, assim como passou-se a considerar a incorporação de novas fontes e personagens às pesquisas. Nosso objeto encontra-se nesse esteio, a análise da participação de homens e mulheres comuns na dinâmica de transição política do Brasil durante os anos 1980, ou seja, daqueles que em grande medida não atuavam em instituições ou partidos políticos¹⁰ e através disto identificar as contradições que caracterizaram as relações mantidas entre sociedade e Estado durante a reconstitucionalização.

¹⁰ Não podemos desconsiderar a existência de missivistas que atuavam em partidos políticos e enviaram suas cartas-formulário, o que também não implica considerar que todos os participantes tinham alguma filiação partidária.

Ao investigarmos arquivos disponibilizados nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encontramos uma série de documentos que tratavam da participação popular no contexto de produção da Constituição de 1988. Para além das plataformas digitais, comemorações de aniversário da Constituição Federal já tiveram como temática principal a participação popular na ANC, foi o caso do aniversário de 20 anos da Constituição Federal, realizado pelo Museu da República no ano de 2008, onde foi lançada uma exposição baseada na participação popular na Constituinte intitulada: “Constituição de 1988: a voz e a letra do cidadão/Cidadania em debate” (VERSIANI, 2013).

Apesar de listarmos acontecimentos que pensados de maneira conexa contribuíram para a distensão política e a redemocratização do país, não existem condições que nos permita demarcar uma data e acontecimentos específicos para o fim da ditadura militar, nesse sentido, não compreendemos a transição como uma construção linear e sim como processo. O debate público e a mobilização civil a respeito dos aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil durante os anos 1980 não se restringiram ao envio das cartas-formulário, foram construídas múltiplas formas de participação, tanto por vias formais e informais que são pertinentes para contextualizarmos o cenário político-cultural do país.

Chaveau e Tétart (1999), apresentam três classificações temporais do “muito contemporâneo”, que correspondem ao tempo cronológico: “[...] do século XX amputado de seu primeiro terço” (CHAVEAU; TÉTART, 1999, p.12). As divisões são: a História do presente, a História próxima e a História imediata. Para os autores, a História imediata é a definição mais complexa destas categorias, a qual serve ao historiador mais como ponto de reflexão do que como um objeto de análise passível de submissão às metodologias empregadas por historiadores.

Analisamos o resultado de um processo fomentado por acontecimentos anteriores à 1986 e 1987, portanto, realizaremos recuo temporal para tratar de aspectos que precederam à ANC e contribuíram para a consolidação da distensão política no país. O recuo realizado a seguir foi feito para contextualizarmos a ambiência política e social do Brasil, aspecto inerente aos estudos históricos e que contribui com a análise da participação popular, uma vez que, compartilhamos das considerações feitas por Jean Jacques Becker (2003), no fenômeno da opinião pública, uma das categorias que utilizaremos para analisar o conteúdo das cartas nos próximos capítulos, existe uma troca de influência mútua, ao tempo que os acontecimentos operam sobre a opinião pública, a opinião pública influencia os acontecimentos (BECKER, 2003). Esta assertiva diz respeito ainda a outra característica da opinião pública, ela é mutável,

circunstanciada pelo tempo e espaço, além disso, podem coexistir em uma sociedade durante o mesmo período mais de uma opinião pública. Desta maneira, analisar o cenário social, político e econômico dos anos 1980 nos auxiliou na compreensão de parte dos motivos que influenciaram a intensa participação popular no processo de construção da Constituinte.

A metodologia utilizada para fundamentar este capítulo foi a organização, análise e entrecruzamento de fontes hemerográficas, por meio delas tivemos acesso a discursos sobre os acontecimentos políticos durante o período dos anos 1986 e 1987, além da realização de revisão bibliográfica. Trabalhamos com o Jornal O Dia, um veículo midiático de grande tiragem e circulação, em contraposição, analisamos os discursos presentes no Jornal Alternativa, organizado por movimentos populares e de pequena tiragem. Aderimos à proposta apresentada por Tania Regina de Luca no que se refere ao uso dos periódicos como fonte de pesquisa histórica:

Nos dois casos, já não se questionava o uso dos jornais por sua falta de objetividade - atributo que, de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar -, antes se pretendia alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador (LUCA, 2008, p. 116).

Destarte, problematizamos as matérias veiculadas em ambos os jornais a partir dos projetos políticos de seus editoriais e responsáveis, apreendendo, sobretudo, as diferentes formas de narrar a reconstitucionalização de jornais com propostas distintas, os apresentaremos no decorrer do capítulo. A redemocratização brasileira continua no centro dos debates e revisionismos porque o passado é usado reiteradamente como justificativa para disputas políticas do presente. Na introdução da obra, *Os usos políticos do passado*, Jacques Revel e François Hartog, abordaram a pulverização de opiniões acerca de temas e acontecimentos da História Contemporânea. Os autores observaram como a influência das propagandas e meios de comunicação contribuem para o acirramento de embates que refletem os usos ideológicos e políticos do passado:

Uma reflexão sobre os debates políticos que se abriram sobre a história recente e sua importância tanto para o trabalho dos historiadores quanto para as consequências político-culturais que decorrem desses debates: conflitos internacionais ou guerras civis, processos legitimação e deslegitimação de regimes autoritários ou totalitários (REVEL; HARTOG, 2001, p. 08).

Nessa perspectiva, as disputas narrativas que eclodem na história recente do Brasil também fazem referência aos embates pela legitimação e deslegitimação da democracia brasileira que foi reinstalada com a distensão e o enfraquecimento dos governos militares.

Debates que não se restringem aos “especialistas”, aos acadêmicos e pesquisadores, mas que circulam na opinião pública de maneira geral (HARTOG; REVEL, 2001).

As considerações de Maria Celina D’Araújo nos auxiliaram na compreensão da História da democracia no continente latino-americano:

A recente democratização no continente se faz acompanhar por frustrações com os governos “populares” e por um profundo questionamento das instituições representativas. Partidos e Legislativo, imprescindíveis aos governos democráticos, estão sob a mira da crítica em todo o mundo, mas o descrédito de que vêm sendo alvo na América Latina é preocupante (D’ARAÚJO, 2008, p. 323).

As atuais convulsões nos sistemas políticos latino-americanos constituem-se como objeto de reflexão para os historiadores e as pesquisas sobre o tema englobam as últimas décadas contribuem para que entendamos as contradições, principalmente no que se refere à democracia que este bloco de países experimentou. Nossa pesquisa é parte de um conjunto de trabalhos que investigam temas relacionados ao sistema político do Brasil, com um objeto delimitado, uma vez que, muitos fatores externos e internos influenciaram a transição política que ganhou forma durante os anos 1980. Foi ao ar, em 08 de abril de 1987, o primeiro programa Diário da Constituinte, nos primeiros segundos o narrador apresentou a Emenda Constitucional nº26: “Uma emenda na Constituição em vigor permitiu que deputados e senadores eleitos em novembro do ano passado tenham poderes para elaborar a nova Constituição” (BRASIL, 1987). Em seguida, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães¹¹, apresentou a proposta do programa, funcionar como um boletim informativo a respeito das atividades constituintes. O Diário da Constituinte teve formato diário com duração de cinco minutos, produzido pela Empresa Brasileira de Comunicação- Radiobrás, a Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados e o Serviço de Divulgação e Relações Públicas do Senado. O som da abertura tinha tom de alerta e indicava que algo pertinente seria exibido.

No início do vídeo, Ulysses Guimarães tem a imagem centralizada, ao fundo estão livros aos quais não conseguimos identificar. A câmera foi posta na altura do olhar para criar uma ideia de paridade, “olho no olho” entre telespectador e apresentador que continuou sua fala: “A Constituinte chega a vocês diariamente pela voz e pela imagem desse diário, para dar conta do que está fazendo no Plenário, nas suas nove comissões e 24 subcomissões.” (BRASIL,

¹¹ Ulysses Guimarães foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte, há época ocupou o cargo de deputado federal por São Paulo, uma das figuras mais citadas no partido Movimento Democrático Brasileiro, teve atuação fundamental na oposição institucional e transição política negociada com os militares, possuiu extensa carreira política, ingressou na carreira política no Partido Social Democrático- PSD em 1946. Fonte: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930 2ª ed.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Diário da Constituinte nº 01, 1987). O uso dos termos: “chega”, um verbo no presente, além da aplicação do termo “diariamente”, remetia a auto qualificação do programa como um viabilizador de informações, apresentando-o como um projeto integrador que tinha como premissa estabelecer um diálogo com a população brasileira.

Na mensagem do dia, Ulysses enfatizou a abertura de canais que possibilitaram participação indireta na Constituinte, nesse momento, aumentou seu tom de voz, o que pôde ser perceptível pelo rádio, no vídeo foi usado zoom e o plano da imagem foi fechado, enquadrando o deputado que apontava o dedo para a tela: “Mas você também pode chegar à Constituinte. Enviando sugestões suas ou através de seus sindicatos, entidades de classe, associações de moradores” (BRASIL, 1987). O convite feito contemplava o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição*, que recebeu entre fevereiro de 1986 e julho de 1987 sugestões de brasileiros que foram encaminhadas à ANC por meio de um banco de dados, o Sistema de Apoio Informático a Constituinte- SAIC. Através do SAIC tivemos acesso às sugestões enviadas por piauienses, acervo que constitui nossas principais fontes, mas, é necessário frisar que esta foi uma das formas utilizadas pelos brasileiros para participar do debate político e que durante o período foram inventadas múltiplas maneiras de intervenção, isto é, parte delas sem interlocução direta com o campo institucional, apresentaremos elas nesse capítulo.

1.1. Nas linhas da distensão política do autoritarismo: um percurso

O cenário político brasileiro deve ser explorado a partir dos aspectos da distensão ditatorial, e Francisco Carlos Teixeira da Silva pondera que é necessário refletir se de fato a crise petrolífera condicionou a distensão política do regime militar brasileiro. Em sua análise, considerou que a crise econômica do nos anos 1970 ainda não tinha se estabelecido com intensidade no Brasil, visto que, em 1973, quando foi escolhido o sucessor presidencial de Emílio Garrastazu Médici, o índice de crescimento econômico do país era superior a 10% ao ano. Nessa perspectiva, a escolha pelo retorno da linha castelista ao poder executivo, na figura de Ernesto Geisel, tinha ocorrido pela eficácia econômica do governo de Médici:

[...] não é a crise que condiciona a abertura; ao contrário, foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel- Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime. A crise econômica irá, isso sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar e as suas opções alternativas para a crise (SILVA, 2019, p. 324).

Os militares da linha castelista assumiram o poder e conduziram a reconstitucionalização do regime, mas ele não era democratizante, foi planejado para ser feito de forma unilateral, sem diálogo com a oposição e sem uma Assembleia Nacional Constituinte

(SILVA, 2019). O projeto ficou conhecido como *reabertura lenta, gradual e segura*: “Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criticada” (SILVA, 2019, p. 333). O autor José Ferreira (2019) compartilhou as considerações feitas por Silva (2019) ao explicar os motivos da distensão do regime ditatorial:

É importante ressaltar que, contrariamente ao que argumenta as interpretações economicistas, não foi a crise do “milagre” que levou os militares a decidirem pela saída do poder. Francisco Carlos Teixeira da Silva chama a atenção para que a escolha de Geisel para presidente significou o retorno do grupo castelista ao poder, com aval da cúpula militar e do próprio general Médici, representante dos grupos mais intolerantes e antidemocráticos dentro do Exército. (FERREIRA, 2019, p. 29).

Acerca das decisões militares que culminaram na criação de um projeto de “volta aos quartéis” por parte dos líderes das Forças Armadas, Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling consideram como motivos que levaram o grupo a tomar tais posições:

Primeiro, porque a vida política e a incumbência de zelar pela segurança interna estavam afetando os quartéis e revelando-se um risco para os interesses da instituição. Segundo, porque a ditadura envenenara a estrutura interna das Forças Armadas. Inúmeros oficiais tinham sido retirados das estruturas hierárquicas de comando das unidades, da rotina de treinamento e do ambiente profissional para serem investidos de funções policiais e punitivas. Pior: para quem dava expediente nos quartéis, isso parecia um bom negócio. Afinal, torturadores eram condecorados com a Medalha do Pacificador — que registra atos de bravura ou prestação de serviços relevantes ao Exército — no seu grau mais honroso, e recebiam promoções convencionais, além de gratificações salariais. Uma burocracia da violência fora instalada dentro das Forças Armadas e se tornara fonte de poder no interior da hierarquia militar (MURGEL, SCHWARCZ, 2015, p. 467).

Alguns fatores alteraram e aceleraram a direção do projeto de abertura planejado pela cúpula das Forças Armadas, entre eles, a crise econômica mundial, a crise interna, a oposição institucionalizada e não institucionalizada. Na esfera internacional, a mudança na política externa dos Estados Unidos que haviam apoiado a instauração de ditaduras na América Latina ganhou novos rumos, foi condicionada pelas críticas que a sociedade norte-americana fez a respeito da atuação do país na Guerra do Vietnã, atendados à civis, ataques, mortes de soldados americanos foram transmitidos pelos meios de comunicação, em que pese, a televisão e chocou a comunidade nacional e internacional. Desta maneira, os sentidos que o Estado americano atribuiu a si durante anos de história, a posição de mediador e defensor das liberdades, inclusive em âmbito internacional, esteve em xeque. Em 1974 ocorreu o escândalo de corrupção Watergate, em que Richard Nixon renunciou ao cargo de presidente dos Estados Unidos:

O fracasso do governo Gerald Ford (1974- 1976) em realinhar-se com a confiança da opinião pública americana, visando simultaneamente: (a) a recuperação do prestígio mundial americano, com nítida associação entre política externa americana e direitos humanos; (b) a criação de condições suficientes para retornar ao enfrentamento com

a União Soviética, de forma a projetar eficazmente a hegemonia global americana (SILVA, 2019, p. 320-321).

A eficácia da política externa americana dependia da sua universalidade, conseqüentemente, da inclusão de outros países no plano, principalmente os da América Latina onde as ditaduras constantemente violaram os direitos humanos (SILVA, 2019). No Brasil e em outros países do continente, a Crise do Petróleo culminou no aumento da inflação de custos, também chamada inflação de oferta. Os custos de produção e transportes alteraram a média dos preços de bens e serviços repassados ao consumidor final, com isto, o poder de compra dos trabalhadores diminuiu e no decorrer dos anos seus salários mal cobriam a compra de alimentos básicos.

Países do continente latino-americano captaram grande quantidade de crédito no mercado internacional entre os fins de 1960 e a década de 1970, no Brasil, os militares direcionaram os empréstimos para a construção de obras e estradas, ação que movimentou o mercado da construção civil, um dos motivos foi a tentativa de atribuir poder de compra a pessoas de baixa escolaridade que podiam ser inseridas neste mercado de trabalho (FONTINELES; SOUSA, 2017). No Piauí, durante os anos 1970, esforços foram empreendidos para integração do Estado à dinâmica política do desenvolvimentismo, principalmente durante o primeiro mandato do governador Alberto Silva: “Esses ares desenvolvimentistas, no entanto, atingiram e seduziram o Piauí da década de 1970 e reverberaram nas décadas seguintes” (FONTINELES, 2015, p. 158). Para controlar a inflação interna durante as crises econômicas causadas pela variação no preço do petróleo, os Estados Unidos aumentaram suas taxas de juros e os países que tinham realizado empréstimos tiveram suas dívidas ampliadas, uma vez que, as taxas dos contratos eram pós-fixadas, ou seja, a porcentagem não foi determinada durante a captação do valor, mas, vinculada aos índices de inflação do país credor. A crise econômica se intensificou ao longo da década de 1980 e culminou em altos índices de inflação, fato que dificultou o acesso da população empobrecida a bens de consumo básicos, entre eles, os alimentícios.

O debate sobre a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte teve início em âmbito partidário no começo da década de 1970, no Movimento Democrático Brasileiro- MDB. Existiram discordâncias a respeito do programa político que a oposição deveria construir, para o grupo dos emedebistas “moderados”, onde situava-se Tancredo Neves, qualquer proposta considerada radical pelos militares poderia atrapalhar a criação de canais de negociação para a realização de uma transição política acordada, entretanto, durante o período outras bandeiras ganharam protagonismo no cenário político, entre elas, a luta pela anistia, que

ocorreu desde a metade dos anos 1970 e, posteriormente, as mobilizações por eleições diretas para Presidente da República, ainda assim, a: “[...] convocação de uma Constituinte tornou-se parte de um ideário do MDB, mas o tom que marcaria os discursos da oposição, daquele momento até o último triênio da década de 1970, seria o da defesa da redemocratização do país” (VERSIANI, 2013, p. 47).

No pleito indireto realizado para a escolha do sucessor de Emílio Garratzu Médici, em 15 de janeiro de 1974, Ulysses Guimarães e Alexandre Barbosa Lima lançaram-se como “andicandidatos” ao cargo de Presidente e Vice-Presidente da República como forma de denunciar a dinâmica das eleições indiretas realizadas no Congresso Nacional, mas, com o controle das casas legislativas pelos militares a eleição tinha seu resultado traçado, a vitória do candidato governista (SILVA, 2019).

Uma das situações que ilustraram o descontentamento dos brasileiros com o contexto do país aconteceu durante o governo do sucessor de Médici, Ernesto Geisel, que foi presidente entre 1974 e 1979, trata-se do resultado das eleições para o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O partido de oposição consentida, Movimento Democrático Brasileiro- MDB, obteve vitória expressiva diante do partido governista, a Aliança Renovadora Nacional-Arena. Naquelas eleições, em 15 de novembro de 1974, o MDB conquistou 16 das 22 vagas disponíveis para o senado e 161 vagas das 364 na Câmara dos Deputados. A ampliação das vagas ocupadas pelo MBD fez com que o governo intensificasse os atos de violência na busca por controle político, como exemplo, tem-se o Pacote de Abril¹², tais medidas ilustram como se deu a dinâmica da redemocratização, realizada entre distensões e contrações do aparelho autoritário. As eleições tidas como termômetros para a avaliação das opiniões públicas influenciaram o engajamento emedebista no intuito de desenvolver um projeto de redemocratização, uma vez que, a vitória do partido opositor nas eleições de 1974 deu sinais que os brasileiros de alguma maneira se incomodavam com a situação do país. Ainda no texto, Silva (2019) cita uma entrevista do deputado Thales Ramalho que se reelegeu deputado pelo MDB em 1974:

A urnas, malgrado a limitação da censura, dão estrondosa vitória à oposição, com a eleição de 16 senadores e 187 deputados do MDB: ‘foi aí a primeira sinalização de que o povo estava insatisfeito com aquele tipo de regime [...] foi [assim] o sentimento popular que empurrou tudo!’, afirma o deputado Thales Ramalho, presidente do MDB e depois companheiro de Tancredo Neves na luta pela redemocratização do país’ (SILVA, 2019, p. 335).

¹² Entre as medidas contidas no Pacote de Abril estavam a ampliação das bancadas em que o partido governista, ampliação do mandato presidencial para seis anos, enfim, medidas para buscarem reorganizar a base de apoio da Arena.

O episódio remonta à ampla participação popular na redemocratização influenciou e foi influenciada pelos acontecimentos, podendo ser lida pela ótica da capacidade de pressão da opinião pública no campo político (BECKER, 2003). Ainda durante o governo Geisel, outras medidas liberalizantes foram implementadas ao menos no campo institucional, como a revogação de todos os atos institucionais. O AI-5 foi revogado em 13 de outubro de 1978, entretanto, é necessário pontuar que os desdobramentos da distensão política do regime não estavam nos planos do governo militar, pois o: “[...] que o general- presidente Ernesto Geisel e o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, planejavam a constitucionalização do regime, mas não o retorno do país à democracia liberal” (FERREIRA, 2019 p. 29).

O sucessor de Ernesto Geisel foi escolhido de forma indireta pelo Colégio Eleitoral de 15 de outubro de 1978, tratava-se do candidato João Batista Figueiredo, vinculado à ARENA, que tomou posse no dia 15 de março de 1979. A luta pela anistia, iniciada no começo da década 1970, foi fortalecida ao longo dos anos com a adoção da pauta por novas organizações, entretanto, não existiu apenas um projeto de anistia, mas diferentes concepções de como ela deveria ser realizada. No artigo, *A anistia entre a memória e o esquecimento*, Carla Simone Rodeghero fez a análise de diferentes projetos de anistia. Destacamos duas perspectivas, o projeto que associou à anistia ao esquecimento total do passado e aqueles que associaram anistia a necessidade de falar sobre o passado. Entre as figuras que marcaram a primeira corrente estiveram Therezinha Zerbine, Mila Cauduro e o general Peri Bevilacqua, também existiram semelhanças entre estes projetos, eles baseavam-se em três aspectos: “à pacificação da família, a reconciliação nacional e ato generoso das autoridades (RODEGHERO, p.131, 2009)”. Para a autora, essas perspectivas disputaram e “conviveram- concordaram” com as dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que foram fundados a partir de 1978, no programa dos comitês defendeu-se uma anistia ampla, geral e irrestrita. Rodeghero (2009) considera que a expansão dos movimentos pró-anistia, entre eles, a pulverização por meio da fundação de CBA’s em território nacional e internacional foi fundamental para as discussões do Governo Federal sobre o tema, que sancionou, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia nº6.683, projeto fundamentado em uma anistia ampla e irrestrita que incluiu militares responsáveis por atos de violência e excluiu militantes da oposição enquadrados pelo governo como terroristas, acusados de crimes de sequestro e homicídio.

O fim do bipartidarismo foi outra medida liberalizante implementada durante o governo de João Figueiredo e representou a tentativa de dividir a oposição em diversos partidos políticos, vislumbrando a vitória do partido da base governista nas eleições de 1982,

especificamente dos membros da extinta ARENA que formaram o Partido Democrático Social (PDS). Por conseguinte, o MDB tornou-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foram criados novos partidos, entre eles, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse esteio, ocorreu a volta das eleições diretas para governadores decretada através da lei nº 7.015 de 16 de junho de 1982.

A reorganização do movimento sindical que havia sido reprimido durante o regime militar também fez parte do contexto político do período, os grupos se fortaleceram cada vez mais durante o fim da década de 1970. Acerca do tema José Murilo de Carvalho (2002) fez as seguintes considerações:

O novo movimento distinguia-se do sindicalismo herdeiro do Estado Novo em vários pontos. Um deles era o de ser organizado de baixo para cima, de começar na fábrica, sob a liderança de operários que vinham das linhas de produção, em contraste com a estrutura burocratizada dominada pelos pelegos. Grande ênfase era dada às comissões de fábrica e aos delegados sindicais que funcionavam dentro das fábricas. As decisões finais eram tomadas em grandes assembleias que reuniam as vezes até 150 mil operários, e não por pequenos comitês de dirigentes (CARVALHO, 2002, p. 180).

Operários e trabalhadores encontravam-se com salários que não acompanhavam a inflação e perdiam valor de compra devido à crise econômica desencadeada por aspectos que apresentamos anteriormente, além disso, setores de instituições da Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil- OAB, que anteriormente apoiaram o golpe, passaram a se engajar em prol dos projetos de distensão política. A greve com maior repercussão ocorreu no ano de 1979, realizada por metalúrgicos da região do ABC paulista, foi na mobilização grevista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser reconhecido como líder sindical, figura que passou a ter cada vez mais influência no cenário político do país.

Acontecimento pertinente para a redemocratização e de ampla mobilização civil a campanha Diretas-já foi um movimento que ocorreu durante o ano de 1984 em prol da volta de eleições diretas para o cargo de Presidente da República. No artigo, *Campanha das Diretas Já na perspectiva dos jornais impressos em Teresina (1983-1984)*, tem-se a análise de como as Diretas foram representadas no Piauí, Fontineles e Maciel (2016) indicam que o movimento esteve presente tanto na capital Teresina, quanto em outros municípios, entre eles, Picos, Parnaíba, Oeiras e Campo Maior. Apontam ainda os grupos que colaboraram com a organização das manifestações no estado, entre eles, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina, o Sindicato dos

Assistentes Sociais, o Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP), além da presença de associações de moradores:

Assim, no dia 12 de janeiro de 1984, é criado o comitê estadual suprapartidário (algo que está acima ou para além dos partidos). Pró-eleições diretas, presidido e coordenado pelo presidente da OAB-Piauí, Reginaldo Furtado, com a presença dos partidos de oposição, como o PMDB, o PT e PDT e de várias entidades de classe" (FONTINELES; MACIEL, 2016, p. 137).

Alguns comícios foram organizados em bairros da cidade: “[...] outro comício, desta vez, realizado no dia 3 fevereiro de 1984, no bairro Piçarreira, localizado na zona leste de Teresina. Esse evento contou com participação de aproximadamente três mil pessoas” (FONTINELES; MASCIEL, 2016, p.138). Anexamos a seguir o registro de uma manifestação no centro de Teresina, que teve como principal bandeira a volta de eleições diretas para Presidente da República:

IMAGEM 01



IMAGEM 01: Manifestação no Centro de Teresina contra as eleições indiretas no Colégio Eleitoral. (1984 / Acervo digital Teresina Antiga / Foto por: Raimundo Costa) Disponível em: https://teresinaantiga.com/wp-content/uploads/2020/09/DIRETAS_JA_manifestacao_de_apoio.jpg

Na imagem uma grande quantidade de pessoas concentra-se em uma rua do centro da cidade, carro de som e faixas com frases “O Brasil decidiu...”, “Sindicato dos economistas, Diretas Já” e outra com “Não ao Colégio Eleitoral”, referência ao modo como eram escolhidos os presidentes durante o regime militar, os colégios eleitorais indiretos. A quantidade de pessoas era tão significativa que para além da rua, as calçadas também estavam

ocupadas por manifestantes, um carro de som com megafones em sua parte superior também pode ser visto ao fundo. A respeito do uso de imagens nas análises históricas, Sandra Jatahy Pesavento fez as seguintes considerações:

As imagens são fruto de ação humana, que interpreta e recria o mundo como representação, exercendo grande fascínio. As imagens são visuais, e carregam consigo esta condição especial que se realiza no plano dos sentidos, ao serem captada se fixadas por um certo tempo na retina de quem vê. Imagens são, pois, traços de uma experiência sensorial e emotiva (PESAVENTO, 2008, p. 18).

Em consonância com o exposto acima, as imagens são criadas tanto a partir do olhar de quem a capturou, no caso da fotografia analisada, ela foi retirada da janela de um prédio o confere a possibilidade de percebermos que haviam muitas pessoas na manifestação, conseqüentemente nos deu a noção de uma amplitude que não seria possível se fosse tirada a partir de um outro ângulo, quanto do receptor da imagem que também a significa pois a interpreta de diferentes maneiras. No canto inferior esquerdo da imagem tem-se pessoas que perceberam o momento do registro e acenaram para a foto, assim como é possível ver um rapaz que levantou a bandeira do Brasil em direção as pessoas que observaram a passagem da manifestação da sacada dos prédios. Não podemos ignorar os limites da análise da imagem dada pelas próprias condições tecnológicas da época em que a resolução da foto tirada em preto e branco não nos permite identificar detalhadamente cada elemento do quadro. Apesar das limitações a fotografia apresentada chega até nós como traços de um contexto político de em que a sociedade brasileira se organizou para influenciar no destino do país, apesar de a Emenda Dante de Oliveira não ter sido aprovada, a ideia de que era necessário participar ativamente para disputar espaços políticos se estendeu até a Assembleia Nacional Constituinte, período que compreende o recorte temporal da nossa pesquisa.

O maior comício das Diretas já no Piauí aconteceu na Praça do Marquês, no dia 13 de fevereiro de 1984, onde esteve presente Ulysses Guimarães, existem registros onde afirma-se que neste dia reuniram-se aproximadamente 10 mil pessoas, em outros tem-se que mais de 25 mil pessoas participaram do evento (FONTINLES; MACIEL, 2016). A eleição direta para presidente foi proposta através da Emenda Constitucional nº 05/1983, projeto de responsabilidade do então deputado pemedebista Dante de Oliveira e apesar do engajamento popular para pressionar os parlamentares à aprovarem a emenda isto não ocorreu, 298 deputados votaram a favor, 65 contras e 3 abstenções, além das 113 ausências na votação da pauta.

A Assembleia Nacional Constituinte no país foi posta como necessária ainda durante a década de 1970 por movimentos de oposição ao regime militar: “[...]no dia 14 de setembro de 1977, o MDB se reuniu em Convenção Nacional Extraordinária, em Brasília, sendo discutida e deliberada, como absoluta prioridade política, a participação do partido na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte” (VERSIANI, 2013, p.59-60). Outras bandeiras de luta passaram a ser compartilhadas em maior escala na sociedade brasileira, entre elas, a luta pela anistia e por eleições diretas para Presidente da República. Nesse panorama, a pauta da Constituinte foi secundarizada, contudo, com a derrota da Emenda das Diretas Já, os debates a respeito da necessidade de uma nova Assembleia Constituinte foram fortalecidos.

1.2 A invenção da nova república: entre lutas e lutos

A luta pela Constituinte e pela participação popular no processo de sua construção passou a ser organizada na sociedade brasileira durante a metade da década de 1980. No ano de 1985, foi fundado o Projeto Educação Popular Constituinte, no mês de janeiro do mesmo ano foi criado o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, ambos no Rio de Janeiro. Uma das propostas lançadas pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte foi a expansão destes espaços, a criação de plenários para que discussões fossem realizadas em outros lugares, cidades e bairros, no intuito de que o projeto adquirisse capilaridade. Acerca das intencionalidades em expandir os Plenários populares pelo país, Versiani (2013) ressaltou: "A estratégia era fortalecer, entre os vários setores da sociedade, a defesa de uma Constituinte, por intermédio da organização de manifestações públicas e da abertura de canais de diálogo com a população" (VERSIANI, 2013, p. 60). A expectativa em torno da participação e fiscalização da construção de uma nova Constituição para o Brasil foi tributária do sentimento de que um novo país poderia ser construído, anseio que já havia ocorrido em outras experiências de participação da sociedade civil, entre elas, as Diretas Já. Temos a possibilidade de compreender a redemocratização no Brasil como um processo que não se encerrou e no qual podemos esmiuçar o desenvolvimento de problemas atuais, nesse sentido, criados em detrimento das contradições do processo de redemocratização política do sistema político brasileiro.

O mandato presidencial de João Batista Figueiredo foi o último da ditadura, seus sucessores foram escolhidos por meio do Colégio Eleitoral que aconteceu no dia 15 de janeiro de 1985. Tancredo Neves concorreu à presidência tendo como aliado um ex-membro da base governista, José Sarney, que havia se tornado dissidente do PDS por não concordar com o lançamento da candidatura de Paulo Maluf pela legenda. Desta maneira, Sarney foi vice candidato à presidência pela Aliança Democrática, que reuniu dissidentes do PDS, partido

governista e membros PMDB. A Aliança Democrática venceu o Colégio Eleitoral de 1985¹³, entretanto, em decorrência da grave doença que acometeu Tancredo, a crise política atingiu momentos de tensão, discutia-se quem iria ocupar o cargo vago de Presidente da República, Ulysses Guimarães não era figura bem-quista por setores militares para fazê-lo, o sinal de alerta em torno de uma possível contração do processo de abertura política e retomada dos militares não foi desconsiderado. José Ferreira fez as seguintes considerações acerca do período em análise: “Tancredo sabia que era vigiado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), e uma doença grave ou mesmo a morte seriam motivo para os setores radicais do Exército desfecharem um golpe. Por isso ele insistia em tomar posse” (FERREIRA, 2019, p. 31). Sarney foi visto com desconfiança por ter pertencido a base do regime militar foi a opção escolhida, com a morte de Tancredo Neves, assumiu a presidência de forma interina no dia 15 de março de 1985. A política no Brasil foi atravessada mais uma vez pela morte¹⁴, um acidente de conjuntura personificado na figura do luto, o falecimento do candidato eleito acentuou as significações dadas aos acontecimentos no início da Nova República, contribuiu para ampliar na sociedade civil o sentimento de que era necessário reinventar o país. No documentário, *A céu aberto*¹⁵, cenas do cortejo e enterro de Tancredo Neves mostram as ruas de São Paulo, no dia 22 de abril de 1985, as pessoas entoavam as palavras de ordem: “O povo unido jamais será vencido”. A frase proferida pode ser interpretada como o compartilhamento social da responsabilidade pela luta em favor das pautas democratizantes, que como um anseio tinha sido abalada pela derrota da Emenda das Diretas e atingidas mais uma vez com o fim inesperado das perspectivas depositadas na gestão de Tancredo Neves.

O primeiro governo civil foi iniciado em um ambiente político arranjado e sem respaldo legal, o presidente eleito não assumiu o cargo, negociações ocorreram concomitantemente entre os membros do PMDB e o PDS. A atuação do então presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, foi determinante para os desdobramentos da crise de sucessão, José Ferreira considera: “Nessa situação, provisória e carente de legitimidade, Ulysses Guimarães tornou-se o regente da República. Nas palavras de Luiz Gutemberg, ele atuava como chefe de governo informal” (FERREIRA, 2019, p. 40). Desta maneira, o início do mandato José Sarney foi marcado pela

¹³ O Colégio Eleitoral ocorreu no dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito com 480 votos enquanto Paulo Maluf recebeu 180 votos, também houve 26 abstenções.

¹⁴ Refiro-me aos desdobramentos da morte de Getúlio Vargas durante o ano de 1954, apesar de se tratarem de contextos distintos, diversas narrativas foram criadas na sociedade a respeito dos dois episódios.

¹⁵ **Céu aberto**. Direção e Roteiro: João Batista de Andrade. Produção Executiva: Assunção Hernandes. Fotografia: Chixo Botelho. Edição: Walter Rogério. Som: Geraldo Ribeiro, Walter Rogério, Tide Guimarães e Marien De Ven. Direção Produção: Armando Lacerda. Montagem: Walter Rogério e Danilo Tadeu. Brasil: RAIZ, 1985. DVD (78 min), NTSC, son., color.

presença de membros do PMDB, inclusive nos cargos ministeriais, entre eles, Affonso Camargo Netto que ocupou o Ministério dos transportes entre 14 de março de 1985 e 14 de fevereiro de 1986; Almir Pazzianotto Pinto foi Ministro do Trabalho de 15 de março 1985 até setembro de 1988; Dante de Oliveira foi Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário do Brasil entre 28 de maio de 1986 e 2 de junho de 1987; Francisco Dornelles foi Ministro da Fazenda de 15 de março de 1985 até 26 de agosto de 1985; Fernando Lyra, atuou como Ministro da Justiça do Brasil entre 15 de março de 1985 a 14 de fevereiro de 1986; Pedro Simon 15 de março de 1985 a 14 de fevereiro de 1986; Renato Archer foi Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil de 15 março 1985 até 22 de outubro de 1987; Waldir Pires ocupou o cargo de Ministro da Previdência Social do Brasil de 15 de março de 1985 até 13 de fevereiro de 1986, entre outros¹⁶. No decorrer do mandato de Sarney essa configuração foi modificada, mudança ministeriais foram propostas para afastar a influência de Ulysses Guimarães e a cúpula do PMDB das decisões do Governo Federal, a mudança foi retratada em matéria veiculada no Jornal O Dia, no texto afirmou-se que a gestão de Sarney começaria de fato naquele momento, em que os pemedebistas foram afastados do governo, atribuíram, inclusive, o insucesso na gestão da crise econômica ao grupo pemedebista:

Quem conhece bem o presidente José Sarney não precisa fazer qualquer esforço para compreender que a partir de agora o governo vai ter um novo ritmo, uma nova coloração e sobretudo a marca pessoa do seu comandante. Basta ver o anúncio dos primeiros nomes - tais como Marco Maciel, Íris Rezende, Paulo Brossar e José Reinaldo Tavares [...] Sarney vai governar mesmo com o pessoal do PFL, [...]. Veja-se que de todo o ministério só três deixam os cargos jogando lama no governo a que serviram. E todos os três do PMDB: Fernando Lyra, Pedro Simon e Roberto Gusmão. Todos os casos mais graves no governo Sarney foram criados pelos pemedebistas [...] O governo Sarney vai começar e bem, para graça de todos nós (Jornal O Dia, 07 fev. 1986, p. 03).

O posicionamento de desferir críticas à participação pemedebista durante a primeira parte do governo Sarney e, por conseguinte, os elogios projetados na figura do presidente podem ser compreendidos através das relações mantidas entre a chefia do veículo de comunicação e as alas conservadoras da política brasileira. A empresa pertenceu, desde o ano de 1964, ao coronel do exército Octávio Miranda, dessa forma, chefiado por um militar que adotava uma agenda política distinta da proposta pelos pemedebistas, formado por membros que foram do partido de oposição ao regime militar: “Em 1983, a quarta fase desse jornal contou com o coronel do exército Octávio Miranda como diretor-presidente, a diretora-administrativa

¹⁶ É necessário lembrar que cada político que ocupou um cargo ministerial teve um percurso político, muitos apesar de a época pertencerem a legenda pemedebista já tinham passado por partidos que serviram de apoio a ditadura militar, desta forma, cada caso deve ser analisado de maneira detalhada.

Valcira Miranda Trábulo de Sousa e com o diretor-chefe Volmar Miranda." (FONTINELES, MACIEL, 2018, p. 139). Outras matérias nos permitiram diagnosticar uma relação particular mantida entre o diretor-presidente do Jornal O Dia e o Presidente da República, trata-se mensagem enviada pela assessoria de Sarney em nome do presidente em detrimento do aniversário de 35 anos da empresa:

O diretor-presidente do Sistema Integrado de Comunicação O DIA- Jornal, Rádio e Editora, coronel Octávio Miranda, recebeu ontem o seguinte telegrama assinado pelo presidente da República José Sarney: ‘... "O DIA", vem dando exemplo que deve ser seguido por todos os que desejam dias melhores para o Brasil e sua gente. Prossigam na luta diária de bem informar e que os novos tempos que se abrem tragam horizontes mais amplos para todos. José Sarney - Presidente da República’ (Jornal O Dia, 05 fev. 1986, p. 01).

O envio de uma mensagem em nome do Presidente do Brasil ao diretor-presidente da empresa de comunicação O Dia denota uma relação de compromisso entre as duas partes e contribuiu para que compreendêssemos o posicionamento adotado pelo jornal diante da mudança ministerial realizada no governo em 1986. No início do mandato, Sarney cumpriu a agenda política construída para o governo de Tancredo Neves e também buscou manter uma política conciliatória com os militares (FERREIRA, 2019). Entre as medidas democratizantes que ocorreram durante o governo estiveram:

Em maio, Sarney enviou ao Congresso Nacional o chamado Emendão. Tratava-se de uma série de iniciativas democratizantes, como: estabelecer eleições diretas para presidente da República em dois turnos, assim como para prefeitos das chamadas áreas de segurança nacional; estender aos analfabetos o direito de votar; legalizar os partidos comunistas e organizações como a UNE; alterar a legislação de modo a facilitar a criação de novos partidos políticos, entre outras (FERREIRA, 2019, p. 41).

Apesar da instauração de medidas liberalizantes, o anseio em buscar soluções para as demandas sociais integrou de maneira cada vez mais pertinente o cotidiano dos brasileiros, a luta pela construção de uma Assembleia Nacional Constituinte estava consolidada. A dinâmica de mobilização popular durante o período rearranjou a acepção dos espaços que anteriormente não eram considerados políticos. Em se tratando do campo político, Evelina Dagnino considera: “A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas” (DAGNINO, 2004, p. 105). A ocupação de espaços como praças, auditórios, avenidas e ruas, para além de serem utilizadas para sediar as manifestações e debates, suas significações foram transformadas, passaram de locais públicos para lugar de política. Eder Sader (1988) afirma que a reorganização política da sociedade civil foi parte integrante do processo de reconstrução da redemocratização brasileira e não como uma consequência da dimensão macro política, ou seja, um resultado da distensão política das instituições governamentais. O esgotamento de

formas de diálogo com o Estado brasileiro durante a ditadura militar contribuiu para que parte da população não acreditasse que suas pautas seriam atendidas por essa via, assim, as organizações civis tornaram-se um meio de reivindicação de direitos políticos, civis e sociais.

1.3 A Assembleia Nacional Constituinte entre os bastidores do congresso e as ruas

Em 28 de junho de 1985, José Sarney enviou a mensagem nº 330 ao Congresso Nacional, tratava-se da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a ser composta por deputados e senadores que se reuniriam, no dia 31 de janeiro de 1987, na sede do Congresso: “Cumpro o dever assumido com a Nação pela Aliança Democrática. A Assembleia Nacional Constituinte realizará, sem dúvida, o grande e novo pacto nacional, que fará o País reencontrar-se com a plenitude de suas instituições democráticas. ” (BRASIL, 1985). Na mensagem de Sarney o tom conciliatório remonta à forma com que o governo planejou o processo de criação da nova Constituinte, um “pacto nacional”, o primeiro mandato de um presidente civil não marcou o fim ou a saída dos militares da política nacional, pelo contrário, estas forças permaneceram na busca pela aprovação de suas propostas e disputaram espaço nas comissões constituintes. Ao questionar os motivos que levaram a transição política brasileira ter se alicerçado em uma Constituinte ao contrário da ditadura Argentina, que foi iniciada com um golpe militar no ano de 1966 e durou até o ano de 1973 em que três generais comandaram o governo, respectivamente, os generais Juan Carlos Onganía, Roberto Marcelo Levingston e Alejandro Agustín Lanusse, Cícero Araújo teceu as seguintes considerações:

[...] o regime autoritário brasileiro preocupou-se, muito mais do que o argentino, com sua própria institucionalização, através de normas e procedimentos que, para além da mera aparência de legalidade, servia a propósitos derivados da necessidade mesma de regular seus conflitos internos [...] nada disso retira o caráter essencialmente repressivo da ditadura que, através de instrumentos como o AI-5 e de uma máquina semiclandestina de perseguição aos opositores, podia suspender, da noite para o dia, todas as normas ou procedimentos e deixar qualquer cidadão à mercê de uma violência extrema, cuja simples ameaça já poderia dissuadi-lo de pendores oposicionistas (ARAÚJO, 2013, p. 337).

O caráter “institucionalizante” foi uma das características da forma política adotada pelo regime militar, os atos institucionais foram um exemplo do engajamento em criar um elemento discursivo que legitimasse os atos de exceção implementados durante o regime, embora tais legislações pudessem ser suprimidas a qualquer tempo pela cúpula das Forças Armadas, que apesar de não terem criado um projeto de distensão do regime com a criação de uma nova Constituição, engendraram-se nos debates para legislar suas garantias, a Lei da Anistia também

configurou-se a partir da intervenção militar no controle dos tramites legislativos a fim de salvaguardar prerrogativas aos seus membros e instituições.

A proposta do governo para a Constituinte não agradou a todos os setores da sociedade civil, coexistiram diferentes projetos que trataram sobre como ela deveria ser estruturada, entre os principais, o da Constituinte congressional, aquela em que os deputados e senadores além das atividades legislativas têm a responsabilidade de formular a constituição. O principal argumento contra este modelo referiu-se à possibilidade de as demandas sociais serem suprimidas em detrimento dos interesses partidários e políticos dos congressistas que acumulariam dupla função, legislativa e constituinte. As negociações que poderiam ser realizadas entre as elites políticas durante a ANC causaram receio e houve em parte da sociedade brasileira desconfiança a respeito da idoneidade de seus representantes políticos. Foi formada a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida pelo nome do seu presidente, Afonso Arinos de Melo Franco. A comissão foi instaurada por Sarney através do Decreto nº 91.450, tinha 50 membros, composta por intelectuais e juristas, entre eles, Gilberto Freyre, Jorge Amado e Celso Furtado, que foram designados a formular um Anteprojeto Constitucional. A formação desta comissão, por sua vez, também foi criticada por setores da sociedade civil por ser considerada elitista e direcionar o debate a pessoas que não viviam de maneira direta os problemas da população mais empobrecidas do país.

Em contraposição ao projeto de uma constituinte congressional estava a proposta de uma constituinte exclusiva, neste modelo, os constituintes a serem escolhidos não necessitavam pertencer ao Poder Legislativo, esta formação funcionaria exclusivamente para o trabalho de elaboração da Constituição e seria dissolvida à posteriori. "No caso da Constituinte exclusiva, os constituintes não teriam que estar necessariamente vinculados a um partido político, nem seriam diferenciados como deputados ou senadores, sendo todos "simplesmente" constituintes." (VERSIANI, 2013, p. 93-94). É necessário pontuar que existiu uma terceira via, proposta pelas correntes políticas mais conservadoras ligadas ao regime militar, em que a formação da constituinte seria facultativa sob a justificativa de que a Constituição em vigor poderia ser emendada¹⁷ (VERSIANI,2013). O projeto instaurado foi o da constituinte congressional, compartilhado pela oposição moderada:

¹⁷ A Constituição em vigor havia sido outorgada no ano de 1967 como tentativa de os militares reconhecerem legalmente os Atos Institucionais implementados durante a ditadura, além disso, sua legitimidade é questionada por ter sido um texto construído de maneira arbitrária, submetido à um Congresso controlado pela ditadura militar, e a uma "oposição" limitada por meio de cassações de mandato, censura, exílio e atos de violência.

Após negociações e impasses, em 27 de novembro de 1985, foi aprovada na Câmara e no Senado a Emenda Constitucional nº 26, ato convocatório de uma Constituinte congressional. A proposta do plebiscito foi derrotada, ficando estabelecido que os membros da Câmara Federal e do Senado Federal se reuniriam no Congresso Nacional, unicameralmente, para formar uma Assembleia Nacional Constituinte, dita livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987. Caberia ao presidente do Supremo Tribunal Federal instalar a Assembleia e conduzir a eleição do seu presidente. (VERSIANI, 2013, p. 99).

Com a derrota do projeto de constituinte exclusiva e a possível supressão das demandas populares diante de interesses político-partidários, a principal bandeira de luta passou a ser a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Existiram, ainda, iniciativas que buscaram a revogação da convocação da constituinte congressional, em debates realizados por trabalhadores na capital piauiense, em encontro coordenado pela Central Geral dos Trabalhadores -CUT, a Central Geral dos Trabalhadores-CGT e sindicatos não especificados, localizamos entre as pautas reivindicadas críticas a respeito da forma com que convocação da Constituinte foi feita pelo Governo Federal:

Os trabalhadores vão pedir a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, um salário real digno, segurança no emprego, mais empregos, reforma agrária, liberdade de expressão, além de protestos contra a forma que o governo convocou a Constituinte. (JORNAL O DIA, 01, 02, mai., 1986, p. 07).

No trecho tem-se a requisição de direitos sociais ligados à jornada de trabalho, a segurança e ao emprego; os direitos civis, entre eles, de liberdade de expressão, além disso, na matéria foi apontada a existência de protestos contra o modo com que ANC foi convocada pelo Governo Federal, uma referência ao projeto de constituinte congressional, há possibilidade destas críticas terem sido estendidas à Comissão Afonso Arinos de Melo¹⁸. As matérias do Jornal O Dia tem caráter estritamente informativo a respeito destas mobilizações, que saíram na edição no mesmo dia que ocorreram, nesse sentido, não foram veiculadas de modo convocatório, como poderemos observar nas matérias do Jornal Alternativa, justamente porque foram editoriais com interesses políticos distintos. O jornal foi criado para estabelecer reforçar a interlocução entre a paróquia e a comunidade, além de expandir a formação política que os moradores da região tinham de temas políticos e sociais:

Para melhor conduzir o jornal foi criado em 1981 o CEA - Centro de Estudos Alternativa - o qual tinha como proposta desenvolver um trabalho em nível de prestação de serviços na formação política e intelectual dos grupos da paróquia São João Evangelista e membros dos movimentos populares do bairro” (LACERDA, 2013, p. 141).

A principal intencionalidade fundamentou a construção do Jornal Alternativa foi a formação política da comunidade, fator que desnuda a forma com que as matérias acerca da

Constituinte foram criadas e veiculadas, com um caráter convocatório, de manifestação e apresentação de informações que consideravam pertinentes para o projeto político do grupo. Acerca da comunicação alternativa no Brasil, Geilson Santos e Sônia Aguiar apresentaram as seguintes considerações:

No Brasil, os jornais sindicais – atuantes no Brasil desde os anos 1930 – desempenhavam um papel importante na institucionalização de uma “contra-informação” nas disputas políticas e sociais que se travam no âmbito da sociedade, contrapondo-se ao espaço midiático dominante, contestando as versões e os pontos de vista oficiais, fazendo emergir uma informação sob perspectiva diferente daquela privilegiada pelas outras categorias de mídia (ARAÚJO *apud* SANTOS; AGUIAR, 2003, p.34)

A produção alternativa, portanto, era utilizada por grupos sindicais que desejavam produzir contrainformações desde a década de 1930. A respeito da cobertura realizada pelo *Jornal Alternativa* acerca da Constituinte, a concepção de criar um espaço para contestar as versões de demais jornais pode ser observada inclusive no jargão utilizado nas edições, “Nos outros a prisão do fato, no *Alternativa* a notícia de fato”. Em publicação datada de fevereiro de 1987 têm-se uma série de críticas e acusações direcionadas aos constituintes piauienses, “Os constituintes piauienses não são confiáveis. A maioria é corrupta [...]” (*Jornal Alternativa*, fev. 1987, p. 03). A desconfiança para com os representantes legislativos do Piauí na Constituinte reforçou a ideia de que as demandas sociais só poderiam ser alcançadas caso a população criasse meios de influenciar e fiscalizar os debates da ANC. Em data próxima às eleições de 1987, o *Jornal* de características comunitárias veiculou matéria para informar aos eleitores as propostas de cada candidato piauiense à constituinte: “O que os candidatos propõem para Constituição” (*Jornal Alternativa*, nov. 1986, p. 01), houve, portanto, um projeto de instruir os eleitores acerca dos candidatos que poderiam favorecer o prosseguimento de pautas que consideraram pertinentes para os interesses da população. A desinformação de parte da população brasileira a respeito das propostas foi tema abordado em artigo de opinião publicado na editoria de política do *Jornal O Dia* pelo colunista Rangel Cavalcante. O tema do texto foi a secundarização das propostas políticas dos deputados federais e senadores em detrimento da corrida política pela eleição, sob o título “A constituinte esquecida” (*O Dia*, 30 set. 1986, p. 05). O autor do texto indicou que os candidatos não deram importância às pautas constituintes em detrimento do pleito eleitoral. Se por um lado faltou compromisso de parte dos candidatos em dialogar com a população a respeito de suas propostas e da Constituinte, em sentido contrário, as publicações no *Jornal Alternativa* indiciam que a própria população criou mecanismos para explicar às demais pessoas o significado daquele momento e quais eram as propostas de cada candidato.

Localizamos posicionamentos mais incisivos acerca da participação popular na Constituinte no Jornal O Dia apenas na editoria que recebeu textos de leitores. As mensagens destoavam da linha editorial conservadora do Jornal, a abertura discricionária para a publicação de textos dos leitores se deu nos termos propostos por Beatriz Kushnir ao analisar as mudanças na trajetória da linha editorial do Jornal Folha da Tarde a autora concluiu que as mudanças significativas nas publicações ocorreram, entre outros fatores, por questões mercadológicas. Desta maneira, a permissão no Jornal O Dia para veiculação de determinadas pautas de seus leitores ocorreu porque existia um nicho mercadológico consumidor para que os assuntos fossem aceitos. Em texto veiculado na editoria de leitores, uma autora fez referência às determinações emitidas pelo 4º Boletim Informativo do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, lançado em março-abril de 1986, sediado no Rio de Janeiro, indício de que existiu articulação entre estados brasileiros para que houvessem direcionamentos conjuntos e que piauienses se informaram dos direcionamentos nacionais:

‘É a articulação, a nível nacional, dos Plenários, Comitês, Comissões e Movimentos pró-participação popular na Constituinte, que existem atualmente em quase todos os Estado do Brasil... preocupações em conquistar para o povo o direito de participar da nova Constituição do País.’ Uma preocupação básica do Plenário é "a luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte livre, soberana e autônoma, sem se confundir com o Congresso Nacional (O Dia, 04 de jun. 1986, p.04).

Ao contrário das expectativas contidas na publicação, a revogação de uma ANC híbrida ao Congresso Nacional não ocorreu e o modelo congressual foi mantido. A busca por criar modos de participação e fiscalização das atividades constituintes foi fortalecida pela concepção de que os debates constitucionais estariam atravessados por negociações partidárias entre forças políticas progressistas e conservadoras¹⁹ que, conseqüentemente, ocasionaria a secundarização das demandas da população

A busca por participação na Constituinte a nível nacional foi desmembrada na busca por influência em outras esferas administrativas, principalmente nos poderes Municipal e Estadual a fim de pressioná-los acerca de problemas causados pela falta de acesso a itens básicos, movimento que foi intensificado em detrimento da crise econômica e desvalorização do valor real do salário mínimo, além da falta de infraestrutura nos conjuntos habitacionais criados durante a década de 1970 (FONTINELES, SOUSA, 2017). O déficit habitacional também fez parte deste cenário, no qual pessoas desabrigadas ocuparam áreas urbanas ocasionado o crescimento das cidades de maneira desordenada (SOUSA; VIANA, 2018). Poucos dias antes

¹⁹Neste embate dentro da própria Constituinte consolidou-se o grupo que conhecemos atualmente por “centrão”, políticos que visaram combater propostas consideradas progressistas e para tanto alinharam-se ao projeto político de Sarney, alinhando –se com o espectro de centro-direita.

da implementação do Plano Cruzado, lançado no dia 28 de fevereiro de 1986, o salário mínimo perdeu mais valor real devido ao aumento de preços: “O preço da carne bovina subiu 325 por cento durante um ano, em Teresina” (Jornal O Dia, 05 fev. 1986, p. 02). O plano econômico foi lançado no seguinte contexto:

Essa indefinição no campo econômico manifestou-se principalmente por meio de programas econômicos de muita repercussão midiática, mas de pouca eficiência social, como o caso do Plano Cruzado, implantado em 1986, que propunha o congelamento de preços, levando significativa parcela da sociedade a se tornar fiscal do Sarney, para combater aumentos abusivos de produtos [...] (FONTINELES, 2003, p. 33-34).

O Plano Cruzado foi formulado pelo Ministério da Fazenda, que tinha como ministro Dilson Funaro, a proposta foi construída com a contribuição de Edmar Bacha, André Lara Resende, João Sayad, e Persio Arida e aprovada no Congresso Nacional. Entre as medidas esteve o congelamento e o tabelamento de preços dos bens, entre eles, os alimentícios e os combustíveis. O sucesso inicial do plano fez com que a base governista formada pela coligação PMDB-PFL obtivesse números expressivos nas eleições de 1986²⁰. O historiador David Maciel analisou o impacto do Plano Cruzado nas eleições e no desenvolvimento das forças que atuaram na Constituinte:

[...] Cruzado garantiu a legitimação do governo e das forças que o apoiavam frente à sociedade e no interior do Congresso Constituinte, fundamental para o controle autocrático do processo de substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática, que se daria a partir de então. Mantido artificialmente após o mês de julho, o congelamento de preços viabilizou a vitória acachapante dos partidos governistas nas eleições para governadores e para o Congresso Constituinte de 1986 (MACIEL, 2008, p. 122).

Com o congelamento de produtos a sociedade civil foi incentivada a fiscalizar os valores cobrados nos estabelecimentos do país, ou seja, verificar se os comércios e supermercados estavam seguindo a tabela de preços do governo. As pessoas que fiscalizavam foram popularmente nomeadas de “fiscais do Sarney”, esta foi uma das atividades exercidas pelas componentes da Associação de Donas-de-casa de Piripiri, a entidade contava com mais de 300 associadas (Jornal O dia, 05 mai., 1986). O grupo atuou no momento em que o Plano Cruzado obteve êxito e ainda estava em execução:

O Plano Cruzado foi um sucesso para o governo, repercutindo grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98% enquanto a de abril foi de 0,58%. Em todas as áreas e em todos os índices o Plano Cruzado apontava para o sucesso. (FERREIRA, 2019, p. 46-47).

²⁰ As eleições gerais ocorreram em 15 de novembro de 1986 e foram destinadas ao pleito de Deputados Federais e Estaduais, Governadores e Senadores.

O plano definiu com o comportamento dos consumidores diante de um possível aumento de preços, com receio da alteração substancial dos valores, passaram a comprar muitos alimentos de uma única vez para estocar, comerciantes, por sua vez, passaram a cobrar ágio pelos produtos, uma diferença entre o valor repassado ao consumidor e o da tabela, tais ações aceleraram a escassez de produtos, diante da crise o governo adotou novas medidas. O Plano Cruzado II foi lançado em 21 de novembro de 1986, entre as medidas adotadas esteve o congelamento de salários, a correção do salário mínimo quando a inflação chegasse a 20%, intitulado de gatilho salarial, entretanto, o segundo plano também não funcionou, os preços subiram, os impostos foram ampliados e o governo Sarney perdeu popularidade: “[...] Durante a manifestação, os bancários empunharam faixas com críticas ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro, a quem responsabilizaram pelas medidas contidas no plano de estabilização econômica do Governo” (JORNAL O DIA, 02 nov.1986, p. 07). Foi lançado no ano de 1987 o Plano Bresser, que se configurou como uma nova tentativa do congelamento de preços, através deste foi lançado a Unidade de Referência de Preços, no plano buscou-se realizar reajustes de preços e salários, além do fim do gatilho salarial e adiamentos de obras de grande porte. Na proposta defendida por Maciel (2008), a decadência do Cruzado culminou no avanço da tutela militar no governo Sarney:

No entanto, com o agravamento da crise de hegemonia burguesa, particularmente com o colapso do Plano Cruzado e com o acirramento dos conflitos políticos durante o processo constituinte, os militares avançaram progressivamente sua posição tutelar diante do governo Sarney, tornando-se o seu único sustentáculo político ao final do mandato [...] Aos militares, esta situação permitiu negociar de modo francamente favorável às suas posições a definição do seu papel na institucionalidade democrática, garantindo sua autonomia política e operacional diante dos governos civis (MACIEL, 2008, p. 20).

A tratativa de que os militares ampliaram seu poder de negociação dentro da institucionalidade reverbera a complexidade das disputas que ocorreram no âmbito da Constituinte, espaço no qual a sociedade civil articulou-se para defender suas pautas, se não decidiram diretamente nas matérias através do voto, representaram uma limitação ao que seria incorporado e deixado à parte do texto constitucional (BECKER, 2003). As considerações feitas por Maciel (2008) no que se refere a garantias aos militares no texto Constitucional pode problematizado por meio da incorporação das disposições da Lei da Anistia no Art 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1988).

Apresentamos o panorama da crise econômica a fim de demonstrar o seu impacto no cotidiano da população, a ponto de tornar-se um dos motivos que levou um número maior de pessoas a buscar a mobilização política como meio de reparar as adversidades causadas pelas

consequências econômicas que afetaram o dia-a-dia dos brasileiros representadas nas cartas-formulário que apresentaremos no próximo capítulo. A partir de problemas comuns alianças atravessadas pela subjetividade dos sujeitos foram criadas para influenciar e fiscalizar os debates constituintes. Localizamos em jornais, atas e panfletos de campanha registros a respeito de mobilizações, fundação de associações e realização de debates que contribuíram para a formação de uma cultura política centrada na ideia de que a participação popular era o modo pelo qual os brasileiros conseguiriam obter a aprovação ou a garantia legal de suas reivindicações, embasamos a análise nas seguintes considerações de Versiani (2013):

Assim, é plausível afirmar que, em meados dos anos 1980, começa a se desenvolver, na sociedade brasileira, um tipo de cultura política que tem na participação política do cidadão um eixo fundamental. Conforme analisado por Daniel Cefaï (2001), todas as experiências sociais devem ser compreendidas como formas culturais compartilhadas no seio das sociedades [...]. É nesse sentido que se pode aferir que as diversas estratégias de socialização política presentes na sociedade brasileira, naquele momento, compunham e sedimentavam uma nova cultura política, democrática e com ênfase participativa" (VERSIANI, 2013, p. 129).

Formou-se no Brasil dos anos 1980 um ambiente político-cultural democratizante que a partir da metade da década foi integrado pelos movimentos de luta pela instauração da ANC e posteriormente pela participação popular no debate das pautas que iriam compor o texto constitucional, uma das modalidades de participação foi envio de cartas-formulário à ANC. A emergência de uma nova cultura política também foi tributária de outras formas de participação, analisamos como este cenário foi construído na cidade de Teresina e em outros municípios piauienses, desta maneira, como os piauienses integraram-se à dinâmica nacional por meio da atuação de sua população em articulação com grupos locais, regionais e nacionais para influenciar e fiscalizar a Constituinte. A contextualização foi feita de maneira proposital através da apresentação de representações das manifestações, seminários, debates, formação de sindicatos para demonstrar ao leitor que existiu um cenário favorável à participação popular por meio do envio de cartas no Piauí, tendo em vista que o contato com outras manifestações políticas influenciou o engajamento da população em manifestar-se por meio do *projeto Diga Gente- Projeto Constituição*.

O estudo da cultura política auxilia os historiadores que analisam os comportamentos políticos dos indivíduos ante as instituições (BERSTEIN, 1998). Como o termo propõe, trata-se da intersecção entre dois campos, o cultural e o político, abordagem que ganhou espaço na historiografia a partir do desenvolvimento do campo da História Cultural e da História Política:

E se a cultura política responde melhor à sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos

parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Ao aplicarmos o conceito de cultura política ao nosso objeto não podemos desconsiderar que poderiam coexistir culturas políticas em 1980 que não conseguiremos citar, portanto, houve grupos que lidaram com a transição política de outra maneira e escolheram se abster dos debates públicos. O que diferencia as possibilidades são os graus de compartilhamento que elas atingiram, Serge Berstein (1998) aponta dois fundamentos da cultura política, a influência das representações e a pluralidade das culturas políticas que podem concorrer em determinada circunstância:

Desta definição, reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Os cientistas políticos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba são percussores dos debates que relacionam política e cultura, suas pesquisas estão vinculadas ao contexto do pós Segunda Guerra e aos sistemas políticos ocidentais, os autores trataram especialmente da: "[...] importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas respectivas orientações e atitudes políticas, e propuseram um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental" (BAPTISTA, 2016, p. 665). Leonardo Baptista (2016) analisou o desenvolvimento do conceito de cultura política no artigo, *O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea*, onde problematizou as propostas de Almond e Verba (1963) até a apropriação historiográfica do conceito de cultura política:

Segundo Almond e Verba (1963, p.12-13), o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos (BAPTISTA, 2016, p. 665).

As críticas feitas à Almond e Verba (1963) foram o determinismo cultural e utilização comparativa que hierarquizou e ideologizou a pesquisa, uma vez que, a democracia liberal norte-americana e britânica foi tratada pelos autores como ponto de chegada ideal para a consolidação de regimes democráticos (BAPTISTA, 2016). O autor realiza, ao fim do artigo, um balanço para explicitar como as relações entre política e cultura foram incorporadas nos estudos históricos:

Motta (2009, p.13-14) afirma que as mudanças pelas quais passará a História Política decorrem da hegemonia que passou exercer o paradigma culturalista sobre os historiadores nas últimas décadas. Desde então, a compreensão histórica dos

fenômenos políticos buscará nos fatores culturais elementos para sua reflexão, abrindo novas perspectivas de análise (BAPTISTA, 2016, p.671-672).

Para estudar cultura política é preciso levar em consideração a forma com a qual os sistemas políticos são interiorizados, expressados e avaliados pela sociedade civil, onde a subjetividade dos sujeitos é tomada por meio dos vestígios históricos como matéria inteligível e na qual as linguagens, as abordagens e as significações são passíveis de análise. No caso das cartas-formulário a expressão da opinião pública foi feita por meio de uma operação base, a escrita epistolar. De acordo com Babtista (2016):

A construção do conceito de cultura política emerge da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos (BAPTISTA, 2016, p. 666).

As cartas-formulário são documentos atravessados pela subjetividade de seus autores e colaboradores, baseado nas vivências individuais ou partilhadas dos sujeitos, fontes que nos possibilitaram problematizar o alinhamento dos piauienses à uma cultura política centrada na participação popular construída por meio de frentes, demandas e linguagens diversas entre os fins de 1970 e a década de 1980, além de possibilitar a investigação de questões que nortearam e levaram a sociedade civil a enviar sugestões de 39 municípios piauienses, constituindo-se enquanto parte dos movimentos nacionais que buscaram influenciar os debates constituintes.

Entre as organizações sociais existentes no Piauí diagnosticamos uma grande quantidade de associações que existiam ou foram fundadas entre os anos de 1986 e 1987, entre elas: “Associação das Secretárias do Estado do Piauí (ASSEPI)” (JORNAL O DIA, 24 out. 1986, p. 07); Associação Profissional dos Vigilantes de Teresina” (JORNAL O DIA, 19, 20 out. 1986, p. 02); “Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Bela Vista II”, a matéria tratava da eleição dos novos diretores da associação, inclusive uma das chapas chamava Constituinte (JORNAL O DIA, 01 out. 1986, p.02); “Associação dos Moradores do Mafrense” (JORNAL O DIA, 29 abr. 1986, p. 02); “Associação dos Moradores do João Emílio Falcão” (JORNAL O DIA, 23 de mai. 1986, p. 07); “Associação dos Moradores do Bairro Macaúba” (JORNAL O DIA, 19 jun. 1986, p. 07); Associação Comunitária dos Moradores do Morro da Esperança (JORNAL O DIA, 08,09 de jun. 1986 p. 07); “Associação dos Merceeiros do Piauí” (JORNAL O DIA, 9 de abr. 1986, p. 07); Associação de Panificadores de Teresina e Associação dos Atacadistas" (JORNAL O DIA, 09 abr. 1986, p. 07); “Movimento de Apoio à Criança e Conselho Mirim de Bairros” (JORNAL O DIA, 18 de jan.1986, p. 07); “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Lourival Parente” (JORNAL O DIA, 19 fev. 1986, p. 07);

“Sindicato dos Jornalistas”, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Espetáculos de Diversão Pública, Sindicato dos Músicos (JORNAL O DIA, 03 mai.1986, p. 02); “Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí” e “Associação dos Procuradores do Estado” (JORNAL O DIA, 11,12 mai. 1986, p.02). Citamos o nome das associações para demonstrar que a criação dos espaços políticos na sociedade civil foi concebida como necessária para que a busca de solução dos problemas de determinado grupo fosse efetiva. A quantidade de associações importa que a ideia foi compartilhada em larga escala no Piauí, associações de variados setores sociais e que exerciam atividades distintas, entre eles, jornalistas, panificadores, músicos, engenheiros, merceeiros, vigilantes e moradores de bairros, nos permitem constatar a pluralidade das agremiações políticas que existiram durante o período analisado no Piauí.

Os aspectos que fundamentam a construção da democracia na América Latina durante o último século foram trabalhados por Maria Celina D'Araújo (2008), em especial o período de reconstitucionalização dos países latino-americanos: "Os trajetos dos experimentos democráticos que vêm ocorrendo em toda a América Latina têm variado na ênfase no personalismo e no populismo, em contraposição ao fortalecimento das instituições, mas de forma geral o saldo é positivo e inédito" (D'ARÁUJO, 2008, p. 322). A autora constata que na América Latina a democracia ainda é um experimento, nessa perspectiva, pesquisar a respeito da redemocratização no fim do século XX é observar uma variação de eventos no trajeto das experiências democráticas nos países latinos. Quando apontamos que durante os anos 1980 emergiu no Brasil uma cultura política centrada na participação popular, não queremos dizer que a democracia foi consolidada no país, a cultura política se refere mais a forma com que as pessoas lidam com um sistema de governo do que com bases filosóficas, também não significa dizer que essa cultura de participação tenha sido mantida ao longo dos anos, afinal, a cultura política é mutável, o estabelecimento de um recorte temporal serve justamente para circunscreve-la em determinado período e apontar, ela pertence a este tempo, ao contemporâneo, mas não necessariamente ao imediato.

No período analisado existiu no Piauí um considerável número de associações, as que citamos anteriormente são apenas aquelas que conseguimos identificar durante a pesquisa hemerográfica, nesse sentido, existiram outras organizações que não foram retratadas nas matérias do Jornal O Dia ou que não conseguimos identificar. Utilizamos a citação a seguir para interpretarmos o crescimento de associações durante a segunda parte dos anos 1980 na capital piauiense:

O secretário do Interior e Assuntos Especiais, vereador Acilino Ribeiro, disse ontem que Teresina é uma das capitais que mais evoluíram em termos de organização de moradores. A conclusão foi feita durante o III Congresso Nacional de Associações de Moradores realizado em 1986, no Distrito Federal, em que participaram mais de 60 delegados de Teresina (Jornal O Dia, 03 abr. 1986, p.03).

Refletir sobre a importância do crescimento das associações para a emergência de uma cultura política de participação popular na capital e nos demais estados do Piauí é observá-las como a busca pela construção de espaços para representação política de determinada classe ou grupo. Nesse sentido, a ação de se reunirem em grupos a fim de buscar e debater problemas que consideravam comuns configurou-se como uma atividade essencialmente política. Para pensarmos a dinâmica que existiu no interior dessas associações, refletimos a respeito das sociabilidades criadas por meio das ações promovidas e das *táticas* criadas nestes espaços (CERTAU, 1988). A criação do “Desempregarte”, um centro de produção com salão de beleza e restaurantes formados por jovens desempregados do bairro Monte Castelo e o Centro de Produção de Confeções, formados por mulheres desempregadas do bairro Planalto Ininga, foram *táticas* criadas como forma de criar novas possibilidades de renda frente a crise econômica (O Dia, 08,09 jun. 1986, p. 07). Além de terem sido organizações políticas, seus participantes ou pessoas que tiveram contato com os respectivos projetos agregaram novos sentidos ao seu cotidiano por meio das atividades promovidas pelos grupos.

A paisagem urbana das cidades também foi transformada por meio de requisições populares, foi o caso da reivindicação feita através da Associação dos Moradores do Bairro Macaúba que se manifestaram em favor da construção de uma praça onde funcionava um terreno baldio que acumulava lixo (O Dia, 19 jun. 1986, p. 07). Ao analisar elementos de planejamento urbano participativo na cidade de Belo Horizonte, Leonardo Avritzer considera: "O reconhecimento da importância da participação das associações civis no processo de planejamento urbano foi uma das heranças da Constituição de 1988" (AVRITZER, 2002, p. 573). Ações de lazer nas comunidades foi outra atividade promovida pelas associações, os eventos também serviram para que as organizações sociais arrecadassem fundos de manutenção (JORNAL O DIA, 08,09 jun. 1986, p. 07). Identificamos outro tipo de organização comum durante o período, os grupos de mães, suas atividades trataram de questões alimentícias como a fiscalização dos preços de produtos e a organização de manifestações, a exemplo, no dia 02 de fevereiro de 1986, um grupo de mães protestou contra a falta de leite do programa de distribuição do Governo Federal na capital piauiense (JORNAL O DIA, 02 fev. 1986, p. 01).

A existência de uma quantidade significativa de grupos, associações e sindicatos indica que o Piauí integrou-se à dinâmica nacional em torno da emergência e solidificação de uma

cultura política centrada na participação popular durante os anos 1980, mas, para a nossa análise, centralizada na participação popular no processo de construção da Constituição tornou-se mais pertinente investigar como os piauienses se articularam por meio destes grupos com intuito de realizar encontros e debates a respeito da Constituinte e pautas conexas. Apresentaremos na próxima seção alguns dos debates promovidos no Piauí a respeito da nova Constituição, entre eles, o I Encontro de Associações de Moradores e Favelas do Piauí, que ocorreu entre os dias 22 e 23 de fevereiro de 1986, em Teresina, no auditório do Colégio Estadual Zacarias de Góis (Liceu Piauiense). Durante o evento foi formulado um documento com reivindicações a serem entregues ao governador Hugo Napoleão e ao prefeito de Teresina, Wall Ferraz, entre os temas do encontro estava: "O Campo Presente- Reforma Agrária, Uma Questão Cadente" e a criação da Comissão Pró-Federação das Associações de Moradores do Piauí (JORNAL O DIA, 19 fev. 1986, p. 07).

A participação ativa de parte considerável da sociedade brasileira nos debates políticos, aqui incluem-se as múltiplas linguagens pelas quais essas discussões foram realizadas, não implica a ultrapassagem da democracia no Brasil de uma fase emergencial, entretanto, foi durante os anos 1980 que politicamente ela adquiriu contornos mais precisos, a seguir problematizaremos o cenário de participação construído pelos piauienses e que, posteriormente, foi realizada de forma concomitante por meio do envio de cartas-formulário à ANC.

1.4. Os piauienses debatem a Constituinte

Iniciamos a seção na qual apresentaremos as formas de ação política criadas pelos piauienses que tiveram o intuito de interferir nos debates Constituintes o samba-enredo da GRES Batucação, escola de samba fundada no ano de 1985, seus membros fizeram da crise econômica que marcou o país durante os anos 1980 o tema do desfile da escola em 1987:

O que será? O que será meu Deus?
 O que será da Constituinte?
 Será que será
 Para o bem de todos
 E felicidade geral da nação
 Eu vou cobrar, eu vou
 Até o fim
 Os meus direitos, na Frei Serafim.
 (JORNAL O DIA, 30 mar. 1987, p. 07)

A canção faz alusão à uma Constituinte ideal do ponto de vista do atendimento às demandas populares, na narrativa, o processo de criação de uma nova Constituição foi apresentado com tamanha expectativa que, apesar de transparecerem que existiu a criação de um *horizontes de expectativas* por parte da sociedade piauiense a respeito da Constituição, a dúvida a respeito do que poderia acontecer foi sobreposta à qualquer perspectiva positiva de futuro expressada nos versos: “O que será, o que será meu Deus? [...]”, nesse sentido, houve entre a população o receio de ter seus anseios preteridos em detrimento de projetos políticos partidários defendidos pelos representantes políticos. O sentimento de incerteza foi reforçado no trecho, “Será que será? ”, os compositores questionaram se a Constituição de fato efetivaria direitos e anseios da sociedade civil acerca da reformulação do documento mais importante do Estado brasileiro. Como não havia resposta para tais perguntas, os autores apresentaram a proposta de que a população deveria assumir o protagonismo da luta pelos direitos que consideravam necessários, assim, colocaram a opinião pública e a participação direta da população como meio de conquistá-los. Ao fim da narrativa, o samba foi empregado como meio de convocar a população à mobilização, ao afirmarem, “eu vou cobrar, eu vou até o fim”, ora, os responsáveis pela escola Batucação tinham noção que a festividade de carnaval reuniria uma quantidade considerável de pessoas, desta forma, houve a intencionalidade de que essa perspectiva fosse compartilhada entre os piauienses, elegeram, inclusive, um local central na capital piauiense para que tais manifestações ocorressem, a principal avenida da cidade, Frei Serafim refletiu a importância que a pauta da Constituinte adquiriu entre a população do Piauí. O Plano Cruzado foi criticado na primeira parte da canção: “O povo elegeu, mas já se arrependeu. Aí que tonteira. Já não tem pão pra isca e a barriga ronca, como ronco da cuíca, o que será? (JORNAL O DIA, 30 mar. 1987, p. 07) ”. O título da composição, “E agora, o que será? ”, reverbera o principal tema da narrativa, a incerteza diante do futuro e a esperança de que a criação da nova Constituição solucionasse parte dos problemas relatados, entretanto, há uma ressalva, a atuação da população é colocada como personagem político para que isso ocorra: “Eu vou cobrar, eu vou até o fim, os meus direitos, na Frei Serafim²¹” (JORNAL O DIA, 30 mar. 1987, p. 07).

Ao analisarmos a utilização dos assuntos políticos mais debatidos no Brasil como tema para os desfiles de carnaval na capital piauiense, percebemos o quão a política foi

²¹ A Avenida Frei Serafim é uma das principais da cidade de Teresina, ambiente em que é comum a realização de manifestações pela sua localização central e consequente visibilidade.

atrelada ao cotidiano da população, utilizada de múltiplas formas e expressada através de diferentes linguagens, nas quais a participação popular foi uma força motriz para a cultura política. Nesse cenário, a política perpassou as diversas formas de organização social e envolveu inclusive a dimensão cultural: “O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições do pensamento” (RÉMOND, 1999, p.58-59). O uso da linguagem artística para tratar destes temas não foi utilizado apenas pelos carnavalescos piauienses, em interlocução com a abordagem de Mário Luís Grangeia a respeito do rock nacional nos anos 1980:

Se bossa-novistas e tropicalistas criaram trilhas no compasso do otimismo dos anos JK e do choque com o autoritarismo pós- 1964, o repertório que capturou a redemocratização duas décadas depois partia sobretudo de uma nova geração do rock nacional [...] Falar do país não era novidade no cancionário popular, mas os conteúdos dos discursos, sim (GRANGEIA, 2018, p. 353).

O autor analisou a presença de temas estritamente políticos e como eles foram abordados pelo movimento da música rock no país durante os anos 1980 e 1990, onde apresentou trechos das músicas destes grupos. Como afirmou Grangeia (2018), a novidade não estava no estabelecimento da relação entre música e política, mas no conteúdo das representações artísticas, que gradualmente incorporaram aspectos circunscritos em períodos específicos da política, economia e sociedade brasileira.

Os Plenarinhos foram uma das organizações criadas para funcionar como centro de debates sobre as deliberações ou pautas que estavam sendo discutidas na Constituinte, nestes espaços as demandas da população foram discutidas para que posteriormente as organizações tentassem direcionar as respectivas considerações à ANC: "Estimulou também a formação de “plenarinhos”, que funcionassem como estruturas paralelas à Assembleia Constituinte, vigilantes dos anseios populares no Congresso." (VERSIANI, 2013, p. 90). Existiram Plenarinhos em Teresina, denominação pela qual ficaram conhecidos os núcleos de Plenários em Prol da Participação Popular na Constituinte. Localizamos por meio de matéria publicada pelo *Jornal O dia*, em 04 de junho de 1986, que as atividades de um plenarinho foram iniciadas com periodicidade semanal no dia 05 de junho de 1986, no auditório do Centro Pastoral Paulo VI. A publicação teve como título o tema da Campanha Pró-Participação Popular na Constituinte nacional, *Constituinte em povo não cria nada de novo*:

No dia 05 de junho e em todas as quintas-feiras seguintes, estará funcionando um Plenarinho, no Auditório do Edifício Paulo VI, às 19:30, Rua Desembargador Freitas, 1599, Tel 222-2432. Todos são convidados a participar, bem como a expandi-lo, organizado em sua Rua ou em seu Bairro, outro Plenarinho. Vamos, assim, participar e fazer o povo participar! Vamos animar os Plenarinhos! Assim, seremos todos fiscais

da Constituinte, permitindo que leis justas e sábias governem o Brasil (O Dia, 04 jun. 1986, p. 04).

O texto está localizado na editoria destinada à publicação de opiniões dos leitores, a autora do texto, Maria Luiza Alencar, identificou-se como professora, através da sua convocação indica que em Teresina houve grupos que se alinharam às deliberações de movimentos nacionais das Campanhas Pró-Participação Popular na Constituinte:

Tema que, põe, de imediato, a importante questão da participação de toda a Nação e, por conseguinte, do povo em geral, na problemática da elaboração da futura Constituição Brasileira. É, pois, visando à mais ampla efusão da voz popular, em relação a este fundamental evento na história de nossa País, que surgiu o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte (O Dia 04 jun., 1986, p. 04).

Segundo a autora, um dos objetivos que culminaram na fundação do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte foi a busca pela “efusão da voz popular” no que diz respeito a elaboração da nova Constituição. A consolidação das tendências de participação pulverizadas em território nacional contribuiu para a formação de demandas políticas que passaram a disputar espaço com os valores e projetos apresentados por outros grupos na ANC. Acerca da organização dos debates promovidos nos Plenarinhos Versiani (2013) considera:

[...] a ideia era, principalmente, organizar o que se chamava uma “Constituição popular”, a partir das propostas dos grupos que integravam os diversos “plenarinhos”. Desejava-se que essa “Constituição popular” fosse depois cotejada com as propostas que viessem a ser elaboradas pelo Congresso Constituinte, ampliando-se os debates sobre o novo texto constitucional, para muito além do círculo das elites políticas (VERSIANI, 2013, p. 90).

A iniciativa popular deslocou a centralidade dos debates políticos e fez com que não se restringissem ao círculo congressista, nesse sentido, a observamos como mais um personagem que buscou espaço na produção da Constituição, que conviveu e disputou com outras forças políticas dominantes, fossem elas conservadoras ou progressistas. Observamos que o auditório do edifício Paulo VI serviu não só como ponto de encontro para a realização do Plenarinho, foi recorrentemente apontado como um local em que se realizavam reuniões para discussões a respeito da Constituinte: "Com uma reunião marcada para o próximo dia 5, no auditório do edifício Paulo VI...o movimento popular de Teresina inicia uma campanha visando influenciar a ação dos constituintes piauienses..." (Jornal O Dia, 20 fev., 1987, p. 03).

O texto constitucional de 1988 foi resultado de disputas entre personagens, instituições políticas dominantes e uma cultura política majoritária baseada no engajamento político dos brasileiros que foi construída ao longo da década de 1980. Observamos essa relação de forças ao relacionarmos a construção de Plenarinhos, espaços de debate popular

e a tendência partidária da bancada de constituintes piauienses. A Constituinte foi formada por deputados federais e senadores eleitos no pleito de 1986, além dos senadores biônicos²², os deputados piauienses que exerceram atividade constituinte foram Átila Lira/PFL, Felipe Mendes/PDS, Heráclito Fortes/PMDB, Jesualdo Cavalcanti/ PFL, Jesus Tajra/PFL, José Luiz Maia/PDS, Mussa Demes/PFL, Myriam Portella/ PDS e Paulo Silva/PMDB. Nas respectivas legendas a maioria dos constituintes piauienses há época pertenciam aos partidos políticos que formaram a base governista durante a ditadura militar. Tinha-se três membros do Partido Democrático Social-PDS, fundado em janeiro de 1980, a legenda foi construída pelos membros do partido ARENA, que foi extinto com o fim do bipartidarismo, conseqüentemente, ocorreu a progressão de seus membros para uma nova legenda partidária, o PDS. A bancada piauiense também contou com quatro membros do Partido da Frente Liberal- PFL, que foi fundado no ano de 1985 por dissidentes do PDS. Por fim, tinha-se dois membros do PMDB, fundado na década de 1980 pelos membros do partido de oposição extinto com o fim do bipartidarismo, o Movimento Democrático Brasileiro-MDB. A maior parte dos senadores também pertencia aos partidos que formaram a base do governo ditatorial. Os senadores piauienses foram Chagas Rodrigues/PMDB, Chagas Rodrigues/PFL e João Lobo/PDS. A instalação de um painel na Praça Pedro II foi um dos instrumentos criados para fiscalizar a atuação destes congressistas, nele estavam listados os nomes, filiações partidárias e os seus posicionamentos diante do que os organizadores consideravam as principais pautas políticas do momento, a atividade foi organizada pela Central Única dos Trabalhadores- CUT-Piauí (JORNAL O DIA, 11 fev. 1987, p. 03). Segundo Valla:

De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar as formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.) (VALLA, 1998, p.09).

A construção da nova Constituição foi acompanhada pelo desenvolvimento de forças sociais que buscaram influenciar a formulação, execução, fiscalização porque tinha-se a noção de que texto constitucional garantiria formalmente os direitos civis, políticos e sociais, ainda que sua execução dependesse de outros fatores, a garantia institucional conferiria respaldo para que a população cobrasse a sua realização à posteriori.

²²A indicação de senadores biônicos foi feita através das medidas do Pacote de Abril, decretado por Ernesto Geisel através do Pacote de Abril, a intenção foi de conter a expansão do partido de oposição, MDB, que obteve bons resultados nas eleições de 1974 e 1976. Na determinação tinha-se que 1/3 dos senadores iriam ser eleitos indiretamente, estes tiveram um mandato de oito anos, de 1979 à 1987, ano de abertura da ANC.

Incluimos na análise a cartilha de campanha do candidato à Constituinte pelo Piauí, Manoel Domingos Neto, porque o principal tema da sua propaganda eleitoral foi a integração da população à sua participação na ANC:



ILUSTRAÇÃO 01: Cartilha de lançamento da candidatura de Manoel Domingos Neto. (1986 / Acervo digital Cibele Silva / Foto por: Cibele Silva. .

O título em destaque, *A Constituição pela nossa mão*, somado ao desenho de uma mão segurando uma caneta faz referência à participação popular na Constituinte, neste caso, o candidato se colocou como alguém que se eleito buscaria intermediar as considerações da população e redirecioná-los para os debates da ANC. Manoel Domingos não foi eleito, mas as cobranças e críticas a respeito da atuação dos constituintes foram recorrentes, apresentaremos algumas publicações do Jornal Alternativa, periódico ligado à Paróquia São João Evangelista, no Parque Piauí, zona Sul de Teresina.

Os missivistas piauienses interpretaram e explicaram o que compreenderam da Constituinte em suas cartas-formulário, a falta de informações quanto aos representantes políticos que atuavam na ANC foi uma das características das mensagens. A prática dos missivistas materializou a relação entre duas esferas, a literatura e a política, acerca do tema Gonçalves (2018), considera:

Uma caracterizada ingenuidade, no fundo, serve de abrigo ideológico para aqueles que a detém, e é um terreno fértil para a vontade política se instalar, o que nos leva a compreender certa consciência como elemento primordial no jogo de embates que movem os seres políticos. (GONÇALVES, 2018, p. 52).

Nessa perspectiva, ainda que os discursos proferidos pelos escritores tenham traços de ingenuidade acerca dos temas discutidos, vontades políticas foram abrigadas nas narrativas, em que a própria singeleza pode ter sido empregada como elemento de persuasão para convencer o interlocutor. A busca por utilizar espaços em que pudessem expressar suas propostas para a solução da crise brasileira também pode ser observada através dos debates criados pelas organizações para fiscalizar e influenciar a Constituinte, a proposta de um evento com os “candidatos mudos” aconteceu em um ato público no centro de Teresina:

Conforme nota distribuída pelos organizadores do movimento tanto na passeata como no ato público os candidatos à Constituinte poderão apenas ouvir as propostas do povo, pois somente os representantes sindicais e populares terão direito a voz, para expressar as suas propostas para a Constituinte. (Jornal O Dia, 07, 08, set., p.03).

A proposta do grupo teve como premissa de que “o direito à voz” era uma condição controlada e de domínio dos representantes políticos, por isto ficaram calados durante o evento, somada à concepção de que somente a população teria respaldo para tratar de seus problemas, sem a mediação de interlocutores. Uma das organizações responsáveis pelo evento foi o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte- Teresina, para além da repercussão das orientações das organizações de outros estados que tinham mais visibilidade, no Piauí havia uma seção fixa do Plenário, que tinha sua sede na cidade de Teresina. Na mesma matéria tem-se a apresentação do que era esta organização:

O Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte é uma articulação a nível nacional dos plenários, comissões comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte que existem em quase todos os Estados brasileiros, congregando mais de 300 entidades da sociedade civil, como CUT, OAB, CNBB, sindicatos e movimentos populares...

O Piauí também foi integrado à dinâmica de organização nacional para a participação e fiscalização da Constituinte através da elaboração de emendas populares, o mecanismo pode ser considerado o mais próximo de uma participação direta da sociedade na Constituinte. As propostas de emenda à Constituição podiam ser encaminhadas à ANC desde que contassem com o referendo de 3 entidades e 30 mil assinaturas²³. Assinaturas foram recolhidas em praça pública na capital piauiense:

IMAGEM 02

²³ Como sugestão de leitura para aqueles que quiserem se aprofundar no tema das emendas populares sugerimos a seguinte obra: MICHILES, Carlos et al. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



IMAGEM 02: Povo apoia as emendas populares. JORNAL O DIA, 19 jun. 1987, p. 07.

A campanha foi organizada por diversas entidades, entre elas, a Federação das Associações de Moradores, Central Geral dos Trabalhadores- CGT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura- FETAG, Centro Popular da Mulher, Diretório Central dos Estudantes, União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Sindicatos dos Eletricitários, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Sindicato dos Professores, além de associações de moradores. Foram lançadas oito propostas de emendas e bancas para o recolhimento de assinaturas foram instaladas no centro de Teresina, no texto anexado à fotografia acima tem-se: "Com a participação de representantes de sindicatos e associações de moradores e centenas de populares, o auditório da Ordem dos Advogado do Brasil, secção Piauí, foi o palco do ato público de lançamento das propostas de emendas populares ao projeto constitucional" (JORNAL O DIA, 19 jun. 1987, p. 07).

Os organizadores do evento decidiram que arrecadariam mais assinaturas do que a quantidade necessária para referendar a sugestão, que era de 30 mil, de acordo o relato: "as entidades envolvidas nessa campanha pretendem obter mais de um milhão de assinaturas, com a finalidade de respaldar ainda mais as proposições" (JORNAL O DIA, 19 jun. 1987, p. 07). A busca por mais assinaturas foi empregada como tentativa de demonstrar aos constituintes que a

pauta apresentada naquela emenda popular era compartilhada em larga escala pela opinião pública: "É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, não para torna-la absoluta, mas majoritária (BECKER, 2003, p. 188).

As propostas realizadas pelo grupo registrado na fotografia tiveram como tema: "Reforma agrária, direito dos trabalhadores, moradia popular, transporte, papel das forças Armadas, saúde da mulher, dívida externa e a questão eleitoral são os temas abordados nas oito propostas de emendas à Constituição" (Jornal O Dia, 19 jun. 1987, p. 07). O ocorreu há aproximadamente dois meses antes da entrega das emendas populares ao Congresso Nacional, no dia 12 de agosto de 1987 (VERSIANI, 2013). A presença da CUT foi significativa na organização de eventos acerca da Constituinte, entretanto, pontuamos que não podemos compreender os interesses dos integrantes da organização de maneira homogênea, acerca dos posicionamentos adotados pela organização e as disputas que ocorreram entre suas lideranças, Maciel (2008) fez a seguinte análise:

A participação no processo de elaboração da nova Constituição também foi objeto de divergência, pois algumas correntes da esquerda marxista defendiam a priorização da mobilização de massa e da greve geral em lugar da luta institucional. A posição aprovada foi a de exercer pressão sobre o Congresso Constituinte e ao mesmo tempo denunciá-lo como antidemocrático e não-soberano, reivindicando a antiga proposta cutista de convocação de uma Assembléia Constituinte exclusiva, democrática e soberana [...]. Desde sua fundação, a CUT era uma central sindical que reunia sindicatos, mas também oposições sindicais e movimentos de trabalhadores surgidos na base das categorias [...]" (MACIEL, 2008 p. 165).

Desse modo, estes grupos não podem ser analisados a partir de uma unidade que homogeneíze interesses dos grupos que os integravam, ao contrário, existiram projetos diferentes e propostas distintas para solucionar os impasses da participação popular na ANC. As disputas existiram não só entre grupos da *sociedade civil* e aqueles compostos por membros estatais, interesses conflitantes também fizeram parte das discussões empreendidas pela própria população e os grupos que construíram, por isto, reiteramos que a opinião pública não é única, mas plural.

Em decorrência de analisarmos cartas-formulário enviadas por missivistas de outros municípios piauienses também apresentaremos vestígios hemerográficos em que foram registradas a organização de debates a respeito da Constituinte nestas localidades, destarte, demonstramos que o ambiente democratizante fomentado pela criação de uma cultura política baseada na participação popular também ocorreu nos municípios do interior do Piauí, por

exemplo, Os Grupos Sociais de Campo Maior realizaram, no dia 19 de outubro de 1986, encontro para tratar da Constituinte:

Pelo menos quatro candidatos a Deputados Federais deverão comparecer ... os candidatos deverão discorrer didática e politicamente sobre a matéria, inserindo cada qual seu pensamento a respeito e o que pretendem para dar maior legitimidade à futura Constituição do país (JORNAL O DIA, 02 out. 1986, p. 03).

A forma de organização dos debates a respeito da nova Constituição foi plural, ao tempo que os temas foram discutidos sem a presença de candidatos à Constituinte, também existiram reuniões em que eles foram convidados a esclarecer as suas propostas. A presença de candidatos nas discussões fez parte da programação de eventos na Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI, durante o programa “Terças em Debate” e a “A FUFPI na Constituinte”, participaram do programa candidatos piauienses à Constituinte, entre eles, Antônio Carlos Andrade/ PT, José Luís Maia/PDS, Manoel Domingos Neto/PMDB e Myriam Portella/PDS (O Dia, 19,20 1986, p. 07). No município de Campo Maior ocorreu a palestra do professor de Direito da FUFPI, Celso Barros, que teve como tema a “Constituinte e o trabalhador”, o evento foi parte da programação da Associação Comercial de Campo Maior (O Dia 29 de abr. 1986, p. 02). Destacamos a presença de pessoas ligadas à FUFPI na promoção dos debates acerca da Constituinte, que fizeram do ambiente universitário espaço central na dinâmica política, eventos foram promovidos por universitários do curso de Direito da FUFPI no mês de junho de 1986, onde ocorreu “um ciclo de palestras e debates sobre Constituinte”, o evento serviu como preparação para o Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, realizado no mês de julho em Fortaleza (O Dia, 29, 30 jun. 1986, p. 03).

Foi realizado no município de Floriano, região Sul do Piauí, em fevereiro de 1986, uma discussão que articulou os temas Constituinte e saúde: “[...]a primeira conferência regional para a elaboração da carta de princípios sobre “Saúde na Constituinte”, a ser apresentada por uma delegação piauiense composta de profissionais da área médica na VIII Conferência Nacional de Saúde...em Brasília” (O Dia, 30 de jan. 1986, p. 03). Os eventos para discussão da Constituinte tiveram diferentes dinâmicas de funcionamento, os temas debatidos também foram plurais, por vezes tratados de maneira setorial, como fizeram os profissionais de saúde de Floriano que trataram da Constituinte relacionando-a com o tema da saúde. Diagnosticamos que foi comum a existência de articulações estaduais e nacionais, uma vez que, algumas conferências locais serviram de preparação das demandas e formação de representantes para serem enviados à eventos nacionais.

A Confederação de Professores do Brasil-CPB organizou na capital piauiense, em outubro de 1986, o II Encontro Regional de Professores da região nordeste I e teve como tema central "a Constituição para uma nova escola". (O Dia, 02 out. 1986, p. 07). O Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense promoveu o "Dia Nacional de luta pela Constituinte", onde esteve presente o prefeito de Teresina, Raimundo Wall Ferraz (O Dia, 11 out. 1986 p. 02). Neste último caso, o tema da Constituinte foi integrado ao da educação, promovido por uma categoria de profissionais específica em articulação nacional, já que o evento foi promovido pela Confederação de Professores do Brasil-CPB.

A "Semana da Constituinte" foi realizada por meio da Secretária Municipal do Trabalho e Ação Comunitária –SEMTAC, no dia 08 de novembro de 1986 (O Dia, 08 nov. 1986, p. 07). O I Encontro da Mulher de Indústria de Teresina foi realizado no dia 09 de novembro de 1986 e teve entre os temas debatidos estiveram: "Legislação Social Aplicada à Mulher" e a outra "Constituinte e os Direitos da Mulher" (JORNAL O DIA, 09 nov. 1986, p. 02). Se por um lado tivemos discussões entre profissionais de diversas áreas, da Saúde, do Direito, da Educação, debates promovidos por universitários, a presença de candidatos, de chefes do executivo municipal nos eventos, a Constituinte também foi debatida por setores subalternizados, entre eles, meninos em situação de rua da capital piauiense durante evento organizado pela Comissão de Voluntários Pró-Meninos de Rua (JORNAL O DIA, 18, 19 mai. 1986, p. 07).

Além de todos os eventos citados anteriormente, pontuamos a existência de discussões sobre a Constituinte que foram publicadas nos jornais, o *Jornal Alternativa* recorrentemente trouxe o tema nos seus editoriais. Antônio Adala Carnib enviou seu texto ao *Jornal O Dia*, caracterizou a Constituinte como o renascimento da esperança para o país: "[...] estamos tendo novamente a oportunidade de discutir intensa e livremente nossos graves problemas. A sociedade está se organizando para participar e influenciar, de maneira mais efetiva, da construção de um país melhor" (O Dia, 04, 05 mai., 1986, p. 04). A busca pela participação na construção de um "país melhor" posta por Antônio Carnib pode ser problematizada a partir das considerações de Serge Berstein:

Mas o fato novo é provavelmente que o termo cultura política, durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica (BERSTEIN, 2003, p. 88).

Nesse sentido, o estudo da cultura política agregou personagens que anteriormente não tinham proeminência historiográfica, foram incorporados novos personagens às análises tendo

em vista que as opiniões políticas dos atores sociais deixaram de ser assepsiadas em detrimento da forma como foram expressadas. A política passou a ser analisada por meio de diversas linguagens, a pintura, o samba-enredo, registros de reuniões, espaços em que os temas não foram discutidos de maneira teórica.

A nova Constituição foi alçada, em texto publicado na editoria da opinião dos leitores, para além das questões econômicas e financeiras dos países: "A nova Constituinte, portanto, deverá surgir como resultante desse animo renovador e inovador que sacode o País, cujas repercussões extrapolam do âmbito econômico e financeiro, para se projetar no comportamento mesmo de cada cidadão" (O Dia, 02 abr.1986, p. 04). Observamos a intersecção da política com outras esferas sociais, entre elas, a cultural, por meio da atuação das duas escolas de samba que tiveram como tema de seus enredos, no carnaval teresinense ano de 1987, a Constituinte e a crise econômica. Destacamos abaixo alguns trechos das respectivas canções:

É a chegada da nova era, uma nova lei, tudo então mudará, nada será. Nada será como antes, diz-nos o constituidor [...] E o nosso povo, e o nosso povo, humilde filho dessa luta tão sutil, glorificando com essa grande mudança, tece os olhos de esperança, esquece até quem reprimiu. Vai bem nutrido, desenvolvido tornara-se mais servil, e os nossos pratos recheados, sobre a mesa mais fartura mais riqueza, assim será o meu Brasil" (Jornal O Dia, 30 mar. 1987, p. 07).

O samba-enredo acima intitulado "Nada será como antes" pertenceu a escola de samba Unidos da Vila, que tinha sede no bairro Vila Operária, a letra da canção ilustra a seguinte expectativa, a criação da nova Constituição poderia significar a resolução de demandas sociais, o trecho "...é a chegada da nova era, tudo então mudará", refere-se a essa concepção. O início do samba-enredo da Escola Unidos da Vila fez referências ao poder constituinte originário, na seguinte parte: "Toda lei emana de um glorioso povo". A presença sublime de uma possível crítica ao regime da ditadura militar que acabou por camuflar-se em meio as mensagens de esperança no futuro do país: "esquece até quem reprimiu", a ideia de esquecimento fez referência ao prosseguimento de figuras que representaram o aparelho autoritário no país contemplados pela Lei da Anistia, como também aos atos de censura que continuaram a serem aplicados em determinadas ocasiões mesmo que os atos institucionais tivessem sido revogados, a proibição da exibição do filme "Je vous Salue, Marie", no ano de 1986, durante o mandato de José Sarney foi uma destas medidas. O veto à obra repercutiu em Teresina, onde um grupo de alunos da Fundação Universidade Federal do Piauí se organizaram para exibir o filme na instituição. O local onde os estudantes estavam foi cercado pela polícia, uma aluna próxima a eles afirmou que mesmo após o episódio foi

perseguida por um agente da Polícia Federal, na matéria “Agente federal persegue estudante”:

[...] e lhe faz ameaças desde a apreensão do filme *Je Vous Salue Marie*, no Campus da Ininga. A universitária disse que o policial aproveitou-se da amizade que tinha com ela e outros colegas para fazer investigações com o fim de descobrir quem forneceu a fita apreendida aos estudantes da Fufpi. Depois que descobriu que não obteria as informações...passou a ameaçá-la: Ele afirmou que me tinha nas mãos, pois minha ideologia era diferente- relatou a estudante (Jornal O Dia 08,09 jul.1986, p. 12).

Este acontecimento reforça a concepção de que mesmo com o fim formal do estado autoritário a censura não foi interrompida, Kushnir (2004) apresenta esta perspectiva por meio de eventos e documentos, entre eles, correspondências de denúncias sobre abusos morais no período da redemocratização, a autora demonstrou que 261 letras de músicas foram censuradas e 25 vetadas até 1987. A permanência de instrumentos autoritários no processo de redemocratização pode ser observada em outro acontecimento que levou à detenção do então secretário geral da Central única dos Trabalhadores- CUT, em Teresina e do funcionário do Centro Piauiense de Ação Cultural –CEPAC:

[...] foram presos, ontem às 14 horas na Praça Rio Branco, por dez policiais da Secretaria de Segurança por exibirem programa em vídeo e recolherem assinaturas da população para dar suporte político a CUT que entrará na próxima semana com ação contra o pagamento Cz\$ 207... aos 30 deputados estaduais. Os soldados prenderam os sindicalistas por usas horas no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) com fitas de vídeo, aparelho de vídeo-cassete e um televisor. (Jornal O Dia, 04 jul. 1987, p. 07).

A prisão dos membros da CUT e da CEPAC foi realizada sob a justificativa de que não houve pedido de autorização para a manifestação contra o valor salarial dos deputados, posicionamento contrário à ideia liberdade de manifestação política que teoricamente foi reestabelecido, o Ato Institucional nº 05 Artigo 5º, inciso III, onde havia a seguinte proibição: “III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política” (BRASIL, 1968), foi revogado, ou seja, antes do episódio.

Os piauienses se articularam para discutir a Constituinte tanto a nível local, quanto nacional, os eventos tiveram diferentes configurações e foram realizados por diferentes grupos e categorias, conseqüentemente, também emergiu no Piauí uma cultura política de participação popular nos debates da nova Constituição, cenário que favoreceu a adesão popular ao projeto de envio de sugestões, projeto *Diga Gente- Projeto Constituição*. O engajamento popular na luta pela Constituinte foi fortalecido mesmo por aqueles que não dominavam formalmente o assunto, mas compartilharam da concepção de que as demandas dispostas na Constituição

adquiririam proteção formal, ainda que sua aplicação real dependesse de outros desdobramentos.

Apresentamos, no decorrer do capítulo, o processo de distensão política que ocorreu durante a década de 1980 no Brasil, cenário atravessado por fatores nacionais e internacionais, como a recessão econômica e afetado pela política externa de outros países, as principais medidas liberalizantes e o início da luta popular pela instauração da Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de uma nova Constituição ter sido cogitada como projeto de movimentos da oposição ainda na década de 1970, em que pese nas discussões do programa político do MDB, a bandeira da Constituinte foi secundarizada em decorrência de outras que se destacaram através de uma ampla adesão da sociedade civil às suas respectivas causas, entre elas, a Anistia e as Diretas Já. Não se trata de valorar o processo de adesão de determinadas bandeiras em detrimento de outras, todos os posicionamentos da sociedade civil através de manifestações ou eleições, como foi o caso do pleito eleitoral de 1974, contribuíram para a existência de um cenário favorável ao estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte. A ideia de que era necessário reconstitucionalizar o país tornou-se pauta central nos projetos de oposição após a derrota da Emenda das Diretas, a partir de então, a principal pauta passou a ser como a ANC deveria ser convocada e estruturada, de maneira congressual ou exclusiva. Com a decisão de que seria formada pelos congressistas do senado e da câmara dos deputados, ou seja, feita em modelo congressual, as formas com que a população poderia participar, contribuir e fiscalizar os debates realizados na ANC ganharam espaço no debate público.

A década 1980 apesar de já ter sido referida como “década perdida” em decorrência da crise econômica, teve na esfera política avanços significativos, em uma dimensão macro política a redemocratização do país, o reestabelecimento de direitos que tinham sido cerceados durante a ditadura civil militar. De acordo com Cláudia Cristina da Silva Fontineles:

[...] embora os anos 80 sejam considerados por muitos como “a década perdida” para a economia, foi um período muito fértil na esfera política, posto que a luta pela abertura democrática promoveu também a constante participação de segmentos da sociedade civil nos debates e na elaboração da Constituição de 1988. Durante sua elaboração foi possível acompanhar uma subordinação do social ao político, como propunha Cardoso (1975). Essa subordinação manifestou-se, sobretudo, em virtude da necessidade de se construir um cenário que assegurasse direitos sociais por meio da legislação, que dependia diretamente do posicionamento dos parlamentares. (FONTINELES, 2003, p.33).

A quantidade significativa de vestígios históricos que tratam da mobilização política por meio de eventos, grupos e associações que se reuniram no Piauí e articularam-se com outros estados para discutir a Constituinte remontam à intensa atividade política do período. As

discussões aconteceram de forma descentralizada, apesar de Teresina concentrar parte dos eventos estes também foram construídos em outros municípios. A participação também foi pensada prospectivamente como via para buscar a solução de problemas agravados pela crise econômica de 1980. A redemocratização não ocorreu de maneira linear, mas entre distensões e retrações do sistema autoritário e do fortalecimento da oposição, seja ela partidária ou advinda dos movimentos da sociedade civil. Acerca da influência dos debates entre a sociedade civil e Estado incorporada ao texto Constitucional de 1988, Lunardi e Parra (2020) consideram:

[...] a Constituição de 1988 é de todas as Constituições brasileiras a que mais recepcionou sugestões e ideias vindas diretamente do povo, mas por outro lado nosso olhar retrospectivo demonstra que o sistema brasileiro não possibilita a democracia direta de fato, mas apenas previu formalmente instrumentos de democracia direta que não tiveram uma aplicabilidade significativa (LUNARDI; PARRA, 2020, p.444).

As interlocuções entre sociedade civil e Estado marcaram o processo de Constituição, embora os mecanismos criados pelo governo tivessem um caráter mais simbólico do que prático, consideramos ainda que a abertura de canais de comunicação por parte do governo no que se refere aos debates constituintes também podem ter sido motivados com o intuito de tutelar a participação civil no processo de transição política. No próximo capítulo apresentaremos a análise das soluções propostas pelos missivistas à ANC por meio do envio de cartas-formulário.

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO DOS PIAUIENSES NO ENVIO DE CARTAS DO PROJETO DIGA GENTE-PROJETO CONSTITUIÇÃO

Abordaremos preliminarmente as motivações que materializaram a preservação e disponibilização do arquivo analisado, o qual faz parte de um acervo digital sobre a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e está disponível para livre acesso em sites do governo brasileiro. Considerando as orientações de Ângela de Castro Gomes: “[...] no caso da correspondência, o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o ‘outro’ a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário” (GOMES, 2004, p. 09). O processo de arquivamento ou não dos documentos foi fundamentado pelos interesses daqueles que passaram a ser os seus proprietários, o trabalho de ordenar e arquivar as cartas-formulário foi feito por instituições do Estado brasileiro.

Abordamos a organização do projeto *Diga Gente - Projeto Constituição* em seguida, organizado em 1986 através de articulação entre a Comissão de Projetos Especiais- CPE, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal- PRODASEN e a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal-CCJ. Através do projeto foi lançada campanha para que os brasileiros enviassem sugestões à ANC. Por fim, discutimos a partir da análise das sugestões as perspectivas políticas e os anseios expressos pelos piauienses a respeito futura Constituição²⁴, pois, como afirma Michel Winock: “[...] as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum” (WINOCK, 2003, p. 278).

2.1 Projetos de memória acerca da constituinte

Antes de apresentar a análise do conteúdo das cartas-formulário enviadas por meio do projeto *Diga Gente - Projeto Constituição*, consideramos necessário desnaturalizar a existência do acervo em que estes documentos foram transcritos e digitalizados. Fez-se necessário tratar

²⁴ Os debates por uma nova Constituição Federal antecederam o período de lançamento do *projeto Diga Gente - Projeto Constituição*. Em 1971, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lançou a Carta Política pela Constituinte. Em 28 de junho de 1985, o Presidente José Sarney encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta para a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, durante a metade dos anos 1980, setores da sociedade se manifestaram em prol da participação popular na Constituinte, aspectos que apresentamos no capítulo anterior.

da sua historicidade, assim como os porquês sua preservação e disponibilização em plataformas digitais de livre acesso. Nesse esteio, Maria Helena Versiani ao tratar de um conjunto de cartas transferidas para a Coleção Memória da Constituinte, depositada no Museu da República, considera:

Perceber a formação de arquivos históricos como uma ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro (embora o êxito de tais estratégias nunca esteja garantido), é uma forma de reconhecer os domínios da história e da memória como construções que se realizam no campo dinâmico das interações sociais [...] (VERSIANI, 2013, p. 132).

Os acervos históricos são resultados de um conjunto de interesses nem sempre convergentes, são moldados por conflitos e fazem parte de enquadramentos de memória. Desnaturalizar a existência destes acervos é percebê-los como parte integrante de um projeto político. Os atos que ocorreram no processo da Constituinte se tornaram registros, mas foram pensados, principalmente, como partes potenciais de um acervo, o que lhes confere caráter especial. O registro é um ato burocrático inerente aos procedimentos de caráter institucional, governamental e parlamentar. Atas de reuniões, vídeos e relatórios da administração pública são formas de prestar esclarecimentos à sociedade sobre o que foi realizado, porém, ao falarmos de acervo, compreendemos que determinado conjunto de documentos ou coisas podem constituir um patrimônio particular, coletivo ou nacional naquilo que é discutido por Jacques Le Goff (1994) como documento/monumento: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade” (LE GOFF, 1994, p. 549).

Maria Helena Versiani problematizou a construção dos arquivos históricos ao analisar cartas de brasileiros que constituem a Coleção Memória da Constituinte depositada no Museu da República:

Perceber a formação de arquivos históricos como uma ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser preservado e lembrado, no presente e no futuro (embora o êxito de tais estratégias nunca esteja garantido), é uma forma de reconhecer os domínios da história e da memória como construções que se realizam no campo dinâmico das interações sociais, envolvendo interesses e disputas (VERSIANI, 2013, p. 132)

Ao pesquisarmos as plataformas digitais categorizamos alguns sites como bases criadas para salvaguardar os acervos compostos por documentos que tratam da Assembleia Nacional Constituinte: o Sistema de Apoio Informático a Constituinte- SAIC²⁵, onde estão transcritas as sugestões e os dados da população brasileira que foram enviadas através do Projeto Diga Gente-

²⁵ Reúne as sugestões da população enviadas por meio dos projeto *Diga Gente – Projeto Constituição*.

Constituição durante fevereiro de 1986 e julho de 1987 ; Anteprojetos, Projetos e Emendas-APEM²⁶; Sugestões Constituintes - SGC²⁷, as três bases de dados estão disponíveis no site de Bases Históricas do Senado Federal²⁸. Discursos, jornais, fotografias, vídeos, livros, programas de TV e Rádio sobre a Constituição de 1988, fazem parte do acervo de documentos do Portal das Constituições da Câmara dos Deputados²⁹. Localizamos ainda, arquivos de divulgação dos trabalhos Constituintes, fotografias, vídeos, jornais impressos, documentos das subcomissões temáticas, dossiês e formulários no portal do Arquivo Histórico da Câmara dos deputados³⁰. Os documentos apresentam conteúdos diversos, em meio a registros das atividades legislativas e burocráticas dos Constituintes localizamos fotografias, vídeos e cartas que direta ou indiretamente abordam a participação popular na Constituinte.

O projeto *Diga Gente - Projeto Constituição* para além dos demais interesses existentes, foi pensado como parte integrante de um acervo nacional sobre democracia, peculiar no que se refere ao contexto de sua formulação, trata da reinstalação de um regime democrático após 21 anos de ditadura civil militar. Instituições públicas foram responsáveis por realizar trabalhos de memória sobre o tema, que pode ser observado mediante a fundação de centros e grupos designados a salvaguardar registros a respeito da Constituinte, um dos exemplos foi o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), criado em 1985, por meio da Fundação Nacional Pró-Memória. O projeto da Comissão Pró-Memória da Constituinte ao tempo que teve como meta captar, organizar e preservar os registros sobre a ANC, também teve como meta oferecer à população informações a respeito da conjuntura política do país e sobre Constituições anteriores (PEREGRINO, 2012). Acervo que, por sua vez, fez parte do projeto de memória necessário para o reconhecimento social da legitimidade do governo civil e dos governantes que assumiriam o comando político do país:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história [...] guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLACK, 1989, p. 10).

²⁶ Onde estão depositados os projetos e anteprojetos construídos nas comissões e subcomissões temáticas, bem como emendas da Assembleia Nacional Constituinte.

²⁷ Não localizamos a sigla não abreviada, acreditamos que seja Sugestões Constituintes, sendo uma base de dados que reúne as sugestões dos constituintes.

²⁸ <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/> Acessado em: 01 de janeiro de 2020 às 14:00 horas.

²⁹ https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras Acesado em: 01 de janeiro de 2020 às 15:00

³⁰ <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/ac-1987-1988-assembleia-nacional-constituente-2> Acessado em 16 de janeiro às 08:00

O enquadramento de memória criado com os atos referentes à ANC ao tempo que indicou a preocupação de romper com a demarcação vigente feita pelos governos militares, visou reestabelecer a fronteira democrática, não só para reinstaurar a legitimidade da democracia no processo de transição, como também para garantir que no futuro ameaças antidemocráticas fossem confrontadas com o que a sociedade brasileira havia construído no passado.

Afirmar que este enquadramento pertence a um tipo de memória oficial nos leva a outro questionamento: a quem pertenceu esse projeto de memória? Se ele é oficial, fez parte de um programa político vencedor, ao menos no âmbito governamental. Sua criação foi feita pelos atores da política institucional que apoiaram a reconstitucionalização do país e que tiveram seu campo de atuação política ampliado a partir da vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral de 1986 e a intensa mobilização popular em apoio a pautas democratizantes, o que não significa que os projetos políticos destes grupos fossem convergentes, David Maciel teceu considerações acerca do alinhamento dos líderes do PMDB pertencentes a coalisão Aliança Democrática à pautas conservadores ao analisar durante o início do governo de José Sarney:

[...] com a crise da Ditadura e a ascensão do governo da AD, o PMDB passou a ser o grande partido do bloco no poder, o principal instrumento das classes dominantes na esfera de representação política, atraindo não só o apoio do grande capital monopolista, mas também a adesão de variada gama de atores políticos oriundos do “antigo regime” e de perfil fortemente conservador, fisiológico e clientelista [...] Daí esta postura algo indefinida acerca dos temas constituintes, daí a politização da campanha eleitoral com temas estaduais pelos candidatos do PMDB, daí também a defesa de propostas constitucionais condizentes com o interesse conjuntural do partido e de suas lideranças, e não com um ordenamento jurídico duradouro” (MACIEL, 2008, p. 163).

A ausência de um compromisso com um ordenamento jurídico duradouro deu-se inclusive por meio de estratégias de memória que abordam a participação popular na ANC para legitimar a transição democrática, à contrapelo, a participação direta foi escassa, as propostas adotadas com a abertura de canais de participação da população por parte do Estado foram mais simbólicas do que práticos.

A existência de um projeto de memória não implica a inexistência de outras memórias, pelo contrário, elas são diversas e podem se justapor ou entrar em conflito. Os militares ao longo da redemocratização passaram a ver outros atores ampliarem espaço na disputa política e ao serem defenestrados do controle do país, com o retorno aos quartéis, também criaram suas memórias subterrâneas, resguardadas nos túneis das instituições públicas e que eclodem atualmente por meio de figuras públicas. Estas memórias subterrâneas conectam-se

principalmente a duas marcas do processo de redemocratização brasileira: a da conciliação e do não revanchismo³¹.

A preservação de documentos sobre a participação dos brasileiros no contexto de construção da Constituição de 1988 fez parte de um projeto político que buscou moldar o enquadramento de uma memória. As sugestões da população interessaram a este enquadramento menos pelo conteúdo do que pela sua própria existência, as quais foram tratadas como a representação da abertura do Estado autoritário brasileiro à democracia e pontuava suas diferenças em relação à ditadura militar.

2.2 Projeto diga gente- projeto constituição

As cartas analisadas foram recolhidas do banco de documentação histórica do SAIC, criado para armazenar as sugestões dos brasileiros enviadas à ANC, disponível na biblioteca virtual da Câmara dos Deputados. As sugestões analisadas foram recolhidas por meio do projeto *Diga Gent- Projeto Constituição*, que despertou em seus organizadores:

[...] além da curiosidade real ou suposta de ler as sugestões da população e além da sua vontade verdadeira ou simulada de nelas se inspirar quando da redação da Constituição, ele tem um interesse objetivo a querer se apresentar a seus colegas e a sociedade civil como o homem político que terá permitido a existência deste projeto e que terá, assim, permitido ao povo de se exprimir (MONCLAIRE, 1991, p. 29).

As sugestões foram escritas por pessoas comuns de diversos lugares do Brasil e com diferentes graus de instrução escolar. Seria equivocado afirmar que houve ausência de interesse dos parlamentares e membros da Comissão de Projetos Especiais (CPE) em conhecer a opinião da população brasileira de forma tão particular, tampouco podemos desconsiderar que o projeto tenha despertado nos parlamentares e organizadores o desejo de lutar contra a erosão causada pelo esquecimento. Esta condição nos aproximou das análises feitas por Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2015), quando trabalhou as formas empregadas por Alberto Silva para se consolidar na história e na memória do Piauí, nas tentativas realizadas pelo então governador de driblar corrosão do tempo e do esquecimento. Monclaire (1991) considera: "Querer satisfazer um ideal democrático e auferir um benefício político não são motivações contraditórias. (MONCLAIRE, 1991, p. 29). Nesse caso, os construtores do projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* podem ter buscado permanecer na memória e na História do Brasil

³¹ A ideia de conciliação dos interesses nacionais foi amplamente difundida pelos setores militares que se estendeu as alas conservadoras e até mesmo progressistas, os dois primeiros grupos interessados em garantir a impunidade dos agentes militares, parte da oposição por medo de que qualquer indício de radicalização da luta política causaria o engajamento dos militares em retrarem a distensão política por meio de atos de exceção. O não revanchismo é semelhante a ideia de conciliação, entretanto, foi mais centrada na ideia de que os militares não deveriam ser punidos, as duas concepções marcaram, por exemplo, a Lei da Anistia que foi aprovada em 1979.

como mediadores da participação popular na Constituinte a fim de serem vistos como conciliadores da relação entre eleitores e eleitos, aspecto essencial para a manutenção do regime democrático representativo. A partir da premissa de que a construção de cada acervo é peculiar, fizemos uma apresentação sobre a organização desse projeto, pois: "Únicos são os acervos, e reconhecer as suas especificidades, por meio de um exame cuidadoso dos documentos, é parte essencial e primeira de sua organização" (VERSIANI, 2013, p. 133).

A primeira reunião para discutir a criação de um sistema informatizado para apoiar os trabalhos constituintes ocorreu no dia 15 de agosto de 1985, "oito dias após a leitura, na tribuna do Congresso, da proposição do Presidente José Sarney de emendar a Carta Magna e de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte" (MONCLAIRE, 1991, p. 21). Ao situar os debates, conflitos e negociações em torno da criação do SAIC, Monclaire (1991) demonstra que o projeto não foi construído de forma linear, seu processo de criação foi complexo, a escolha de sugestões da população como os documentos que formariam o banco de dados fez uma série de questões emergirem, principalmente a respeito da praticidade da campanha no que se refere ao aporte financeiro, como seria feita a distribuição, o recolhimento, entre outras questões materiais e operacionais.

O presidente da CPE, William Sérgio Dupin, propôs que o patrocínio fosse recolhido por meio de parcerias publicitárias com empresas privadas que teriam espaço disponível nos formulários para a divulgação de sua logomarca (MONCLAIRE, 1991). A veiculação de logomarcas empresariais junto ao projeto foi amplamente criticada, alguns defenderam que a criação deste vínculo deslegitimaria o projeto, que passaria a funcionar segundo as leis de mercado em benefício de empresas e não da população brasileira: "As organizações Globo financiarão uma parte destas despesas e, em contrapartida, seu logotipo figurará sobre os formulários e ela se beneficiará da exclusividade da cobertura jornalística do acontecimento" (MONCLAIRE, 1991, p. 35).

A seguir, consta a imagem do formulário e as marcas que participaram do financiamento e da construção do projeto:

Figura 02

Contrato ECT/SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição e Justiça
Brasília — DF

70160

IMPRESSO NO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EXEMP. N.º 2

Endereço

CEP

Identificação

COM VÓCE NA CONSTITUINTE

CORREIOS

VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE!

ORGANIZAÇÃO GLOBO

FAÇA, VOCÊ TAMBÉM, A NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembleia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição afeta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres.

Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e os seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo.

Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição.

O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembleia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira.

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sugestão dos Cidadãos. Portal da constituição cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao_cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos. Acesso em: 02 de mar. 2020.

Na imagem do formulário podemos observar as parcerias que foram firmadas com as Organizações Globo e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), onde também consta o nome das instituições e repartições públicas, responsáveis pelo projeto, entre elas, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e, em outra parte do formulário, localiza-se o nome do Centro de Processamento de Dados do Senado-PRODASEN. Faça, você também, a nova constituição. No lado direito do aerograma foi colocado um texto intitulado “Faça, você também, a nova Constituição”:

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembleia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição afeta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres. Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai

eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e os seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo. Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição. O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembleia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição Brasileira (BRASIL, 1986).

A narrativa indica, inicialmente, a pertinência da Constituinte, adjetivada como um momento importante para a vida dos brasileiros, duas dimensões foram postas em evidência, o futuro e a participação da população, o objetivo dos autores foi convencer os interlocutores a participarem da campanha, assim como abordaram resumidamente as funções da Constituição, “legislar sobre o Estado, a forma de governo, “a ordem econômica e a organização social”. A categoria de direitos também foi citada no texto como uma garantia constitucional, os leitores interpretaram isto de diferentes maneiras, o próprio texto convocatório deu margem para que os missivistas enviassem uma série de temas que não eram de matéria constitucional, mas que consideravam direitos a serem garantidos pelo Estado, em que pese, relatos da ausência destas garantias em situações cotidianas. A concepção de que a participação da população deveria ser mediada pelo governo também foi um dos elementos da narrativa e pode ser observado nos seguintes trechos “os cidadãos escolhem aqueles que, em seu nome...”, “você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representa-lo”, a própria dinâmica de enviar sugestões por meio do projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* foi posta como uma concessão do Congresso Nacional, posicionamento que reverbera a busca do governo por tutelar a participação popular na ANC. Em determinados momentos à importância conferida aos meios de participação indireta são empregados de maneira hiperbólica, visto que, as propostas foram mais simbólicas do que práticas, embora não possamos desconsiderar que criaram uma relação dialógica entre sociedade e estado. Além disso, no fim da mensagem, os autores indicaram que a população poderia expressar seus desejos e anseios acerca da futura Constituição, dando margem, mais uma vez, para que os temas enviados fossem diversificados, visto que, compreendiam o próprio projeto em sua dimensão simbólica.

A proposta que resultou no projeto *Diga Gente - Projeto Constituição* foi realizada desde o início de 1985, a campanha foi lançada em fevereiro de 1986 e durou até julho de 1987. Pessoas de diversas cidades do interior e das capitais do Brasil se apropriaram do projeto e contribuíram para modificar a forma com que parte da população brasileira interagiu com os

debates políticos que aconteceram no país. Se o espaço destinado à escrita do texto pode ser considerado restrito, o uso que as pessoas fizeram dele não podia ser restringido pelos órgãos, repartições públicas, funcionários e políticos responsáveis pelo projeto.

2.3 “Você também pode ser constituinte, participe!”

O banco de dados foi o meio pelo qual tivemos acesso às informações e, quanto a isso, buscamos pontuar os efeitos de fazermos uma análise mediada por esta plataforma. Monclaire categorizou efeitos que uma análise deste tipo de plataforma pode causar: “[...] há o ‘efeito-tela’: a) cada dado só é legível através da tela lisa e cintilante; b) todo dado está sempre enfeixado numa invariável relação altura/largura; e c) a tela tem sempre a mesma cor monótona e uniformizante [...]” (MONCLAIRE, 1991, p. 17). Realizamos a análise das cartas com a noção de que a plataforma do banco de dados, por meio da tela do computador, transmitiu uma homogeneidade entre as mensagens que descaracterizou as particularidades estéticas da escrita dos missivistas e, assim, alterou tanto a forma com que dispuseram o texto no formulário quanto os possíveis anexos e suas caligrafias. Outra alteração causada pelo banco de dados é o “efeito-estatístico”, que consiste em: “[...] todo número ou palavra parece encerrar e portar o mesmo valor (por exemplo a palavra democracia não tem necessariamente, o mesmo sentido em cada uma das sugestões onde ela figura [...]” (MONCLAIRE, , 1991, p. 18). Nessa perspectiva, ficamos atentos às generalizações na análise de categorias-chave, como por exemplo a de direitos e, destacamos a pluralidade das apropriações feitas pelos missivistas, resguardando a problematização de possíveis aparências. Ficou como missão a partir das ressalvas destacar as singularidades de cada mensagem e fazer uma conexão entre os conteúdos das mensagens e o contexto político do país, articulando posições, opiniões políticas e conjuntura. Introduzimos as discussões das sugestões a partir da análise da charge abaixo, antes ressaltamos as considerações feitas por Carla Pinsky (2008) no que se refere ao impacto das imagens, ainda que ficcionais estão atreladas a aspectos reais que influenciaram as ideias de quem as criou: “A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar uma “realidade” em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada” (PINSKY, 2008, p. 237). Identificaremos as relações entre o real e o imaginário do chargista para com o tema escolhido para o seu desenho, a relação da população brasileira, mais especificadamente nordestina, com a criação da nova Constituição.

:

IMAGEM 03

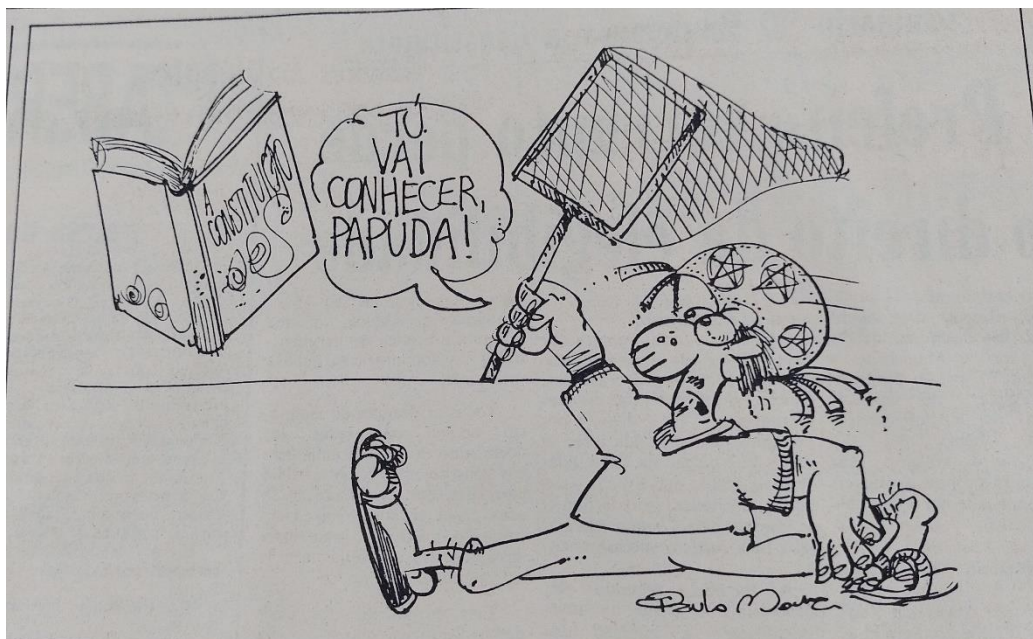


IMAGEM 03: CHARGE CONSTITUIÇÃO. Jornal O dia, 14 de abril de 1987, p. 04.

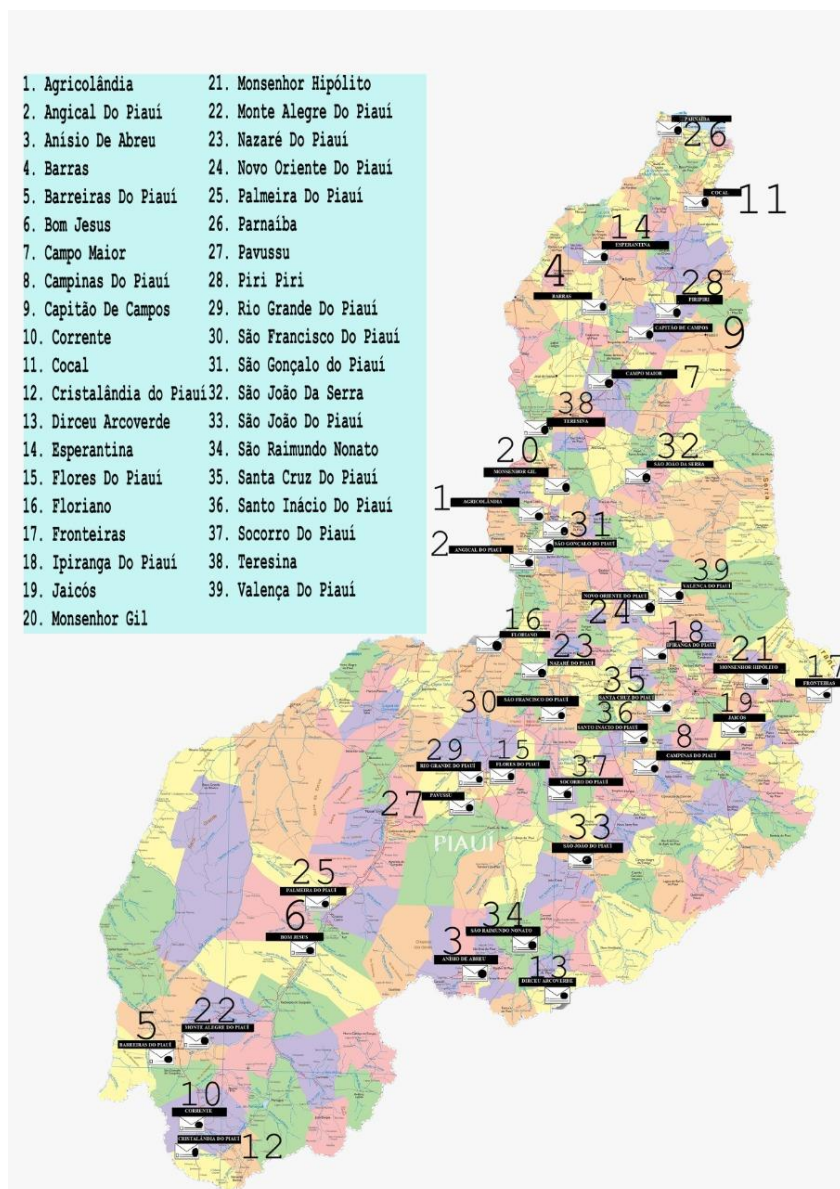
Na charge tem-se a ilustração de um nordestino que busca capturar uma Constituição a fim de que ela conheça ele e suas necessidades, o personagem fala “Tu vai conhecer, papuda”, para realizarmos a análise da ilustração buscamos o significado da palavra papuda e chegamos a um outro adjetivo, jactancioso, que significa quem tem vaidade, presunçoso, soberbo, arrogante, ufano³². A Constituição foi adjetivada como algo carregado de soberba, famosa, ou seja, distante da realidade do personagem que buscava captura-la. O estereotipado nordestino foi colocado como um depositário de quem conhecia as reais necessidades da população a despeito do que havia sido posto na Constituição, ilustrada voando para longe, o chargista teve o intuito de indicar que o texto constitucional estava distante da realidade da população e prosseguia em outra direção. “Tu vai conhecer” faz referência à busca do nordestino para fazer com que a Constituição “conhecesse” a sua realidade social, os traços horizontais na altura do chapéu de couro e a abertura das pernas do personagem retratado indica que ele estava correndo, ou seja, que um esforço era empregado por parte do sujeito para que suas percepções e vivências fossem levadas em consideração. A participação popular foi a força motriz para a emergência de uma cultura política participativa durante os anos 1980 no Brasil, de maneira geral, carrega essas características, suas ações não foram tributárias da abertura dos canais de comunicação por

³² Pesquisa realizada no Dicionário Online de Português (DICIO). Acesso em 10 de dez. 2021 às 22:00 horas. Link: <https://www.dicio.com.br/papuda/>

parte do Estado, o fortalecimento das ações da sociedade civil engajada na busca por participação influenciou a emergência de uma preocupação por parte dos organismos públicos em buscar soluções para lidar com uma população politicamente ativa e tutelar sua participação na Constituinte. A ideia que o chargista buscou construir através do desenho relacionasse ao processo de participação por meio o envio de cartas-formulário à ANC, à medida que, cada sugestão continha uma perspectiva relacionada às vivências dos missivistas, onde os autores, cada um à sua maneira, buscou influenciar o texto constitucional a partir de suas narrativas assim como o caricato nordestino que tentava capturar a Constituição.

Ao analisarmos o SAIC localizamos 155 sugestões enviadas por piauienses de diversos municípios durante o ano de 1986¹⁰, sendo eles de: Angical do Piauí, Socorro do Piauí, Esperantina, Piripiri, Capitão de Campos, Monte Alegre do Piauí, Ipiranga do Piauí, Novo Oriente do Piauí, Jaicós, Nazaré do Piauí, Rio Grande do Piauí, Corrente, Flores do Piauí, São João do Piauí, Floriano, São Gonçalo do Piauí, Nazaré do Piauí, Campo Maior, Fronteiras, Cristalândia do Piauí, Dirceu Arcoverde, São Francisco do Piauí, Monte Alegre, São João da Serra, Teresina, São Raimundo Nonato, Barras, Santa Cruz do Piauí, Água Branca, Barreiras, Monsenhor Gil, Agricolândia, Valença do Piauí, Santo Inácio do Piauí, Campinas do Piauí, Cocal, Parnaíba, Pavussu, Palmeira do Piauí, Anísio de Abreu, Capitão de Campos e Monsenhor Hipólito¹¹. Organizamos a distribuição dos locais de onde foram enviadas cartas-formulário através da identificação por números e tabela em um mapa estadual:

FIGURA 03

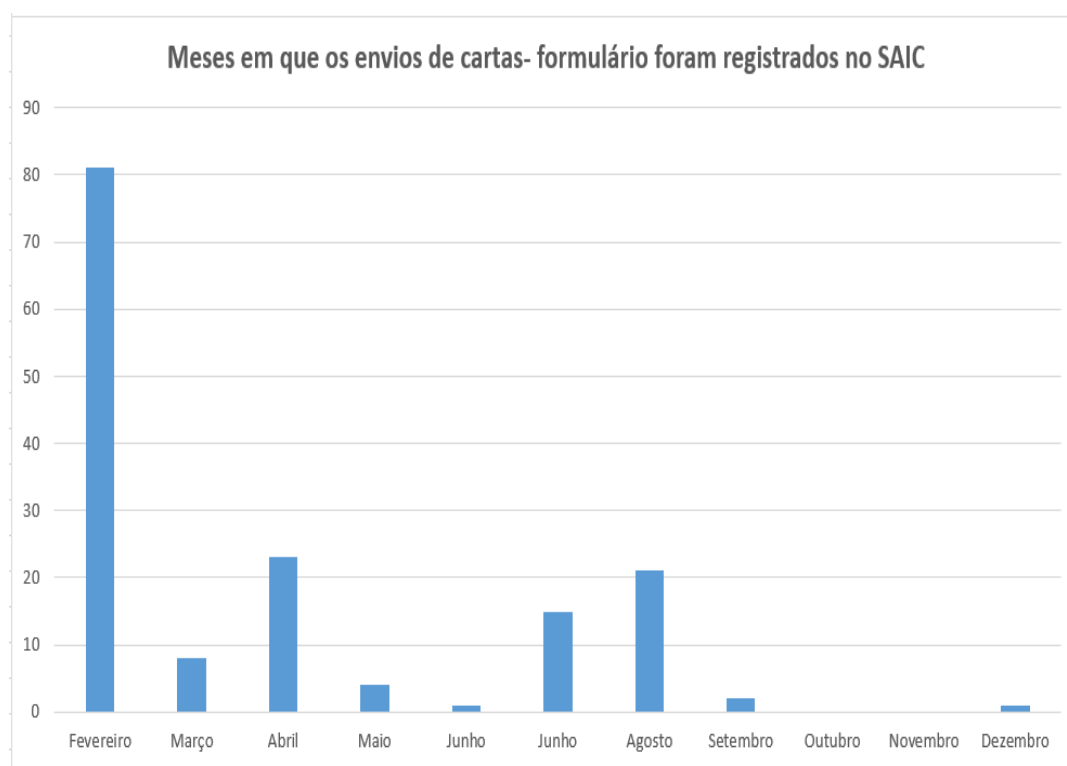


Fonte: Mapa adaptado com a distribuição de cartas por municípios. Autora: Cibele da Silva Andrade, 2021. Acervo pessoal.

Apesar da concentração de missivistas na região central do Piauí, em que pese nos municípios do entorno da capital do Estado, a participação foi pulverizada, foram enviadas cartas-formulário desde o extremo-sul até o extremo-norte, em toda sua extensão territorial, somando-se 39 municípios. A dinâmica de participação descentralizada também foi tributária da parceria estabelecida com a Empresa de Correios e Telegráfos- ECT, que possuía agências distribuídas municipalmente. Cerca de 5 milhões de formulários foram distribuídos em agências dos Correios de todo o país, não haviam taxas para que as pessoas adquirissem ou enviassem suas sugestões, de acordo com dados disponibilizados pelo governo, cerca de 72.719 sugestões foram recolhidas.

Por ser inviável apresentar a análise de mais de cem cartas-formulário em uma dissertação, apresentaremos aspectos inerentes ao conjunto de todas as cartas, os conteúdos mais abordados a partir da criação de nove categorias, são elas, Poder e organização municipal, Economia, Saúde, Mulheres, Liberdade de expressão, Corrupção, Reforma agrária e homem do campo, Educação e Constituinte ideal, além de apresentarmos os índices de escolaridade, idade e renda indicados pelos missivistas. Articulamos, quando necessário, estas sugestões a outras que não foram problematizadas integralmente, mas que compuseram a análise a partir de intersecções que estabelecemos entre as percepções e temas apresentados nas demais. Escolhemos as cartas-formulário analisadas a partir do seguinte critério: que tivessem sido enviadas por piauienses durante o ano de 1986 e 1987 por meio do projeto Diga gente- Projeto Constituição. A seguir tem-se a disposição do fluxo de cartas que foram enviadas no decorrer de 1986:

GRÁFICO 1



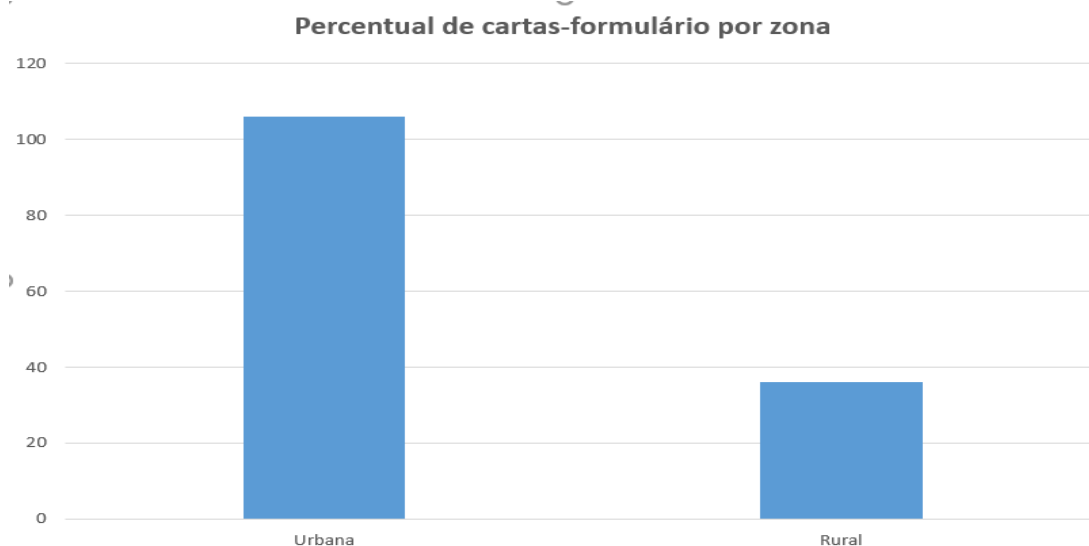
Fonte: Gráfico de meses em que as cartas foram enviadas. Autora: Cibele da Silva Andrade.

No gráfico acima tem-se a indicação dos meses em que constam cartas-formulários enviadas por piauienses e que estão disponíveis no SAIC. A primeira consideração é que não localizamos sugestões de 1987, apesar da campanha de envio ter ocorrido de fevereiro de 1986 a julho de 1987. No banco de dados outra data é informada, provavelmente tratava-se do dia da

indexação e transcrição da sugestão para o sistema, por exemplo, uma sugestão foi remetida nos correios em 25 de maio de 1986 e sua transcrição para o SAIC ocorreu apenas em 23 de janeiro de 1987, cerca de oito meses depois, assim, o processo de incorporação ao SAIC demandou tempo para o trabalho de deslocamento dos documentos realizado a partir da agência dos Correios, os trâmites para o seu recebimento e organização no Senado, desta forma, cartas-formulário remetidas em 1987 podem não ter sido incorporadas ao SAIC, e, conseqüentemente, não foram disponibilizadas para a leitura dos Constituintes ou seus assessores, existem registros de cartas que foram enviadas dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que foram incorporadas no ano de 1987, ou seja, esta relação foi variada, o processo ocorreu mais rápido em estados onde a ECT possuía mais estrutura, fazendo com que cartas-formulário de 1987 destas regiões tenham sido incorporadas ao SAIC. Não podemos trabalhar com dados referentes a 1987 já que não os encontramos, entretanto, criamos um gráfico utilizando as datas do ano de 1986 onde analisamos o fluxo de envio das 155 cartas-formulário. No mês de fevereiro tem-se 81 cartas-formulário; março, 8 cartas-formulário; abril 23, cartas-formulário; maio, 4 cartas-formulário, junho, 1 carta-formulário; julho, 15 cartas-formulário; agosto, 21 cartas-formulário; setembro, 02 cartas-formulário e dezembro, 1 carta-formulário. Pode ter havido cartas-formulário que não foram introduzidas no SAIC por diversos motivos, falta de atenção dos responsáveis pelo registro ou até sugestões que intencionalmente foram descartadas. Com base nos dados disponíveis, fevereiro foi o mês que ocorreu mais envio de cartas-formulário, período em que foi lançada a campanha, nos outros meses há uma distribuição irregular das participações.

O próximo gráfico foi baseado no conjunto das 155 cartas-formulário enviadas por piauienses e depositadas no SAIC:

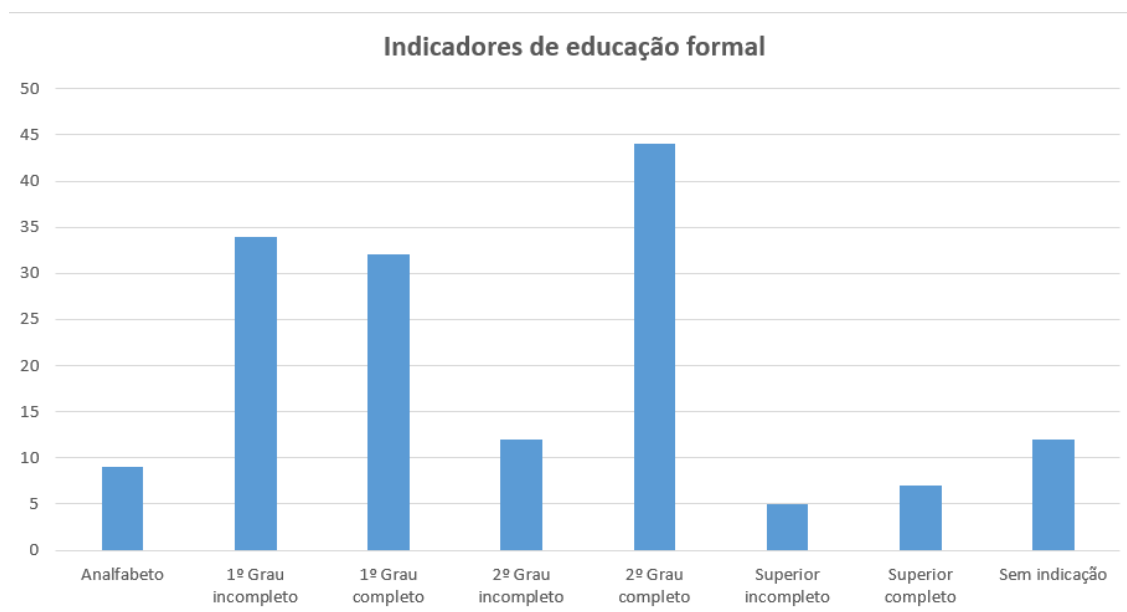
GRÁFICO 2



Fonte: Gráfico do percentual de cartas-formulário por zona de habitação. Autora: Cibele da Silva Andrade.

A zona de habitação foi uma das informações que podiam ser disponibilizadas pelos missivistas através do preenchimento de um questionário localizado no verso do aerograma, dos 155 missivistas, 106 afirmaram habitar na zona urbana, 36 na zona rural e 13 não fizeram nenhuma indicação. O principal fator para a superioridade numérica da zona urbana em detrimento da rural esteve relacionado a maior acessibilidade das pessoas que habitavam as estas áreas dos municípios às agências dos Correios, onde os aerogramas eram distribuídos e recebidos e à dinâmica urbana dos municípios nos quais informações acerca da política circularam com mais proeminência por serem os núcleos de suas regiões. O próximo gráfico se refere aos indicadores de educação formal fornecido pelos missivistas nas cartas-formulário:

GRÁFICO 3



Fonte: Gráfico referente aos indicadores de educação formal. Autora: Cibele da Silva Andrade

Os indicadores foram divididos em oito categorias de instrução escolar, dentre 155 sugestões, nove missivistas eram analfabetos, trinta e quatro possuíam o 1º grau incompleto, trinta e dois possuíam 1º grau completo, doze tinham formação até o 2º grau incompleto, quarenta e quatro possuíam formação escolar até o 2º grau completo, cinco possuíam ensino superior incompleto, sete possuíam ensino superior completo e doze missivistas não fizeram a indicação. A participação de analfabetos no projeto indica que foram estabelecidas relações entre aqueles que desejavam participar da campanha e outras pessoas, pois, precisaram de terceiros para redigirem suas considerações descritas oralmente. O grau de formação preponderante foi o de 2º grau completo, apesar de um número considerável de participantes terem o 1º grau incompleto e completo. Os variados graus de escolaridade apresentados decorrem de uma característica inerente à formação da cultura política brasileira centrada na participação popular durante os anos 1980, um processo criado por diferentes camadas sociais, que envolveu pessoas que exerciam atividades, recebiam remunerações salariais e tinham formação escolar variadas (VALLA, 1998). Outros optaram por não indicar o grau de escolaridade formal que possuíam, consideramos que alguns missivistas tiveram receio de que os indicadores incidissem sobre a leitura ou não das cartas, que poderiam ser hierarquizadas de acordo com os dados assinalados no formulário, também não podemos considerar os dados apontados na pesquisa sociográfica como o reflexo do real, para além da omissão, os missivistas podem ter marcado alternativas distintas das suas realidades sociais e materiais a fim de que as informações prestadas agregassem valor simbólico à carta-formulário, uma vez que, a sociedade é hierarquizada por diversas condições materiais e imateriais.

A parte mais complexa na elaboração desta pesquisa foi a criação de categorias para organizar e apresentar aos leitores as sugestões de maneira minimamente didática. Congregamos as cartas-formulário em subdivisões a partir da identificação da correlação entre os temas abordados pelos missivistas. Optamos por criar as categorias em decorrência da impossibilidade material de apresentar a análise individual de todas as cartas-formulário em uma dissertação e problematizamos as fontes para que não incorrêssemos no erro de generalizar as abordagens feitas pelos missivistas a respeito de um mesmo tema, estabelecemos pontos em comum, mas também as particularidades de cada mensagem. Os documentos foram construídos a partir de perspectivas, característica inerente às mensagens que compõem o acervo, se mais de um missivista tratou da categoria econômica não significa que a concebeu da mesma maneira

que os demais. Os problemas metodológicos com os quais lidamos durante a divisão das cartas-formulário em categorias decorreu principalmente do fato de que algumas mensagens continham muitos temas tratados de maneira superficial, como por exemplo, autores que não desenvolveram as sugestões e enviaram apenas uma frase de apoio à determinada pauta, formando uma lista de itens pontuais. Selecionamos os textos em que as ideias foram minimamente apresentadas e não incluímos na análise as cartas-formulário que trataram os temas de maneira generalizante. Criamos as categorias a partir da leitura e análise das próprias sugestões e incluímos aquelas em que mais de um tema foi discutido em mais de uma categoria. Apesar da possibilidade de problematizarmos o tamanho do espaço destinado à escrita da sugestão no aerograma, existiram possibilidades para que a materialidade fosse aproveitada de diferentes formas, assim, os tamanhos dos textos variaram de acordo com os usos empregados pelos missivistas, alguém que quisesse escrever um texto mais longo pode ter adotado a tática de utilizar uma caligrafia menor e que ocupasse menos espaço na página.

Antes de apresentarmos as sugestões e as respectivas subdivisões, introduziremos duas categorias históricas cunhadas por Reinhart Koselleck na obra, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, são elas, *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, ambas foram utilizadas na análise das sugestões enviadas pelos missivistas à ANC. O autor apresenta características inerentes à semântica destes dois termos no seguinte trecho:

"[...] nem "experiência" nem "expectativa", como expressões, nos transmitem uma realidade histórica, como o fazem, por exemplo, as designações ou denominações históricas. Denominações como "acordo de Potsdam", "economia escravista antiga" ou "Reforma" apontam claramente para acontecimentos, situações ou processos históricos. Já "experiência" e "expectativa" não passam de categorias formais: elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera (KOSELLECK, 2006, p.306).

Nesse sentido, as categorias que utilizaremos podem ser aplicadas às diferentes narrativas apresentadas pelos missivistas em suas cartas-formulário, uma vez que, *experiência* e *expectativa* não possuem o papel de designar processos históricos ou anseios específicos, mas sim as possibilidades, são categorias generalizantes que utilizamos como uma lente para observar tanto as vivências apresentadas pelos piauienses quanto as expectativas que, como prospecções, fundamentaram as ideias de futuro apresentadas pelos mesmos: "Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem" (KOSELLECK, 2006, p. 306). Os textos das cartas-formulário analisadas foram externados a partir das vivências e subjetividades de seus autores,

tiveram como base as experiências vividas e a criação de prognósticos que poderiam se tornar reais a partir do *horizonte de expectativas* aberto pela criação de uma nova Constituição. As duas categorias históricas, respectivamente, representam o espaço e o tempo que formam o tempo histórico, pois, ao serem operadas a partir do presente formam elos entre passado e futuro, o autor as define nos trechos abaixo:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheia (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

O passado foi apreendido de maneira distinta por cada missivista, a experimentação, as percepções formadas a partir da subjetivação de suas vivências, as ideias que fizeram do que viveram até o momento da escrita das cartas foi acumulada e mutável. A experiência é formada por um passado atualizado pois é obtida a partir de questões que emergem no presente, revitalizada a partir de outras vivências e novos acontecimentos. O *espaço de experiência* dos remetentes foi construído entre o racional e o inconsciente porque um dos pressupostos que acompanham a elaboração de um discurso são as escolhas de quem o constrói, em parte foram feitas racionalmente, ocultamos e conferimos ênfase à determinados aspectos de acordo com um objetivo, no caso das cartas-formulário a intenção foi pedir, sugerir algo ou convencer o interlocutor. A incidência de formas inconscientes não podem ser descartadas porque os processos psíquicos também foram afetados pelas vivências que desencadearam ações não planejadas, sentimentos e traumas que influíram na percepção dos missivistas sobre o passado. Koselleck (2006) aponta a experiência do outro como um componente da experiência individual, desse modo, os missivistas também foram influenciados pelas interações adquiridas em ambientes coletivos, por comportamentos externos, experiências transmitidas voluntariamente ou não. A transmissão de experiências por instituições pode ser observada por meio de trabalhos com a memória criadas intencionalmente para influenciar a experiência de outras pessoas. A seguir tem-se a definição de expectativa:

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 310)

Assim como a experiência, que é o conhecimento constituído sobre as vivências passadas e aquilo que adquirimos através da experiência de outras pessoas, a expectativa

também irrompe no presente, mas, ao invés de voltar-se para o passado está direcionada para o futuro ainda que mantenha elos com ele, visto que, experiências são a base para a produção de prognósticos. Segundo o autor, sentimentos como o desejo e a vontade podem diferir das experiências reais que foram sobrepostas e adquiridas ao longo do tempo. Para Koselleck (2006), o tempo histórico é resultado de tensões criadas entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* que: "[...] enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político" (KOSELLECK, 2006, p. 308). A análise das cartas-formulário a partir das duas categorias também significa a problematização das ações desempenhadas pela população no cenário político, uma vez que, as percepções sobre o passado e os prognósticos criados fundamentaram a participação popular na busca por influenciar e fiscalizar a construção da Assembleia Nacional Constituinte e da nova Constituição.

A primeira categoria é constituída por cartas-formulário em que os autores trataram dos poderes e organizações municipais, a criamos ao observar que alguns missivistas estenderam suas considerações à atuação dos prefeitos e a organização das prefeituras municipais. O primeiro remetente é Luiz Fernandes da Silva³³, que enviou a seguinte sugestão: “Que haja atuação dos vice-prefeitos municipais. Que seja extinto o vocábulo "VEREADOR" e passe a ser Deputado Municipal” (SILVA, 1986). O pedido para que a nomenclatura “vereador” fosse transformada em “deputado municipal” configura-se como uma busca pela ampliação do status desta classe de representantes políticos. A mesma solicitação foi realizada por outro missivista, Genival Reis dos Santos³⁴, ela foi enviada na mesma data e do mesmo município: “Extinção do vocábulo(sic) "vereador" para Deputado Municipal” (SANTOS, 1986). A oportunidade de participar da campanha também foi utilizada por representantes políticos como forma de buscar auferir benefícios para a categoria na qual exerciam mandatos e, conseqüentemente, ampliar os poderes que possuíam.

Os dois vereadores criaram a tática de enviar o mesmo pedido à ANC com a intenção de demonstrar aos constituintes que a pertinência de suas sugestões estava respaldada no compartilhamento do pedido, além de terem enviado os pedidos a mais de um destinatário para

³³ Luiz Fernandes da Silva enviou sua sugestão no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Nazaré do Piauí, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, tinha entre 40 e 49 anos, informou que não possuía rendimento e Alberto Silva foi o destinatário de sua carta. O destinatário escolhido não possuía função constituinte, há época ocupava o cargo de Governador do Piauí.

³⁴ Genival Reis dos Santos enviou sua sugestão no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Nazaré do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o ensino superior incompleto, tinha entre 20 a 24 anos, informou que não possuía rendimento e Jônathas Nunes foi o destinatário de sua carta, entretanto, não ocupou cadeira na Constituinte, seu mandato de Deputado Federal pelo PDS ocorreu entre 1983 e 1987.

que a pauta tivesse mais chances de ser lida e levada a outras instancias da ANC. O destinatário indicado por Luiz Fernandes da Silva, Alberto Silva, não ocupava cadeira na Constituinte, entre 15 de março de 1987 e 1991 foi Governador do Piauí. O destinatário escolhido por Genival dos Reis Santos, Jônathas Nunes, também não foi deputado constituinte, o seu mandato de deputado federal que havia começado em 1983 foi encerrado antes da ANC. A escolha de destinatários que não foram constituintes da ANC foi recorrente, logo, parte da população desconheceu como ocorreu a estruturação da Assembleia, formada apenas por deputados federais e senadores, além de não conhecerem os políticos que estavam em exercício no período.

As narrativas sobre a temática do poder municipal também foram feitas de maneira personificada, isto é, alguns missivistas construíram seus discursos a partir de personagens centrais. Augusto Pereira dos Santos³⁵ fez uma abordagem centralizada na figura do chefe do executivo municipal de sua cidade: “Eu esperava que a nova constituinte trouxesse melhoras para a pobreza, mas, a melhora foi para os políticos, e para os prefeitos. Sou vizinho de um prefeito e vejo a vida dele. Enquanto ele tem aquela mordomia, os pobres não podem nem se alimentar” (SANTOS, 1986). As acusações feitas por Augusto foram baseadas nas observações que afirmou fazer da vida do prefeito, adjetivando-a como “mordomia” a partir de comparações com o cotidiano de outros habitantes da cidade e justificou o respaldo das informações prestadas por ser “vizinho de um prefeito”. Apesar da personificação em torno de um personagem, o prefeito, Augusto Pereira utilizou meios de indeterminar o sujeito ao empregar “de um” porque teve receio que suas denúncias ganhassem publicidade. Acusações de conteúdo semelhante foram feitas por outro remetente, a carta-formulário não possui identificação de nome ou endereço, mais uma vez, tem-se a omissão de informações pessoais utilizada pelos autores com fins de preservar a própria imagem³⁶, mas ao invés de indeterminar o personagem de que tratava, o remetente se auto indeterminou por meio da omissão de dados pessoais:

Prezado (*sic*) Sr. José Sarney, é por meio desta que estou escrevendo para participar-lhe do que se passa por aqui. O prefeito desta cidade quando foi eleito prefeito ele tinha nada e hoje ele está muito bem, fez uma bela mansão. Aumentou seu retiro, fez fábrica de doces. Foi entregue a ele um terreno, mas dias depois ele comprou este terreno que estaria no valor de 12 milhões e quinhentos, ele só pagou cinco milhões (Sem autor, 1986).

³⁵ Augusto Pereira enviou sua sugestão no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morava zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, tinha entre 40 e 49 anos, recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi destinatário de sua carta-formulário.

³⁶ A sugestão foi enviada no dia 02 de agosto de 1986, por um morador da zona rural, analfabeto, casado e que possuía entre 50 e 59 anos.

O escritor fez uso do espaço para acusar o prefeito da cidade onde morava, pressupôs que ao enviar as denúncias ao Presidente da República aumentaria as chances de que alguma providência fosse implementada contra o seu denunciado. Ao falarmos em uso do espaço não nos referimos apenas à dimensão material dos aerogramas, como também as formas com que os autores se apropriaram da dinâmica realizada a partir de uma possível interlocução com os Constituintes, que significou para os missivistas um espaço de poder, pois, ao menos simbolicamente, comprimiu a distância física e hierárquica entre os brasileiros e seus representantes políticos, visto que, segundo a proposta divulgada pelo projeto *Diga Gente-Projeto Constituição*, as sugestões seriam lidas pelos membros deputados e senadores. Os missivistas que acusaram os chefes do executivo de seus municípios criaram narrativas que se tornaram mais resumidas em decorrência das limitações de espaço para a escrita do texto, para fundamentar as acusações criaram discursos resumindo uma sequência de fatos:

Só quando se é capaz de abarcar uma grande seqüência com um único olhar, e não se toma tudo ao pé da letra nem se procura confundir de forma petulante, só então é que "se chega a perceber a ligação secreta entre o antigo e o futuro, e se aprende a compor a história a partir da esperança e da recordação (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Os missivistas ao criarem seus discursos lançaram um olhar sobre vivências passadas e, a partir do *espaço de experiência*, buscaram intervir no futuro a partir de acontecimentos que lhes incomodavam promovidos pela administração municipal, desta maneira, compuseram seus anseios a partir de recordações e estabeleceram elos entre passado e futuro. Na sugestão de Augusto houve uma mitificação da figura do chefe do executivo nacional, ao considerar que, caso o presidente tivesse conhecimento das acusações proferidas, medidas seriam implementadas para combater as supostas ações de corrupção no município. Não podemos descartar a possibilidade de as denúncias terem sido feitas por opositores locais e fossem reflexo de disputas políticas. Encontramos semelhanças entre as significações que parte dos missivistas atribuíram ao presidente da república, José Sarney, com a análise apresentada por Vanderlei Vazelesk Ribeiro no artigo, *Cartas da roça ao presidente: os camponeses ante Vargas e Perón*. Ao analisar o conteúdo das cartas enviadas por camponeses a Getúlio Vargas, então chefe do executivo, considerou:

A noção de que o chefe do Poder Executivo pode tudo resolver está muito presente, e não é nova. Marc Bloch analisou, em “Reis Taumaturgos”, como era popular durante a Idade Média, a crença de que os reis da França e da Inglaterra poderiam curar, a partir de seus toques régios, as escrófulas (feridas) que, aliás, eram chamadas na França de “mal dos reis” (RIBEIRO, 2007, p. 02).

O autor identificou nas cartas a ideia de que o Presidente da República era o representante político que detinha mais ferramentas à sua disposição para intervir em

determinado problema, mas, para além disso, que o chefe do executivo nacional era tido como um sujeito probo e idôneo, por conseguinte, esperava-se uma espécie de boa vontade do mesmo. Em direção correlata, piauienses que enviaram sugestões à ANC e escolheram José Sarney como destinatário visaram solucionar problemas de ordem pessoal ou social, de modo que, ao buscarem tratar os temas com o então presidente, acreditavam ter mais chances de alcançar suas metas. A respeito da problematização de acervos escritos, Vieira (2015) considera que o historiador deve problematizar as fontes de forma que consiga identificar as articulações entre as dimensões micro e macrosocial:

Evidenciadas as múltiplas possibilidades de interrogação e interpretação que o estudo de cadernos e acervos pessoais possibilitam ao pesquisador, fica, ao historiador, a tarefa de, tendo acesso a esta “sensibilidade” (VIDAL, 2007) própria de dado espaço-tempo, conectar os níveis micro e macro social, compreendendo suas possíveis articulações.” (VIEIRA, 2015, p. 184)

No âmbito das cartas-formulário a própria construção do texto pelos missivistas foi realizada a partir de interlocuções entre o macro e o micro, uma vez que, os textos foram direcionados por perguntas que tratavam de uma dimensão política ampla, o que estas pessoas desejavam, esperavam e sugeriam que fosse discutido na ANC. Isaias Soares Filho³⁷ usou o espaço para criticar as administrações municipais: “... que tenha uma fiscalização nos municípios, porque os prefeitos nada fazem a favor do município, e do povo só encham o bolso de tanto dinheiro e o município cada vez pior. São uns verdadeiros coronéis, só pensam no bem bom deles” (SOARES FILHO, 1986). O missivista intitulou os prefeitos de coronéis, ou seja, afirmou que as relações entre os representantes políticos municipais e seus eleitores aconteciam com a subordinação da população às necessidades particulares do chefe do executivo. A relação ilustrada figurativamente por Isaias Soares pode ser observada a partir das considerações de Michel Foucault (2006) no que se refere à concepção de microfísica do poder, onde trata das forças que coexistem em diversas relações, familiares, de trabalho e nos espaços de convivência de maneira geral. Nesse sentido, a realidade produzida a partir dessas hierarquias foi subjetivada pelos sujeitos destes municípios que usaram as cartas-formulário para exprimirem como as relações foram construídas no âmbito de seus municípios.

A relação entre corrupção e poder executivo municipal também foi abordada na carta-formulário escrita por José do Egito Correia³⁸: “Vamos supor que um Prefeito municipal

³⁷ Isaias Soares Filho enviou sua carta em 21 de fevereiro de 1986, do município de Novo Oriente do Piauí, morava na zona rural, era casado, tinha formação escolar até o segundo grau completo, possuía entre 30 e 39 anos, recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

³⁸ José do Egito Correia enviou sua sugestão do município de Flores do Piauí no dia 21 de fevereiro de 1986, morava na zona urbana, possuía segundo grau completo, era casado, tinha entre 25 e 29 anos, recebia de 01 a 02

assuma uma Prefeitura, administre o seu tempo integral e nunca é possível se encontrar diante de uma fiscalização por parte do Governo Federal nem para ver se realmente aquela Prefeitura ainda existe” (CORREIA, 1986). O missivista criticou a ausência de fiscalização na administração das prefeituras e afirmou que isto comprometia a utilização correta do dinheiro público, conseqüentemente, as cidades brasileiras ficavam mais pobres. A fiscalização restringiria o uso do dinheiro público por aqueles que o autor chamou de “maus administradores com tanta liberdade”. O tema foi tratado de maneira semelhante por Marison Barriera Rios³⁹ :

Gostaria que fosse inserido na Nova Constituição um parágrafo visando o seguinte. Que o poder Executivo Federal fiscalizasse de perto o poder Executivo Municipal de todo o país. Pois na minha opinião até então, estas verbas não têm finalidades administrativas no setor público e sim para fins particulares (RIOS, 1986).

Os missivistas deram atenção ao impacto da política municipal na organização dos municípios onde viviam, uma abordagem mais estrita em que observaram as relações de hierarquia entre os poderes em que o Federal foi colocado com o regulador dos demais. Elizeu de Souza Matos⁴⁰ também abordou o tema, solicitou que houvesse fiscalização das verbas públicas administradas nas cidades: “Deve ter uma fiscalização rigorosa em relação ao dinheiro público, pois oitenta por cento está sendo desviado para interesse próprio dos prefeitos e o vereador não tem a quem dar queixa, pois o direito do vereador é pouco principalmente no interior” (MATOS, 1986). As considerações de Elizeu acerca do cargo de vereador devem ser problematizadas, o missivista afirmou que estes possuíam poucos direitos. A participação de vereadores na campanha de envio de sugestões à Constituinte remonta que existia um distanciamento hierárquico entre representantes políticos, federal, estadual e municipal que incomodou os vereadores. A amofinação com a disposição do status de vereador também esteve nas mensagens de Luiz Fernandes da Silva e Genival Reis dos Santos, ambos solicitaram a mudança da nomenclatura “vereador” para “deputado municipal”. Os remetentes da categoria de organização política municipal reiteraram a pertinência de debater as estruturas políticas locais, descentralizaram o foco da União, dos Estados e o redimensionaram para tratar do

salários mínimos, trabalhava com comunicação e escolheu José Luiz Maia, deputado federal pelo PDS, como destinatário.

³⁹ Marison Barriera Rios enviou sua carta formulário em 24 de fevereiro de 1986 do município de Barreiras do Piauí, habitava a zona urbana, possuía segundo grau incompleto, era solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, não possuía rendimento e escolheu Tapety Júnior como destinatário, o mesmo não foi Constituinte, filiado ao PDS, seu mandato como deputado federal pelo Piauí durou entre 1983 e 1987.

⁴⁰ Elizeu de Souza Matos enviou sua mensagem no dia 30 de fevereiro de 1986 do município de Rio Grande do Piauí, morava na Zona Rural, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, tinha entre 30 e 39 anos, recebia até um salário mínimo e escolheu Heráclito Fortes, deputado federal filiado ao PMDB, como destinatário.

impacto das administrações municipais na organização dos municípios e no cotidiano da população.

Na Constituição de 1988 a organização político-administrativa foi tratada no primeiro capítulo, a República brasileira foi dividida entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, preservando, inclusive, autonomia entre os entes (BRASIL, 1988). A fiscalização do Poder municipal, a qual o missivista Marisson Barriera solicitou que fosse realizada pela União, foi tratada na Constituição como competência do Legislativo municipal no que se refere ao controle externo e órgãos municipais de controle para dimensão interna, preservando a concepção de autonomia do sistema federativo (BRASIL, 1988).

A sugestão mais recorrente que poderíamos englobar na subdivisão anterior, mas que incorporamos à outra, tratava da quantidade de anos que um mandato de prefeito deveria ter. Construimos a segunda categoria com sugestões em que os missivistas trataram de eleições e temas correlatos, entre eles, o período dos mandatos políticos no Brasil, especialmente o de Presidente da República, que desde a instauração da ditadura-militar havia sido indicado de forma indireta. A mensagem a seguir foi registrada no SAIC sem a identificação de autoria⁴¹: “A minha opinião sobre a Constituinte é que um prefeito deveria governar apenas quatro anos” (Sem autor, 1986). O mesmo pedido foi realizado por Severino José Otaviano⁴²: “Na minha maneira de pensar, um prefeito governaria apenas 4 anos” (OTAVIANO, 1986). Elizeu de Souza Matos também se manifestou a respeito do tema: “Eu acho que o mandato dos prefeitos municipais deve ser reduzido para no máximo 3 anos só assim um prefeito poderá ter interesse pelo trabalho, mas mesmo assim que tenha uma fiscalização e se o elemento for mal (sic) administrado sai logo para entrar outro” (MATOS, 1986). Elizeu de Souza considerou que a redução dos mandatos faria com que os administradores municipais se interessassem mais pela gestão, acrescentou, de maneira mais incisiva que os demais missivistas, que ainda com a diminuição para três anos o prefeito deveria ser retirado do cargo se desviasse as funções de sua administração para interesses particulares. A sugestão para que o mandato de prefeito durasse quatro anos também foi feita por Roseni Pereira da Silva.⁴³

⁴¹ Sem identificação enviada do município de Ipiranga do Piauí, morava na zona urbana, tinha formação escolar até o primeiro grau completo, casada, tinha de 50 a 59 anos, recebia até um salário mínimo e não indicou destinatário.

⁴² Severino José Otaviano enviou sua carta em 21 de fevereiro de 1986, do município de Ipiranga do Piauí. De acordo com as informações assinaladas no formulário Severino José Otaviano tinha entre 40 e 49 anos e era analfabeto e não indicou destinatário.

⁴³ Roseni Pereira da Silva enviou sua carta em 21 de fevereiro de 1986, do município de Ipiranga do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, tinha entre 20 e 25 anos, recebia até 01 salário mínimo e não indicou destinatário.

Severino apresentou considerações acerca dos poderes municipais, tema que também foi discutido em outras sugestões, a inexistência de um domínio formal a respeito de assuntos econômicos não o impediu de ser incisivo em suas considerações: “Os juros deste capital o país paga, não saí do sufoco” (OTAVIANO, 1986). O missivista tratou da inflação de custos de maneira informal: Todas as vezes que o petróleo aumenta, a mercadoria aumenta ainda mais, 100%. Como governo pode melhorar a situação do pobre desta forma? ” (OTAVIANO, 1986). De fato, os produtos alimentícios foram encarecidos em decorrência da elevação dos custos do petróleo que incidiram sobre o transporte e a produção dos itens repassados ao consumidor final. O questionamento de como o pobre poderia melhorar sua situação reverbera as dificuldades pelas quais passaram os trabalhadores assalariados ao receberem valores irrelevantes diante das altas taxas de inflação. O elemento de ligação entre as mensagens foi baseado na seguinte concepção, para que as demandas sociais fossem atendidas era necessário que a população participasse ativamente do debate sobre a constituinte, reforçada pela noção de que os espaços políticos estavam permeados por disputas entre grupos que traziam consigo outros projetos de país. O conceito de cultura política nos auxilia a compreender a dinâmica de mobilização da sociedade civil em torno na Constituinte, Serge Berstein (1998) considera:

[...] a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversos e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado [...] uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

A cultura política é formada por elementos que mantêm estreitas relações uns com os outros, o que nos permite delinear uma identidade formada a partir da conjugação destes fatores. Ao observarmos os movimentos de participação popular por meio do envio de cartas-formulário, o engajamento da sociedade civil em fiscalizar e influenciar o novo texto constitucional, percebemos que a redemocratização do país se tornou um anseio comum, inspirada por motivações individuais ou compartilhadas que formaram uma cultura política eminentemente democrática. Nessa perspectiva, para que a redemocratização se concretizasse era necessária a instauração de uma nova ordem política, oposta aos militares, portanto, civil, por isto, a morte de Tancredo Neves em 1985, apesar de eleito indiretamente ao cargo de chefe do executivo nacional, impactou uma gama de pessoas e estratos sociais que não dominavam a

agenda política de Tancredo ideologicamente, porém, sua gestão que não ocorreu foi significada antes de ser iniciada, pois representou um elemento civil aliado ao partido de oposição ao governo militar, portanto, um novo *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006).

A segunda dimensão da cultura política é a congregação de “componentes diversos” que apresentam “diferentes visões de mundo”, por isto, a participação por meio de cartas não implicou uma homogeneidade dos assuntos e abordagens feitas pelos missivistas. De acordo com Serge Berstein (1998), estes elementos se congregam em torno de “uma base filosófica ou doutrinal”, mas, em que linguagem filosófica comum podemos analisar as sugestões que foram enviadas? Elas alinham-se à concepção de cidadania liberal, dividida entre direitos civis, políticos e sociais, de acordo com (COVRE, 2002), esta ideia foi desenvolvida a partir das seguintes bases:

Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798) (COVRE, 2002, p. 09).

Os eventos citados acima tratam dos momentos de construção ou solidificação do ideário de direitos liberal, observado do ponto de vista social, o indivíduo foi colocado no centro de suas bases teóricas e filosóficas, fatores que influenciaram as práticas sociais, entre elas, a da escrita, Ângela de Castro Gomes analisa as mudanças pelas quais a escrita epistolar foi submetida:

As sociedades modernas, nessa acepção, são individualistas porque se consagram tendo por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, postulando sua autonomia e abrindo campo para um novo tipo de interesse sobre esse ‘eu moderno’ (GOMES, 2004, p. 12).

Para além das dimensões coletivas identificadas nas cartas-formulário, a questão da individualidade integra os textos na medida em que, a partir das próprias experiências e subjetividades, os escritores selecionaram aquilo que consideraram pertinente para significar os acontecimentos políticos do país. José Murilo de Carvalho (2001) considera que a palavra cidadania passou a ser difundida pelos movimentos sociais e parte da imprensa brasileira durante os anos 1980:

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de "Nova República" com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um país novo (CARVALHO, 2002, p. 26).

A partir destas considerações, retomaremos a análise das sugestões. O estabelecimento de um período específico para os mandatos eleitorais dos chefes dos executivos foi o principal tema da sugestão de João Batista Carvalho⁴⁴:

Espero que o mandato de Presidente seja só de 04 (quatro) anos, pois nós estamos observando que o governo Sarney, está para acabar com tudo, exemplo: alta de juros, inflação altíssima e salário baixíssimo. No Senado, para quem nós votamos, se for bom representante, basta só quatro anos, nada de 08 anos. Prefeitura de capitais e cidades só basta 04 anos, pois quatro anos para quem quer trabalhar é suficiente. E eu sigo, que estes prefeitos que estão neste mandato de seis anos não estão querendo nada (CARVALHO, 1986).

O missivista defendeu que o mandato de presidente da república durasse quatro anos, a necessidade de troca do governo partiu, na concepção de João Batista, da ineficiência do governo Sarney em gerir a crise econômica, desta maneira, era necessário a escolha de um novo governo que pudesse solucionar estes problemas. Para os cargos do senado, o missivista estabeleceu o mesmo prazo, segundo ele, ainda que o senador fizesse um bom trabalho deveriam ocorrer novas eleições, nesse sentido, a reeleição pela qual o senador deveria passar após quatro anos seria uma maneira de validar ou refutar o trabalho que havia feito anteriormente. Por fim, o missivista criticou os mandatos de prefeitos que duravam seis anos, na sua perspectiva, significavam maior liberdade para os chefes municipais procrastinarem as demandas políticas locais e ampliava o prazo que permitiria a população intervir caso estivesse incomodada com a gestão. Na categoria de eleições e mandatos o tempo de mandato foi significado de maneira distinta pelos missivistas, se para uns, um período mais extenso representava mais possibilidade liberdade de atuação, para outros foi visto como a abertura de um *horizonte de expectativas* em que a má gestão dos representantes políticos seria o principal componente.

A respeito das eleições, René Rémond considera: "Após a Primeira Guerra, um outro ponto de vista começou a surgir: percebeu-se que uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos" (RÉMOND, 2003, p. 40). A concepção do missivista foi de que através das eleições os brasileiros conseguiriam retirar do cargo aqueles que em quatro anos não apresentassem o necessário ou satisfatório para os eleitores. É necessário reiterar que as eleições durante a ditadura militar aconteceram de maneira irregular, indireta e mandatos foram cassados durante o regime, logo, a população

⁴⁴ João Batista Carvalho enviou sua carta em 03 de novembro de 1986, de Teresina, tinha entre 30 e 39 anos, casado, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto e não indicou destinatário.

ansiava em exercer integralmente suas atividades políticas por meio do voto, em que prazos fossem determinados e respeitados, tanto o dos mandatos quanto o das eleições.

Crispim José de Souza⁴⁵ sugeriu que o mandato de prefeito e governador durasse 06 anos, um prazo mais extenso do que os apresentados por outros missivistas: "...que dentro da constituinte tudo corre bem, e que o mandato de prefeito seja de 06 anos e também o mandato de governador" (SOUZA, 1986). O desejo exprimido pelos missivistas de que a periodicidade do mandato eleitoral fosse retomada relaciona-se ao fato de que os prefeitos e demais representantes políticos foram, em grande parte, indicados indiretamente e recorrentemente trocados durante a ditadura. Uma realidade em que o exercício político foi irregular e feito por meio de indicações indiretas já não satisfazia os anseios de parte da população do país, que pode ser observada através da campanha das *Diretas-já* que apresentamos no capítulo anterior. Na prefeitura da capital piauiense de 1963 a 1967 o cargo de chefe do executivo foi ocupado por Hugo Bastos, filiado a UND- União Democrática Nacional por um período de 4 anos, já o mandato do seu sucessor, Jofre Castelo Branco, filiado a ARENA, durou de 1967 a 1969, cerca de dois anos e meio. O mandato posterior de Bona Medeiros, também filiado a ARENA, durou menos de um ano, de 10 de outubro de 1969 a 31 de maio de 1970. As sugestões para regularização dos mandatos de prefeitos representaram a ânsia pelo exercício regular do direito ao voto, visto como a forma mais direta de atuação da população em um sistema de democracia representativa:

Primeiro, o papel decisivo da eleição nos regimes que há duzentos anos reconheciam a primazia da opinião pública e faziam depender de sua expressão, restrita ou geral, por intermédio da eleição, a atribuição do poder: quer ocorressem nas datas previstas pelos textos constitucionais, quer fossem provocadas inopinadamente, as eleições não ritmavam o desenrolar da vida política, dividindo-a em seqüências e organizando sua "periodização" (RÉMOND, 2003, p. 38).

Rémond discorre a respeito da incidência das eleições nas sociedades, elas alteram o ritmo da vida política, a periodizando, acrescentamos que elas também interferem na dinâmica da vida social atravessando todas as suas esferas, momentos em que o domínio político é dilatado sobre o social, o cultural e o econômico, por isto, os missivistas discutiram recorrentemente a ausência deste mecanismo de participação. A sugestão de que os mandatos políticos tivessem periodicidade pré-estabelecida também ocorreu porque era ao fim daquele ciclo que os missivistas assumiriam a condição de eleitores, em tese, ela permitiria a aprovação

⁴⁵ Crispim José de Souza enviou sua sugestão em 20 de fevereiro de 1986, do município de Monte Alegre do Piauí, morava na zona urbana, analfabeto, tinha entre 50 e 59 anos, recebia até 01 salário mínimo e não indicou destinatário.

ou não do mandato encerrado. A abordagem de Solar Seraine Nogueira Neto⁴⁶ foi feita neste sentido: “Gostaria que fosse preenchido na Nova Constituição o seguinte: Que na próxima eleição houvesse direta para presidente da República. Pois sendo assim o povo teria maior chance em participar dos problemas político do país” (NOGUERIA NETO, 1986). A chance de participar dos problemas políticos, como afirmamos anteriormente, seria possível, para os missivistas, através do exercício político do voto, em que pese, a escolha do presidente da república permaneceu como um anseio mesmo após a derrota no Congresso Nacional da Emenda Dante de Oliveira, que propôs o retorno de eleições diretas para o chefe do executivo nacional. Mario Rodrigues Martins⁴⁷ solicitou: Eleições diretas para todos os níveis. Eleições diretas para Presidente e m 86 [...]” (MARTINS,1986).

Francisco Ferreira de Moura⁴⁸ solicitou no primeiro tópico de sua sugestão que a realização de eleições ocorressem no intervalo de quatro anos, aspecto que reforça o argumento de que existiu um anseio popular pela periodicidade do exercício de seus direitos políticos referentes ao voto, cerceados durante a ditadura pela implementação de eleições indiretas, além disso, Francisco Ferreira escreveu:

[...] que a Constituinte nacional enxergue os Estados pequenos como o Piauí. Sim, que Deus abençoe este novo conselho nacional dos cidadãos, político do meu, seu e nosso Brasil devedor [...] Peço desculpas por não ter agradado aos pedidos, mas deste correio amigo (MOURA,1986).

Identificamos a subjetividade do autor como o principal componente do texto: “do meu, seu e nosso Brasil devedor”, “Peço desculpas por não ter agradado aos pedidos, mas deste correio amigo”, a respeito do aspecto subjetivo presente em cartas enviadas à ANC, Versiani (2013) em articulação com Peter Gay (1999) considera: "que as cartas pessoais expressam como sendo a “verdade”, quando, antes, são construções textuais elaboradas necessariamente com o alto grau de subjetividade." (VERSIANI, 2013, p. 35). Desta maneira, analisamos a narrativa apresentada pelo missivista como uma construção permeada por significados e não como a realidade em si. Francisco Ferreira situou-se na mensagem como parte do Brasil não apenas como seu habitante, mas como integrante de um corpus que remete aos conceitos de nação, no

⁴⁶ Solar Seraine Nogueira Neto enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Barreiras do Piauí, não prestou demais informações e Tapety Júnior foi o destinatário escolhido.

⁴⁷ Mario Rodrigues Martins enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Cristalândia do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o superior completo, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e Jônathas Nunes foi destinatário escolhido.

⁴⁸ Francisco Ferreira de Moura enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Jaicós, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, tinha entre 30 e 39 anos, recebia até 01 salário mínimo e João Lobo, senador biônico entre 1983 e 1991, filiado à legenda do PDS, foi o destinatário escolhido.

sentido de comunidade com aspirações comuns. Ao analisar um conjunto de cartas enviadas à Constituinte Versiani (2013) considerou:

Em consequência, um novo tipo de sentimento pátrio seria desenvolvido, em que a noção de cidadania passa a ser definida com base no comportamento social de cada “filho da pátria”, dito virtuoso na medida em que se estabelece em conformidade com os ditames da lei e do direito. É o momento do “patriotismo cívico”, a serviço da pátria comum (VERSIANI, 2013, p. 236-237).

Estas características podem ser aplicadas à mensagem de Francisco, onde os aspectos negativos foram ponderados em detrimento de uma virtude intrínseca à ideia de ser brasileiro, que por sua vez, conectou-se a uma concepção de patriotismo. O adjetivo “devedor” fez referência à dívida externa do país que declarou incapacidade de pagá-la em 1987, durante o governo Sarney (FERREIRA, 2019). O pedido de desculpas caso suas considerações não agradassem o destinatário que exercia o cargo de senador foi outro elemento presente na sugestão, a colocação de que a opinião política para obter respaldo deveria ser validada por argumentos sustentados teoricamente. Para uma melhor compreensão do exposto, apresentaremos considerações feitas por Antônio Jorge Siqueira no artigo, *O direito da Fala-Violência e Política em Vidas Secas*, que por meio de uma análise da obra de Graciliano Ramos, precisamente do personagem Fabiano, apresenta as complexidades do exercício e da constituição de uma identidade cidadã através do uso da linguagem em situações onde o personagem se atrelou afetivamente e politicamente a crença da "incapacidade se se comunicar":

O fato é importante porque evidencia uma permanente insegurança-fragilidade do herói ante a dificuldade para se fazer entender e comunicar o que sente e o que entende [...] O autor concebe um personagem Fabiano que, ante a sua incapacidade de falar, de se expressar com clareza, evidencia a postura típica reproduzida ao nível das relações sociais e que são fundantes de um imaginário que inviabiliza a práxis da cidadania (SIQUEIRA, 1991, p. 93).

Identificamos em algumas sugestões situação semelhante à do personagem Fabiano, em que os missivistas sentiram que a prática da cidadania era inviabilizada pela ausência de clareza em suas falas de homem ordinário (CERTEAU, 2014). Em algumas cartas-formulário, como a de Francisco Ferreira, a ideia de exercer a condição de cidadão foi fragilizada pelo receio de não compreender o “verdadeiro” sentido de democracia ou dos debates “pertinentes” à Constituição, o missivista, de antemão, apresentou um pedido de desculpas por suas sugestões, assim como Francisca Maria da Conceição, em mensagem enviada do município de Capitão de Campos em 06 de agosto de 1986: “Excelentíssimo José Sarney, desculpe-me por lhe escrever...” e de Lucio Gomes da Cruz, enviada do município de Rio Grande do Piauí em 18 de

julho de 1986: “...desculpe o meu papo”. Estes exemplos reverberam a complexidade da identificação dos brasileiros com o sentimento de ser ou se tornar cidadão em detrimento da linguagem e das maneiras empregadas para expressarem suas opiniões políticas. A hierarquização das opiniões políticas são parte integrante de um cenário de disputa entre sociedade e Estado:

Na verdade, faz parte da postura conservadora a recusa de pensar a cidadania e a sociedade organizada, e os demais atores políticos, como parte do processo político e, acreditar com firmeza que evoluem num cenário vazio, em que são capazes de controlar todas as falas. (SILVA, 2019, p. 326) .

Esta concepção foi compartilhada inclusive por membros das instituições que organizaram o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição*, alguns colocaram-se contra a execução do projeto por considerar que a população brasileira era inculta e, conseqüentemente, figuras impertinentes na discussão de pautas constitucionais (MONCLAIRE, 1991).

Antônio Vitor de Sousa⁴⁹ também solicitou a volta de eleições diretas para todos os representantes políticos do país, sua sugestão diferiu da carta-formulário anterior no que se refere ao ano em que as eleições deveriam ser realizadas: “Quero eleições para governadores, senadores, deputados 1986 e para Presidente da República e prefeitos de todo Brasil em 1988” (SOUSA, 1986). Os piauienses vislumbraram a regularização do direito ao voto e de escolher seus representantes políticos, enviaram tais sugestões à ANC porque a atividade poderia ser materializada por meio de sua incorporação às garantias constitucionais.

A respeito das disposições constitucionais acerca do tema, foram previstas eleições para 15 de novembro de 1988, mas ocorreram apenas no ano de 1989 para Presidente da República, em dois turnos, respectivamente 15 de novembro e 17 de dezembro. Os governadores, senadores, deputados federais e estaduais foram eleitos em novembro de 1990. Com relação aos mandatos, tema amplamente sugerido pelos missivistas, governadores, prefeitos e vereadores tiveram estabelecidos um período de 4 anos, para Presidente da República o período foi de cinco anos vedada a reeleição, período que foi alterado pela Emenda Constitucional nº 05 de 1994 (BRASIL,1988).

Construímos a terceira categoria a partir da análise de cartas-formulário que abordaram temas ligados à economia, entre estas, as sugestões dos missivistas que trataram de política salarial, inflação e temas afins. A relação das sociedades latino-americanas com as suas

⁴⁹ Antônio Vitor de Sousa enviou sua sugestão em 02 de março de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, era casado, possuía entre 50 e 59 anos, recebia de 03 a 05 salários mínimos e colocou como destinatário de sua carta Alberto Silva.

democracias, segundo a proposta de D'Araújo (2008), tem como âmago a duplicidade economia e política, aspecto que apresentaremos nesta categoria:

A maior parte dos estudos sobre a América Latina refere-se ao paradoxo entre economia e política. A percepção de que a democracia não se faz acompanhar por desenvolvimento econômico e pela produção de bens públicos suficientes para conter a crise social gera o temor de que o eleitorado tenda a prestigiar lideranças carismáticas ou populistas, de direita ou de esquerda. Ou ainda, que venham a surgir crises de governabilidade mais graves (D'ARAÚJO, 2008, p. 327).

Devido à crise econômica dos anos 1980 estes assuntos foram recorrentemente tratados pelos autores, uma vez que, a opinião pública é indissociável do contexto social no qual foi produzida (BECKER, 2006). O missivista Raimundo Ademar Sérgio⁵⁰ solicitou melhoria salarial:

Quanto ao futuro da nova Constituinte na minha opinião quero apenas pedir aos senhores que nos representam que baseados naquilo que mais nos interessa é assegurar os nossos direitos principalmente daqueles assalariados. Espero, portanto, melhoria salarial [...] (SÉRIO, 1986).

O valor real do salário mínimo no país havia decaído consideravelmente se comparado aos índices inflacionários, o *espaço de experiência* fez com que o *horizonte de expectativas* aberto a partir dos acontecimentos da crise econômica não fosse positivo, por isso, Raimundo Ademar indicou que faria apenas uma solicitação, fazer outros pedidos parecia ser muita exigência em um cenário não favorável à criação de prognósticos positivos. José Ferreira apresentou um panorama da econômica durante o governo Sarney no texto, *O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática*:

Em agosto de 1985, os índices apontavam para uma inflação anual de 300%. Economistas discutiram teses sobre a inflação inercial e a necessidade de choques heterodoxos. Nesse momento, Dílson Funaro assumiu o Ministério da Fazenda, e João Sayad, o Ministério do Planejamento. Um novo grupo político estava na direção da área econômica do governo. Eles tinham o apoio de Ulysses Guimarães e do empresariado paulista (FERREIRA, 2019, p. 45-46).

A análise desta categoria nos permite observar através dos relatos que foram filtrados pela subjetividade dos missivistas o impacto da recessão econômica para a população foi materializada por meio da escrita nas cartas-formulário enviadas à ANC, assim, identificamos a partir da escrita epistolar as relações entre o micro e a macro dimensão (VIEIRA, 2015). Se na dimensão macro política ocorreu o debate para implementação de planos econômicos e os arranjos partidários fizeram com que os Ministérios fossem ocupados por diferentes representantes ao longo do governo Sarney, a noção de crise também estava instaurada na

⁵⁰ Raimundo Ademar Sérgio enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, possuía até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 30 e 39 anos, recebia até um salário mínimo e Heráclito Fortes foi o destinatário escolhido.

sociedade e foi debatida pelos brasileiros em discursos que envolviam seus salários e o baixo poder de compra que possuíam. A mensagem de Joseja Teixeira de Sousa⁵¹ esteve alinhada a essa perspectiva, solicitou que abajassem a inflação e aumentassem o seu salário, a remetente especificou inclusive o cargo que exercia: “Gostaria que baixasse a inflação...E que aumentasse o nosso salário, pois ganhamos a metade de um salário mínimo...O meu cargo é atendente de enfermagem” (SOUSA, 1986). Outros missivistas fizeram sugestões mais detalhadas daquilo que consideravam necessário para estabilizar o sistema econômico, Abraão Virgulino de Costa⁵² considerou:

Reduzir os gastos públicos de maneira supérflua. Controlar preços de cereais. Congelar o preço do petróleo pelo menos em dois meses. Congelar a inflação pelo menos de três em três meses.... Reduzir o número de desempregados. OBS: Tudo isso está aumentando a necessidade de todos os brasileiros, o custo de vida aumenta sem paradeira (COSTA, 1986).

Nossa intenção não é discutir a viabilidade econômica e política da implementação ou não das estratégias sugeridas, o missivista buscou mostrar aos constituintes que tinha conhecimento de questões que impactavam a economia brasileira, como por exemplo, a influência do valor do petróleo no preço dos gêneros alimentícios. As propostas feitas pelos missivistas, de certo modo, simplificaram a complexidade resultante de adotar ou não determinadas medidas, por exemplo, o congelamento do combustível sugerido pelo autor não dependia exclusivamente do governo brasileiro.

Se observarmos, do ponto de vista jurisprudencial, os temas tratados em uma constituição, de maneira geral, tratam-se das formas de organização de um estado, do governo, do regime político, da ordem econômica, dos deveres e direitos dos cidadãos de determinado território, mas, por meio das categorias apresentadas podemos observar que os missivistas enviaram mensagens com diversos assuntos, entre eles, saúde, corrupção, administração municipal e economia, nessa perspectiva, para os remetentes, as pautas que ficassem fora da carta constitucional ficariam à mercê do acaso ou das disputas políticas, assim, era necessário que a Constituinte abarcasse o maior número de temas possíveis. A multiplicidade de temáticas foi de fato incorporada e é um traço que caracteriza a Constituição de 1988, se compararmos sua extensão com a de outros países perceberemos que ela é consideravelmente maior, a

⁵¹ Joseja Teixeira de Sousa enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, era casada, tinha entre 50 e 59 anos, informou que não possuía rendimento e João Lobo foi o destinatário escolhido.

⁵² Abraão Virgulino de Costa enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986 do município de Esperantina, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, tinha entre 25 e 29 anos, recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e João Lobo foi o destinatário escolhido.

Constituição dos Estados Unidos, por exemplo, possui sete artigos e vinte e sete emendas, a do Brasil possui 250 artigos.

Observamos a presença, em mais de uma carta, de textos que consideramos mais anseios do que sugestões, alguns missivistas enviaram apenas, “baixar a inflação”, nesse sentido, não sugeriram medidas concretas para o controle da crise econômica, foi o caso da mensagem enviada por João Pereira de Souza⁵³ “Minha sugestão é baixar a inflação, e melhores salários” (SOUZA, 1986). Apesar da crise e de um *espaço de experiência* que havia aberto um horizonte incerto, os anseios não se basearam apenas naquilo que foi vivido, por isto, as sugestões dos missivistas não podem ser deduzidas apenas do contexto político e econômico, mas também daquilo que eles desejaram que ocorresse, de acordo com Koselleck: “Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente das experiências” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Apresentamos, na categoria anterior, cartas-formulário enviadas por vereadores de municípios do interior, nesta subdivisão que se refere à economia, inflação e salários, mensagens também foram enviadas por esta categoria política, Juracy dos Reis enviou⁵⁴: “Espero que a nova constituinte ajude ao homem do campo,(sic) eu como vereador(sic) que moro no campo junto com o povo é só o que me queixo a inflação está muito alterado, então o Sr. como senador vê se dá um jeito sobre a inflação” (REIS, 1986).” O missivista, que era vereador do município de Socorro do Piauí, solicitou que o senador Helvídio Nunes resolvesse o problema da inflação, percebemos que Juracy não possuía informações suficientes para compreender a complexidade do processo inflacionário, assim como o representante, é provável que a maior parte dos habitantes dessas localidades também não tivesse formação política para compreender em termos econômicos o que lhes afetou cotidianamente. Para respaldar sua sugestão, o vereador informou que morava no campo, ou seja, convivía com as pessoas da região que compartilhavam do mesmo descontentamento. O vereador do mesmo município, Raimundo Ribeiro de Aré também tratou de economia em sua carta-formulário⁵⁵:

Com esta oportunidade peço-lhe que unidos lutem por um Piauí melhor [...] o nosso povo lamenta a inflação altíssima e que um salário mínimo é pouco para o sustento de

⁵³ João Pereira de Souza enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, era casado, tinha entre 30 e 39 anos, recebia de 01 a 02 salários mínimos e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

⁵⁴ Juracy dos Reis enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986 do município de Socorro do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, era casado, possuía de 30 a 39 anos, recebia de 01 a 02 salários mínimos e Helvídio Nunes, que teve seu mandato como senador do Piauí encerrado em 1987, desta forma, não esteve na Constituinte, foi o destinatário escolhido.

⁵⁵ Raimundo Ribeiro de Aré enviou sua carta no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, era casado, tinha entre 40 e 49 anos, recebia até 01 salário mínimo e Helvídio Nunes foi o destinatário escolhido.

uma cada de família. Também o nosso salário de vereador é pouco. Como também precisamos suprir as necessidades do nosso povo, porque nós somos (*sic*) as raízes da política e que vivemos como o povo da nossa região [...]. Vejam quanto a nossa remuneração é péssima: quando recebemos convite para participar de um treinamento, não temos condições financeiras de irmos, porque recebemos só Cr\$ 1.130.000,00. Faça algo para seus companheiros (ARÉ, 1986).

Existiu uma articulação entre os vereadores do município de Socorro do Piauí para que cartas-formulário fossem enviadas à ANC, Raimundo Ribeiro colocou na mensagem a possibilidade de escrever e enviar suas considerações como uma oportunidade. O vereador abordou o impacto da inflação para a população daquela região e no salário dos vereadores. Em tom apelativo, afirmou que a categoria representava as raízes políticas porque tinham uma atuação mais próxima à população, visto que, os vereadores formam as câmaras das cidades, desempenhando atividades mais setORIZADAS. Em seguida, Raimundo afirmou que não teriam condições de participar de treinamentos, acreditamos que ele fez referência a formações políticas fornecidas em encontros por grupos ou partidos políticos. Ao final da carta, o missivista pediu: “Faça algo pelos seus companheiros”, nesse sentido, mesmo que tenha mostrado uma distinção entre a posição do vereador em relação aos deputados federais e senadores, buscou sensibilizá-los ao mostrar que havia um elo entre as categorias, todos eram representantes políticos em exercício. Analisamos a seguir o texto de Joana da Costa Oliveira de Sousa⁵⁶:

Que o salário mínimo seja uma quantia que dê para o trabalhador se sustentar e a sua família, sem passar necessidades. Que as Leis sejam elaboradas e também respeitadas. Que as mulheres possam participar de tudo, com direitos iguais, sem discriminação. Pela legalização do aborto. Que a educação seja um direito de todos e não privilégio de uma minoria. Pelo fim das escolas privadas (SOUSA, 1986).

A missivista iniciou a carta reivindicando um salário mínimo que considerava justo, afirmou que o valor recebido não dava para sustentar sua família, o pedido se relaciona ao contexto crise econômica que atingiu e desvalorizou o poder de compra dos trabalhadores durante a década de 1980. Desta forma, fizemos um recuo temporal para a década de 1970, saindo do recorte determinado, visto que, a crise consolidada nos anos 1980 foi a soma de fatores que começaram ainda na década anterior, entre eles, a crise mundial desencadeada pelo encerramento do padrão dólar-ouro que desajustou o sistema monetário internacional. Em 1973, ocorreu uma crise no setor petrolífero em consequência da resposta dos países árabes membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ao apoio dos Estados Unidos a

⁵⁶ Joana da Costa de Oliveira de Sousa residia na zona urbana do município de Barreiras do Piauí, estava casada, tinha entre 25 e 29 anos de idade, com formação escolar até o segundo grau completo e recebia até um salário mínimo e não inseriu destinatário específico.

Israel durante a Guerra do Yom Kippur. A diminuição da oferta de petróleo dos Árabes fez com que o preço aumentasse consideravelmente no mercado. Explicitamos no capítulo anterior o impacto desta crise na América Latina e no Brasil, que implicou no aumento da inflação de custos dos produtos repassados ao consumidor final.

O temor apresentado por Joana da Costa de Sousa na mensagem estava relacionado à desvalorização do salário e a ausência de produtos de primeira necessidade e destoou daqueles que estiveram, por algum momento, eufóricos com a permanência de impactos positivos decorrentes do Plano Cruzado, principalmente porque o contexto brasileiro pôde ser caracterizado através da crise que perpassava tanto a dimensão política quanto econômica, o futuro para Joana estava atravessado mais por incógnitas do que certezas. O plano foi arrastado e enfim fracassou, o congelamento dos preços fez com que produtores tivessem seus lucros reduzidos, itens considerados essenciais sumiram das prateleiras, ocorria a cobrança de ágio, o aumento da demanda em detrimento da oferta de produtos agravou a crise que parecia em um primeiro momento ter sido contornada. No futuro que não demorou a chegar, em 15 de novembro de 1986, seis dias após as eleições gerais para governadores, senadores e deputados, o governo anunciou o Plano Cruzado II, a pretensão foi equilibrar a relação entre as receitas e os gastos públicos a partir do aumento de tarifas. Os preços de produtos e serviços foram liberados e os salários congelados, os impostos foram aumentados, a gasolina teve um aumento de mais de 60%. “O povo sentiu-se enganado, traído, ludibriado. O Plano Cruzado passou a ser definido como ‘estelionato eleitoral’. A popularidade de Sarney desapareceu” (FERREIRA, 2019, p. 49). No que se refere aos impactos do Plano Cruzado na conjuntura política e na relação do governo com a sociedade civil, Maciel (2008) considera:

[...] o Cruzado teve o impacto de um verdadeiro furacão na dinâmica política e econômica da Nova República, alterando posições e redefinindo a postura dos diversos agentes sociais e políticos diante do governo, mesmo que provisoriamente. Na conjuntura imediata, significou uma vitória acachapante do governo, garantindo o enorme apoio popular, aumentando enormemente o poder de atração do Executivo sobre os partidos, o Congresso e o Judiciário, colocando as variadas frações burguesas numa postura defensiva e desarticulando a oposição anti-autocrática [...] (MACIEL, 2008, p. 133).

No dia que Joana da Costa entregou sua carta, 03 de março de 1986, o governo brasileiro já havia lançado o Plano Cruzado, que tinha sido bem recebido pela população, identificamos sugestões nas quais os missivistas compartilharam deste posicionamento. José Mendes Alves⁵⁷

⁵⁷ José Mendes Alves enviou sua carta-formulário no dia 20 de julho de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, recebia de 01 a 02 salários mínimos e não indicou destinatário.

enviou sua carta-formulário no dia 26 de junho de 1986, da cidade de Teresina e fez considerações positivas a respeito do plano e suas medidas, entre elas, o congelamento de preços: “Com o congelamento de preços, com o novo reajuste salarial, com o plano cruzado. Eu acho que vai melhorar, tenho certeza que com esta nova ideia, vai ser melhor. Eu estou gostando desta notícia, sou trabalhador. Trabalho das 6 horas da manhã as 9h da noite” (ALVES, 1986). O tema foi tratado em outra mensagem, enviada em 02 de agosto de 1986, onde o missivista não registrou seu nome, apesar da ausência de indicadores, o estado do Piauí foi mencionado na sugestão:

O Senhor é muito inteligente, cabeça feita para todos os projetos, o congelamento foi ótimo, apesar de muitos negociantes não concordarem. O prazer era poder falar com o senhor que é gentil, caridoso. Tem mesmo atração por nós pobres tem feito muita coisa para nós. Saudações para o Senhor, para Dona Marly e todos familiares. Saudações também a Dona Risoleta Neves (SEM AUTOR, 1986).

O missivista, para além de elogiar o congelamento de preços realizado a partir do Plano Cruzado, buscou demonstrar afeto pelo presidente e seus familiares, incluiu a esposa de Sarney, Marly, além da viúva do presidente eleito Tancredo Neves, Risoleta Neves. Os argumentos apresentados se alicerçaram predominantemente no que consideramos afetos políticos. A respeito das interlocuções existentes entre as emoções e a política, Christophe Prochasson propõe:

Daqui em diante, entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que clamam os reflexos indenitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, ao mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses esta parte emocional que preside a constituição do vínculo político que convém abordar numa perspectiva histórica (PROCHASSON, 2005, p. 309).

Para o autor, a análise da História Política não deve ser limitada pela busca das dimensões cognitivas, às expressões racionalizadas ou o exclusivamente cognoscível, Prochasson propõe que os historiadores devem acrescentar às suas problematizações os aspectos simbólicos que se referem às dimensões afetivas dos discursos humanos, uma vez que, na política existiram momentos em que os sentimentos ganharam mais impulsão do que os argumentos “racionalizados”, por vezes as sociedades: “[...] admiram os homens que lhes parecem a expressões vivas de suas aspirações confusas. Quando aprovam alguém, seguem-no aonde quer que os venha a conduzir” (PROCHASSON, 2005, p. 308). As manifestações de apoio ao presidente Sarney nos meses iniciais que sucederam o lançamento do Cruzado tornaram-se comuns e influenciaram o resultado do pleito eleitoral de 1986 em favor da base governista:

Várias foram as manifestações de apoio popular. Em visita ao túmulo de Tancredo Neves, em abril de 1986, um ano após a sua morte, Sarney e comitiva foram a São João Del Rey para participar da cerimônia de homenagem. O trajeto entre Barbacena e São João del Rey foi realizado de ônibus. Entre os dois municípios, pessoas dos dois lados da estrada saudavam o presidente (FERREIRA, 2019, p.47).

Tanto a carta-formulário descrita anteriormente quanto a atitude dos moradores de municípios de Barbacena e São João Del Rey em se deslocarem para as ruas a fim de saudar a passagem do então presidente Sarney carregam dimensões sentimentais expressadas através do apoio político. No caso da mensagem contida na carta-formulário, a acentuação dessa relação foi realizada pela intenção do missivista em demonstrar que a admiração depositada na figura de Sarney se estendia à família do presidente. No que se refere à definição da categoria de emoção, compartilhamos a seguinte proposta: “[...] as emoções não resultam de um encaminhamento puramente individual, mas se inscrevem em uma perspectiva social e cultural; elas não se opõem a cognição” (PROCHASSON, 2005, p. 312).

José Romão da Silva⁵⁸ também tratou de temas ligados à economia, solicitou que a inflação fosse reduzida e os salários fossem aumentados: “Abaixar a inflação de um modo geral (colocar uma fiscalização em toda nação) e aumentar o salário. E dando mais oportunidades para os agricultores e operários de um modo geral. José Romão da Silva. Vice do Diretório do PMDB do município de Socorro do Piauí” (SILVA, 1986). O missivista informou que era analfabeto e ocupava o Vice diretório do PMDB no município de Socorro do Piauí, detalhe que nos auxilia na compreensão de como os partidos eram organizados nos municípios do interior do Piauí, onde a força de atuação política não partiu necessariamente de pessoas que tinham formação escolar. O mesmo texto de José Romão foi enviado por Luiza Maria de Jesus⁵⁹: “Abaixar a inflação de um modo geral (colocar uma fiscalização em toda nação) e aumentar o salário” (JESUS, 1986). Não podemos afirmar se havia um grau de parentesco entre os dois missivistas, mas eles se conheciam, é possível que a missivista tenha sido membro do mesmo diretório político, o texto pode ter sido produzido em uma dinâmica ou reunião promovida pelos integrantes do partido e compartilhado pelo grupo. O envio de textos iguais ou semelhantes por mais de uma pessoa foi um dos mecanismos criados pelos missivistas para reiterar a pertinência de suas sugestões, ansiando que as mesmas tivessem mais chances de serem atendidas. O

⁵⁸ José Romão da Silva enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona urbana, era analfabeto, casado, tinha idade acima de 59 anos, recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido.

⁵⁹ Luiza Maria de Jesus enviou sua carta formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, era casada, tinha entre 30 e 39 anos, recebia até 01 salário mínimo e João Lobo foi o destinatário escolhido.

missivista Severino José Otaviano⁶⁰ desenvolveu sua sugestão ao tempo que fez perguntas em forma de manifestação e desabafo:

[...] A minha opinião é que o governo reunisse (*sic*) todos os capitalistas do país e pagassem a dívida externa, seria um sacrifício, mas com o passar do tempo recuperava. Os juros deste capital o país paga, não sai do sufoco... Todas as vezes que o petróleo aumenta, a mercadoria aumenta ainda mais, 100%. Como governo pode melhorar a situação do pobre desta forma? Eu espero que a Constituinte resolva todos estes problemas (OTAVIANO, 1986).

Na proposta tem-se que todos os “capitalistas” do país deveriam pagar a dívida externa, o missivista compreendia por capitalistas o grupo de pessoas que detinha maior concentração de renda no país. A declaração da incapacidade de arcar com a dívida externa foi uma das medidas do governo Sarney no ano seguinte:

Apesar de avanços pontuais de seu governo, a economia do país entrou em descontrole. Sem reservas cambiais, em 20 de fevereiro de 1987, Sarney declarou moratória da dívida externa. Ele acreditava que a iniciativa fortaleceria seu governo. Ao contrário, as direitas e os conservadores criticaram a medida, enquanto as esquerdas silenciaram. Sem condições de permanecerem no governo, Dílson Funaro e João Sayad pediram demissão (FERREIRA, 2019, p. 53).

A consideração de que parte da população mais rica do Brasil deveria pagar as dívidas partia de um senso de justiça subjetivado pelo missivista, mas que não tinha aplicabilidade real, como pudemos observar na citação anterior, os esforços empreendidos para resolver a crise econômica envolviam disputas de diferentes projetos que levaram à desistência e constante troca de ministros, como ocorreu com Dílson Funaro, do Ministério da Fazenda e João Sayad, do Ministério do Planejamento. A última frase da sugestão de Severino José foi: “Eu espero que a Constituinte resolva todos estes problemas”, esse desejo foi compartilhado pela maior parte dos missivistas, a nova Carta Constitucional foi vista como a força motriz que poderia resultar na resolução de problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil, pois, apesar de os problemas econômicos e políticos terem sido partes da realidade social em que os missivistas estavam inseridos, o futuro não dependia mais do que tinha sido feito, mas do que poderia vir a ser. De acordo com a tese desenvolvida por Koselleck (2006), foi instituída na era moderna uma nova relação entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, anteriormente essa relação era mais rígida e sólida, no ambiente camponês os prognósticos eram limitados pelas experiências: “Quando alguma coisa mudava, tão lenta e vagarosa era a mudança que a ruptura entre a experiência adquirida até então e uma expectativa ainda por ser descoberta não chegava a romper o mundo da vida que se transmitia” (KOSELLECK, 2006, p. 315). A experiência

⁶⁰ Severino José Otaviano enviou sua mensagem em 21 de fevereiro de 1986, do município de Ipiranga do Piauí, morava na zona urbana, analfabeto, casado, tinha entre 40 e 49 anos e não escolheu destinatário.

constituída através da Revolução Francesa foi um marco para que as possibilidades reservadas pelo futuro criassem elos com o inesperado, assim, a interdependência entre *experiência* e *expectativa* foi rompida. François Hartog (2014) também tratou da relação das sociedades com o tempo:

Esse futuro, explicando a história passada, esse ponto de vista e esse telas dando-lhe significado, adquiriu sucessivamente, com a roupagem da ciência, a fisionomia da Nação, do Povo, da República, da Sociedade ou do Proletariado. Se há ainda uma lição da história, ela vem do futuro e não mais do passado” (HARTOG, 2014, p. 138).

A transição entre o passado e o futuro era mais harmoniosa e passou a ser conflituosa, o autor alerta que estas mudanças ocorreram nos grupos sociais de formas diferentes:

Sobretudo lá onde em uma geração o espaço de experiência foi como que dinamitado, todas as expectativas tinham que se tornar inseguras e novas precisavam ser criadas. A partir do Renascimento e da Reforma esta tensão dilacerante foi penetrando em camadas sociais cada vez mais numerosas" (KOSELLECK, 2006, p. 315).

A influência das correntes de pensamento como o iluminismo, o desenvolvimento industrial e as inovações tecnológicas foram acontecimentos que influenciaram a mudança demonstrada por Koselleck (2006), o *horizonte de expectativa* passou a ser definido de uma nova forma e desdobrou-se, de acordo com o autor, no desenvolvimento da ideia de progresso:

Do ponto de vista da terminologia, o "profecias " espiritual foi substituído por um "progressus" mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto (KOSELLECK, 2006, p. 316).

As experiências que emergiram no âmbito político e tecnológico do mundo moderno adquiriram cada vez mais intensidade nas sociedades contemporâneas e fez com que as possibilidades de futuro fossem múltiplas e abstratas, em que a novidade assumiu um papel central. O novo está incutido, inclusive, em um caráter imediatista, Pierre Nora (1988) trata da amplificação exacerbada de um evento por parte do *mass media* no artigo, *O retorno do fato*, onde desenvolveu o conceito de *acontecimento monstro*, lançado na vida privada das massas como espetáculo, gerando ânsia por novos acontecimentos. Na dinâmica social contemporânea fabricar o novo constantemente é central e influencia a relação das sociedades com o futuro e as ideias que criam sobre dele. Retomando as considerações de Koselleck (2006), as novas relações entre espaço de experiência e *horizonte de expectativa* nas sociedades modernas ocorrem da seguinte maneira:

A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o

futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram (KOSELLECK, 2006, p. 318).

Nessa perspectiva, o *horizonte de expectativa* tornou-se protagonista nas relações da sociedade com o tempo histórico e passou a possuir frágeis ligações com o passado. Relação que ocorre de maneira cada vez mais acelerada, as pessoas no presente passaram a olhar cada vez mais para o futuro e menos para o passado.

A política salarial também foi abordada nas mensagens que apresentaremos a seguir, José Aldenir Pereira S. Rodrigues⁶¹ enviou: “1.) Que as empresas paguem os salários com correção quando forem pagos com atraso dos seus funcionários[...]” (RODRIGUES, 1986). A correção salarial citada pelo missivista refere-se ao reajuste que deveria ocorrer sempre que a inflação crescesse subitamente e chegasse à um determinado nível, a medida ficou conhecida como “gatilho salarial” e fez parte do Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986. José Aldenir pediu que os salários pagos em atraso tivessem seus valores atualizados pois o poder de compra era volátil. O assunto também foi abordado na carta-formulário abaixo, a única identificação da sugestão é que ela foi enviada no dia 21 de fevereiro de 1986 do município de Rio Grande do Piauí:

Sugestiono que os salários mínimos devem ser reajustados com base na inflação, conclui que quando está próximo ao término do período de cada novo salário, a inflação cobre, muitas vezes, as condições de se poder sobreviver com o salário, pois não dá nem para a manutenção do principal, que é o custo de vida. Essa é a minha sugestão (SEM AUTOR, 1986).

A sugestão é semelhante à proposta do gatilho salarial que funcionou com base na inflação, entretanto, o missivista considerou que a medida não obteve a eficácia necessária, uma vez que, a inflação crescia mais que o aumento salarial, de acordo com o autor, os valores eram tão irrisórios que mal cobriam o custo de vida⁶². Augusto Pereira dos Santos⁶³ também abordou o mesmo tema: “E a inflação está alta, e é todo dia. Será que a nova constituição não vê essa grande inflação? É necessário uma fiscalização. Os pobres estão sofrendo muito” (SANTOS, 1986). O missivista trata da Constituição que estava sendo construída como algo já consolidado,

⁶¹ José Aldenir Pereira e S. Rodrigues enviou sua mensagem no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Corrente, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha de 25 a 249 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Ciro Nogueira Lima, que teve seu mandato como deputado federal de 1983 e 1987, ou seja, não esteve na Constituinte, foi o destinatário escolhido.

⁶² Aos leitores que desejam compreender o impacto dos planos econômicos em diferentes categorias salariais, sugerimos a leitura da seguinte obra, MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO, 2008.

⁶³ Os dados do missivista já foram apresentados na nota de rodapé nº38, como afirmamos, existem cartas-formulário que enquadrados em mais de uma categoria por seus autores abordarem diversos temas.

questionou, referindo-se a futura carta constitucional como uma pessoa, se ela não via o aumento da inflação. As informações a respeito do que seria e de que tratava o texto constitucional não foram tão explorados, as pessoas tinham noção de que algo pertinente para o sistema político do país aconteceria, portanto, era importante participar, mas não tinham formação política para conhecer os limites do alcance da nova Constituição, as matérias sobre as quais deveria versar e por vezes não conheciam quais representantes políticos participavam da ANC. Maciel (2018) considera que o Plano Econômico atingiu as camadas sociais de diferentes formas, em sua proposta, o setor mais prejudicado foram os trabalhadores assalariados: “Os setores mais prejudicados foram os trabalhadores assalariados do setor formal, cujos rendimentos salariais eram definidos por grandes negociações coletivas mediadas pelos sindicatos [...] (MACIEL, 2008, p. 121). O missivista Jonas Antunes Ribeiro⁶⁴ afirmou que dentre os diversos problemas que ele observava no país, não poderia deixar de citar a inflação: “Em tudo isso que está existindo, não posso e nem poderia esquecer da frustrada inflação, que para nós do interior é sempre à mais criticada por todos, pois necessitamos de uma certa economia, e tudo está dependendo do que houver nesta Nova constituinte [...] (Responda-me)” (RIBEIRO, 1986). A ideia de que a inflação foi um problema que frustrava não só o missivista, mas também outras pessoas do município onde habitava, o problema mais criticado “por todos” pode ser compreendido através da categoria de *espaço de experiência*, Koselleck (2006) considera que a experiência é formada por uma aglomeração de referências em que as pessoas recordam não apenas suas próprias experiências, mas também as vivências de outras pessoas:

Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. Não existe uma experiência cronologicamente mensurável — embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem —, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros (KOSELLECK, 2006, p. 311).

A experiência de Jonas Antunes no que se refere ao impacto da inflação na sociedade brasileira não foi composta apenas pelo que outras pessoas vivenciaram, mas também reforçada por elas, o que contribuiu para que escolhesse falar sobre este tema dentre diversos problemas que citou de maneira generalizada no início da carta-formulário. O missivista, ao finalizar a mensagem, afirmou que tudo dependia da nova Constituição, essa perspectiva a colocava como

⁶⁴ Jonas Antunes Ribeiro enviou sua sugestão no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, recebia de 01 a 02 salários mínimos e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

um evento que abriria um novo *horizonte de expectativas* onde os problemas relatados nas cartas poderiam ganhar resolução.

Para a população, a inflação não se resumiu a um fenômeno econômico, tornou-se parte indissociável da vida cotidiana, de modo que, para Jonas Antunes tornava-se impossível esquecer a sua existência. Os missivistas que utilizaram o adjetivo interior para tratar do lugar em que viviam, fizeram-no com a intenção de demonstrar que partilhavam de uma identidade e dinâmica de vida próprios da zona rural, sobretudo, das dificuldades e empecilhos causados pelo impacto da política e da economia nessas regiões. Ao finalizar o texto, Jonas solicitou resposta para a sua carta-formulário, outros missivistas também fizeram o mesmo pedido, foi o caso de Albertina Pereira da Silva⁶⁵: “[...] Aqui fico aguardando a sua sugestão, ou melhor, a sua resposta. Atenciosamente, agradece: Albertina” (SILVA, 1986), assim como Maria do Carmo Sousa Ribeiro⁶⁶, que também solicitou a devolutiva de sua mensagem: “[...] eu já pedi até ajuda ao senhor (*sic*) presidente da república, ele mandou que eu procurasse eu procurei só que nunca me arranjam nada, eu quero é trabalhar, essa letra é minha, me respondam por favor” (SOUSA, 1986). Na segunda carta-formulário foi feito um pedido de ordem pessoal, entretanto, ambas missivistas pediram que fossem respondidas porque a devolutiva das mensagens significaria que os constituintes tinham tomado conhecimento de seus textos e, por conseguinte, que alguma medida poderia ser adotada para atender as solicitações. A respeito das disposições econômicas a Carta Constitucional dispõe sobre os princípios do Direito Econômico no país no Art. 170:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País⁶⁸ (BRASIL, 1988).

Os dispositivos regulam as atividades econômicas e suas respectivas regras de funcionamento, normas mais gerais se compararmos com os pedidos dos missivistas analisados

⁶⁵ Albertina Pereira da Silva enviou sua carta em 21 de fevereiro de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, morava na zona rural, era viúva, tinha entre 40 e 49 anos, informou não possuir rendimento e João Lobo foi o destinatário de sua carta.

⁶⁶ Maria do Carmo Sousa Ribeiro enviou sua carta-formulário em 20 de fevereiro de 1986, de Teresina, não informou sua instrução escolar, casada, tinha entre 30 e 39 anos e Myriam Portella, deputada federal pelo Piauí e filiada ao PDS, foi a destinatária de sua carta.

⁶⁷ Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003.

⁶⁸ Emenda Constitucional nº 6, de 1995.

nesta categoria, que ansiavam mais pelos resultados práticos, o controle da crise econômica mais do que os aspectos normativos, assim como os pedidos de aumento salarial não podem ser considerados partes do texto constitucional porque o estabelecimento ou aumento de pisos salariais ficou a cargo de regulamentações próprias.⁶⁹

Na categoria que apresentaremos a partir de então, agregamos as sugestões de missivistas que trataram do tema saúde. Albertina Pereira da Silva⁷⁰ enviou o seguinte texto: “A minha sugestão é com relações a saúde, espero que cada dia que passe as coisas vão partindo para melhor, pois nem só para mim, mas para toda população. Aqui fico aguardando a sua sugestão (*sic*) ou melhor, a sua resposta” (SILVA, 1986). A missivista abordou o tema de maneira generalizada, solicitou melhorias na saúde pública e mostrou-se esperançosa com relação ao futuro, explicitou que o aprimoramento serviria não apenas a ela, mas a sociedade de maneira geral, desta maneira, quis argumentar que não buscava auferir um benefício individual, mas coletivo. Assim como as últimas duas missivistas que apresentamos no fim da categoria anterior, Albertina também solicitou uma resposta para sua sugestão, aguardou a explicitação de estratégias que poderiam ser aplicadas no âmbito da saúde para atender o pedido realizado. Outros missivistas trataram o tema da saúde de maneira mais específica, foi o caso de José da Paz Araújo enviou⁷¹, que enviou a seguinte mensagem:

Sr. deputado, sempre que ouço as notícias brasileiras, no que diz respeito a nova constituinte, vejo que o ponto de vista de cada um de nós brasileiros, é observado e podendo, (*sic*) no entanto, dar o seu parecer sobre o que deverá ser estabelecido na mesma [...] a iniciativa de pedir-lhe que crie um projeto este que torne obrigatório ao governo federal a responsabilidade de dispor com 100% (cem por cento) das despesas com transplante de fígado a pessoa que dele necessitem (ARAÚJO, 1986).

José da Paz afirmou que as notícias a respeito da nova Constituinte o fizeram perceber que a opinião dos brasileiros era observada pelo governo, de fato, campanhas para incentivar a participação popular na Constituinte foram veiculadas nos meios de comunicação, tanto pelo rádio quanto pela TV, como exemplo tem-se o Programa Diário da Constituinte, o qual analisamos a primeira edição no capítulo anterior. José da Paz solicitou à Paulo Maluf, então deputado federal pelo estado de São Paulo, que criasse um projeto para obrigar o governo a se responsabilizar por transplantes de fígado, provavelmente, o missivista teve contato com

⁶⁹ Para mais informações a respeito das disposições econômicas no texto Constitucional recomendamos a leitura de: FARIA, Lauro Vieira de. Impactos Econômicos da Constituição de 1988. In. Revista Brasileira de Risco e Segura. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 79-104, nov. 2013/mar. 2014

⁷⁰ A missivista foi referenciada na nota de rodapé nº 66.

⁷¹ José da Paz Araújo enviou sua carta-formulário no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de São João do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, era casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia de 01 a 02 salários mínimos e Paulo Maluf, seu mandato como deputado federal por São Paulo ocorreu entre 1983 e 1987, antes da Constituinte, foi o destinatário escolhido.

alguma pessoa que precisou deste processo. A seguir tem-se a reprodução de outra parte da mensagem: “Pois é doloroso sabermos que temos nossos representantes legais e neste mesmo país vemos uma dócil criança morrer por não possuir poderes aquisitivos necessários para adquirir a sua saúde, mesmo sabendo que é possível na sua terra natal [...]” (ARAÚJO, 1986). O missivista afirmou que conheceu uma criança que precisava de um transplante, mas não possuía poder aquisitivo para realizar tal operação, o episódio comoveu consideravelmente José da Paz, que fez dele base para a sua sugestão. Pontuamos que o Sistema Único de Saúde- SUS foi implantado por meio da Constituição Federal de 1988 e regulamentado no ano de 1990 pela lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e representou um avanço na estruturação dos estabelecimentos e atendimentos de saúde no país. O missivista Altino Mariano de Oliveira⁷² utilizou o espaço de sua carta-formulário para falar sobre o tabagismo, vejamos:

Exmo. Sr. Senador Lourival Batista: Aproveito esse formulário para externar meus agradecimentos pela sua campanha contra o vício de fumar, pois ninguém mais do que eu se aborrece com esse vício tão sebooso, nocivo e imundo que prejudica a vida física e espiritual. Entretanto, acho que V. Exa.(sic) está remando contra a maré, pois só seria possível combatê-lo se tomasse as seguintes providências: 1- Mandar envenenar todas as fábricas de cigarro. 2- Tabelar em \$ salários-mínimos o maço de cigarro. 3. Executar prisão perpétua pra o comerciante ou consumidor do produto (OLIVEIRA, 1986).

O autor da mensagem externou uma grande aversão ao uso do cigarro, relacionando-o inclusive com questões espirituais e indicou medidas que o senador Lourival Batista deveria implementar para que o combate ao tabagismo fosse eficaz. Apesar de o missivista não ter apresentando nenhum evento específico que tenha ocorrido em sua vida para que ele se posicionasse de maneira tão incisiva não podemos descartar a influência de seu alinhamento religioso descrito na mensagem. As sugestões de envenenar as fábricas de cigarro e decretar prisão perpétua àqueles que vendessem ou consumissem o produto transparecem uma radicalidade presente no discurso de Altino, o missivista afirmou ser a pessoa que mais repreendia o uso do cigarro. A carta-formulário do missivista nos possibilita problematizar a relação criada entre experiência e expectativa, de acordo com Koselleck (2006):

As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência — pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação — são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã (KOSELLECK, 2006, p. 308).

⁷² Altino Mariano de Oliveira enviou sua carta em 22 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona urbana, casado, tinha entre 40 e 49 anos, informou receber de 01 a 02 salários mínimos e Lourival Batista, senador pelo estado de Alagoas entre 1971 e 1995, filiado ao PDS, foi o destinatário escolhido.

A história real apresentada por Altino foi aquela que ele conhecia, trazida ao presente por meio da recordação de experiências para justificar o seu *horizonte de expectativa* a respeito do tabagismo. A própria iniciativa do missivista em enviar a mensagem a um senador específico decorreu de uma ligação com o passado, uma campanha empreendida pelo representante político contra o vício de fumar possibilitou que Altino tivesse expectativas positivas em enviar suas considerações acerca do tema a Lourival Batista. A mensagem também ilustra como os piauienses abordaram o tema da saúde de maneira diversa, assim como a próxima mensagem, enviada por um profissional da saúde que fez questão de identificar-se desde o preenchimento do nome no formulário, Dr. Augusto César do Amaral Guimarães⁷³ enviou dois formulários que apresentamos a seguir:

SUGIRO: I) Criação de um sistema de supervisão nos órgãos da prestação de serviços de saúde para se verificar de perto o trabalho desenvolvido pelos mesmos, procurando detectar as suas falhas, deficiências e carências e conduzir essas informações aos órgãos competentes para as devidas providências. Essa supervisão, no sentido de fiscalização, seria realizada pelo menos mensalmente em cada órgão, ou seja, hospitais, postos e unidades de saúde [...] (GUIMARÃES, 1986).

Afirmamos anteriormente que o SUS, sistema de saúde que funciona no país atualmente, foi implementado por meio da Constituição de 1988, logo, dentre as demais sugestões enviadas, consideramos que as sugestões de Augusto César foram incorporadas ao texto constitucional, pois, o mesmo sugeriu a criação de um sistema para supervisionar os serviços de saúde. O missivista, por trabalhar na área, pode ter observado irregularidades durante o exercício de suas funções, as quais considerou pertinentes serem. Augusto César também enviou outra mensagem, o envio de mais de uma sugestão por missivista foi outra maneira criada para solucionar a relação entre o tamanho do espaço disponível para a escrita e a extensão do texto que os autores gostariam de enviar:

Para um País que se encontra em desenvolvimento é necessário um sistema de saúde que proporcione a ampliação do campo profissional da área da saúde, procurando ampliar simultaneamente a assistência médica na zona rural e gerando maiores oportunidade de emprego na área da saúde. É preciso interiorizar mais a medicina para que a população crescente da zona rural tenha mais acesso aos serviços de saúde, caso contrário a situação vai se agravar ainda mais, pois a população está crescendo enquanto os serviços de saúde na zona rural não se ampliam (*sic*) proporcionalmente e nem melhora o nível de assistência médica (GUIMARÃES, 1986).

O missivista atuava como médico em um município do interior do estado, Socorro do Piauí, logo, direcionou suas sugestões à ampliação do sistema de saúde na zona rural e como profissional, relacionou a extensão dos serviços na região ao aumento de empregos na área. A

⁷³ Dr. Augusto César do Amaral Guimarães enviou sua carta-formulário no dia 23 de fevereiro de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, morador da zona urbana, possuía ensino superior completo, tinha entre 25 e 29 anos, informou receber entre 05 a 10 salários mínimos e não escolheu destinatário.

preocupação demonstrada pelo missivista no que se refere a ausência de assistência médica para a população local não foi conflitante com o seu interesse na ampliação do mercado de trabalho para a sua categoria. A próxima sugestão foi enviada por Francisco Lopes dos Santos⁷⁴, na qual também abordou o tema da saúde:

O fator mais importante na vida do ser vivo é a saúde, e que este seja o principal fator para qualquer e que seja o sentido, para o povo. Peço que não seja apenas escrito na Constituição do Brasil, mas que seja posto em prática: de que saúde se adquire através da higiene (*sic*), do saneamento básico, da habitação, alimentação. Que seja introduzida nas escolas, desde o jardim até ao nível mais alto, a saúde. Porque é através da informação e formação que se adquire uma boa saúde, e que nas escolas sejam dadas nas salas de aula a importância da saúde, de como, por exemplo, a vacina antipólio, anti-sarampo, antitetano, BCG e outras mais. É mais importante prevenir do que remediar (SANTOS,1986).

O missivista abordou o tema de maneira mais geral e posteriormente detalhou os meios que considerava eficientes para o estabelecimento de um sistema de saúde. Ao fazer a distinção entre o documento, a Constituição escrita que asseguraria legalmente a saúde à população e a prática real dos dispositivos legais, ou seja, compreendia que a garantia legal não implicava o seu cumprimento. As relações que o autor estabeleceu entre um conjunto de medidas e a saúde, indicaram que Francisco Lopes tinha uma ideia significativa do tema, relacionou-a com a higiene, o saneamento básico das habitações, a alimentação e às campanhas de vacinação. O ponto central de sua narrativa foi o desenvolvimento da saúde por meio da prevenção feita através da educação de crianças nas escolas. Explicitamos que apesar de criarmos a subseção de saúde, a pluralidade na abordagem dos temas foi parte indissociável das mensagens, cada missivista escolheu um tema específico, entre eles, campanha antitabagismo, transplante de órgãos e ampliação do sistema de saúde no interior, pluralidade inerente ao processo de participação popular (VALLA, 1988).

Nas disposições Constitucionais a respeito desta categoria, foi estabelecido no Art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do estado: “[...] garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Além disso, foi criado o Sistema Único de Saúde com financiamento estatal, regulamentado posteriormente, no ano de 1990.

⁷⁴ Francisco Lopes dos Santos enviou sua carta-formulário no dia 11 de abril de 1986 do município de Valença do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o superior incompleto, solteiro, tinha entre 25 e 99 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

Visto a mobilização de mulheres que buscaram participar dos debates a respeito da Constituinte, consideramos pertinente apresentar as sugestões de missivistas piauienses que trataram do tema, para tanto, criamos a categoria mulheres, que agrega todas as mensagens acerca de direitos das mulheres e temas correlatos. Francisca Silva Reis⁷⁵ ponderou:

Com a Nova Constituição eu desejo que venha abrir novos espaços para a mulher seja ela preta, ou branca, pois a mulher continua ainda bastante discriminada. E espero também que a nova constituinte, olhem mais para os municípios carentes de um modo geral. Como é o caso de Nazaré do Piauí (REIS, 1986).

A missivista, que morava em um município do interior do Piauí, utilizou o espaço de sua carta-formulário para solicitar que o direito das mulheres fosse ampliado independentemente da designação de raça. A reivindicação pela ampliação dos direitos das mulheres foi feita durante a Assembleia Nacional Constituinte de diferentes formas, as apresentaremos posteriormente. O tema também foi tratado em interlocução com outros assuntos, Maria das Graças Bezerra⁷⁶ relacionou as mulheres à zona rural e ao trabalho:

Que a aposentadoria das mulheres na zona rural seja concedida igual à dos homens, à idade de 65 anos. 2. Que a mulher casa tenha o direito de ser aposentada sem ter que esperar que seu marido seja aposentado. Um exemplo é de uma mulher pobre com 70 anos de idade que não é pode aposentar-se porque seu marido ainda não é (BEZERRA, 1986).

A missivista criticou as condições de aposentadoria das mulheres no campo, é provável que ela ou alguém que conhecia não tenha conseguido se aposentar. Ao analisar as relações entre história e literatura na escrita epistolar enquanto construção do passado, Vanessa Gandra Dutra Martins (2012) propões: "Nessa exposição mútua através do ato de escrever, onde é possível fazer aparecer o seu próprio rosto perto do outro como aponta Foucault, a carta é também uma narrativa de si e uma narrativa da relação consigo mesmo" (MARTINS, 2012, p. 04). Ao redigir sua mensagem, Maria das Graças refletiu sobre si e o mundo que a cercava, ao fazer esse exercício e auto perceber-se como uma mulher pobre e da zona rural, além de criar uma identidade de si, a missivista buscou sensibilizar seus interlocutores. Ao criar sua narrativa, Maria das Graças agregou uma série de temporalidades e experiências distintas que não foram formuladas de maneira linear ou aditiva, pois, como afirma Koselleck (2006):

⁷⁵ Francisca Silva Reis enviou sua carta-formulário no dia 22 de fevereiro de 1986 do município de Nazaré do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casada, tinha entre 30 e 39 anos, informou receber até 01 salário mínimo e escolheu Alberto Silva como destinatário.

⁷⁶ Maria das Graças Bezerra enviou sua carta-formulário no dia 07 de agosto de 1986 do município de Monsenhor Hipólito do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casada, tinha entre 30 e 39 anos, informou não possuir rendimento e Chagas Rodrigues, senador constituinte filiado ao PMDB, foi o destinatário escolhido.

"Cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado" (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Joana da Costa Oliveira de Sousa⁷⁷ também falou sobre o direito das mulheres: “[...] Que as Leis sejam elaboradas e também respeitadas. Que as mulheres possam participar de tudo, com direitos iguais, sem discriminação. Pela legalização do aborto” (SOUSA, 1986). As mensagens trataram de temas que até os dias atuais causam polêmicas, como a legalização do aborto, não podemos descartar a possibilidade de as missivistas terem tido contato com discussões promovidas por grupos de mulheres, associações ou partidos políticos, eventos que apresentamos no capítulo anterior. A reivindicação de direitos civis, políticos e sociais ganhou recortes estritos a partir de sujeitos específicos: mulheres, crianças, homens do campo, indígenas, entre outros. Apenas 26 dos 559 parlamentares que formaram a Constituinte eram mulheres, mas ocorreram mobilizações, reuniões e debates promovidos por mulheres a fim de discutirem acerca dos seus direitos, um dos maiores expoentes desta mobilização foi o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), fundado em 1985 e vinculado ao Ministério da Justiça, com a missão de fomentar políticas públicas para combater a discriminação contra mulheres em diversas instâncias da sociedade. Foi elaborada a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, em agosto de 1986, durante o Encontro Nacional Mulher e Constituinte, com o lema "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher":

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim o direito à representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas.⁷⁸

O grupo argumentou através da carta-manifesto, entregue em março de 1987 ao Presidente da ANC, Ulysses Guimarães, que a cidadania é o exercício de direitos e a reivindicação destes pelo grupo foi feita por considerarem que as mulheres não eram cidadãs, visto que, não possuíam tais garantias. Nesse sentido, a concepção de cidadania moderna é conflitante com o modelo de um homem universal, uma vez que, o exercício de direitos passou a ser definido por recortes de gênero, raça e classe. Em relação aos direitos das mulheres, no inciso primeiro do Art. 5º, trata da igualdade de direito para todos os brasileiros

⁷⁷ Joana da Costa Oliveira de Sousa enviou sua carta-formulário no dia 03 de março de 1986 do município de Barreiras do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha entre 25 e 29 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não indicou destinatário.

⁷⁸ CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM. Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, DF- Brasília (Brasília-DF?): 1987.

e estrangeiros residentes no Brasil: “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Houve cartas em que o pedido da inclusão de direitos na futura Constituição foi realizada a partir das carências e dificuldades experimentadas pela remetente, constituindo-se como o principal argumento da narrativa, Sônia Maria Alves Saraiva⁷⁹ enviou:

Sou mãe de uma criança mongolóide, ele tem 1 ano e 9 meses.... Esta criança é totalmente dependente de mim, mas como não posso deixar de trabalhar [...]. Gostaria que os novos constituintes, criassem uma lei que beneficia as mães de crianças excepcionais, onde desse direito da gente permanecer maior tempo com os nossos filhos (SARAIVA, 1986).

A remetente usou a sua realidade para ilustrar as dificuldades vivenciadas por crianças e mulheres, em que pese, aquelas que possuíam filhos com necessidades especiais. Observamos nas correspondências, para além da solicitação, que as pessoas demonstraram necessidade de desabafar sobre os seus problemas do cotidiano, desejavam ser ouvidas pelos representantes políticos do país, pois, apesar de ser um relato pessoal, tinham noção de que outras pessoas compartilhavam dos mesmos problemas. Ressaltamos que a narrativa apresentada pela missivista esteve intrinsecamente relacionada à duas condições de mulher e mãe, por este motivo, enquadrámos a carta-formulário nesta categoria. Gomes (2004) salienta que a incorporação de cartas como fontes na produção historiográfica não deve ser usada com intuito de encontrar a verdade por meio de um relato:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

Os missivistas por meio das suas percepções expressadas nas cartas-formulário atribuíram sentido ao processo de redemocratização e apresentaram em suas mensagens reivindicações baseados no que entendiam ser os seus direitos. A noção predominante de cidadania na cultura ocidental possui alguns marcos regulatórios, entre eles, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948. A tríade de direitos básicos gestados a partir destes eventos foram: os *direitos civis*, que, a grosso modo, correspondem ao direito à privacidade, liberdade de expressão, de ir e vir, de defesa, de

⁷⁹ Sônia Maria Alves Saraiva residia na zona urbana de Teresina, estava casada, tinha entre 30 e 39 anos de idade, com formação escolar até o segundo grau completo e recebia de 03 a 05 salários mínimos e não inseriu um destinatário específico.

manifestação; os *direitos políticos*, que correspondem, entre outros, ao direito de voto, de candidatura, de organização política, de práticas religiosas, de representação; os *direitos sociais*, que, entre tantos outros, dizem respeito à saúde, à educação, à remuneração salarial, à aposentadoria e à assistência social.

Criamos a categoria de liberdade de expressão ao localizarmos a presença de sugestões que abordaram o tema, a pertinência de construí-la foi tributária do contexto, uma vez que, as mensagens foram produzidas em um período de transição entre a ditadura militar e a redemocratização, ainda que parte do aparelho autoritário de coerção e censura no país tenha permanecido ativo (KUSHNIR, 2004). A própria possibilidade da população exprimir suas ideias por meio das cartas-formulário configurou-se como parte do processo de retomada do exercício de direitos políticos, a presença deste assunto nas sugestões indica que existiu um anseio para que a liberdade de expressão fosse consolidada e não retraída, por outro lado, uma das motivações para a ausência de posicionamentos mais radicais entre os missivistas foi a consciência de que a ditadura ainda era uma experiência recente e que as mensagens enviadas seriam de domínio público, visto que, eram remetidas à ANC e aos constituintes, logo, o receio de represália política também influenciou os escritores a refletirem sobre os escolhidos. Genival Reis dos Santos⁸⁰ solicitou: “[...] -Liberdade de pensamento e expressão” (SANTOS, 1986). Os missivistas consideravam que o rearranjo do direito de liberdade de pensamento e expressão não podia ser realizado no *espaço de experiência* dado pela realidade política instaurada pelo projeto militar, as reformas, entre elas, a nova Carta Constitucional do país deveria resguardar o país de repetir os mesmos caminhos, exemplo da influência de acontecimentos na instauração de novos *horizontes de expectativas* foram dados por Koselleck (2006): "Para citarmos um exemplo simples: a experiência da execução de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando cie insistiu com Luís XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante" (KOSELLECK, 2006, p. 308-309). Apesar de a frase de Genival Reis ter sido sucinta, o seu significado repercutiu de maneira incisiva no cenário político nacional, a consideração do missivista reverberou que o projeto militar já não atendia aos anseios dos brasileiros e representava o oposto daquilo que se tornava cada vez mais consolidado entre os desejos da população, poder exprimir suas opiniões políticas

⁸⁰ Genival Reis dos Santos enviou sua carta-formulário no dia 21 de fevereiro de 1986 do município de Nazaré do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o superior incompleto, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou não possuir rendimento e Jônathas Nunes foi escolhido como destinatário.

sem serem perseguidas pelos agentes do aparelho estatal. Outros missivistas também trataram do tema, foi o caso de José Carvalho Rufino⁸¹:

Precisamos de uma Constituição que dê ao povo brasileiro: “-Fim da Lei fascista dos militares, a LSN e a criação da Lei de Defesa do Estado Democrático.-Que possibilite a organização partidária livre, qualquer que seja o Partido, como por exemplo o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. -Que esclareça ao povo, acontecimentos históricos como a Guerrilha do Araguaia, que os militares insistem em manter em sigilo. VIVA A LIBERDADE E A DEMOCRACIA; A CONSTITUINTE LEVARÁ AO AVANÇA A LUTA POPULAR (RUFINO, 1986).

O descontentamento do autor com o contexto apresentado demonstra sua insatisfação com o regime militar, na sua perspectiva, apenas a ruptura com o autoritarismo permitiria que a Constituinte obtivesse êxito. José solicitou que a livre organização partidária fosse garantida no futuro texto constitucional e citou como exemplo o Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Apesar da legalização dos partidos comunistas no Brasil terem ocorrido no ano de 1979, com o fim do bipartidarismo implementado pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos durante o governo de João Batista Figueiredo, ou seja, antes do envio da carta, o missivista ainda demonstrava insegurança no exercício de direitos políticos.

O pedido de José Carvalho Rufino reverberou o espectro de insegurança que pairou no país durante a transição democrática, principalmente entre os que tentaram participar dos processos políticos e foram reprimidos com atos de violência e censura. Representou, ainda, a inexistência da cidadania concebida na sua forma contemporânea, esta que envolve direitos em três dimensões: civis, políticas e sociais. Segundo José Murilo de Carvalho (2002): “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. [...] O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico” (CARVALHO, 2002, p. 09-11). Nesse sentido, a cidadania não é estática, mas, sim, uma circunstância cultural que se transforma de acordo com as sociedades e o tempo. Ainda de acordo com Carvalho (2002), a palavra cidadania passou a ser difundida pelos movimentos sociais e por uma parcela da imprensa durante os anos 1980, pois:

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de "Nova República" com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um país novo (CARVALHO, 2002, p. 193).

Assim como a participação nas *Diretas Já* pode ter proporcionado aos brasileiros o sentimento de que estavam construindo um novo Brasil, a participação da sociedade na

⁸¹ José Carvalho Rufino enviou sua carta-formulário no dia 02 de março de 1986 do município de Ipiranga do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o superior completo, solteiro, tinha entre 25 e 29 anos, informou receber entre 03 a 05 salários mínimos e Aldo Arantes, deputado Constituinte pelo estado de Alagoas e filiado ao PMDB, foi o destinatário escolhido.

Constituinte reafirmou o desejo e as expectativas em torno de uma possível transformação nacional protagonizada pela mobilização popular. Em seguida, José Carvalho Rufino pede esclarecimentos sobre a Guerrilha do Araguaia e abre um ponto explorado na análise dos projetos de anistia criados no Brasil durante os anos 1970: a perspectiva de que a transição democrática não deveria ser baseada no esquecimento. O esquecimento foi central nos debates de anistia no país, no capítulo anterior apresentamos análises realizadas por Rodeghero (2009) a respeito dos projetos que obtiveram mais visibilidade no país, os que contiveram a necessidade de um esquecimento total dos crimes ocorridos durante a ditadura, em que pese os de responsabilidade do estado e, os que em sentido contrário, propuseram que era necessário falar sobre o passado sensível e recente das torturas, mortes e desaparecimentos que ocorreram no período. Essas perspectivas disputaram espaço, mas a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, teve como base o projeto organizado pelos militares, que em alguma medida, sabiam que era necessário resguardar as Forças Armadas de qualquer tipo de retaliação em decorrência dos atos de exceção implementados durante os seus respectivos governos (RODEGHERO, 2009; GRECO, 2009; SOARES; D'ARAÚJO, 1994). A livre criação de partidos políticos, baseado nos princípios do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais de liberdade de pensamento, foi incluída no art. 17 da Constituição Federal de 1988, assim como a fusão e a extinção dos mesmos (BRASIL, 1988).

A corrupção também foi abordada pelos missivistas, por conseguinte, criamos a categoria de corrupção para apresentar estas narrativas. O tema permanece como um constante *horizonte de expectativas* da população brasileira, o futuro como uma possibilidade de correção dos desvios morais e interesses particulares de seus representantes políticos. Apresentamos a partir de então as sugestões a respeito do tema, Joel Borges fez as seguintes considerações: Joel Borges⁸²: “ [...] 2)A nova Constituição deve basear-se em uma lei eleitoral⁸³ concisa e que inviabiliza a prática da corrupção [...]” (BORGES, 1986). Os missivistas sugeriram diferentes mecanismos que deveriam ser incorporados à Constituição para solucionar o problema da corrupção no Brasil, enquanto Joel Borges acreditava que uma lei eleitoral rígida pudesse

⁸² Joel Borges enviou sua carta-formulário no dia 23 de fevereiro de 1986 do município de Ipiranga do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casado, acima de 59 anos, informou receber entre 03 a 05 salários mínimos e não escolheu destinatário.

⁸³ Apesar de as disputas políticas influenciarem na execução coerente das disposições legais, consideramos pertinente citar a criação da Lei da Ficha Limpa ou Lei Complementar n°. 135 de 2010, que visa impedir a candidatura de condenados por órgão colegiados, tornando-os inelegíveis. (BRASIL, 2010).

contribuir para essa finalidade, Solimar Vieira de Oliveira⁸⁴ considerou que a punição deveria ser a principal alternativa:

[...]. Punir os corruptos: prefeitos, governadores, ministros e demais diretores de repartições públicas, pois este é o pior mal que afeta este país, o dinheiro do povo é colocado nas mãos de pequenas pessoas, ou seja, dirigentes públicos que estão gastando com os seus negócios particulares, este é o caso do meu Município [...] (OLIVEIRA, 1986).

A má gestão do dinheiro público permaneceu como um dos principais temas de debate dos brasileiros, o missivista adjetivou a prática como o pior mal do Brasil, na sociedade contemporânea em que o tempo histórico é formado a partir de um futuro cada vez mais distante do passado, a corrupção foi posta como um elemento de permanência que não só fez parte do *espaço de experiência* como permaneceu no *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006). Sem identificação de dados e apenas com a identificação da cidade no corpo do texto, a carta-formulário abaixo foi enviada no dia 02 de abril de 1986 e o destinatário escolhido foi João Nogueira de Resende:

Senhor Ministro, estamos vivendo um novo momento da história do Brasil, estamos vivendo a era da Nova República com congelamento de preços, inflação zero, oficializarem, ou seja, legalização dos partidos clandestinos, com reforma tributária, etc., etc... Está faltando no nosso país para que a opção pelo social seja alcançado e fiscalização do dinheiro público, gostaria que esta fiscalização começasse no Piauí, no município de Santa Cruz, Santo Inácio e São José do Peixe, nestes municípios, os prefeitos fazem dos recursos que vêm para a prefeitura, como exemplo: a F.P.M. propriedade particular sua, não fazendo prestações de contas a ninguém. Em São José do Peixe- PI, o presidente da Câmara solicitou que fosse feita prestação de contas no ano de 1985, no mês de agosto (*sic*) e até o momento isto não aconteceu e o presidente da Câmara ainda ficou mal visto pelo prefeito. Peço que mandem uma fiscalização federal verificar estas indústrias de recibos falsos.guardo com fé (SEM AUTOR, 1986).

Ao contrário de outros missivistas que escolheram destinatários e endereçaram suas cartas aos constituintes ou ao presidente da República, o missivista direcionou sua carta a um membro externo, o destinatário João Nogueira foi ministro do Tribunal de Contas (TCU) entre os anos de 1981 e 1985, ou seja, antes data em que a carta foi enviada, conseqüentemente, o missivista não tinha conhecimento desta informação. A intencionalidade do missivista em direcionar à mensagem a João Nogueira deu-se em detrimento do conteúdo da carta, uma denúncia de corrupção contra o prefeito do município que habitava, foi direcionada à João Nogueira porque ele era o chefe do Tribunal de Contas, um órgão de controladoria dos gastos públicos. Assim como outros missivistas, o autor utilizou a oportunidade para denunciar alguém

⁸⁴ Solimar Vieira de Oliveira enviou sua carta-formulário no dia 30 de fevereiro de 1986 do município de Flores do Piauí, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, possuía entre 30 e 39 anos, informou receber entre 02 e 03 salários mínimos e não escolheu destinatário.

e como forma de se auto preservar, não se identificou. Em se tratando de corrupção, foi incorporado à Constituição a impugnação de mandato eletivo por corrupção, abuso de poder econômico ou fraude em seu parágrafo nº 10 do Artigo nº 14.

Na categoria a seguir, englobamos cartas-formulário em que os missivistas trataram de reforma agrária, homem do campo e temas correlatos, nesta subseção a maior parte das mensagens foram provenientes de municípios da zona rural do Piauí. Altino Mariano de Oliveira⁸⁵ fez as seguintes considerações:

Para o Piauí, a melhora que uma nova constituinte poderia trazer, seria uma transformação na vida do homem do campo em liberar a lavoura e prender o criatório, ou seja, criar preso e plantar salto, para combater a fome que tão de perto rodeia o piauiense. Fazendo assim, o Piauí poderia produzir 4 vezes mais, pois é um estado de pouca madeira e muito pobre. O pobre agricultor, ocupa a maior parte do seu tempo em fazer ou consertar a cerca, e muitas vezes, depois do legume já ganho o bicho do vizinho invade a cerca e come tudo e o produtor fica com fome. A lavoura sendo liberta, o tempo que havia de se preocupar com cerca aumentaria a produção plantando, limpando e colhendo [...]. Aí tenha ou não condição, todo mundo precisa plantar seu legume, sem o qual nem o pequeno e nem mesmo o grande, consegue viver (OLIVEIRA,1986).

Temas ligados ao homem do campo foram abordados recorrentemente nas sugestões analisadas, o tema da Reforma Agrária foi citado em 24 das 155 cartas-formulário, já temas conexos, ligados ao homem do campo, foram citados em 12 sugestões. Altino criou uma narrativa baseada exclusivamente nas relações rurais, relatou atividades realizadas por agricultores, plantação, colheita e as cercas a serem construídas, caracterizando-as inclusive com o meio ambiente ao tratar dos animais que viviam nas proximidades da lavoura e comiam a produção, sua principal reclamação. O remetente apresentou na mensagem um conflito existente entre criadores de animais e agricultores, para Altino, os primeiros deveriam ter condições financeiras para cercar os locais de criação dos seus animais, enquanto o segundo grupo, dos agricultores, não deveria ser obrigado a cercar as suas plantações.

O missivista, pelos detalhes apresentados, estava inserido cotidianamente na atividade do campo e expôs essa condição por meio de relatos da sua vida aos constituintes, característica intrínseca à escrita epistolar: “Uma ideia que confere à vida individual uma importância até então desconhecida, tornando-a matéria digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros” (GOMES, 2004, p. 12). A política na forma concebida por Aristóteles também trata do compartilhamento de experiências entre os homens:

⁸⁵ Altino Mariano de Oliveira enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morava na zona rural, casado, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salário mínimo e não escolheu destinatário.

"Ora, a grandeza do homem é conviver com os outros semelhantes, partilhando experiências, consolidando o seu espaço inalienável, a sua privacidade, na confrontação com os espaços alheios. É o que Aristóteles classifica como atividade política." (SIQUEIRA, 1992, p. 94). No caso apresentado por Altino, apesar do relato conter uma dimensão relativa à vida individual, criou interlocução com aspectos coletivos, pois, a intenção do missivista também foi demonstrar que as dificuldades atribuídas às vivências do homem no campo eram compartilhadas por outras pessoas, isto se refletiu na opção feita pelo autor em utilizar o termo "piauiense" e "pobre agricultor" ao invés de um pronome pessoal. O problema apresentado de maneira compartilhada foi posto como algo que deveria ser resolvido pelo estado, uma vez que, este adquiriu ao longo da história cada vez mais atribuições, passou a legislar e a regulamentar mais estruturas sociais (RÉMOND, 2003).

Localizamos textos dispostos de maneira formal em algumas sugestões, foi o caso da mensagem enviada por Albertina Pereira de Sousa⁸⁶. O destinatário de sua sugestão foi o então deputado federal e presidente da ANC, Ulysses Guimarães, a missivista utilizou um pronome de tratamento formal para se apresentar ao deputado:

Ilmo Sr. Deputado Ulysses Guimarães. É com muita honra que preencho este formulário. E é também com muita honra que exponho aqui minha sugestão. Pois há muito tempo, o Brasil estava precisando mudar. Sugestão: o Piauí é um dos Estados que mais precisa da Reforma Agrária, solicito com urgência a reforma, pois já tem havido vários conflitos, entre donos de terras e lavradores que se desesperam de procurar roças e simplesmente não encontram. Quando encontram, simplesmente, são explorados pelos arrendadores que ficam com metade de seus legumes. Solicito também, tabelas de rendas, com urgência, pois a maioria dos donos de terra, arrendam "terras no corte", ou seja, pagando antes de colher, logo ao arrendarem. Espero que atendam meu pedido e que pensem seriamente nesses pobres coitados, que vivem humilhados sem ter a quem recorrer, agora sim, espero que o Piauí seja um dos estados prestigiados. Desde já, agradeço (SOUSA, 1986).

Albertina afirmou estar honrada em escrever uma sugestão que seria enviada para a apreciação dos deputados e senadores Constituintes e prosseguiu ao afirmar que o país "há muito tempo" precisava mudar. A colocação reverbera a reocupação de espaços cerceados durante a ditadura militar, entre eles, o exercício dos direitos civis e políticos, o Ato Institucional nº 05 de 1968, que suspendeu direitos políticos e proibiu manifestação acerca de assuntos políticos foi revogado apenas em outubro de 1978, cerca de dez anos depois. Em seguida, Albertina colocou a Reforma Agrária como tema central de sua carta, para justificar

⁸⁶ Albertina Pereira de Sousa enviou sua mensagem em 28 de agosto de 1986, do município de São Gonçalo do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteira, tinha entre 15 e 19 anos, não possuía rendimento e Ulysses Guimarães, deputado federal pelo Estado de São Paulo entre os anos de 1951 e 1999, foi o 32º Presidente da Câmara dos Deputados e Presidiu a ANC, foi o destinatário escolhido.

seu posicionamento relatou conflitos de terras entre lavradores e proprietários. Ao levarmos em consideração a idade de Albertina, entre 15 e 19 anos, notamos que a adolescente pertencia a uma família que vivia a dinâmica de produção agrícola, ela detalhou a forma com que as terras eram arrendadas, por meio de “terras no corte”, onde, segundo a missivista, os pagamentos aos donos das terras eram feitos antes da colheita. A respeito das narrativas que envolvem a vida individual dos sujeitos:

Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas (GOMES,2004, p. 11).

Albertina Pereira construiu a mensagem de sua carta-formulário baseada no relato sobre o mundo que a rodeava, ao dotar os acontecimentos de significados relacionados à sua própria vida, considerou que sua narrativa era digna não apenas de ser lembrada, mas também de ser lida, debatida e solucionada a partir das medidas constitucionais implementadas pelos representantes políticos na ANC. A importância agregada à sua narrativa teve como fundamento aspectos que ela considerou injutos na relação entre arrendatários e proprietários de terras do Piauí, mais precisamente do município onde vivia, São Gonçalo do Piauí.

A dificuldade em criar categorias para organizar as sugestões ocorreu porque alguns missivistas não restringiram suas considerações a um campo específico, mesclaram pedidos, questões civis, políticas e sociais, apresentaremos um exemplo para situar o leitor da estrutura de uma mensagem com esta configuração, a carta-formulário de Francisco das Chagas Souza Santos⁸⁷:

As minhas sugestões: Que acabem de uma vez por todas, essa perversidade ao homem do campo, ao jovem, as crianças, aos velhinhos, aos cegos e aleijados do nosso Brasil. É preciso: Acabar com filas para pessoas de 70 anos acima. Acabar com a padrinagem. Proibirem qualquer candidato a concorrer a cargo eleitoral, e gastar rios, e rios, de dinheiro. Enquanto pagam 13 ,00 (treze) cruzados por uma foto colorida, como é o caso do Piauí, vive a comunidade São Vicente de Paulo, perdendo as crianças por falta de leite, água tratada, remédio e moradia e sem escola. Que os trabalhadores tenham seus direitos assegurados no trabalho, desde a hora que começam e não só quando o patrão bota fora. Que elaborem e aprovelem lei e que se faça escutar em todo o Brasil. Que o prefeito, vereador, líder de comunidade participem de toda administração nos seus municípios. Que o prefeito não fique falando mentira dentro da comunidade e nem falando dos ministros e nem dos governadores dos Estados (SANTOS, 1986).

⁸⁷ Francisco das Chagas Souza Santos enviou sua carta-formulário no dia 25 de agosto de 1986, do município de Parnaíba, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 30 a 39 anos, recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

Organizamos os pedidos feitos pelo missivista para criarmos um panorama da sua sugestão, inicialmente ele tratou de direitos civis, os relacionou ao homem do campo, aos jovens e as crianças, atribuiu significado de relações perversas para justificar o seu pedido. Sugeriu criação de lei para assegurar que pessoas com idade superior a 70 anos não precisassem esperar em filas, adiante, tratou de direitos sociais, onde apresentou sua perspectiva a respeito da pobreza na comunidade São Vicente de Paula, além de abordar questões de direitos trabalhistas. Por fim, o missivista tratou da organização administrativa municipal, criticou a atuação do prefeito de sua cidade. A respeito da consolidação de uma cultura política baseada na “linguagem dos direitos”, Marcos Napolitano considera:

Uma nova cultura política emergiu no espaço público, baseada na "linguagem dos direitos", no paradigma da democracia, na autonomia do social frente ao Estado. Novos referenciais de ação coletiva foram experimentados, forma afirmados novos valores ético-políticos, toda herança política brasileira foi repensada (NAPOLITANO, 1995, p. 218).

Problematizamos a carta-formulário à ANC a partir da dinâmica apresentada por Marcos Napolitano (1995), em que as ações da sociedade civil durante os anos 1980 foram construídas por meio de diversas linguagens. Apresentamos, no capítulo anterior, os sambas-enredos do carnaval piauiense de 1987, que através da linguagem artística foram usados para abordar temas como a Constituinte e a crise econômica. O ato de escrever, apesar de empreendido pelo missivista de maneira individual, contém dimensões coletivas na medida em que Francisco das Chagas compartilhou problemas experimentados em sua comunidade, onde problematizou o cotidiano de São Vicente de Paula, desta maneira, os relatos foram filtrados por experiências compartilhadas. No mesmo sentido, Salomão Rodrigues de Souza⁸⁸ relacionou o tema da saúde ao campo, solicitou na sua sugestão que as cidades do interior tivessem médicos: “Eu gostaria que a nova Constituição (*sic*) brasileira, tivesse no campo da saúde, médico para todas as cidades do interior, fortalecer os pequenos agricultoras, principalmente as zonas mais isoladas [...] (SOUZA. 1986)”. Os piauienses abordaram o campo a partir de diversos assuntos, as abordagens interligaram temas distintos às condições de vida nos municípios rurais, apesar de vivenciarem ambientes semelhantes, as prioridades de cada missivista não foram as mesmas em todos os casos, para Altino Mariano, a resolução dos cercamentos de terras, para Salomão Rodrigues, a melhoria na oferta de saúde e o apoio a agricultores de regiões isoladas seria mais pertinente.

⁸⁸ Salomão Rodrigues de Souza enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, casado, tinha entre 40 e 49 anos, recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Helvídio Nunes foi escolhido como destinatário.

O missivista Francalino José Rodrigues⁸⁹ solicitou: “Espero que a nova Constituinte dê valor aos homens de campo e de baixa instrução” (RODRIGUES, 1896). A categoria de homem do campo foi usada para conferir identidade aos missivistas que trabalhavam com a agricultura, notamos que as pessoas das partes urbanizadas dos municípios não utilizaram estes termos para falarem de si mesmas ou de suas experiências. Francalino José ainda conferiu mais uma característica ao grupo, pessoas de baixa instrução, ou seja, falava por pessoas que estavam à margem, inclusive, do acesso à escolarização. As tratativas incluíram reivindicações de diversas categorias, entre elas, trabalhadores que atuavam em âmbito rural, Florencio Gurgel de Freitas⁹⁰ solicitou:

[...] O agrônomo ser beneficiado prioritariamente com reforma agrária. A reforma agrária iniciar pelas terras do governo e da igreja, até então improdutivas. Para que o Ministério da Irrigação, se já existe o da Agricultura? e porque este Ministério não se faz mais atuante e presente no setor rural? [...] (FREITAS, 1986).

A reforma agrária foi o principal tema discutido pelos missivistas desta categoria, o assunto também esteve entre as principais pautas discutidas na sociedade de maneira geral, no capítulo anterior, apresentamos algumas manifestações e encontros promovidos no Piauí em que a Reforma foi a principal pauta (Jornal O Dia, 01, 02, mai., 1986, p. 07), (O dia, 19 fev. 1986, p. 07), além de ter se tornado um dos temas mais polêmicos da ANC, visto que, colocou em conflito interesses de grupos sociais distintos. A atuação de grandes proprietários de terra foi significativa durante a Assembleia, um dos principais partidos ruralistas da atualidade, a União Democrática Ruralista- UDR foi fundada no contexto de desenvolvimento da própria Constituinte. Acerca do Projeto Nacional da Reforma Agrária e de sua repercussão nas disputas entre os grupos políticos, Maciel (2008) considera que a reversão da proposta contribuiu para a consolidação do projeto conservador:

[...] proposta do PNRA gerou maior instabilidade ainda para o governo, particularmente nas suas relações com o bloco no poder. Como veremos, a reversão da proposta de reforma agrária na fase seguinte seria implacável e definitiva, contribuindo para o fortalecimento e a unidade do campo conservador do governo (MACIEL, 2008, p. 90).

⁸⁹ Francalino José Rodrigues enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha entre 40 e 49 anos, recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e não escolheu destinatário.

⁹⁰ Florencio Gurgel de Freitas enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Corrente, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o superior completo, casado, tinha entre 30 e 39 anos, recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e Humberto Lucena, senador Constituinte da Paraíba, filiado ao PMDB, foi o destinatário escolhido.

A população, entretanto, não deixou de reivindicar a realização da reforma agrária, Oriovaldo Lopes de Almeida⁹¹ considerou: “Em minha sugestão, tenho como de bom a reforma agrária, a educação é a melhor coisa nesta constituição” (ALMEIDA, 1986). O mesmo pedido foi realizado por Raimunda Moreira⁹² de maneira mais detalhada:

Srs. parlamentares: A minha sugestão seria que se apressasse mais a reforma agrária, para que todos trabalhadores do campo pudessem produzir mais sem as especulações do campo pudessem produzir mais sem as especulações dos verdadeiros leões das terras. Aqui, no Piauí, principalmente, pois pobre agricultor que por uma linha de roça terá que repartir o seu lucro ao meio com o dono, por isso é que peço que se apresse a reforma das terras. Com coragem e bravura, tem que dar certo (MOREIRA, 1986).

A missivista solicitou que a reforma agrária fosse realizada com urgência, afirmou que a especulação financeira na região rural atrapalhava os pequenos produtores, adjetivou os proprietários de terras como “leões”, ou seja, os representou como dominadores. Outra condição apresentada pela missivista foi o de arrendamento de terras, em que metade da produção deveria ser destinada ao proprietário do terreno, condição que afetou os lucros auferidos pelos trabalhadores rurais.

Antônia Maria Souza Araújo Santos⁹³ também solicitou que a reforma agrária tivesse seus trâmites de aprovação acelerados: “Gostaria também que a Constituinte olhasse para os pobres favelados e ajudasse-os: Que a Reforma Agrária saia o mais depressa possível, pois existem tantos agricultores sofrendo sem terras, principalmente aqui no nosso estado. [...]. Enfim fazerem tudo por um País melhor” (SANTOS, 1986). A missivista, ao desejar que na Constituinte as reivindicações das populações pobres fossem vistas, considerou que naquele momento estes grupos ocupavam uma posição de invisibilidade, o “olhar” ansiado por Antônia Maria aconteceria por meio da aprovação da reforma agrária e a possibilidade de os agricultores piauienses serem contemplados com a redistribuição fundiária. No pedido de Iselda Soares de Souza⁹⁴ o latifúndio foi colocado como algo do passado, a partir desse argumento, a missivista

⁹¹ Oriovaldo Lopes de Almeida enviou sua carta-formulário no dia 21 de fevereiro de 1986, do município de Monte Alegre do Piauí, morador da zona rural, tinha formação escolar até o primeiro grau incompleto, viúvo, tinha acima de 59 anos, informou receber até 01 salário mínimo e José Luiz Maia, não ocupou cargo de deputado federal Constituinte, pois seu mandato ocorreu entre 1983 e 1987, filiado ao PDS, foi escolhido como destinatário.

⁹² Raimunda Moreira enviou sua carta-formulário no dia 30 de fevereiro de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o primeiro grau completo, casada, tinha entre 25 e 29 anos, informou receber até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido.

⁹³ Antônia Maria Souza Araújo Santos enviou sua carta-formulário no dia 02 de março de 1986, do município de Água Branca, moradora da zona urbana, tinha formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

⁹⁴ Iselda Soares de Souza enviou sua carta-formulário no dia 29 de abril de 1986, de Teresina, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteira, tinha entre 15 e 19 anos, informou não possuir rendimento e Heráclito Fortes, deputado Constituinte pelo PMDB- PI, foi o destinatário escolhido.

buscou convencer os interlocutores de que a medida deveria ser estudada. O Estado foi colocado como peça chave no processo de redistribuição, pois seria o principal mediador da reforma:

Que a reforma agrária seja mais desenvolvida, pois o latifúndio foi o passado. O povo quer terra para devolvê-la com a ajuda do governo, pois sem o apoio, como ele iria vender suas monoculturas E o rendimento, qual o preço que ele vai dar, povo quer paz, apoio e espero que esses três aspectos que citei sejam bem criticados e estudados. Boa sorte (SOUZA, 1986).

A questão agrária foi reivindicada pelos missivistas ao Estado porque a regulação das estruturas sociais, econômicas e políticas na contemporaneidade passou a ser cada vez mais atribuição dos governos (RÉMOND, 2003). Apesar de Koselleck (2006) apontar que o *horizonte de expectativa* se encontra cada vez mais distante do *espaço de experiência*, alguns elementos permaneceram como um elo entre estes estratos, a mediação do conflito entre os interesses dos latifundiários e dos pequenos agricultores se estendeu até os dias atuais e reverbera o valor econômico e social atribuído à propriedade da terra, uma permanência do passado no presente que também se projeta para o futuro e atravessa as três temporalidades. Francisca das Chagas S. Martins⁹⁵ solicitou a implementação da reforma agrária:

Dr. Hugo, por confiar muito no seu trabalho, tomo a liberdade de apresentar-lhe minhas sugestões. 1- O Piauí precisa que se forme uma união de força entre todos os Constituintes do estado, integrados aos outros do Brasil inteiro para lutar com fé em Deus, todos juntos. Pela Reforma Agrária rural e urbana reforçar todos os meios de produção agrícola em todas as atividades do campo, com uma boa assistência no setor da educação, saúde, isto é, o principal para o homem do campo. [...] Reforma Agrária justa com maior empenho na saúde, escola, habitação, sem nada disto não adianta Constituinte no Brasil (MARTINS, 1986).

A escolha dos destinatários foi feita a partir de critérios distintos, apesar de alguns missivistas terem endereçado suas sugestões a representantes políticos que não estavam mais em exercício, as escolhas eram baseadas em objetivos e intencionalidades. Francisca das Chagas afirmou que escolheu Hugo Napoleão porque confiava no trabalho que ele realizava, entretanto, o mesmo não ocupava cadeira constituinte, no período foi governador do Piauí, mais uma vez, tivemos indícios de que as informações dadas a respeito da estrutura Constituinte não foram suficientes para instruir a população. Por compreender que existiam interesses conflitantes no que tange à redistribuição de terras, a missivista apontou que para a medida ser aprovada seria necessário a construção de uma coalisão nacional entre os constituintes. A autora também solicitou a estruturação de rede escolar e de saúde na zona rural, pedidos como este foram recorrentes e indicam que existia a oferta de serviços básicos para as populações do interior era insuficiente. Ao finalizar o texto, afirmou que se os pedidos não fossem

⁹⁵ Francisca das Chagas S. Martins enviou sua carta formulário em 22 de agosto de 1986, de Teresina, não informou demais dados e Hugo Napoleão, eleito deputado federal Constituinte pelo PFL- PI, foi o destinatário escolhido.

incorporados à nova Carta Constitucional sua existência não adiantaria para o país, ou seja, o impacto da Constituição na vida da população seria irrisório, esta concepção foi compartilhada pelas demais pessoas que escreveram para a ANC, pois as prioridades elencadas por cada um também decorreram de escolhas subjetivas, o que não implica dizer que tais problemas não foram compartilhados coletivamente. O missivista Albertino Pereira de Sousa⁹⁶ também escreveu a respeito da reforma agrária:

Ilmo Sr. Deputado Ulysses Guimarães. É com muita honra que preencho este formulário. E é também com muita honra que exponho aqui minha sugestão. Pois há muito tempo, o Brasil estava precisando mudar. Sugestão: o Piauí é um dos Estados que mais precisa da Reforma Agrária, solicito com urgência a reforma, pois já tem havido vários conflitos, entre donos de terras e lavradores que se desesperam de procurar roças e simplesmente (*sic*) não encontram. Quando encontram, simplesmente, são explorados pelos arrendadores que ficam com metade de seus legumes. Solicito também, tabelas de rendas, com urgência, pois a maioria dos donos de terra, arrendam "terras no corte", ou seja, pagando antes de colher, logo ao arrendarem. Espero que atendam meu pedido e que pensem seriamente nesses pobres coitados, que vivem humilhados sem ter a quem recorrer, agora sim, espero que o Piauí seja um dos estados prestigiados. DESDE JÁ, AGRADEÇO (SOUSA, 1986).

Não podemos comprovar que as sugestões foram lidas pelos Constituintes e seus assessores, mas aqueles que enviaram suas cartas-formulário acreditavam ou esperaram que isto ocorresse, por isto, Albertino Pereira afirmou que estava honrado em expor as suas considerações. A proposta de poder estabelecer interlocução com os Constituintes foi tida como uma oportunidade extraordinária na dinâmica política do país e demonstrou que parcela significativa da população não desejava ficar à parte do debate político, pelo contrário, almejou influenciá-lo. Albertino fundamentou sua narrativa em conflitos que afirmou existir entre donos de terras e lavradores e também sugeriu que os preços para arrendamento fossem fixados, uma vez que, o pagamento era realizado antes da colheita do que haviam produzidos. O remetente, ao afirmar que o país precisava mudar há muito tempo, considerou que um novo *horizonte de expectativas* precisava ser aberto e que isto ocorreria caso a reforma agrária fosse implementada (KOSELLECK, 2006). O missivista também utilizou elementos discursivos com a intenção de persuadir o interlocutor a partir de uma perspectiva emocional, escolheu adjetivos para caracterizar as pessoas que eram afetadas pelos problemas que apresentou, “pobres coitados” e “humilhados”.

A próxima mensagem não contém informação de autoria ou endereço, foi enviada no dia 29 de abril de 1986, por um morador da zona rural que possuía formação escolar até o

⁹⁶ Albertino Pereira de Sousa enviou sua carta-formulário em 28 de agosto de 1986, do município de São Gonçalo do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteira, tinha entre 15 e 19 anos, informou que não possuía rendimento e escolheu Ulysses Guimarães como destinatário.

primeiro grau incompleto, solteira, tinha entre 30 e 39 anos e escolheu Helvídio Nunes como destinatário: “[...]. Agora falo de agricultura, acho que a Reforma agrária que o governo não faz deveria ser municipalizada. Deveria serem tomadas todas áreas que não tenham documentos e distribuídas para quem não tem, sem indenização para os Latifúndios” (SEM AUTOR, 1986). Além do pedido de municipalização da reforma agrária, o missivista sugeriu que a redistribuição de terras deveria ser realizada sem indenização para os latifundiários, ou seja, a inexistência da comprovação de posse da terra a partir da ausência de documentos inviabilizava a necessidade de ressarcimento, uma vez que, a propriedade não podia ser comprovada. Apesar da quantidade considerável de sugestões que abordaram o tema, a reforma agrária não foi o único assunto discutido pelos missivistas que trataram do ambiente rural, Raimundo Batista de Souza⁹⁷ enviou a seguinte carta-formulário:

Senhores constituintes: Como cidadão me faculto fazer alguns comentários, teor: Em primeiro lugar, precisa haver uma mudança total no sistema de crédito rural, financiando a agricultura ao pequeno e médio produtor, com juros mais baixos e com uma comissão de fiscalização aos cofres públicos dos municípios em todo o país (SOUZA, 1986).

A solicitação feita para que o sistema de crédito rural fosse reformado a fim de beneficiar o pequeno e médio produtor reverbera que o envio de sugestões foi plural, realizado por pessoas que exerciam atividades diversas ainda que vivessem em ambientes semelhantes, a zona rural. Analisamos sugestões enviadas por lavradores, arrendadores de terra e pequeno ou médio produtor que utilizava crédito rural para produzir suas mercadorias, o que configura também uma variedade de renda entre essas pessoas, estas características nos influenciaram a compartilhar das concepções descritas por Valla (1988) a respeito da participação popular, um fenômeno político que tem entre as suas principais características a diversidade tanto dos participantes quanto das opiniões proferidas. A próxima mensagem foi enviada por Delisvaldo Silva Nunes:⁹⁸

Que se acabe com esse grande número de desempregados, que haja mais empregos nas cidades agrícolas, como Agricolândia. Que tenha o segundo grau completo em a cidade do Piauí. Que tenha hospitais em todas as cidades do Piauí. Sugiro que haja uma emissora de rádio e TV em Agricolândia, que tenha pelo menos três canais de TV. Que haja pelo menos uma loja em as cidades do Piauí, haja mais médicos nos tempos de férias de julho e dezembro (NUNES, 1986).

⁹⁷ Raimundo Batista de Souza enviou sua carta-formulário no dia 30 de fevereiro de 1986, do município de Monte Alegre do Piauí, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

⁹⁸ Delisvaldo Silva Nunes enviou sua carta-formulário no dia 09 de maio de 1986, do município Agricolândia, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o primeiro grau incompleto, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

O missivista apresentou uma série de estabelecimentos e serviços públicos que julgava essenciais para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população do município onde morava, ou seja, solicitou que os municípios do interior, em que pese aquele que habitava, Agricolândia, fossem contemplados com a abertura de emissoras de TV e rádio, lojas, hospitais e médicos. A solicitação de profissionais de saúde em meses específicos do ano reverbera práticas que ocorriam nesses locais durante o período, a escassez de atendimento determinados períodos do ano. A variação dos salários entre profissionais formados para atuar nas atividades agropecuárias foi o tema do texto enviado por José Edvaldo Leal⁹⁹:

Regulamentação da Classe Técnica em Agropecuária, nível médio, dando a eles todos os direitos legais, quais sejam: sindicalização, participação no Crea, piso salarial de 80 % do salário do agrônomo, uma vez que um técnico desenvolve as mesmas atividades. -Extinguir a privacidade de somente os Agrônomos terem direitos de exercerem cargos relevantes, independentemente da sua capacidade e competência profissional, quais sejam: Supervisores regionais, presidentes de autarquias, estatais e economia mista, secretaria de estado. -Criação de escolas rurais a nível de primeiro grau, centralizadas nas comunidades rurais, coordenadas pelo Ministério da Educação/Ministério da Agricultura, este último através do Serviço de Extensão Rural (LEAL, 1986).

O missivista solicitou que houvesse a regularização dos salários de técnicos em agropecuária que possuíam formação de nível médio e que estes deveriam ser indexados de acordo com a faixa salarial dos agrônomos de nível superior, além da garantia de participação no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, de maneira geral, José Edvaldo solicitou que houvesse paridade entre as possibilidades dadas aos técnicos e aos agrônomos. O tema não pertence à matéria constitucional, mas repercutiu a importância conferida às dimensões micropolíticas e aos temas que estavam intrinsecamente conectados à vida do missivista, como por exemplo, o trabalho que exercia. A próxima carta foi remetida no nome de João Antônio dos Santos¹⁰⁰, entretanto, foi apontado um segundo autor no texto, isto ocorreu porque o remetente era analfabeto e precisou do auxílio de João Antônio dos Santos para escrever sua sugestão, as seguintes considerações foram enviadas:

Minhas sugestões são as seguintes: reforma agrária, emprego para quem não tem salário mínimo, previdência social, fiscalização na prefeitura, nas capitais, não há água, nem luz, queremos comunicação pública, enfim. Otacílio Borges Leal, presidente do diretório do PT de Novo Oriente do Piauí. Foi uma carta com o nome

⁹⁹ José Edvaldo Leal enviou sua carta-formulário no dia 11 de fevereiro de 1986, do município de Santo Inácio do Piauí, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o segundo grau completo, casado, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber mais de 03 a 05 salários mínimos e não escolheu destinatário.

¹⁰⁰ João Antônio dos Santos enviou sua carta-formulário no dia 22 de abril de 1986, do município de Novo Oriente do Piauí, morador da zona rural, analfabeto, casado, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber até 01 salário mínimo e Luiz Inácio Lula da Silva, deputado federal Constituinte pelo estado de São Paulo, filiado ao PT, foi o destinatário escolhido.

do Senador do PMDB Francisco das Chagas Rodrigues. Quem botou a carta foi José Cirilo dos Santos não fui eu que mandei (SANTOS, 1986).

O autor sugeriu que a reforma agrária fosse realizada e aparelhamento de água, luz e comunicação pública fosse instalado no município em que vivia, o mesmo pedido feito por outros missivistas nos possibilita problematizar a situação dos municípios no interior do estado, em que as experiências ocorreram em um cenário de oferta irrisória ou ausência de serviços públicos básicos. O remetente da sugestão foi Otacílio Borges Leal, que por não ser alfabetizado contou com o auxílio de João Antônio dos Santos para redigir a mensagem, pontuamos que Otacílio pediu para ser identificado como presidente do Partido dos Trabalhadores do município de Novo Oriente do Piauí, uma configuração pertinente na dinâmica de construção dos partidos políticos nos municípios rurais durante o período, organismos construídos por pessoas que não possuíam necessariamente formação escolar. Otacílio também fez questão de informar que uma carta-formulário enviada em nome do senador Chagas Rodrigues não havia sido mandada com sua autorização, a condição de explicar o equívoco deu-se porque os missivistas pensavam nas consequências que poderiam ser atribuídas a eles, pois não se tratavam de correspondências de âmbito privado nas quais a ideia de sigilo ou proximidade com o destinatário conferia mais liberdade para que exprimissem suas ideias, ao contrário, as mensagens foram remetidas às instituições públicas e aos representantes políticos, característica que os condicionou a escolherem os discursos que consideraram ideais para convencer os interlocutores, mas que também os fez refletirem sobre as formas com que falariam, do que não falariam, além de fazer com que explicassem seus atos. A próxima carta-formulário foi enviada por Cordeiro Gomes da Silva¹⁰¹:

Diante do momento que tomo para expor aos senhores sobre a nova Constituinte, quero dizer que sou um morador de uma pequena cidade, no sul piauiense. A gente nunca está ligado aos acontecimentos, eu só sei dizer que nas grandes cidades pode estar bom, mas nas cidade do interior estamos precisando de visitas dos parlamentares, estamos precisando de fiscalização para as prefeituras, pois vivemos trabalhando o dia todo, dando expediente até dia de domingo, ganhando uma pequena quantia de dinheiro que no final do mês não dá para comprar uma muda de roupa. Então estamos sofrendo, sendo humilhados e se fizermos reclamações aqui mesmo é pior, porque somos criticados e somos jogados fora do cargo. Então estou lançando o apelo. Espero ser atendido (SILVA, 1986).

Não podemos desconsiderar o impacto que o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* teve nos municípios da zona rural, que contou com a participação do missivista acima, Cordeiro Gomes afirmou viver em um local onde as pessoas nunca estavam informadas dos

¹⁰¹ Cordeiro Gomes da Silva enviou sua carta-formulário no dia 30 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morador da zona urbana, tinha formação escolar até o segundo grau incompleto, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, não possuía rendimento e não escolheu destinatário.

acontecimentos, inclusive, uma situação positiva nos núcleos urbanos era uma possibilidade, mas não uma certeza, afirmativa que reforça o desconhecimento dos habitantes da região do contexto político e econômico de outras regiões do país naquele momento. O missivista, além de solicitar que a administração municipal fosse fiscalizada, informou a precariedade como parte integrante das suas experiências enquanto morador de um município do interior, fazia jornadas de trabalho exaustivas e ainda assim não conseguia comprar “uma muda de roupa”, ou seja, conseguia comprar apenas o mínimo para se manter. O missivista também trouxe para a discussão os meios de coerção política que existiam no município, em que uma reclamação podia ocasionar a demissão do cargo, pois, a liberdade de pensamento era limitada pelas relações de poder locais. O missivista finalizou a carta ao informar que esperava ter seu apelo atendido pelos Constituintes, mas antes de expressar seus anseios os baseou em uma série de experiências, como por exemplo, morar em um local onde as pessoas não tinham muitas informações, nessa perspectiva: "O par de conceitos "experiência e expectativa" é manifestamente de outra natureza. Não propõe uma alternativa, não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa." (KOSELLECK, 2006, p. 307). A estrutura da narrativa apresentada por Cordeiro Gomes foi estabelecida justamente entre as suas vivências e aquilo que esperava que fosse transformado a partir da nova Constituição, a mesma dinâmica pode ser observada em outras mensagens que apresentamos, inclusive na próxima carta-formulário, enviada por Germano Alves Pereira¹⁰²:

[...]. Os homens do campo renegam seus títulos, descontentes estamos pois na nova República deu tudo diferente que pensamos em nossos sonhos. Até o presente foram vagos mas vamos em frente, fiquei aprendendo o que o Presidente Sarney falou no fim da semana. Se for válida é uma boa pra todos brasileiros pobres. Olha Senador, sou um velho lavrador com 58 anos sem ordenado para sobreviver até o vício do café fui obrigado a deixar pois aqui está custando 120 mil um quilo, mas com fé em Deus nos teremos o senhor como um governador em Teresina (*sic*) em novembro próximo para olhar tudo isto, peço (*sic*) para o senhor não mais faltar.

O missivista afirmou que buscou aprender o que José Sarney falou em um discurso, não sabemos se o acompanhou pelo rádio ou televisão e nem qual programa foi, porém, tendo em vista que o missivista habitava no interior e o acesso à televisão e aos seus sinais não era comum nestas regiões, é provável que Germano Alves tenha ouvido o programa *Conversa ao pé do rádio* que funcionou entre os anos de 1985 e foi baseado no programa *Conversas ao Pé do*

¹⁰² Germano Alves Pereira enviou sua carta formulário em 26 de julho de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, não informou estado civil, tinha entre 50 e 59 anos, informou que não possuía rendimento e não escolheu destinatário.

Fogo, projeto do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em 1933 (*Folha de São Paulo*, 1995)¹⁰³.

Na perspectiva do missivista, os homens do campo renegavam suas propriedades porque, até o momento de escrita da sugestão, a nova República havia se tornado uma experiência frustrada. O missivista que antes tinha criado um prognóstico positivo no *horizonte de expectativas* aberto pela abertura política, afirmou que os anseios não tornaram-se uma realidade, nesse sentido, as possibilidades que imaginou foram falhas: "O que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas" (KOSELLECK, 2006, p. 312).

Apesar de não ter indicado destinatário, foi possível identificar no corpo do texto que Germano Alves se referia à Alberto Silva, senador do Piauí entre 1979 e fevereiro de 1987 e governador do Piauí entre 15 de março de 1987 e 1991. O missivista afirmou ansiar que Alberto Silva fosse governador de Teresina, embora morasse no município de Rio Grande do Piauí, nesse sentido, o missivista não possuía informações suficientes para saber que Alberto era governador do Piauí e não. Constituinte, portanto, a correspondência não chegaria a ele. Mais importante do que estas constatações é problematizarmos o porquê de Germano ter demonstrado confiança na gestão do então governador. No que se refere ao tema, as considerações feitas por Cláudia Cristina da Silva Fontineles (2015) a respeito da primeira gestão de Alberto como chefe do executivo municipal, que ocorreu entre 1971 e 1975, nos deram um panorama das motivações. A autora considera que foi construído um reconhecimento social do primeiro mandato de Alberto, reforçada por elementos discursivos e um trabalho de memória construído em torno do então governador (FONTINELES, 2015). O missivista buscou sensibilizar o interlocutor ao narrar que teve de deixar seu vício, beber café, por conta da alta de preços do produto, a narrativa remete à extensão da crise econômica e política dos anos 1980, como de maneira transversal, afetou desde as decisões do governo até a alteração de hábitos alimentícios. A próxima sugestão que analisaremos foi enviada por Anomias Tomasi Ramos¹⁰⁴:

Primeiro que toda eleição para prefeito dos Municípios em 86, deverá ter fiscalização pois não está bom, principalmente para o homem do campo. Revisão de título. Descontente estamos, pois na nova República deu tudo diferente do que pensamos em nosso sonho. Até o presente foram válidas (*sic*) mas vamos em frente. Fiquei o aplaudindo o que o Presidente falou no fim de semana, se for válido é uma boa para

¹⁰³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/29/brasil/42.html>

¹⁰⁴ Anomias Tomasi Ramos enviou sua carta formulário em 26 de julho de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, morador da zona rural, casado, não informou o nível de instrução escolar, casado, tinha entre 50 e 59 anos, não informou renda e não escolheu destinatário.

todos brasileiros pobres. Olha, Senador, descontente estou, ou estamos não tenho terra para trabalhar (RAMOS, 1986).

A semelhança desta mensagem com a apresentada anteriormente, enviada por Germano Alves Pereira, indica que o mesmo texto base foi enviado, apenas pequenos trechos foram alterados. Este foi mais um mecanismo criado pelos missivistas para enviar suas sugestões, a criação de uma narrativa baseada em argumentos comuns, o que também possibilitou que pessoas com dificuldade de redigir o texto participaram enviando sugestões formuladas de maneira conjunta. Foi criado na Constituição Federal de 1988 um capítulo intitulado “Da política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”, de acordo com o Artigo nº 184: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária [...]” (BRASIL, 1988). Ao contrário do pedido exposto por alguns missivistas, aqueles que afirmavam ser proprietários das terras seriam indenizados. Este capítulo é extenso, para informações detalhadas sugerimos a leitura de seus dispositivos que dispõe sobre as regras de desapropriação, em que pese nos casos em que a reforma agrária não pode ser aplicada. Apesar das disposições constitucionais, o tema segue em aberto até os dias atuais.

Formamos a próxima categoria a partir de cartas-formulário nas quais os missivistas discutiram a respeito da educação e temas correlatos. Antônio Luiz de Coimbra¹⁰⁵ enviou: “A Constituição é o conjunto de leis de uma nação. Uma destas leis eu considero de fundamental importância, a Educação, pois acho que um país que investe na educação de seu povo, está investindo em seu próprio futuro” (COIMBRA, 1986). Na sugestão, a educação foi posta condição fundamental para que o país tivesse um futuro prospero, nesse sentido, era tida como um elo entre presente e futuro, pois abriria um *horizonte de expectativas* positivo para o desenvolvimento nacional (KOSELLECK, 2006). O missivista José Edvaldo leal¹⁰⁶ também discorreu a respeito da educação:

-Escolas para todos os cidadãos brasileiros, a nível de primeiro, segundo e terceiro grau que corresponde ao curso superior, seja in loco ou por correspondência. -Escolas por Correspondência- Com cursos que não exijam tantas aulas práticas, com vestibular, para quem tenha cursado o segundo grau completo, supervisionados através de encontros regionais. Cursos que poderão ser oferecidos: Advocacia, Letras, Ciências Plenas e Contábeis, Pedagogia e muitos outros. Não teremos jamais um País desenvolvidos, se tivermos analfabetos (EVALDO, 1986).

¹⁰⁵ Antônio Luiz de Coimbra enviou sua carta formulário em 28 de agosto de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteiro, tinha entre 25 e 29 anos, recebia mais 01 até 02 salários mínimos e escolheu Ulysses Guimarães como destinatário.

¹⁰⁶ Referenciado na nota de rodapé nº 95.

José Edvaldo sugeriu que fossem criados cursos à distância por meio de correspondências para que ensino equivalente ao nível superior fosse universalizado no país, além disso, o missivista acrescentou uma lista de cursos viáveis para a modalidade apresentada. Atualmente, o ensino superior à distância é uma modalidade que cresceu, entretanto, já foi discutida pelos missivistas para que fosse garantida constitucionalmente. A missivista Cristina Eoldino de Jesus Rodrigues¹⁰⁷ direcionou sua sugestão para outro nível de ensino: “Espero que a nova Constituinte, melhore o setor Educacional, dando melhor apoio ao corpo docente e discente (*sic*) para que possa diminuir o analfabetismo no nosso País” (RODRIGUES, 1986). Para Cristina Eoldino, o sistema de ensino deveria ser reforçado com fins a reduzir os índices de analfabetismo no país, mesmo tratando de um mesmo tema, os missivistas o fizeram por meio de interpretações e prioridades diferentes, por exemplo, para Antônio Luiz de Coimbra o foco deveria ser a universalização do ensino superior, para Eoldino, a alfabetização. Nem todos os missivistas desenvolveram suas ideias sobre o tema, alguns enviaram sugestões mais generalizantes, entre eles, José Romão da Silva¹⁰⁸: “Valorizar o ensino do magistério de nível superior e também do nível inferior. José Romão da Silva. Vice do Diretório do PMDB do município de Socorro do Piauí” (SILVA 1986). Os remetentes se identificaram no corpo do texto quando exerciam tarefas em organizações políticas, buscaram demonstrar através do exposto que possuíam experiência em debater politicamente a situação do país, além de adotarem o engajamento político como um valor. Outros missivistas solicitaram o fim de instituições e processos seletivos para acesso à universidade, Joel Borges enviou a seguinte mensagem:

Todos os brasileiros devem ter acesso ao Ensino, seja de primeiro e segundo graus ou superior. Os senhores Constituintes devem inserir na Nova Constituição onde couber, dispositivo que faculte a passagem livre do segundo grau a qualquer curso universitário da vocação ou de livre escolha do estudante, marcando o fim do instituto do vestibular que mais serve aos poderosos (BORGES, 1986) .

O missivista reivindicou o acesso dos brasileiros ao ensino de segundo grau e superior, diferente de outros missivistas, não construiu seu texto como uma sugestão, buscou demonstrar que seria obrigação dos Constituintes implementar as reformas sugeridas, por isto, utilizou o verbo dever para explicitar as considerações a serem executadas pelos representantes políticos da ANC. Joel Broges criticou a forma de acesso às universidades, que era feito por meio do

¹⁰⁷ Cristina Eoldino de Jesus Rodrigues enviou sua carta-formulário em 28 de agosto de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha acima de 59 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e escolheu Helvídio Nunes como destinatário.

¹⁰⁸ José Romão da Silva enviou sua carta-formulário em 20 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, morador da zona urbana, analfabeto, casado, tinha acima de 59 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi escolhido como destinatário.

vestibular, afirmou que o exame de admissão servia aos poderosos porque as escolas particulares criavam preparações direcionadas à aprovação de seus alunos, enquanto as pessoas de baixa renda não tinham a mesma base e em alguns casos, precisavam conciliar trabalho e estudos. Joana da Costa Oliveira de Sousa¹⁰⁹ enviou a seguinte sugestão: “[...]. Que a educação seja um direito de todos e não privilégio de uma minoria. Pelo fim das escolas privadas” (OLIVEIRA, 1986). A missivista solicitou o fim das escolas privadas porque via nestas instituições a constituição de um privilégio, talvez entendesse a existência do ensino particular como um empecilho para o desenvolvimento das escolas públicas, que se fossem frequentadas por classes sociais economicamente mais abastardas poderia receber mais atenção da administração pública, mas, ao contrário da solicitação da missivista, no Artigo nº 206, inciso III da Constituição Federal de 1988, foi garantida a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1988). O aspecto reverbera algumas características da Carta Constitucional brasileira, progressista no que se refere a aspectos sociais e dotada de medidas liberalizantes do ponto de vista econômico, resultado da atuação das disputas entre os grupos conservadores e progressistas na ANC.

Os missivistas piauienses também discutiram a respeito da desvalorização dos profissionais de educação, Florêncio Gurgel de Freitas¹¹⁰ enviou as seguintes considerações: “A deficiência do ensino brasileiro, está no desvinculamento, dele com a realidade nacional? ou, também, neste aspecto somado a desvalorização do educador e do educando? Considerando (*sic*) que um jogador de futebol é mais importante que um cientista, no Brasil” (FREITAS, 1986). O missivista utilizou uma pergunta retórica para criticar a desvalorização dos professores no Brasil, ao questionar se a deficiência do ensino brasileiro era decorrente do seu distanciamento com a realidade nacional, o autor quis dizer que, ao contrário, a desvalorização acontecia porque o contexto brasileiro era de desprezo às questões educacionais e de seus profissionais. Florêncio reafirmou seu posicionamento ao dizer que os jogadores de futebol eram mais valorizados que os cientistas brasileiros. O valor salarial também foi tema da carta-formulário de Maria das Dôres Bandeira de Andrade:¹¹¹

¹⁰⁹ Joana da Costa Oliveira de Sousa enviou sua carta-formulário em 03 de março de 1986, do município de Barreiras do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha entre 25 e 99 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário

¹¹⁰ O autor foi referenciado na nota de rodapé nº 86.

¹¹¹ Maria das Dôres Bandeira de Andrade enviou sua sugestão no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Capitão de Campos, morava na zona urbana, possuía formação escolar até o ensino superior incompleto, era casada, tinha entre 30 e 39 anos, recebia de 01 a 02 salários mínimos e Tapety Júnior, deputado federal Constituinte pelo PFL-PI, foi o destinatário escolhido.

Igualdade de salários para professores da rede estadual de ensino, pois, enquanto em Brasília, um professor recebe um salário justo no Piauí por exemplo, o professor recebe um salário de fome. Por quê? Qual a diferença? Tabela os gêneros alimentícios de primeiras necessidades. Maior condição às escolas públicas (BANDEIRA, 1986).

Os pedidos de aumento salarial foram feitos de diferentes formas, inclusive através de comparação com valores que professores recebiam em outros estados, a missivista questionou a diferença entre os salários da rede estadual do Piauí e de Brasília. O termo “um salário de fome” foi empregado para ilustrar que o poder de compra que recebia enquanto professora do mal cobria a compra de itens alimentícios básicos. As comparações com outros estados e municípios foi um aspecto recorrente nas sugestões, Maria das Dôres, para além de apresentar duas sugestões, a de tabelamento dos gêneros alimentícios, em decorrência da crise econômica que afetou o poder de consumo dos assalariados, usou o espaço para questionar os representantes políticos a respeito da remuneração dos professores piauienses. A missivista transformou os objetivos do *projeto Diga Gente- Projeto Constituição* ao fazer uso do local destinado à sugestão para protestar contra os valores salariais dos discentes. Monclaire (1991) considera que um dos entraves para a aprovação da campanha foi a incerteza de como a população se apropriaria da campanha: “De resto, porque este projeto é o objeto de usos sociais exteriores ao grupo de trabalho que presumivelmente lhe daria corpo, este projeto torna-se explosivo, mais difícil a definir e a gerir” (MONCLAIRE, 1991, p. 40). Para os autores Soraya Regina Gasparetto Lunardi e Jorge David Barrientos, as limitações empregadas pela classe política à atuação popular derivam do receio que as práticas de barganha sejam restringidas pela participação direta: “[...] existe uma desconfiança da classe política em relação à participação popular e na raiz dessa desconfiança está o temor dos políticos de perder seu protagonismo frente ao povo, em consequência promove-se o clientelismo e obstaculiza-se a participação cidadã (LUNARDI; PARRA, 2020, p. 441).

A carta-formulário de Maria das Dôres traz consigo estes aspectos, os questionamentos foram o principal conteúdo da sua mensagem, indicaram que a sociedade piauiense se apropriou do projeto de diferentes maneiras, modos que contribuíram para a composição de uma cultura política baseada na participação popular no Brasil, uma vez que, como afirma Marcos Napolitano ao abordar a participação popular nas Diretas Já:

Política e cultura, nesta ótica, deixam de ser "reflexo" ou "esferas" da realidade e constituem-se em modos de vivenciar, operacionalizar e lembrar uma dada configuração ou conjunto de relações sociais. a liberdade do sujeito histórico, a não determinação histórica, recoloca o primado da política, tensão entre a norma e a invenção (NAPOLITANO, 1995. p. 218).

Nessa perspectiva, as relações entre política e cultura adquirem forma a partir do conflito entre normas e invenção, ou seja, usos e operações. A escrita é uma operação, o meio pelo qual a linguagem e as interpretações individuais, filtradas por aspectos compartilhados com outras pessoas, foram transformadas em sugestões, pedidos ou reclamações. A subversão do que era considerado a regra ou a sugestão ideal para o projeto existiu, os responsáveis pela organização das mensagens no banco de dados SAIC criaram uma categoria especial, as sugestões não pertinentes, abordaremos especificadamente este conjunto no próximo capítulo.

Eronita Miranda de Sousa¹¹² também reivindicou melhores condições salariais para os professores: “Que a formatura de um professor primário tenha valor igual ao de outras formaturas em relação ao salário. Hoje, no Piauí, um professor primário estadual recebe por mês menos de um salário mínimo. Daí surgem as deficiências do ensino [...]” (SOUSA, 1986). De acordo com a missivista, um dos entraves para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro estava na desvalorização de seus profissionais, que em determinadas regiões recebiam menos de um salário mínimo. Salientamos que as tratativas de valorização dos profissionais da educação só foram incluídas na Constituição Federal em vigor através de emendas constitucionais aprovadas em 2006, 18 anos após 1988, onde se tornou garantia constitucional o piso salarial profissional nacional para professores da educação pública (BRASIL, Emenda Constitucional nº 53). Maria do Desterro Alves da Silveira¹¹³ sugeriu que os professores do ensino primário fossem mais valorizados:

Maiores recursos no campo educacional, para que o País tenha no futuro homens desenvolvidos intelectualmente, mas, para que isso aconteça, será necessário que os representantes do Brasil, voltem-se especialmente para o professor primário, cujas condições de vida ainda é muito precária, devido a salários miseravelmente pagos. Lembrem-se os grandes profissionais de hoje passaram pelas mãos de um professor primário, por isso eu tenho certeza, ele merece uma atenção maior por parte dos líderes do País. Essa é minha sugestão (SILVEIRA, 1986).

Segundo Maria do Desterro, o investimento de recursos em ensino, especialmente no ensino primário faria com que o Brasil tivesse um futuro com homens intelectualmente desenvolvidos. Analisamos a sua carta-formulário de acordo com as considerações abaixo:

Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade

¹¹² Eronita Miranda de Sousa enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Socorro do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha entre 30 e 39 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

¹¹³ Maria do Desterro Alves da Silveira enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Rio Grande do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, viúva, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia mais 01 a 02 salários mínimos e João Lobo foi escolhido como destinatário.

de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (KOSELLECK, 2006, p. 311).

O prognóstico realizado pela missivista consistiu em afirmar que os investimentos em educação culminariam em uma sociedade com homens intelectualizados, entretanto, a ausência de uma experiência de valorização profissional pela qual Maria do Desterro passou impunha limites às possibilidades futuras, desse modo, o seu futuro profissional estava atravessado mais por incertezas do que convicções. A sugestão de Silveira da Costa Pereira de Oliveira¹¹⁴ foi baseada em perspectiva semelhante:

Dar ao professor aquilo que é justo, uma remuneração suficiente e não valorizar só em debates por televisão, jornais, etc. E ter um vencimento de Cr\$ 562.973,00 como é o caso do professor primário do Piauí, e receber por cada dependente Cr\$ 6.290,00. Os Constituintes passaram pelo professor primário, e o professor primário ajuda na escolha dos novos Constituintes.

No mesmo sentido da missivista anterior, Silveira da Costa sugeriu que os professores fossem mais valorizados, buscou pressionar os constituintes ao argumentar que professores também eram eleitores, ou seja, por meio das eleições poderiam optar por não eleger os candidatos que não aprovaram ou engajaram-se nos debates a respeito da valorização dos professores. Silveira da Costa, ao final de sua carta, reclamou da remuneração do professor primário no Piauí: “[...] um vencimento de Cr\$ 562.973,00[...]”, e reivindicou: “Dar ao professor aquilo que é justo, uma remuneração suficiente e não valorizar só em debates por televisão, jornais [...]. Os constituintes passaram pelo professor primário, e o professor primário ajuda na escolha dos novos constituintes”. A missivista atuava como professora ou convivia com professores, logo, seus argumentos podem ser associados às dimensões da vivência e do cotidiano desse ofício ou pelo menos da sua preocupação com o cenário educacional, em especial, à remuneração dos docentes. A educação é um tema transversal na Constituição de 1988, é citada em vários artigos e conectada à temáticas diversas, mas foi incluída uma parte específica para tratar do assunto, a seção I, capítulo III: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Ao longo dos demais artigos estão as disposições acerca de princípios, deveres e competências dos entes da Federação acerca da educação.

¹¹⁴ Silveira da Costa Pereira de Oliveira enviou sua carta-formulário em 30 de fevereiro de 1986, do município de São Francisco do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casada, tinha acima de 59 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Helvídio Nunes foi escolhido como destinatário.

Criamos a categoria intitulada Constituinte ideal para analisarmos as sugestões dos missivistas que escreveram sobre seus anseios para com a nova Constituição, de maneira geral, todas as cartas tiveram esta característica, mas, nessa subseção anexamos especificadamente as mensagens dos missivistas que fizeram considerações acerca da nova Carta Constitucional, os seus significados que atribuíram à ela, enfim, quais *horizontes de expectativa* esperavam que seriam abertos com a sua promulgação:

Mas os prognósticos também são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa. Voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam também temor ou esperança. As condições alternativas têm que ser levadas em conta, pois sempre entram em jogo possibilidades que contêm mais do que a realidade futura é capaz de cumprir. Assim, um prognóstico abre expectativas que não decorrem apenas da experiência. Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa. (KOSELLECK, 2006, p. 313).

Em consonância com as considerações acima, as expectativas apresentadas pelos missivistas em suas mensagens enviadas à ANC continham prognósticos necessários para que o contexto de crise relatados pelos autores a partir de experiências individuais fosse subvertido por outra situação, a espera de que algo ocorresse dentro do *horizonte de expectativa* aberto pela nova Constituição. De acordo com Koselleck (2006), a realidade proposta dentro do campo das possibilidades sempre vai além do que, de fato, a realidade futura produzirá. Apresentamos, no decorrer das categorias analisadas, diversas mensagens em que aplicação real das proposições dos missivistas era inviável devido aos conflitos políticos que seriam desencadeados caso fossem implementadas, por exemplo, fazer com que pessoas mais ricas do país pagassem a dívida externa ou que as escolas privadas fossem fechadas. Os missivistas criaram expectativas que não podemos restringir às suas experiências. A primeira mensagem que apresentamos nesta categoria foi enviada por Iselda soares de Souza:

[...] espero que a constituinte ouça mais a voz do povo, seus conflitos e tudo o mais que o atinge. Quando falo em povo me refiro também aos índios, pois eles são o povo, seres humanos, gente que só quer viver em paz, mas se não houver acordo com o governo, eles vão lutar, vão marrar, vão furtar, porque todos nós não podemos nos enganar, sabemos que eles são a raça, o povo, o dono de tudo isso, foram enganados pelo povo branco no início da colonização [...] (SOUZA, 1986)

A missivista sugestionou que os Constituintes a analisassem conflitos culturais e indenitários que ocorriam no país e colocou o indígena como principal elemento de sua narrativa. Iselda estabeleceu conexões entre o presente e o passado ao justificar que a luta dos povos nativos ocorria em decorrência da ausência de acordos com o governo, o direito dos indígenas, por sua vez, baseava-se no fato de eles serem os povos originários do território que

foi transformado em Brasil. A atuação de indígenas na luta por direitos foi parte indissociável do processo de construção da nova Constituição, um dos momentos que marcam a ocupação dos espaços políticos por esses grupos deu-se através do discurso proferido pelo líder indígena Ailton Krenak, em setembro de 1987, no plenário da ANC. A organização destes povos com vistas a influenciar a incorporação de garantias ao texto constitucional foi efetivada principalmente no Capítulo VIII do documento, intitulado “Dos índios”, em seu primeiro artigo tem-se o seguinte dispositivo: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). A segunda carta que analisamos foi enviada por Evangelista Pereira¹¹⁵: “A minha sugestão é: Que a Constituinte seja uma Constituinte livre e soberana, em que todas as classes sociais tenham o direito de participar, em que o povo participe, e diga o que quer, e o que espera de uma Constituinte” (PEREIRA, 1986). O desejo da missivista de que a Constituinte fosse produzida com a participação dos brasileiros ocorreu dentro de alguns limites, tratou-se de uma influência efetivada mais por mecanismos indiretos do que diretos de participação, mas, que ainda assim, configurou-se como participação popular, ocorreu tanto pelo esforço da população em organizar-se para influenciar e fiscalizar as atividades constituintes como pelos canais criados por parte do governo. O missivista Jonas Antunes Ribeiro¹¹⁶ enviou a seguinte sugestão:

Na minha pouca convivência com a política tenho quase certeza (*sic*) de que o Brasil está vivendo um péssimo período político, e espero que esta nova constituinte encontre a solução ideal, para que volte tudo ao normal o que está acontecendo no quadro político brasileiro, no meu ímpeto ponto de vista, sinto (com a sensibilidade do meu corpo), que o morador rural necessita (*sic*) de um contato mais íntimo, aconchegante, pois os quais são os esquecidos por seus representantes. E uma outra que necessita de uma fiscalização ágil é a administração pública, ondes certos municípios (*sic*) existe o desgosto da população por não ter a imagem de tv (RIBEIRO, 1986).

O missivista afirmou possuir pouca convivência com a política, narrativa baseada no pressuposto de que o campo se constituía como um domínio pertencente aos representantes políticos ou aos intelectuais que pudessem explicar teoricamente as suas opiniões, mas justificou o seu pedido por melhorias ao dizer que sentia corporalmente os impactos dos

¹¹⁵ Evangelista Pereira enviou sua carta-formulário no dia 21 de fevereiro de 1986 do município de São Gonçalo do Piauí, morava na zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou receber até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

¹¹⁶ Jonas Antunes Ribeiro enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

problemas do país. Morador da zona rural, Jonas Antunes também informou que a população do local não tinha acesso a imagens de TV, pois não existia sinal na região, nesse sentido, por mais que não conseguisse formular teoricamente sua opinião, a consideração de Jonas acerca da política ocorreu com base no seu *espaço de experiência*, constituído na condição de morador rural de um município do interior do Piauí. O próximo missivista, Luiz Paulo Oliveira Lopes¹¹⁷ enviou:

Uma Constituinte que não viesse a se preocupar com a identidade cultural do seu povo perderia, obviamente, sua essência. Este país perde, constantemente, seus valores culturais, suas tradições, costumes, folclores, monumentos do passado. Urge que dentro da nova Constituinte exista um espaço para preservar tudo aqui que é a nossa memória e a nossa identidade, partindo-se da afirmação de que "povo sem memória e povo sem história" Que este país receba, através da Constituinte, um mecanismo seguro que proteja o nosso passado, nossas raízes. Aqui no Piauí, por exemplo, nossa tradição cultural está sendo pulverizada, nossos monumentos históricos se transformando em ruínas e a nossa identidade é transformada com o advento de outros conceitos ou outros valores. Se isso não for feito, pobre Constituinte (LOPES, 1986).

O missivista informou que possuía ensino superior completo, a narrativa apresentada nos deu indícios de que sua formação acadêmica podia ser na área de História ou Arquitetura, visto que, desenvolveu sua sugestão a partir de temas que são estudadas nas duas áreas, a preservação do patrimônio e das tradições culturais. Ao considerar que a Constituinte não poderia deixar de abordar aspectos da memória e da identidade brasileiras, Luiz Paulo indicou em sua sugestão que a criação de um novo *horizonte de expectativas* não poderia ser dissociada do *espaço de experiência* dos povos que através de suas vivências formaram as tradições culturais do Brasil. Foi desta sugestão que retiramos a frase utilizada no título da dissertação "Se isso não for feito, pobre Constituinte", ou seja, as sugestões foram construídas com base nas prioridades políticas, sociais, culturais e econômicas de cada missivista e caso fossem preteridas, a ausência de algo considerado essencial empobreceria o impacto do texto constitucional na sociedade. A frase também foi proferida porque o missivista não desconsiderou que suas sugestões pudessem ficar à parte dos debates constituintes, de acordo com Koselleck (2006): "Sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro histórico nunca é o resultado puro e simples do passado histórico" (KOSELLECK, 2006, p. 312). A próxima mensagem que analisamos foi enviada por Raimundo Ademar Sérvio¹¹⁸:

¹¹⁷ Luiz Paulo Oliveira Lopes enviou sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Floriano, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o superior completo, divorciado, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e não escolheu destinatário.

¹¹⁸ A referência do autor foi feita na nota de rodapé nº48.

Quanto ao futuro da nova Constituinte na minha opinião quero apenas pedir aos senhores que nos representam que baseados naquilo que mais nos interessa é assegurar os nossos direitos principalmente daqueles assalariados. Espero, portanto, melhoria salarial, uma boa formação social de todos nós brasileiros. Senhor Deputado, confiado no bom espírito de humanidade dos nossos representantes, eu e todos desejamos que a nova Constituinte nos traga aquilo que a muito esperamos. Saúde, Educação, Transportes, etc. (SÉRVIO,1986).

A mensagem de Raimundo possui um caráter mais geral, trata dos direitos de maneira ampla, reiteramos que a busca por influenciar a Constituição partiu, dentre outros motivos, da ideia de que a incorporação de direitos ao texto constitucional não seria apenas uma forma de os assegurar legalmente, mas abria precedentes para que estes fossem cobrados à posteriori. Das 155 cartas-formulários enviadas por piauienses depositadas no SAIC, vinte citavam a categoria direitos de maneira direta. Existiram cartas-formulário em que os missivistas adotaram postura de desconfiança diante da atuação dos representantes políticos brasileiros, foi o caso da missivista Rosa Lima de Rezende Cruz, que afirmou: “Tornei-me apolítica desde 84”¹¹⁹ (CRUZ,1986), também houveram aqueles que partilharam da percepção de Raimundo Adelmar, afirmaram confiar no bom senso dos representantes políticos. O missivista reiterou que ansiava pela garantia de direitos sociais, entre eles, saúde, educação e transportes, analisamos sua sugestão à luz das considerações de Vavy Pacheco Borges:

[...] racionalidade de uma época e de um espaço determinados na problemática própria do objeto em questão - seja este um país, uma cidade, uma instituição; vai procurar retomar os "comos" e os "porquês" das tentativas de respostas dos homens a seus próprios problemas, em diversos espaços e tempos; vai retomar sua cultura política própria, os conceitos que centraram seus debates; vai retomar, enfim, todas as suas idéias e atitudes políticas, isto é, aquelas que surgem ao tentarem os homens influenciar decisões sobre seu destino, em qualquer tipo de situação (BORGES, 1991, p. 154).

O estudo da História Política na atualidade atravessa diversos campos da vida em sociedade porque pode ser aplicada a diferentes problemáticas e objetos, assim como os apresentados por Raimundo Adelmar em sua mensagem, a cidade, as instituições, um grupo ou um país, desde que se busque nesse objeto a racionalidade de determinado espaço e época, como e porque os homens tentavam responder seus problemas e atitudes (BORGES, 1991). Este é um ponto em comum entre todas as mensagens analisadas, o conteúdo das cartas-formulário foram respostas de homens e mulheres comuns, ou seja, que não possuíam, necessariamente, vínculos com a política institucional, mas buscaram resoluções para

¹¹⁹ Rosa Lima de Rezende Cruz enviou sua carta-formulário em 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteira, tinha entre 20 e 24 anos, recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido. O acontecimento que fez com que a missivista se mostrasse desapontada com a política foi de ordem pessoal, no qual foi aprovada em um concurso, porém não foi nomeada. Rosa Lima acusou um deputado estadual do Piauí pelo ocorrido, por isto, se tornou apolítica.

problemas que foram parte da crise dos anos 1980 no Brasil. Os piauienses também enviaram cartas-formulário em que explicaram o que compreendiam do contexto político do país, foi o caso da sugestão escrita por José Cleuton Batista de Sá¹²⁰:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, bem como do conhecimento de todos os brasileiros, que a constituição é um conjunto de leis que depois de votada, aprovada e sancionada pelo Excelentíssimo Presidente da República, é quem define e protege todos os direitos nela reservada a cada Cidadão brasileiro. No entanto, Senhor Deputado o que tenho observado é que as leis existem, mas não são aplicadas quando necessário [...] (SÁ, 1986).

Através do exposto, José Cleuton buscou respaldar e conferir credibilidade às suas sugestões ao demonstrar que conhecia os trâmites necessários para construção da Constituição e o que ela representava, assim, chamou atenção dos Constituintes e buscou destacar suas sugestões em meio as de outros remetentes, nesse sentido, buscaram qualificar a narrativa apresentada ao buscarem demonstrar que eram pessoas informadas politicamente. No mesmo sentido, Silveira da Costa Pereira de Oliveira¹²¹, antes de apresentar os seus anseios, explicou o que compreendia por Constituinte:

É com satisfação que aproveito esta oportunidade para dizer o que entendo por Constituinte. São aqueles que constituem que fazem parte de um organismo, de um todo que tem poder de construir, afirmar, de estabelecer, organizar e democratizar. O poder Constituinte reside no povo. Não há Constituinte relativa, assim como não existe democracia relativa, a Nação exige transformação mais profunda e que os novos Constituinte apliquem a democracia que o Dr. Tancredo muito desejava, dando assim os direitos de cada um, defendendo os deveres, garantindo nossa segurança (OLIVEIRA, 1986).

A missivista disse estar satisfeita com a possibilidade de direcionar sua opinião à ANC e fez associações entre a Constituinte, o povo, a democracia e a nação, assim, descentralizou a força política das lideranças para a participação popular, o que justificava seu contentamento em escrever aos Constituintes, contudo, nos chamou atenção o fato da remetente relacionar sua noção de democracia com a atuação de um político, ao solicitar que os representantes aplicassem “a democracia que o Dr. Tancredo muito desejava”. A autora, além de problematizar a democracia, a relacionou à Tancredo Neves, primeiro civil indicado ao cargo de Presidente da República pelo Colégio Eleitoral desde 1964, o fato também se relaciona à

¹²⁰ José Cleuton Batista de Sá enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Fronteiras, morador da zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia até 01 salário mínimos e Jônathas Nunes foi o destinatário escolhido.

¹²¹ Silveira da Costa Pereira de Oliveira enviou sua carta-formulário em 30 de fevereiro de 1986, do município de São Francisco do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, tinha entre 40 e 49 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

repercussão do movimento *Diretas Já*,¹²² na qual Tancredo buscou ser expoente. A concepção positiva agregada à figura de Tancredo e sua possível gestão foi compartilhada em outras sugestões, Augusto Pereira dos Santos¹²³ remeteu sua carta-formulário em 21 de fevereiro de 1986, do município de Flores do Piauí:

Tanto que, Tancredo falou que ia olhar para os pobres, o Sarney prometeu, mais foi enganando e está tudo negativo. Até que no início agradou. Exmo Sr. Senador, eu desejo muito que a nova constituinte faça o que Tancredo deixou planejado. Sim, nada de bom apareceu (SANTOS, 1986).

O missivista afirmou que havia se decepcionado com o governo de Sarney e o comparou com os discursos feitos por Tancredo Neves, nesse sentido, as expectativas criadas por Augusto Pereira em torno do novo governo foram frustradas, de acordo com Koselleck:

Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 312).

A criação de um prognóstico configura-se como uma dualidade, resolvida apenas quando o futuro se torna presente, ou seja, assim como basear as expectativas somente na experiência não preenchem a realidade futura, expectativas que não se baseiam no passado também não terão aplicabilidade. A atuação política de Tancredo Neves na legenda do PMDB¹²⁴ durante a década de 1980 se tornou o tônico da esperança de grande parte da população brasileira, que por questões políticas e econômicas começou a reconhecer os desgastes e a ausência de um *horizonte de expectativa* positivo advindo do projeto militar. Alguns missivistas utilizaram as cartas-formulário para explicarem o que entendiam a respeito do momento político, José Vieira dos Santos considerou:

A Constituinte, na minha opinião, é um acontecimento importante na vida nacional e para os direitos dos cidadãos, desde que seja mantida corretamente nos seus devidos estatutos como se espera, que sejam assegurados por toda a cúpula nacional, na pessoa do senhor Presidente e todo o Congresso Nacional (SANTOS, 1986).

¹²² Entre os anos 1983 e 1984, ocorreu intensa mobilização popular pelo retorno das eleições diretas para presidente da república, que ficou conhecida como *Diretas Já*. As manifestações pressionaram o Congresso Nacional a aprovar a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que estabelecia a volta de eleições diretas, mas a emenda foi derrotada no dia 25 de abril de 1984. Parte dos membros Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB, no qual tinha entre seus líderes Tancredo Neves e Ulysses Guimarães ganharam notoriedade pública ao participarem de comícios das *Diretas-Já*.

¹²³ Os dados do missivista já foram apresentados na nota de rodapé nº38, como afirmamos, existem cartas-formulário que enquadrados em mais de uma categoria por seus autores abordarem diversos temas.

¹²⁴ Tancredo concorreu à presidência, com o vice José Sarney, pela Aliança Democrática, que reuniu dissidentes do PDS, partido governista e membros PMDB no colégio eleitoral de 15 de janeiro de 1985, destinado à eleição indireta do sucessor de João Batista Figueiredo. A Aliança Democrática venceu o Colégio Eleitoral de 1985, entretanto em decorrência da grave doença e morte que acometeu Tancredo, no dia 15 de março de 1985, Sarney assumiu a presidência de forma interina.

As mensagens foram enviadas em tom de apoio aos trabalhos constitucionais e ao mesmo tempo mostravam que os brasileiros estavam atentos e interessados em acompanhar as pautas discutidas nas comissões de estudos da ANC, além disso, o missivista também considerou que a efetivação do trabalho constituinte dependeria da sua adequação aos propósitos constitucionais e que a responsabilidade em assegurar esta ordem era do presidente e do Congresso Nacional. José da Paz Araújo¹²⁵ também buscou demonstrar o seu interesse no tema ao explicar o que considerava ser a Constituinte:

Eu penso que a constituinte são muitas leis, são as principais de um país. Essas leis é para que sejam tomadas as principais providências do país para que tenham mais ordem. Eu espero da constituinte que vem aí que seja uma constituinte de leis muito elaboradas para que acabe a violência (*sic*) neste país. Eu desejo que esta constituinte seja uma constituinte de muita participação do povo para dar suas opiniões e que essas opiniões sejam bem aproveitadas (ARAÚJO, 1986).

A projeção criada a partir da elaboração das principais leis que regulamentam o país foi tão intensa que alguns missivistas não distinguiam as garantias constitucionais da sua aplicabilidade prática. Esta dinâmica ocorreu porque as expectativas criadas com a instauração de uma nova Constituição não se restringiram às experiências anteriores, afinal, a criação das Constituições durante a ditadura militar foram feitas de maneira unilateral e autoritária (KOSELLECK, 2006). Em suma, na maior parte das mensagens da categoria de Constituinte ideal os missivistas desejaram uma nova Constituição que abrisse um *horizonte de expectativas* e viabilizasse a resolução de problemas sociais, econômicos e políticos, a mensagem de Abiné José Ferreira¹²⁶ foi construída nesse sentido:

Saúde, Paz e Prosperidade. Tudo o que nós esperamos da Nova Constituição é um melhoramento básico, que venha a beneficiar a nação brasileira, corrigir tantas, irregularidades que até então, reina no nosso sofrido Nordeste. Ainda falta muito para a democracia estender suas asas, em todos os recantos deste imenso país (FERREIRA, 1986).

Abiné Ferreira além de desejar que o Nordeste, adjetivado como sofrido, recebesse mais atenção das políticas públicas que seriam implementadas a partir da Constituinte, relacionou a construção do texto Constitucional com o regime democrático, por conseguinte, considerou que a nova Constituição fazia parte do processo de redemocratização do país, que de maneira positiva voltava a “estender suas asas”, ou seja, era reestabelecido após 21 anos de ditadura

¹²⁵ José da Paz Araújo enviou sua carta-formulário em 15 de julho de 1986, do município de São João do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteiro, tinha entre 15 e 19 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Ciro Nogueira foi o destinatário escolhido.

¹²⁶ Abiné José Ferreira enviou sua carta-formulário em 24 de fevereiro de 1986, do município de Monte Alegre do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido.

militar. Francisco de Assis Leite¹²⁷ ressaltou a pertinência da Constituição para a construção de um projeto político que serviria orientaria as decisões a serem tomadas pelo Estado brasileiro a partir de sua promulgação: “Uma nação sem a sua Constituinte é uma embarcação no insondável oceano sem sua necessária direção [...]” (LEITE, 1986). Na mensagem da missivista Ivaneide Viana Cardoso¹²⁸ também percebemos que a construção da nova Constituição foi significada a partir da esperança de que os problemas sociais do país fossem resolvidos.

Em primeiro lugar o que eu espero da Constituinte: [...] E também par que possamos viver em paz, com fé, sem violência, que hoje em dia é só que vemos em nosso país. Tanta violência que nós vivemos coagidos. É isso que nós esperamos da nova Constituinte. Nós brasileiros esperamos é que o nosso país mude e ajude nós, brasileiros necessitados, e que possamos viver em paz, com fé, fraternidade (CARDOSO, 1986).

Nesse sentido, parte dos missivistas criaram grandes expectativas para com a resolutividade da crise econômica e política, uma chance para a mudança que a missivista adjetivou em sua mensagem como o estabelecimento de uma vida de paz e fraternidade. Por outro lado, existiram missivistas que utilizaram o espaço das cartas-formulário para afirmarem que as esperanças não eram tão grandes, pelo contrário, elas não existiam, José Wilson da Silva¹²⁹ fez as seguintes considerações:

Essa é a minha opinião: eu acho que a Constituinte não vai resolver o problema do nosso país, porque na situação em que nosso país se encontra, não há remédio que cure nossos males. O que mais precisamos, em nosso país, à de homens competentes e sincero, para que o nosso Brasil não chegue ao desespero. Por outro lado, quando os nossos parlamentares se encontram com o poder na mão esquecem que se comprometeram com a nação. Então não há partido político não há Constituinte que venha acabar, de uma vez toda, com o nosso problema: porque os nossos parlamentares, quando em suas campanhas política oferecem mil maravilhas para a nação, saem correndo atrás de cada brasileiro, por mais obre que for, e, depois que chegam, cada um em seus gabinetes, esquecem de que fomos nós, que o levamos até ali, e em vez de irem trabalhar para cumprir o que prometeram, não, vão à luta é por sua condição financeira. E é por isso que não mais acreditamos em mudança. Todos são iguais quando estão querendo alcançar suas vitórias; então, porque agem de tal maneira? Todos deveriam lutar e estar, lado a lado, com o povo, mas não, eles querem só que o povo esteja com eles, e esquecem que sempre vem outra campanha política, e, que mais uma vez vão precisar do povo.

¹²⁷ Francisco de Assis Leite enviou sua carta-formulário em 11 de abril de 1986, do município de Valença do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, casado, tinha acima de 59 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e não escolheu destinatário.

¹²⁸ Ivaneide Viana Cardoso enviou sua carta-formulário em 01 de agosto de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, tinha acima de entre 15 e 19 anos, informou que recebia mais de 05 a 10 salários mínimos e Cid Saboia Carvalho, senador Constituinte do Ceará filiado ao PMDB, foi o destinatário escolhido.

¹²⁹ Jose Wilson da Silva enviou sua carta-formulário em 30 de fevereiro de 1986, do município de Ipiranga do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 25 e 29 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e Helvídio Nunes foi o destinatário escolhido.

O missivista não acreditava que a Constituição resolveria a crise brasileira, uma vez que, os próprios constituintes, aqueles que construiriam o texto constitucional, representavam um dos males do país, de acordo com as experiências de José Wilson, os representantes agiam de acordo com interesses particulares e partidários, segundo Koselleck (2006): "Mesmo que este resultado seja formulado como uma proposição irrefutável da experiência, dele não podem ser deduzidas expectativas rigorosas" (KOSELLECK, 2006, p. 312). Nesse sentido, consideramos que a narrativa do missivista, baseada em experiências negativas influenciou a ausência de expectativas vigorosas para com a construção da Constituinte, em que as permanências das práticas de corrupção eram mais reais do que as possibilidades de mudança. José Wilson da Silva considerou importante participar do projeto Diga-Gente- Projeto Constituição para manifestar a sua indignação com o sistema político do país, além da oportunidade de ter como interlocutor um representante político, ou seja, direcionou as críticas para aqueles que considerava ser o maior problema do país.

A carta-formulário a seguir não possui identificação do autor¹³⁰: “Que o trabalhador pudesse participar da Constituinte. Que as forças militares sejam (*sic*) desligadas (*sic*) da política. Última sugestão. Um grupo de pessoas que não sofrem jamais poderão saber o que os pobres precisam” (SEM AUTOR, 1986). O missivista além de solicitar que os trabalhadores pudessem participar da constituinte, embora não tenha especificado qual forma de participação considerava a mais pertinente, direta ou indireta, considerou que pessoas sem um *espaço de experiência* formado a partir da vivência de camadas menos abastardas, onde incluiu também os representantes políticos que formulariam a Constituição, não sabiam as necessidades da população, ou seja, a sociedade civil deveria se manifestar acerca do que deveria ser incorporado à Constituinte, pois o respaldo para a discussão política não estava na formação escolar ou no debate teórico, mas um domínio das populações menos favorecidas economicamente. Além disso, solicitou que os militares fossem afastados da política, desta maneira, afirmou que a ditadura, representava o oposto do que estava sendo construído a partir da criação da nova Carta Constitucional, este pedido foi o motivo de não ter preenchido seu nome no formulário, o missivista indeterminou a autoria da carta como forma de autopreservação.

¹³⁰ A carta-formulário foi enviada em 30 de fevereiro de 1986, do município de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, tinha entre 30 e 39 anos, informou que recebia mais de 01 a 02 salários mínimos e João Lobo foi o destinatário escolhido.

Os missivistas também relacionaram os aspectos religiosos à nova ordem constitucional que seria instaurada, principalmente no que se refere a liberdade de realizar cultos religiosos, este foi o pedido realizado por Jonas Tomaz dos Santos¹³¹:

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido. Da nova constituição brasileira eu prezo que vai melhorar o nosso país em todos os setores. Espero que a influência religiosa não afete os direitos que todos nós brasileiros temos, e religiosamente sermos libertos e propagar a nossa crença em alto e bom som [...] (SANTOS, 1986).

Religião e política no Brasil são temas que constantemente foram tratados de maneira conjunta, apesar do país de ter sido laicizado com a instauração da república no ano de 1890, a ligação foi reverberada pelos missivistas em seus discursos, preocupados, principalmente, com de que a nova ordem constitucional proibisse a liberdade dos cultos religiosos. O mesmo pedido foi feito pelos dois próximos missivistas, entre eles, Francisco de Sousa Santos¹³²:

Como Ministro Evangélico, sou a favor de uma Nova Constituição como a lei máxima da Pátria. Espero que os Evangélicos, como parte da sociedade Brasileiro nesta Nova Constituição, sejam assegurados os direitos de liberdade de debater, de consciência, de expressão, de culto, de propagação do Evangelho e acesso às solenidades públicas, como têm os demais ministros religiosos (SANTOS, 1986).

Além dos fiéis das religiões, os chefes das congregações também reivindicaram o direito de proferir as suas crenças, entre eles, o ministro evangélico Francisco de Sousa Santos. Os pedidos dos missivistas foram atendidos na Constituição, no capítulo “Dos direitos e garantias fundamentais”, Artigo 5º, inciso VI, têm-se a garantia de liberdade de crença, por conseguinte, de religiosidade: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 1988).

Apesar de termos estabelecido um recorte temporal restrito aos anos em que o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* esteve em funcionamento, tratamos de um tema que pertence ao campo da História do Tempo Presente brasileira. Acerca da relação do tema, Jean- Pierre Rioux (1999) fez as seguintes considerações:

(...) a história do presente ao mesmo tempo como término de uma periodização e fina película cronológica que deseja apenas espessar-se, mas também como um momento particularmente favorável à observação da ação do tempo passado sobre o presente e,

¹³¹ Jonas Tomaz dos Santos enviou sua carta-formulário em 01 de março de 1986, do município de Corrente, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, não informou estado civil, tinha entre 20 e 24 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

¹³² Francisco de Sousa Santos enviou sua carta-formulário em 02 de março de 1986, do município de Santa Cruz do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, casado, tinha entre 30 e 39 anos, informou que recebia até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

enfim, como uma permuta tangível entre memória e acontecimento (RIOUX, 1999, p. 40).

A construção da nova Constituição e os efeitos causados a partir de sua criação permanecem como ação do passado sobre o presente, não só através da interpretação dos seus dispositivos constitucionais, mas também por meio dos espaços de experiências que os brasileiros recriaram com a sua promulgação e continuam analisando a partir das necessidades que são constantemente atualizadas. Cícero Araújo (2013) aponta que de maneira institucional, a redação definitiva se estendeu até os anos 1990: "Além disso, a questão da forma definitiva da Constituição permaneceu aberta ainda durante a década de 1990, por conta do processo de revisão, previsto nas disposições transitórias do texto aprovado em 1988" (ARAÚJO, 2013, p. 330).

Algumas considerações realizadas ao longo do texto são valiosas para efeito de análise da problemática aqui discutida. As propostas que fundamentaram a conservação dos documentos analisados e a sua preservação em plataformas digitais podem ser entendidas como um enquadramento de memória. A construção de um acervo nacional sobre a Constituinte teve como metas conferir legitimidade à instauração do regime democrático no país e à sua preservação no futuro, a criação do banco de dados SAIC a partir da realização do projeto *Diga Gente - Projeto Constituição* também foi parte deste conjunto.

Consideramos que a participação dos piauienses por meio de cartas enviadas à Assembleia Nacional Constituinte contribuiu para emergência de uma cultura política característica da década de 1980, na qual homens e mulheres considerados comuns fizeram à seu modo intervenções políticas a partir de *espaços de experiências* transformados em abordagens diversificadas e múltiplas.

No que se refere à quantidade de cartas-formulário depositadas no SAIC e as análises referentes aos anos de envio, diagnosticamos que das 155 sugestões datam do ano de 1986, portanto, o ano de 1987 não está presente no acervo, a execução do projeto foi permeada por variáveis, inclusive de acordo com estados e regiões, uma vez que, a presença de uma melhor estrutura da ECT e a localização geopolítica implicou em um maior fluxo de cartas que chegaram mais rápido a Brasília. Também houve maior participação de moradores das zonas urbanas dos municípios em detrimento das partes rurais, possibilitada pelo acesso às agências onde os formulários foram entregues e recolhidos e ao fato de apresentarem-se como o núcleo político das regiões. No que se refere aos indicadores de formação escolar dos missivistas, os níveis de escolaridade foram variados, assim como demais aspectos socioeconômicos ligados a emprego, região e salário. Isto remonta à uma das principais características da participação

popular nos anos 1980, a pluralidade de grupos e pessoas que visaram influenciar e opinar acerca da Constituinte.

As mensagens das cartas analisadas nem sempre contiveram sugestões acerca de assuntos estritamente ligados à matéria constitucional, como por exemplo, a organização do estado. A partir do lançamento da campanha de recolhimento das sugestões no país ocorreram várias abordagens, interpretações e desdobramentos do projeto *Diga-Gente – Projeto Constituição* dado pelo uso que a população fez dele. O fato de os remetentes terem abordado em suas cartas-formulário temas específicos ou até distintos do que, de maneira geral, é discutido em uma Constituinte não se configurou como incapacidade dos seus escritores em formular sugestões para as discussões nas comissões e subcomissões, estas temáticas foram trabalhadas porque a dinâmica proposta representou uma oportunidade de os missivistas se relacionarem com seus representantes políticos, visto que, em tese, eles deveriam ler as sugestões. As expectativas acerca da configuração política do país foram múltiplas, os anseios não foram direcionados somente ao futuro, mas também ao presente atravessado por problemas causados pela crise política e econômica.

Os anos 1986 e 1987 ficaram marcados pela participação popular na Constituinte, entretanto, também se trata de um período de transição política, o declínio da ditadura militar que durou formalmente 21 anos. Nas cartas analisadas, a ideia de ser cidadão é apresentada pelos missivistas de maneira fragmentada, alguns deles mostraram-se receiosos em expressarem por meio da escrita suas opiniões políticas. As cartas analisadas demonstram a pluralidade das expectativas dos piauienses em relação à criação de uma nova Constituição, o que lhes gerou um anseio comum, o de conquistar, por meio da participação popular, direitos políticos, civis e sociais dos quais consideravam ser função do Estado regular e oferecer.

CAPÍTULO III

/SUGESTÕES NÃO PERTINENTES, MAS PERTENCENTES AO DEBATE PÚBLICO

No processo de criação do banco de dados SAIC, as cartas-formulário foram organizadas por meio de duas categorias, indexação e catálogo. Apresentaremos alguns exemplos dos termos empregados para caracterizar as sugestões recebidas, em indexação tem-se: “Câmara Municipal; desapropriação; direito de propriedade; poder legislativo; inflação; salário mínimo; salário profissional; estrutura social, serviço básico de saúde”; em catálogo encontramos: “Organização trabalhista; política educacional; estrutura do estado; política industrial”, entre outros. Nos chamou atenção, dentre as demais caracterizações, as “sugestões não pertinentes”. Investigamos neste capítulo o conjunto de cartas-formulários que foram catalogadas com esta adjetivação. Identificamos que dentre as 155 sugestões enviadas por piauienses disponíveis no banco de dados 15 foram classificadas como “não pertinentes”. Primeiramente, buscamos o significado de “impertinente”, algo inadequado, que não tem referência ou relação com o que foi colocado em questão, desproporcional, sem pertinência¹³³. Nesse sentido, parte das cartas-formulário recebidas foram consideradas impertinentes para as discussões que ocorreriam na Assembleia Nacional Constituinte. De quais assuntos os missivistas das “sugestões não pertinentes” trataram e porquê foram catalogadas desta maneira? Por meio de quais dispositivos podemos analisar a participação dos missivistas piauienses que tiveram suas cartas-formulário consideradas impertinentes? Estas são perguntas que buscamos responder com auxílio da categoria de ressentimento e o seu local nas manifestações expressas através da prática da escrita, como mecanismo que desencadeou uma ação política influenciada pela insatisfação, o aborrecimento com instituições, grupos e indivíduos. Sobre o que essas pessoas escreveram, o que elas reivindicaram? No título do capítulo, descrevemos que as sugestões, apesar de classificadas como não pertinentes, pertenceram ao debate público porque os pedidos de ajuda financeira e as denúncias realizadas pelos missivistas através das cartas-formulário foram temas que fizeram parte não só do debate político como também do cotidiano desses missivistas que viveram um contexto de crise econômica e política.

3.1 RESENTIMENTOS, ESCRITA DE SI E AÇÃO POLÍTICA

¹³³ Pesquisa realizada no Dicionário Online de Português (DICIO). Acesso em 10 de dez. 2021 às 22:00 horas. Link: <https://www.dicio.com.br/papuda/>

Debates acerca da pertinência de sugestões da população para a Assembleia Nacional Constituinte ocorreram ainda durante a etapa de formulação do projeto *Diga-Gente- Projeto Constituição*, segundo Stéphane Monclaire (1991), a iniciativa não foi de comum acordo entre todos os membros do PRODASEN, para exemplificar a pluralidade de posicionamentos, o autor citou uma entrevista concedida em 1989 por Sergio Otero, que foi diretor-executivo do órgão no período da Constituinte. Otero afirmou que não era contra a participação popular, mas considerou o Projeto impertinente, tanto pela falta de conhecimento da população acerca do constitucionalismo quanto pelos valores investidos para a sua execução: "O que conhece o povo do direito constitucional? Quase nada, infelizmente [...], mas eu sou contra um projeto milionário que daria a palavra a um povo quase ignorante sobre um assunto sobre o qual ele deveria se exprimir" (MONCLAIRE, 1991, p. 46). Se observadas do ponto de vista legislativo, para a criação de leis que fundamentariam a Constituição jurisprudencialmente, as sugestões impertinentes estavam, de fato, deslocadas dos debates que poderiam se tornar garantias constitucionais, uma vez que, a maior parte das cartas-formulário declaradas como "não-pertinentes" foram pedidos de ordem pessoal ou compartilhada acerca de problemas estritos que tiveram por base o cotidiano dos autores. Quais os motivos que fundamentaram o envio de mensagens que não versaram acerca da matéria constitucional por falta de instrução ou por escolha dos missivistas? Para responder à questão é imprescindível recorrer ao contexto político, econômico, social e cultural do país.

Na Constituição aprovada foram incorporadas garantias no campo dos direitos que os missivistas impertinentes não abordaram do ponto de vista organizacional ou regulamentar, mas sim por meio de relatos construídos a partir de um *espaço de experiência* em que a ausência dos mesmos direitos fez parte do cotidiano dos autores. Conjunto de documentos que se tornam únicos não apenas pelo material que comportam como também pela forma com que foram organizados. Acerca da construção de acervos históricos, Versiani (2016) considera:

Nessa perspectiva, os responsáveis pela organização dos acervos são reconhecidos como sujeitos que atuam sobre eles e interferem em sua função social, tanto quanto os autores dos documentos e os pesquisadores que deles retiram a sua matéria intelectual (VERSIANI, 2016, p. 133).

A categoria de cartas "não pertinentes" representou, entre outros aspectos, a hierarquização das mensagens enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, parte da dinâmica de produção de acervos realizada pelos membros do PRODASEN a partir da filtragem daquilo que deveria ser guardado, poderia ser lido e do que era facultativo ou dispensável às análises dos representantes políticos e de seus assessores. No que se refere a esta organização, a

aplicação de critérios para a catalogação das cartas-formulário pode ser considerada contraditória, as sugestões não pertinentes foram assim caracterizadas por apresentarem mensagens que não possuíam conexão direta com a matéria constitucional, entretanto, outras mensagens que também não trataram dos temas foram catalogadas como “manifestação de apoio”, desde que, seu conteúdo fizesse referência a um representante ou partido político específico, nesse sentido, não foram preteridas apesar de não contribuírem do ponto de vista constitucional para os debates da ANC.

Apesar de os formulários terem parte do espaço destinado ao preenchimento de questões sociográficas (Quantos salários você ganha? Quantos anos têm?), não consideramos este aspecto a imposição de uma problemática nos termos propostos por Pierre Bourdieu (1987)¹³⁴, pois, apesar de restrito o espaço destinado à sugestão não continha perguntas, direcionamentos. Os missivistas não responderam apenas questões de múltipla escolha, mas emitiram opiniões a respeito do que deveria ser debatido na Assembleia Nacional Constituinte em espaço destinado à escrita dos autores. A maior influência exercida através de um elemento do aerograma acerca dos possíveis posicionamentos da população ocorreu através do texto convocatório intitulado “Faça, você também, a nova Constituição”, a narrativa ampliou o leque de temas que os brasileiros consideraram possíveis de abordarem em suas cartas-formulário, Monclaire (1991) considera que a narrativa gerou dois movimentos, incitou, mas também afastou a população do projeto:

[...] foi escrito por um jornalista, praticamente de uma só vez, sob as indicações de William Sérgio Mendonça Dupin e que deve ter obtido o aval do Senado [...] tanto ele sugere, tanto ele coloca o leitor numa situação valorizante, tanto ele induz uma tomada de consciência com efeitos múltiplos, tanto ele pode incitar certos brasileiros a "participar" e a escrever sugestões, tanto ele pode e inibir outros brasileiros (os menos instruídos, os que estimam ocupar uma posição excessivamente ilegítima na escala social para poder se dirigir aos senadores e emitir um parecer fundado) (MONCLAIRE, 1991, p. 54).

¹³⁴ Para criticar as pesquisas de opinião tradicionais e apontar sua ineficiência, Bourdieu (1987), organiza três postulados inerentes aos procedimentos utilizados pelos institutos de opinião. O primeiro postulado trata da suposição de que “[...] todo mundo pode ter uma opinião; ou [...] que a produção de uma opinião está ao alcance de todos” (BOURDIEU, p. 1987, 1972). Nessa perspectiva, a opinião pública seria formada apenas por aqueles que tivessem o domínio dos conceitos transmitidos por meio da educação formal. Podemos exemplificar a aplicação do primeiro postulado na seguinte situação, como alguém que não conhece o conceito formal de democracia poderia responder a uma pergunta que envolve este tema? Optamos por não trabalhar com esta interpretação, avaliamos o campo político de outra maneira, consideramos que as opiniões políticas também são compostas pelos relatos cotidianos proferidos, por meio da linguagem informal, por pessoas que não possuem capital intelectual. As críticas de Bourdieu (1987), foram construídas acerca de outros mecanismos de pesquisa, mais especificamente, das pesquisas de opiniões tradicionais. As fontes que utilizamos para compreender as opiniões públicas características da década de 1980, foram construídas a partir de outro modelo de pesquisa.

A valorização da participação e do contexto presente na narrativa foi realizada para criar potenciais missivistas, pessoas inclinadas a enviarem cartas-formulário à ANC, nesse sentido, os autores do próprio texto que compôs o formulário generalizaram a temática ao empregarem categorias específicas que tem como principal elemento a subjetividade de quem escreve: "Assim você estará democraticamente, manifestando cuja opinião, para que a Assembleia Nacional Constituinte saiba o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira" (PRODASEN, 1986). O emprego da ideia de desejo dilatou, invariavelmente, o leque de possibilidades temáticas que os brasileiros escolheram abordar. Os missivistas subverteram a ideia de que ocupar uma posição subalternizada, no que se refere a condições materiais e de formação escolar enfraqueceria suas narrativas e utilizaram-nas como justificativas para realizar pedidos e denúncias, visto que, a ausência de direitos sociais que influenciaram a formação de seus *espaços de experiência* foi compreendida como resultado da falta de intervenção estatal, responsabilizado por problemas de diversas competências.

Na corrente historiográfica em que nossa pesquisa está inserida, a História Política, a incorporação de novos objetos e temas foi considerada por Vavy Pacheco Borges como um rejuvenescimento do campo no texto, *História e Política: laços permanentes*:

Pierre Rosanvallon é quem vai mais longe na proposta metodológica, propondo que se pense uma "história conceitual do político": justifica que o político não é uma "instância" ou "domínio" entre outros da realidade, mas "é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva tem suas raízes e ao mesmo tempo reflete sobre si mesma (BORGES, 1992, p. 15).

Respaldamos nossa escolha de analisar um processo eminentemente político nas considerações teóricas que sustentam a dimensão política como um campo interdisciplinar. Articulamos a participação popular, suas representações por meio da construção de cartas-formulário e, neste capítulo, adotamos a categoria de ressentimento como chave para compreender as mensagens catalogadas como impertinentes. O ressentimento comporta uma série de estímulos, entre eles, insatisfação, aborrecimento com instituições, grupos e indivíduos que cria um espaço favorável à transformação destes sentimentos em ação política, no caso das cartas-formulário não pertinentes, os missivistas fizeram uso do projeto *Diga-Gente- Projeto Constituição* como mecanismo para reivindicar ou denunciar ações e omissões que constituíram seus *espaços de experiência* (KOSELLECK, 2006).

Pierre Ansart (2001) aborda no texto, *História e memória dos ressentimentos*, em que medida a existência de um governo autoritário ou democrático influencia a população de determinado local que esteja sob sua jurisdição na exteriorização dos ressentimentos, além de

estabelecer relações entre a ação política e a expressão dos rancores, ódios, desgostos e decepções. As considerações do autor nos auxiliaram na problematização das sugestões não pertinentes, uma vez que, o contexto de produção das mensagens foi realizado no período de transição política, a distensão da ditadura militar, instaurada em 1964 e a reconstitucionalização, atravessada por múltiplas influências, entre estas, a atuação dos partidos políticos, da sociedade civil e os aspectos econômicos.

Para além das mensagens classificadas como impertinentes, as outras cartas-formulários enviadas por brasileiros também foram resultado do contexto de transição política, afinal, como considera Ansart (2001), os ressentimentos existem em regimes ditatoriais, inclusive aqueles em que o governo é responsabilizado, porém, criam-se mecanismos para ocultá-los, na perspectiva do autor, os ressentimentos, em sua pluralidade, são secundarizados através de estratégias discursivas pelos ditadores em detrimento da criação de um ódio dominante contra uma classe, um grupo, um projeto político ou uma religião: "Estes regimes tiveram em comum integrar em sua ideologia um ódio dominante, um ressentimento de Estado, que possibilitava a ocultação dos ressentimentos interno contra os dominantes e governantes do regime estabelecido" (ANSART, 2001, p. 26). O estado autoritário cria um inimigo comum a ser combatido pelos diferentes estratos sociais, posta como uma questão mais urgente do que outras demandas que poderiam existir, assim, alegam atuar em defesa do interesse nacional e coletivos. Rodrigo Patto Sá Motta (2021) aborda as ondas de anticomunismo que ocorreram no Brasil a partir dos anos 1930, resultantes do trabalho do Estado e de parte do empresariado, a "ameaça vermelha" foi uma das narrativas empregadas para ampliar a oposição ao governo João Goulart e fundamentar a articulação do golpe civil-militar de 1964. Durante a ditadura militar a população não tinha liberdade de expressão para exprimir seus ressentimentos, que passaram a ganhar espaço concomitantemente à distensão política. Ansart (2021) considera que em regimes democráticos, modelo que passou a ser reconstruído no Brasil durante o período de produção das cartas-formulário, viabilizam a expressão dos ressentimentos e, para além disso, tornam-se moderadores dos ódios exprimidos para que as ações políticas não se radicalizassem, uma vez que, a legalização das oposições permite que múltiplas opiniões políticas convivam sob a égide da concepção de liberdade regulamentados institucionalmente:

O diálogo democrático teria como consequência permitir a expressão das hostilidades e, portanto, sua transformação em reivindicações racionalizadas e o seu abrandamento pela tomada de consciência das oposições de interesses. A eficácia da democracia permitiria romper os sentimentos de impotência arrancando os indivíduos de suas rumações rancorosas, fazendo deles seres responsáveis por si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa (ANSART, 2001, p. 23).

Em conformidade com a citação acima, a materialização dos ressentimentos só fora possível dentro de um ambiente democrático que foi construído no país durante a metade os anos de 1980, as hostilidades foram parte desse corpus, a partir do momento que foram expressas pelos indivíduos, abrandaram-se as possíveis radicalizações que poderiam materializar os discursos através de outros tipos de ações. As “ruminações rancorosas” também foram postas pelos missivistas em suas cartas-formulário e funcionaram como justificativa para os posicionamentos adotados nas mensagens.

3.2 SUGESTÕES NÃO PERTINENTES

Apresentaremos, a partir de então, as cartas-formulário não pertinentes, a primeira foi enviada por Rosa Lima de Rezende Cruz¹³⁵, mensagem que poderia ter sido indexada junto às cartas-formulário de “manifestação de apoio”, pois no início da mensagem, Rosa declarou seu apoio à Constituinte e ratificou a sua validade. A aplicação de diferentes critérios para a catalogação das mensagens foi uma contradição inerente ao processo e organização do SAIC, os responsáveis pela organização escolheram, em algum caso, a indexação por meio de critérios distintos, entretanto, devemos observar que a mensagem da missivista contém um elemento comum com outras mensagens que também foram consideradas impertinentes, o uso do espaço para fazer denúncias. Narrativas em que os missivistas racionalizaram seus ressentimentos a fim de reivindicarem aquilo que consideraram justo:

Exmo. Senador. Sobre a Constituinte, acho-a válida, e deposito toda a esperança para que através dela a gente tenha mais oportunidades. É bom votar, melhor ainda escolhermos candidatos que sejam realmente da nossa confiança e venham nos proporcionar dias melhores, mas ultimamente estes candidatos não passam realmente de "esperanças". Tornei-me apolítica desde 84, quando fui concursada e aprovada no estágio para exercer função de Visitadora Sanitária na Fundação SESP. Infelizmente, ao retornar do estágio não fui contratada e nem recebi sequer explicações sobre o porquê. Hoje, sei que foi um tal de DR. [...] que pediu a não solicitação do meu contrato. [...]. Espero, que nesse país ainda existam políticos justos e deposito confiança em V. Exa. para tomar conhecimento sobre um dos vários problemas do povo (CRUZ, 1986).

Rosa Lima relatou que todas as suas esperanças estavam depositadas na nova Constituição, consideração feita direta ou indiretamente pela maior parte dos missivistas piauienses, uma vez que, a Constituinte representou a abertura de um novo *horizonte de expectativas* (KOSELLECK, 2006). A autora também falou sobre a condição de poder eleger os representantes políticos, adjetivou o exercício do voto como “bom”, afirmação contraditória

¹³⁵ Rosa Lima de Rezende Cruz enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteira, tinha de 20 e 24 anos, afirmou receber até 01 salário mínimo e Alberto Silva foi o destinatário escolhido.

ao posicionamento de apolítica que afirmou possuir posteriormente. Ao tempo que informou ser apolítica, narrou se sentir satisfeita com a possibilidade de votar, esta abstração narrativa ocorreu porque a missivista ainda se sentia confusa com os acontecimentos recentes de sua vida pessoal. O ressentimento perceptível na narrativa da missivista foi produzido a partir da sua não admissão em uma vaga na qual afirmou ter sido aprovada, episódio que se constituiu enquanto um trauma no seu *espaço de experiência*, impactante de tal maneira que transformou sua ideia sobre o sistema político. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012), no texto, *As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado*, considera que a existência de traumas atrapalha a “inscrição” social e historicamente de determinado acontecimento. A não inscrição gera um esquecimento ou desencadeia olhares do presente para o passado em que as sociedades não conseguem identificar onde os problemas do presente emergiram, tampouco são capazes de resolvê-los. A expressão destas inquietudes através da escrita epistolar culminou, ao mesmo tempo, na inscrição de traumas subjetivados pelos autores, Rosa Lima usou o formulário para narrar que se tornou apolítica desde o ano de 1984 em decorrência de não ter conseguido uma nomeação, o infortúnio teria sido causado pela ação de um representante político. Ao fim da mensagem, outra contradição emerge no discurso da missivista, embora apolítica, direcionou sua mensagem ao governador Alberto Silva, que não foi representante Constituinte, mas o que nos interessa é perceber que o discurso e a memória criada em torno do primeiro governo de Alberto, entre 1971 e 1975, se desdobrou, inclusive, na secundarização da descrença política da missivista em detrimento do *horizonte de expectativas* criado em torno de um possível mandato (FONTINELES, 2017). A insatisfação com a perda do possível emprego pode ser observada na mensagem de Rosa Lima por meio da expressão “infelizmente”, utilizada para caracterizar o episódio, o teor de sentimento de injustiça perpassou a narrativa da missivista que acusou os representantes políticos de terem desviado suas funções e responsabilidades em detrimento de interesses particulares.

Destacamos que o ressentimento presente nas sugestões não pertinentes emerge em graus variados de acordo com as narrativas de cada missivista, pois, como afirma Pierre Ansart (2001): "É preciso, primeiramente, atentar à diversidade das formas de ressentimento e falar de ressentimentos no plural e não de um ressentimento que tomaria as dimensões de uma essência universal" (ANSART, 2001, p.19). A expressão dos ressentimentos por meio da escrita comporta, portanto, uma pluralidade de ressentimentos e não seguem um modelo específico, nem apresentam características universais. Os missivistas apresentam nas cartas-formulário estreita interlocução com o cotidiano, aspecto que reforça a variação dos ressentimentos que

identificamos nos textos, visto que, são dimensões experimentadas de maneira individual, apesar de encontramos semelhanças entre as diferentes experiências a partir de suas dimensões sociais ou coletivas. Pierre Ansart afirma: "... a experiência comum coloca-nos sobretudo em presença de intensidades variáveis e graduais" (ANSART, 2001, p. 19). Os missivistas que escolheram redigir sugestões sem estabelecer relação direta com a matéria Constitucional o fizeram, na maior parte dos casos, estrategicamente, tanto os que realizaram pedidos de ordem pessoal quanto os que realizaram denúncias, pois, mais do que inscrever ressentimentos, a possibilidade de estabelecer diálogo com um representante político, mesmo que sem garantia de resposta, representou para os missivistas impertinentes uma oportunidade de subverter a condição de subalternização em que viviam por meio de ajuda material, além disso, pedir ajuda por meio de uma carta à uma pessoa distante, um deputado ou senador, não exporia a condição financeira entre àqueles que conviviam no mesmo espaço que o autor, situação que poderia ser subjetivada como humilhante. No caso específico das cartas-formulário indexadas como impertinentes, nas quais os missivistas denunciaram sujeitos ou situações, o ressentimento foi inscrito como espera por reparação ou vingança. Analisar as sugestões impertinentes através dos ressentimentos políticos é compreender que nem todas as ações humanas são puramente racionalizadas ainda que ocorram dentro de uma dimensão institucional, Maria Stella Bresciani e Márcia Naxara consideram: "[...]. Como separar essas memórias de sentimentos negativos, humilhações, afetos ressentidos, rancores e desejos de vingança da parte sombria, inquietante e frequentemente terrífica da história?" (BRESCIANI; NAXARA, 2001. p. 09). Memórias recordadas e reorganizadas pelos missivistas no intuito de criarem narrativas que sensibilizassem seus interlocutores, sem a garantia de obterem respostas dos deputados e senadores Constituintes, a forma mais viável de convencê-los foi realizada por meio da construção discursiva em que os afetos ressentidos, os sentimentos de humilhação e injustiça serviram para reforçar os pedidos realizados.

A segunda carta-formulário analisada foi enviada por Maria Pinto de Aguiar¹³⁶, que iniciou a narrativa condicionando a pertinência da Constituinte à aplicação prática das garantias constitucionais, embora tenha afirmado que não acreditava nesta possibilidade. Maria Pinto justificou suas afirmações a partir de um *espaço de experiência* saturado por semelhanças que a missivista identificou com o passado, onde o ressentimento para com os representantes

¹³⁶ Maria Pinto de Aguiar enviou sua carta-formulário no dia 23 de fevereiro de 1986, do município de Novo Oriente do Piauí, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteira, possuía de 40 a 49 anos, afirmou que não possuía rendimento de até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

políticos foi subjetivado de maneira frustrante e impactou o *horizonte de expectativas* criado em torno da nova Constituição:

Eu acho que a Constituinte é muito importante se for realmente executada, entretanto acho muito difícil a execução da mesma chegar até nós, falo assim, porque já estamos cansados de votar e esperar por aquilo que se tem direito. Esses direitos só chegam (*sic*) para aqueles menos necessitados, por exemplo: uma pessoa pobre embora dotada de bons conhecimentos, se submete a concursos públicos, e jamais terão aprovação, enquanto os filhos dos ricos as vezes nem fazem concursos, e são chamados para bons empregos, isto ficando no lugar dos pobres que passaram. Eu pedi um emprego para uma pessoa minha, e o representante disse que não tinha, e de repente apareceu para quatro pessoas de uma mesma família dado por este representante que me negou, alegando que não tinha mais vaga. Outra coisa, os preços dos objetos todo dia sobem, principalmente alimentação, a gente (*sic*) vive passando muitas privações devido o custo de vida. E nosso salário só aumenta uma vez por ano, e assim mesmo parcelado (AGUIAR, 1986).

Assim como na mensagem de Rosa Lima, o fio condutor da mensagem de Maria Pinto esteve relacionado a questões empregatícias. A principal justificativa para o seu desapontamento com a política ocorreu quando pediu um emprego para uma pessoa próxima, provavelmente de sua família, mas não conseguiu, entretanto, pessoas de outra família conseguiram quatro vagas de trabalho ao falar com o mesmo representante. Antes de inscrever seu ressentimento, a missivista denunciou a dinâmica que ocorria nos concursos, afirmou que o processo acontecia, mas os aprovados eram preteridos em detrimento de escolhas pessoais dos administradores. A narrativa de Maria, que morava em um município do interior do Piauí, colocou práticas paternalistas e clientelistas no cerne das relações políticas forjadas entre os representantes políticos e a sociedade civil, a relação, que não foi uma prática nova no país, irrompeu nos estratos temporais como um vício no sistema político do país e se desdobrou na produção de ressentimentos entre aqueles que não conseguiram auferir benefícios destas relações. José Murilo de Carvalho (2002) aborda na obra, *Cidadania no Brasil: um longo caminho*, as relações entre paternalismo e clientelismo em diferentes períodos da História do Brasil, durante a Primeira República: “O paternalismo podia minorar sofrimentos individuais, mas não podia construir uma autêntica comunidade e muito menos uma cidadania ativa.” (CARVALHO, 2002, p. 51).

O autor também fez considerações acerca das relações entre sociedade e Estado durante o Estado Novo (1937- 1946): “O Estado Novo não queria saber de povo nas ruas. Era um regime mais próximo do salazarismo português, que misturava repressão com paternalismo, sem buscar interferir exageradamente na vida privada das pessoas” (CARVALHO, 2002, p. 109). Segundo as considerações do autor, a relação paternalista estabelecida entre Getúlio e parte da população foi percebida como resultado de preocupações do então Presidente com as demandas sociais da

população, Carvalho (2002) intitulou a cultura política baseada nesta dinâmica de *estadania*: "O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores" (CARVALHO, 2012). A relação paternalista ocorreu de diferentes maneiras ao longo da história brasileira, dotada de peculiaridades relativas aos períodos e contextos, a crise econômica dos anos 1980 acentuou a vulnerabilidade social das classes menos abastardas e favoreceu o fortalecimento da busca por soluções baseadas em favores políticos por parte da população.

A narrativa de Maria Pinto poderia ter sido enquadrada em outra categoria no banco de dados, uma vez que, ao fim da mensagem escreveu acerca do custo de vida e política salarial, porém, assim como a mensagem de Rosa Lima, que utilizou o espaço da carta-formulário para realizar denúncias, a carta-formulário foi indexada como impertinente. Na obra, *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, o historiador François Hartog caracteriza a relação da sociedade contemporânea com o tempo como *presentista*, um dos elementos que acentua a relação na qual o futuro se torna cada vez mais incerto é o desemprego, tema abordado pelas duas missivistas apresentadas anteriormente, frustradas porque não conseguiram vagas de emprego, vivências que foram subjetivadas através da construção de sentimentos negativos. Na perspectiva apontada por François Hartog:

[...] como os denominava Pierre Bourdieu, "o tempo parece se aniquilar", pois "o trabalho assalariado é o suporte, senão o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos no presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve". O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado (HARTOG, 2013, p. 148).

Em articulação com a afirmação acima, Rosa Lima e Maria Pinto demonstraram que após a perda das vagas de emprego ambas se sentiram cada vez mais presas ao presente, pois a necessidade básica suprida a partir do assalariamento se tornou uma incógnita no cotidiano das missivistas em que o futuro já estava submetido a incertezas decorrentes da crise econômica e política dos anos 1980. A culpabilização de pessoas específicas pelo resultado desfavorável foi parte da narrativa das duas primeiras cartas analisadas, Rosa Lima e Rezende Cruz acusaram indivíduos específicos, os quais decidimos ocultar os nomes por não considerarmos a exposição pertinente para a problematização das mensagens, assim como para preservar a imagem do acusado, na segunda carta.

A terceira carta-formulário indexada como impertinente que analisamos foi escrita por Teresinha Cirino Cronembergues¹³⁷, a mensagem, assim como as duas anteriores, poderia ter sido indexada em outra categoria, já que a autora também sugeriu que o período de mandato de representantes políticos fosse reduzida, entretanto, por ter realizado pedidos de ordem pessoal, além de ter acusado o prefeito da cidade em que habitava foi indexada como não pertinente:

A cidade não tem progresso. Um administrador ruim 6 anos é de mais. Gostaria que fosse menos, que está abusando o povo. Não tenho emprego, não tenho quem me ajude, só Deus, o prefeito não ajuda ninguém. Só a si próprio. A minha casa caiu uma parte das paredes no inverno pesado do ano passado, pedi uma ajuda, e ele não me deu. Este dinheiro eu soube que veio, mas só faz benefício pra ele, comprou uma boa casa na capital terrenos, fazendas etc (CIRINO, 1986).

A autora do texto reclamou sobre a atuação do administrador municipal da cidade em que habitava, afirmou que ninguém a ajudava, “só Deus”, a partir de então, Teresinha Cirino relatou um momento traumático de sua vida, o desabamento das paredes de sua residência que caiu durante o período de inverno, o acontecimento fez com que ela solicitasse ajuda ao então prefeito, porém, narrou que não obteve auxílio do gesto. A situação de vulnerabilidade descrita no texto e o afastamento da narrativa de temas referentes à matéria constitucional não determinou a escolha dos missivistas em relatar situações pessoais, pois, foram esses *espaços de experiência* que fundamentaram os pedidos, os quais poderiam sensibilizar os Constituintes a responderem de forma positiva a solicitação dos auxílios. O ressentimento construído a partir da aversão de Teresinha Cirino à figura do prefeito municipal foi reforçado ao final da mensagem, ela acusou o administrador de desviar as verbas do município para a compra de imóveis particulares. Acerca da influência dos ressentimentos nas ações dos indivíduos, Ansart (2001) considera: “[...] dificilmente se pode aceitar a hipótese de que um sentimento, do qual sublinhamos a intensidade a força, não tenha consequências nem manifestações nas condutas dos indivíduos ” (ANSART, 2001, p. 21).

A intensidade da frustração formadora do *espaço de experiência* de Teresinha Cirilo se transformou em atividade política a partir do momento que decidiu escrever acerca do tema, a missivista usou o projeto *Diga-Gente- Projeto Constituição* para manifestar seu ressentimento. O fato de as mensagens terem ficado disponíveis para o acesso de senadores e deputados federais criou, para aqueles que participaram enviando suas cartas, uma oportunidade única,

¹³⁷ Teresinha Cirino Cronembergues enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Nazaré do Piauí, moradora da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, divorciada, possuía de 40 a 49 anos, afirmou que não possuía rendimento e João Lobo foi o destinatário escolhido.

ainda que existisse a possibilidade destes membros não lerem as sugestões enviadas. Tornou-se oportuno expressar os ressentimentos e fazer com que eles não ficassem à mercê do esquecimento, assim como buscaram reparar o sentimento de injustiça daqueles que versaram acerca de frustrações na relação com autoridades ou indivíduos, situação em que as missivistas se sentiram abandonadas ou humilhadas.

Nas duas próximas cartas-formulários que apresentaremos as missivistas também solicitaram ajuda financeira aos Constituintes, Francisca Lúcia Meneses de Oliveira¹³⁸ enviou as seguintes considerações:

Sou uma moça pobre, espero melhorar a minha vida através de um deputado ou de um senador, por isso você sabe que o nosso Piauí não tem condições de melhorar a vida de uma pessoa pobre, principalmente da minha vida, pois na minha casa são 12 pessoas e não tem nem eu empregado que ganhe salário, o meu pai já andou atrás de emprego e nunca consegui arranjar (OLIVEIRA, 1986).

Francisca Lúcia buscou sensibilizar os possíveis interlocutores no início do texto ao estabelecer uma identidade para si e para a região onde vivia, elementos empregados para justificar a escolha de ter utilizado o projeto para fazer pedidos de ordem pessoal. A missivista se apresentou como uma pessoa desprovida de recursos financeiros que morava em um estado desfavorecido, além disso, expôs que vivia em uma casa com 12 pessoas, informação que reforçou ainda mais a condição de subalternização da autora. A condição do desemprego também foi abordada na carta, a missivista afirmou que seu pai havia procurado trabalho para ela, tentativa que não foi bem-sucedida, este aspecto nos remeteu, mais uma vez, às considerações de Hartog (2013) acerca da conjuntura *presentista* nas sociedades contemporâneas, distantes do passado ao tempo que convivem com um *horizonte de expectativas* abstrato, imerso em dúvidas que irrompem concomitantemente com a novidade. Ao escreverem cartas a partir dos ressentimentos, incômodos e traumas, os missivistas transgrediram a proposta do projeto *Diga-Gente- Projeto Constituição*, Letícia Vieira (2015), ao trabalhar as relações entre História e Literatura, considera: “As formas textuais podem assumir caráter transgressor (VIEIRA, 2015)”. As narrativas textuais produzidas pelos missivistas foram enquadradas como impertinentes justamente por transgredirem a lógica estabelecida pelos organizadores do Projeto, em que trouxeram consigo elementos de uma cultura política baseada na *estadania* acentuada pela crise econômica dos anos 1980 (CARVALHO, 2002).

¹³⁸ Francisca Lúcia Meneses de Oliveira enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteira, tinha de 20 e 24 anos, afirmou que não possuía rendimento e não inseriu destinatário.

Acerca da relação estabelecida entre missivista e correspondente, Vanessa Gandra Dutra fez as seguintes considerações: “A carta que é enviada para auxiliar o seu correspondente – aconselhá-lo, exortá-lo, admoestá-lo, consolá-lo” (MARTINS, 2012, p. 04). A criação de uma identidade de si realizada por Francisca Lúcia ao relatar que era uma “moça pobre” também foi empregada para induzir o receptor a responder seus estímulos narrativos de maneira favorável à solicitação de ajuda. A operação da escrita epistolar rege ao escritor o estabelecimento de fronteiras que definam o que ele é e o que pretende através do texto: “O trabalho que a carta opera sobre o destinatário e escritor implica uma “introspecção” no sentido de uma decifração de si por si, mas principalmente como uma abertura de si mesmo que se dá ao outro” (MARTINS, 2012, p. 07). Nesse sentido, tanto o escritor quanto o receptor da carta-formulário, ao entrarem em contato com a narrativa, operaram significados sobre ela, um durante a escrita, o outro durante a leitura, constroem suas compreensões acerca da mensagem a partir de uma interpretação de si próprios e do mundo que os rodeia.

Assim como nas mensagens que analisamos anteriormente, a questão do desemprego também fez parte do *espaço de experiência* apresentado por Leomando Pinto de Aguiar¹³⁹ em sua narrativa:

Prezado Senhor, tenho o primeiro grau completo, curso datilografia, mas o estudo, não estou estudando, porque, por falta de emprego, estou desempregado, e aqui em nossa família somos dez irmãos, seis homens e quatro mulheres, mas ninguém é empregado, nós não trabalhamos, só estudamos, mas nem todos. Então, eu Leomando Pinto Aguiar, vem muito respeitosamente, solicitar que V.sia., Que se digne e me autorizar como funcionário da Cepisa, que já fui estagiário da empresa. Venho à V. Sia.Cumprimentá-lo e ao mesmo tempo, envie um ofício de emprego com Chefe de Gabinete, Doutor Valdimar, nesta empresa Centrais Elétricas do Piauí S.A. Como funcionário, da EMPRESA. Que o sr., V.Sa. Auxilie na medida nobre e humilde, corações nobres ao portador desta (AGUIAR, 1986).

O emprego de pronomes de tratamento fez parte da estratégia do missivista para criar um discurso cauteloso e que transparecesse simbolicamente respeito para com os seus interlocutores. O processo de produção da escrita epistolar envolveu não apenas uma reflexão acerca de si, mas também a análise de possíveis comportamentos dos interlocutores, por exemplo, o missivista buscou direcioná-los através de elementos discursivos ao citar que a garantia de um emprego seria uma atitude de alguém com coração nobre e humilde. O missivista apresentou sua formação escolar e profissional, possuía primeiro grau completo, curso de datilografia, além de ter estagiado na Companhia Energética do Piauí- CEPISA, tanto para demonstrar que empregava esforço para se qualificar profissionalmente quanto para

¹³⁹ Leomando Pinto de Aguiar enviou sua carta-formulário no dia 12 de julho de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, possuía entre 20 e 24 anos, afirmou que recebia de mais de 02 a 03 salários mínimos e Atila Lira foi o destinatário escolhido.

demonstrar que estava apto a assumir o cargo que solicitou na mensagem. Acerca da gestão dos ressentimentos que envolveram a questão do desemprego que se observadas a partir de uma dimensão macro política também estão ligadas à economia, Ansart (2001) considera:

Legislações do trabalho, instituição de salários mínimos etc., todas essas iniciativas são respostas aos ressentimentos e tentativas de transformar o Estado em Providência tranquilizadora. Os regimes atuais socialdemocratas apresentam esta vocação essencial para gerir os ressentimentos econômicos e moderá-los; as políticas sociais, pode-se dizer são práticas que visam atenuar as indignações, visam impedir que os descontentamentos transformem-se em ressentimentos perigosos (ANSART, 2001, p. 28).

Nesse sentido, o autor afirma que a abertura dos estados democráticos à expressão dos ressentimentos é fundamental para o gerenciamento de possíveis radicalizações das ações da sociedade civil. As iniciativas governistas de abrir canais de comunicação institucionais de participação popular durante a construção da Constituição de 1988, além de configurar-se como um princípio para legitimar o processo constitucional, serviu para o Estado brasileiro gerenciasse os ressentimentos resguardados pela sua população que durante a década de 1980 criou diversas frentes de participação política de maneira autônoma. A transformação dos ressentimentos recalcados em ações radicais pode ser observada por meio do sequestro do voo VASP 375, Raimundo Nonato Alves perdeu o emprego, não tinha condições de se manter financeiramente e decidiu se vingar de José Sarney, armado, sequestrou um avião em setembro de 1988:

Um mês antes da promulgação da Constituição, em setembro de 1988, Raimundo Nonato Alves da Conceição, com 28 anos, foi demitido da construtora em que trabalhava em Minas Gerais. Sem expectativas de conseguir outro emprego devido à recessão, e com os preços aumentando diariamente, Raimundo culpou diretamente Sarney pelo infortúnio. Ele resolveu se vingar. Com o restante de suas economias, comprou passagem pela empresa Vasp no aeroporto de Confins, em Belo Horizonte. Ele entrou no avião armado com um revólver calibre .22. Na época, não havia preocupações com a segurança aérea (FERREIRA, 2019, p. 58).

Raimundo não obteve êxito na sua incursão, apesar de ter deixado feridos no voo, além da morte do copiloto, o piloto da aeronave conseguiu realizar manobras para desestabilizar o sequestrador, que não conseguiu cumprir o seu plano, fazer com que a aeronave colidisse com o gabinete de Sarney no Palácio do Planalto. O episódio remonta ao fato de que as ações políticas também são desencadeadas por ressentimentos intensos, entre eles, o ódio e o rancor e que a gestão desta dinâmica faz parte das atribuições de um sistema democrático, embora, em alguns casos, esta busca por controle se torne insuficiente.

Nas cartas-formulário impertinentes, a construção de si foi posta como parte explícita da narrativa, visto que, foram estas informações que fundamentaram o próprio ato de participar

do projeto. Esta condição pode ser observada na mensagem enviada por Antônio Acelino Ribeiro Chaves¹⁴⁰, classificada como impertinente por ter realizado pedido de ajuda financeira:

Eu, prefiro, ou seja, deveria ser ajudado com ajuda financeira, sou pobre e tenho filhos para criar, pobre e nem se que ganho um salário que sirva para comer, e vestir meus filhos pequenos e moro em casa alugada, como você sabe as coisas aqui (*sic*) no nosso Piauí tudo caro, hoje em dia se paga até a água que se bebe. Espero que vocês com paixão de uma pobreza me ajudem (CHAVES, 1986).

O missivista informou que tinha preferência em receber apoio financeiro, posteriormente, colocou o atendimento do pedido como um dever a ser cumprido pelos representantes políticos. Solicitação baseada tanto na concepção de que o Estado era responsável pela instauração de políticas públicas quanto na identidade construída por Antônio Acelino em sua narrativa, descrita para sensibilizar os interlocutores, o missivista se identificou como alguém pobre, que morava de casa alugada, com filhos pequenos, em suma, a auto representação da ocupação de um não lugar. Stella Bresciani e Márcia Naxara (2001) consideram que o estudo dos ressentimentos políticos possibilita que os historiadores problematizem:

[...] parte da história dos ódios, dos fantasmas da morte, das hostilidades, ou do não-lugar dos excluídos e das identidades recalçadas. Sem dúvida, lugar de humilhação, que, porém, com frequência se apoia na linguagem da resistência passiva ou da aquiescência indecorosa, cúmplice da humilhação imposta por repor sempre uma mesma imagem degradada [...] (BRESCIANI; NAXARA, 2001, p. 12-13).

O relato de Antônio Acelino encontra-se neste esteio, o missivista se apresentou a partir de um lugar de subalternização, ao transformar seu espaço de experiência em narrativa por meio da escrita também buscou demonstrar que estava submetido a uma situação humilhante, pois a exposição de uma identidade recalçada pudesse fazer com que o seu pedido de auxílio financeiro fosse atendido. A exposição da situação de exclusão social foi ressaltada ao final do texto, onde o missivista afirmou esperar que os representantes políticos tivessem compaixão da pobreza, nesse sentido, repetiu a estratégia de sensibilizar o receptor. Os movimentos de ação política feitos por parte da população durante a criação da Constituição de 1988, momento em que as atribuições legais do Estado brasileiro foram realizadas pelos missivistas por meio da organização de um discurso que forjou linearidades que só existiram na dimensão discursiva.

¹⁴⁰ Antônio Acelino Ribeiro Chaves enviou sua carta-formulário no dia 20 de fevereiro de 1986, do município de Piripiri, moradora da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, casado, possuía de 20 e 24 anos, afirmou receber até 01 salário mínimo e Marcelo Castro foi o destinatário escolhido. Marcelo Castro não ocupou cadeira Constituinte, uma vez que, no período exerceu mandato de deputado estadual e não federal.

A respeito da construção voluntária através da rememoração de ressentimentos, Bresciani e Naxara (2001) consideram:

[...] essa memória voluntária construída como estratégia de luta política, afirmação positiva de identidade pelos que se vêem excluídos dos direitos à cidadania; rememoração dolorosa, mas não menos afirmativa, de perseguições políticas, religiosas, étnicas, por vezes acompanhadas de práticas violentas de genocídio. Como separar essas memórias de sentimentos negativos, humilhações, afetos ressentidos, rancores e desejos de vingança da parte sombria, inquietante e frequentemente terrífica da história? BRESCIANI; NAXARA, 2001, p. 09).

De acordo com a perspectiva acima, apesar de a rememoração de condições desconfortáveis pudesse ter causado incomodo nos missivistas, a afirmação da situação de pobreza foi aplicada como estratégia narrativa para reivindicar que o estado intervisse nas situações relatadas. As cartas-formulário enquanto documentos redigidos por pessoas que buscaram convencer os seus interlocutores ou informa-los acerca dos anseios que possuíram acerca da nova Constituição foram narrativas forjadas a partir do rearranjo das experiências pessoais e compartilhadas, a respeito do tema, Letícia Vieira (2015) propõe:

[...] locais de construção de uma “memória coesa e edificada de si”, os acervos pessoais, quando estudados, revelam questões profundas sobre àqueles que os produzem, permitindo, a quem os analisa, a compreensão do universo social em que seus produtores se encontravam situados – suas redes de sociabilidades e trajetórias de vida, por exemplo (VIEIRA, 2015, p. 183).

Em consonância com as considerações acima, as mensagens enviadas pelos missivistas piauienses à ANC contêm dimensões para além da política, encontram-se mesmo na articulação do universo social dos escritores, em que é possível observar não só as questões pessoais, suas individualidades e trajetórias de vida, mas também como estas foram utilizadas para convencer o interlocutor ou justificar os posicionamentos adotados. Por terem sido construídas a partir de uma proposta que envolveu sociedade e Estado, as fronteiras entre o que era social, cultural e político se tornaram ainda mais tênues. Na mensagem enviada por Francisca Maria da Conceição¹⁴¹ os pedidos de ajuda financeira foram justificados a partir da apresentação de uma identidade de si e da família:

Excelentíssimo José Sarney, desculpe-me por lhe escrever, pois só o conheço pela TV. Lucio Gomes da Cruz e desculpe o meu papo. Estou lhe escrevendo para pedir-lhe uma ajuda pois há 30 anos sou doente, já estou com 59 anos e sou viúva e até o meu aposento foi negado. Sou viúva a 3 anos e fui aposentado na época da política e depois que os prefeitos e vereadores foram eleitos e meu aposento acabou só queria ser eleitos e mais nada. Caso Vossa Excelência queira mandar-me alguma ajuda, mande para João Figueiredo Martins, para o Banco Itaú End: Praça do mercado.

¹⁴¹ Francisca Maria da Conceição enviou sua carta-formulário no dia 06 de agosto de 1986, do município de Capitão de Campos, moradora da urbana, analfabeta, viúva, possuía entre 50 e 59 anos, informou não possuir rendimento e José Sarney foi o destinatário escolhido.

Capitão de Campos - Piauí, pois João Ferreira Martins é quem vive cuidando de mim. Pois minha família, meus filhos são pobres não tem condição de me ajudar (CONCEIÇÃO, 1986).

A missivista iniciou a mensagem pedindo desculpas ao então presidente José Sarney por tê-lo escolhido como destinatário, recorrentemente os missivistas justificaram os posicionamentos adotados, uma vez que, tinham consciência que as cartas-formulário funcionaram a partir de uma dinâmica especial, diferente das outras formas de escrita epistolar em que existia intimidade entre remetente e receptor. No caso das cartas enviadas à ANC esta relação não existia, afinal, os correspondentes foram deputados e senadores Constituintes, fato que influenciou a criação de estratégias narrativas exclusivas, por exemplo, Francisca Maria se desculpou porque não conhecia pessoalmente Sarney, assim como pelo conteúdo da mensagem que havia enviado. Por mais que a ação de apresentar vulnerabilidades financeiras e de saúde demandassem a exposição de situações pertencentes à vida privada da missivista, foram justamente as fragilidades apresentadas que fundamentaram a predileção de Francisca em se comunicar com Sarney apesar de não conhecê-lo. A caracterização de sua vida material e da impossibilidade de seus filhos lhe auxiliarem também fez parte da estratégia narrativa empregada pela missivista para convencer o interlocutor a ajuda-la financeiramente. Acerca da transformação do ressentimento em força motriz para busca de melhorias, Bresciani e Naxara (2012) consideram: "Recalque de ressentimentos que, entretanto, se transmuta na recusa do esquecimento humilhante da exclusão que obriga ao exílio, físico e/ou psicológico, mas que pode fazer da fraqueza e da marginalidade sua fonte de força e estímulo ao desafio (BRESCIANI; NAXARA, 2012, p. 12). Para Christophe Prochasson (2005) as interlocuções entre política e emoção são elementos que devem ser incorporados às análises históricas:

Em compensação, existem meios para a apreensão e o estudo dos registros da expressão das emoções, como também aquilo a que chamarei de práticas emocionais, que visam a desencadear os usos das emoções. [...]. Quais repertórios retóricos e quais manifestações físicas correspondem a estas emoções, segundo os momentos históricos a que concernem [...] (PROCHASSON, 2005, p. 312).

As cartas-formulário catalogadas como impertinentes são fontes que viabilizam o estudo dos ressentimentos materializados pelos missivistas através da escrita, a organização dos discursos acerca de vulnerabilidades e episódios negativos também foram expostos com a intenção de desencadear emoções nos interlocutores, os representantes políticos que formaram a ANC. No caso da última mensagem analisada, para convencer o destinatário a atender os pedidos realizados, Francisca Maria relatou que era viúva e sua condição física não permitia que ela trabalhasse, além de seus filhos não terem condições de ajudá-la. A esperança de que seu pedido fosse atendido fez parte do *horizonte de expectativas* da missivista, fator que pode

ser observado por meio da prestação de informações a respeito de como o auxílio poderia ser entregue a ela, na qual informou inclusive o banco e a cidade onde os valores deveriam ser depositados (KOSELLECK, 2006). A presença de prognósticos positivos como fonte da ação política foi analisada pelos autores José Manuel Sabucedo e Xiana Vilas (2019), no texto, *A ira e as emoções positivos no protesto político*:

Uma das emoções que mais despertou interesse é a esperança. Segundo Jarymowicz & Bar-Tal (2006) a esperança é uma emoção complexa que requer uma elaboração cognitiva elevada, porque se relaciona com a expectativa de que ocorram fenômenos desejáveis. A antecipação de que os objetivos estabelecidos serão alcançados ativa a emoção de esperança (SABUCEDO; VILAS, 2019, p. 372).

A indicação dos meios pelos quais poderia receber a ajuda financeira foi realizada com o pressuposto de que o pedido seria atendido, a esperança motivou a participação política não apenas de Francisca Maria como também de todos os missivistas que realizaram e esperaram que uma nova ordem política capaz de sanar as demandas sociais a partir da nova Constituição.

Em alguns casos, as mensagens com pedidos de intervenção e ajuda foram feitos acerca de diversos temas, foi o caso da mensagem enviada por José Francisco Dantas¹⁴², o missivista solicitou que o povoado onde morava recebesse atividades as quais não especificou quais eram, além de empregos e serviços públicos, entre eles, de comunicação, energia e estrutura urbana. A mensagem comportou solicitações tão diversificadas que José Francisco considerou ao fim de sua mensagem, “tudo isso são as minhas sugestões”:

Conseguí as seguintes sugestões ao saber que haverá nova Constituinte em novembro deste ano: nosso povoado é muito relaxado, pois precisa de atividade para a nossa região. Precisamos também de ajuda, pois o nosso lugar é muito fraco e não temos emprego e nem serviço público e nem meios de comunicação; precisamos de energia, tudo isso; precisamos de ajuda do Governo Federal; precisamos de um asfaltamento, pois o nosso prefeito Manoel Portela de Carvalho, está construindo uma central a apenas 98 quilômetros e também ainda não chegou a reforma agrária e eu não tenho terra; tudo isso são as minhas sugestões (DANTAS, 1986).

Nem todos os missivistas que enviaram cartas-formulário catalogadas como impertinentes, em decorrência dos pedidos realizados, tiveram formação e informações suficientes para compreenderem as atribuições da Constituição no sistema político, mais uma vez, a Carta Magna foi pensada como um instrumento para sanaria as carências estruturais dos municípios e povoados do interior do Piauí, que na descrição feita por José Francisco mal possuíam eletricidade. A União foi posta como o ente que poderia suprir as necessidades não

¹⁴² José Francisco Dantas enviou sua carta-formulário no dia 12 de julho de 1986, São Félix do Piauí, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau completo, solteiro, possuía entre 15 a 19 anos, não informou rendimento e Hugo Napoleão foi o destinatário escolhido.

atendidas pela administração municipal e os missivistas que tiveram mensagens indexadas como não pertinentes, fizeram pedidos ansiando a resolutividade prática de situações cotidianas que constituíram os seus *espaços de experiência* (KOSELLECK, 2006).

Ao final da mensagem, o missivista indicou que aguardava pela Reforma Agrária, o autor não possuía informações se a mesma havia sido implementada em outros lugares, entretanto, por não possuir terra para trabalhar entendia que a medida não tinha sido aplicada na localidade onde habitava, nesse sentido, os argumentos foram formulados a partir de uma perspectiva individual. Segundo Ansart (2001) as interlocuções estabelecidas entre a opinião política e os sofrimentos experimentados individual ou de maneira compartilhada: "...não aceitam o esquecimento e organizam manifestações simbólicas para afirmar sua identidade; alimentam a suspeita contra as negligências de que se consideram vítimas" (ANSART, 2001, p. 32). A subjetividade na estrutura e o processo de construção da escrita epistolar são trabalhados por Ângela de Castro Gomes (2004), que considera: "Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a "sua" verdade." (GOMES, 2004, p. 14). Nesse sentido, as verdades criadas pelos missivistas em suas narrativas foram respaldadas nas subjetividades que integraram, inclusive, os modos de linguagem empregados. A busca de demonstrar que havia uma equiparação entre os relatos e a realidade social, econômica, cultural e política pode ser observada na mensagem a seguir, ela foi enviada por Ilário Dias Ribeiro¹⁴³:

Tenho 16 anos que trabalho como juiz preparador neste município. Tenho desempenhado meu cargo com amor e nunca tive uma pequena ajuda da parte dos políticos e nem da justiça a não ser o trabalho. Enquanto desde o varredor de rua até o mais elevado cargo da nação, recebem salário e outras ajudas eu, que voto e trabalho pelo engrandecimento dos homens de minha terra, desde o tempo da antiga UDN E ARENA, não sou gratificado, nem com pequeno gesto de gratidão (RIBEIRO, 1986).

Apesar de o missivista também ter realizado pedido de ajuda financeira, não foi parte da narrativa apresentada por Ilário Dias uma posição de subalternização tal qual foi exposta, no que se refere à pobreza pelos missivistas que apresentamos anteriormente. O missivista afirmou que trabalhava e não apresentou queixa quanto ao atraso ou falta de remuneração de suas atividades. A reivindicação das gratificações pelos serviços prestados foram solicitações à parte do salário recebido pelo exercício de suas funções e na tentativa de persuadir o interlocutor, o autor criou uma narrativa sobre si, apresentou-se como alguém que exercia suas funções com "amor", ou seja, dedicação, e em prol de melhorar a vida de seus conterrâneos, desta forma,

¹⁴³Ilário Dias Ribeiro enviou sua carta-formulário no dia 28 de julho de 1986, do município de Anísio de Abreu, morador da zona rural, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, divorciado, possuía entre 50 e 59 anos, informou não possuir rendimento e Helvídio Nunes foi o destinatário escolhido.

vislumbrou desencadear um sentimento de compaixão entre aqueles que receberam a sua carta-formulário, onde o personagem que o representava tinha características idôneas e até heroicas. O pedido de gratificação sem demais fundamentações acerca das condições materiais remetem à expressão de uma cultura política baseada na *estadania* (CARVALHO, 2002).

Além disso, Ilário Dias citou o partido da base governista durante a ditadura militar como forma de demonstrar que possuía conhecimento acerca da dinâmica dos partidos políticos no país, narrativa que contribuiu para indicar que o seu trabalho ocorria no âmbito da organização política, de acordo com o dicionário online do Tribunal Superior Eleitoral, a função de juiz preparador era destinada ao alistamento eleitoral em localidades distantes das sedes de zonas eleitorais¹⁴⁴. As informações prestadas acerca das atividades desenvolvidas podem ter sido empregadas para demonstrar determinado poder, em decorrência da relação de proximidade com a população da região e transparecem a decomposição temporal da vida individual através de um recorte específico, a do trabalho:

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc (GOMES, 2004, p. 13).

Ilário Dias criou uma identidade de si através da descrição em anos, tipo de atividade e adjetivação de sua conduta para com os serviços prestados, desta forma, decompôs sua trajetória de vida a partir do ritmo e tempo do trabalho realizado. A questão do desemprego foi abordada recorrentemente pelos missivistas, nesse sentido, o recorte sobre a trajetória individual foi realizado acerca da ausência do tempo do trabalho, tema discutido na carta-formulário que analisaremos a seguir, enviada por Evandro Nunes Martins:¹⁴⁵

Espero que a Constituinte mude muitas coisas; como as seguintes:1) O político só lembra da gente quando é para ganhar votos. 2) quando passa as eleições a gente chega para pedir uma ajuda ou mesmo um emprego, ele não quer nem saber, se esconde, mente. 3) outro caso que acontece com muitas pessoas de meu valor (pobre), quando chega para falar com alguns, em seus gabinetes, assembléias, Senado Federal, eles nem dão atenção, pois a gente é pobre. Espero que esta Nova Constituinte mude estas coisas erradas que ocorre aqui no Piauí. Ao mesmo tempo, peço uma colaboração ao Senador Henrique Santillo, que ele fale com o Ministro da Educação, e o Presidente da FAE, que possa remeter para mim alguns livros e dicionários. Pois sou pobre e não posso comprar os livros exigidos pelos professores. Ficaria feliz (MARTINS, 1986).

¹⁴⁴ Dicionário online do Tribunal Superior Eleitoral. Acessado em 05 de out. de 2021, link: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/o-que-era-a-funcao-de-preparador-eleitoral-o-glossario-explica>

¹⁴⁵ Evandro Nunes Martins enviou sua carta-formulário no dia 23 de fevereiro de 1986, do município de Campo Maior, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, solteira, possuía de 15 a 19 anos, afirmou que não possuía rendimento e Henrique Santillo foi o destinatário escolhido. O destinatário não foi Constituinte, entre os anos de 1987 e 1991 ocupou o cargo de governador do estado de Goiás.

O ressentimento emerge na narrativa de Evandro Nunes ainda na parte inicial do texto, constituído pelas vivências que o missivista teve com candidatos a cargos políticos que ganharam os pleitos e afastaram-se da população, a partir do relato, o missivista construiu discursivamente um lugar de invisibilidade através da ênfase na predileção dos representantes eleitos em não manter contato com seus eleitores. Ao tempo que expressou seus ressentimentos, demonstrou ter esperança que a nova Constituição funcionaria como força motriz para rearranjar um *espaço de experiência* saturado de sentimentos negativos, ou seja, as narrativas não foram, necessariamente, construídas sob a influência de uma emoção isolada, mas na interlocução entre elas, no caso da carta-formulário de Evandro Nunes Martins encontra-se neste esteio, a intersecção entre o ressentimento de se sentir preterido e a esperança de que a Constituinte transformasse esta situação. O missivista retomou o argumento desenvolvido ao relatar que os pedidos de ajuda financeira e emprego não eram atendidos, as adjetivações empregadas para caracterizar a ação dos representantes políticos indicaram, novamente, a presença do ressentimento na narrativa, onde Evandro Nunes afirmou que os políticos se escondiam, mentiam e escolhiam não se importar com os pedidos da população:

[...] esse sentimento negativo e mal resolvido, motivador da inércia, mas também desencadeador de atitude afirmativas, foi se desdobrando em múltiplas direções: a das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais, sua afetividade e as práticas sociais; a da construção de identidade pessoais, de grupos e de nações, identidades densamente alimentadas, cultivadas e acalentadas por cargas afetivas; a da polissemia das palavras, seu uso abusivo, sua âncora cultural ou farol iluminador de modos de sentir diversos do nosso; a das construções intelectuais de ampla acolhida pelo público leitor, aprisionadoras do subversivo ato de divergir (BRESCIANI; NAXARA, 2012, p. 10).

Os ressentimentos demonstrados pelo missivista ao invés de provocarem inércia, levaram-no a utilizar o espaço da carta-formulário para reafirmar suas condições e identidade a fim de justificar as esperanças que depositou na Constituinte, pois, segundo o autor, a falta de atenção por parte dos políticos ocorria porque ele fazia parte de um grupo de brasileiros que não possuíam poder econômico. A denúncia realizada também transparece que existiu na percepção de Evandro um sentimento de injustiça na qual a subalternização seria responsabilidade do próprio Estado, inclusive no que se refere à educação, na mensagem o missivista solicitou que o Ministro da Educação enviasse livros e dicionários para que pudesse desenvolver seus estudos. Ao passo que Evandro Nunes divergiu das ações atribuídas aos representantes políticos, reinventou as formas de apropriação do projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* baseado na construção de uma identidade que compartilhou com outras pessoas pobres, nesse sentido, pertencentes a classes sociais menos abastadas, palavra que repetiu diversas vezes em seu texto.

Através da análise da mensagem, enviada por Maria de Jesus Ribeiro de Brito¹⁴⁶, percebemos que os pedidos indexados como impertinentes não foram apenas os de ordem pessoal, a missivista, por exemplo, solicitou a instalação de uma escola que oferecesse ensino em nível segundo grau:

Olha, sobre a minha sugestão, nosso Piauí está muito ruim, então precisamos de melhora para o nosso Piauí, precisamos de empregos, uma escola estadual, porque nosso ginásio é pago por nossos pais. Queremos que melhorasse o salário que é pouco, não dá para nada. Porque em Dirceu Arcoverde é preciso uma escola do 2. grau, Quando nós fazemos o 1., nós vamos para outros lugares, então fica muito difícil para nós estudarmos. Se nós tivéssemos pelo menos, uma oportunidade de uma escola estadual seria uma boa para todos nós (BRITO, 1986).

Resoluções decorrentes da ausência de aparelhamento urbano não são incumbência direta da Constituição, ainda assim, a missivista utilizou sua carta-formulário para solicitar a instauração de uma instituição de ensino em seu município, narrativa que reverberou a frágil oferta de serviços públicos nos municípios do interior. A mensagem tocou, indiretamente, o tema da universalização do ensino regular de segundo grau, nesse sentido, a lógica de indexação das mensagens não partia sempre dos mesmos critérios, pois, existiram cartas-formulário em que os missivistas reclamaram apenas de seus salários e suas cartas foram indexadas em política salarial. De certo, todas as cartas em que os missivistas realizaram pedidos de ordem pessoal ou coletiva foram enquadradas como impertinentes. A mensagem remete ainda ao cotidiano da população do município, aos que prosseguiram nos estudos após a conclusão do 1º grau de ensino, caso os pais não tivessem condições de arcar com o ensino particular, era necessário se deslocar por longas distâncias, obstáculos que contribuíram para a evasão escolar nestas regiões.

Apesar de abordar o tema a partir de um caso específico, a missivista utilizou o espaço para reivindicar o direito dos habitantes de Dirceu Arcoverde à educação, para Ansart (2001), a expressão dos ressentimentos nas democracias contribui para a subversão dos ódios através da possibilidade dos membros da sociedade civil se expressarem acerca de seus *espaços de experiência* e horizonte de expectativas dentro de limites instituídos legalmente (KOSELLECK, 2001): "O regime democrático [...] possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, dar-lhe um certo direito de expressão, nos limites das leis, e favorecer a

¹⁴⁶ Maria de Jesus Ribeiro de Brito enviou sua carta-formulário no dia 24 de fevereiro de 1986, do município de Dirceu Arcoverde, moradora da zona urbana, possuía formação escolar até o primeiro grau incompleto, solteira, possuía entre 15 a 19 anos, afirmou que não possuía rendimento de até 01 salário mínimo e Waldemar Macedo como destinatário.

superação dos ódios pela discussão e pelas concessões" (ANSART, 2001, p. 28). O pedido de Maria de Jesus diferenciou-se dos demais que analisamos anteriormente, uma vez que, não construiu um discurso baseado na busca por favores típico das relações paternalistas que ocorrem entre o estado e a esfera social. A próxima mensagem analisada também foi indexada como impertinente porque Antônio Candido Oliveira Neto¹⁴⁷ solicitou que o problema de deslocamento dos estudantes da Universidade de Floriano, causado pela ausência de transportes da Universidade, fosse resolvido.

Eu Antônio Cândido Vieira Neto, em nome dos colegas que se encontram matriculados na Universidade de Floriano, residindo muito distante, sem transportes, tendo de ir e voltar quatro vezes ao dia, pedimos a nova Constituição que coloque mais um coletivo, para que atenda às necessidades do aluno, chegando, assim, nos horários certos. Nós, estudantes, tendo de viver na dependência (*sic*) dos pais, por estudarmos oito horas por dia, sem poder ajudá-los, perderíamos bolsas de estudo. Aguardo esta ajuda. Este ano, pela primeira vez, irei escolher os futuros constituintes. Quem será? (OLIVEIRA NETO, 1986).

Antônio Cândido deixou explícito que o pedido havia partido de um coletivo de estudantes da Universidade de Floriano, apresentou a solicitação como uma demanda social e não um pedido individual, desta maneira, buscou reforçar a legitimidade da solicitação. A dinâmica da produção das narrativas também ocorreu coletivamente, em que grupos de pessoas com interesses comuns se reuniram para estabelecer suas necessidades, enviadas posteriormente por meio de um representante. O cotidiano, assim como na mensagem da missivista Maria de Jesus, foi empregado no discurso para exemplificar e fundamentar as dificuldades de locomoção experimentadas pelos estudantes da Universidade de Floriano.

A Constituição foi pensada como a garantia para a solução de problemas de diversas ordens, os anseios acerca do novo texto Constitucional foram intensificados de tal forma que algumas pessoas compreenderam que suas garantias poderiam alcançar desde as questões macro políticas às micropolíticas, intervir em qualquer área, se sobrepondo aos entes da federação, como por exemplo, fazendo função supletiva dos municípios responsáveis pela organização dos transportes públicos em suas regiões. Para além disto, pautas muito específicas foram discutidas pelos missivistas piauienses porque consideraram que suas reivindicações eram justas, para o estudante Antônio era função do Estado para com a educação regularizar a oferta de transporte público. O ressentimento emerge na narrativa do missivista de maneira

¹⁴⁷ Antônio Candido Oliveira Neto enviou sua carta-formulário no dia 30 de fevereiro de 1986, do município de São Francisco do Piauí, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau incompleto, solteiro, possuía entre 15 a 19 anos, afirmou que não possuía rendimento de até 01 salário mínimo e não escolheu destinatário.

peculiar, foi parte da estratégia discursiva empregada para que seu pedido fosse atendido. No que se refere a relação entre experiências de infortúnio e o esquecimento, Ansart (2001) considera:

Marquemos a diferença entre o esquecimento dos fatos e o esquecimento dos ressentimentos. Por mais diversos e contraditórios que tenham sido os sofrimentos de cada um, pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos (ANSART, 2001, p. 31).

Antônio alertou aos possíveis interlocutores que a produção de ressentimentos caso o ônibus não fosse disponibilizado influenciaria no seu voto do pleito eleitoral que determinaria quais candidatos fariam parte Constituinte. Ansart (2001) denominada como *ameaça simbólica* uma das funções que as emoções desencadeiam na manifestação política:

Os ressentimentos têm um lugar, um papel no mecanismo político: por exemplo, a manifestação pública consistiu-se em um procedimento legalizado de expressão dos descontentamentos e uma ameaça simbólica aos representantes que permanecem indiferentes a esta expressão (ANSART, 2001, p. 28).

O missivista afirmou que não esqueceria dos fatos pelos quais se sentiu prejudicado, ao contrário, faria questão de utilizá-los como critério para votar nas eleições. As últimas frases de seu discurso foram postas com a intenção de despertar nos interlocutores um sentimento de incerteza quanto a vitória eleitoral, afinal, a mensagem foi enviada por alguém que representou para além de si próprio, os estudantes das universidades e suas famílias, também afetadas pelos infortúnios que seus membros passavam ao dependerem do transporte público. Em consonância com as considerações de Ansart (2001), o missivista mobilizou simbolicamente seu discurso a fim de convencer os interlocutores: "Estas constatações, revelando as normas próprias do mundo político, findam por condicionar toda uma forma de agir, que toma lugar nas estratégias de representação, que se fundamentam na manipulação de objetos simbólicos" (ANSART, 2001, p. 309).

Nesse sentido, a rememoração das dificuldades não se transformaria na amenização dos ressentimentos, mas na vingança através do exercício do voto, configurando-se como uma extensão que as vítimas fazem de seus ressentimentos, lançando-os sobre *horizonte de expectativas*: "A tentação do esquecimento dos ressentimentos, que é também uma estratégia de apaziguamento, suscita a irritação e muitos para os quais os ódios de que forma vítimas estendem suas consequências no presente" (ANSART, 2001, p. 31).

Em sentido contrário a percepção apresentada pelo missivista anterior, a mensagem de Antônio de Souza Reis¹⁴⁸ foi baseada na especulação acerca dos impactos práticos da nova Constituição, por conseguinte, o missivista compreendia que o alcance do texto Constitucional era limitado e não alteraria a sua principal demanda no momento:

Nobre Deputado, eu acho que nós não estamos tão carentes de uma nova Constituição, e sim o quê diz respeito ao cumprimento da atual Constituição, pois não acredito que a Constituição em vigor determine ou autorize o pagamento de salários no valor de Cz\$ 75, 00 a professores municipais e outros funcionários municipais, como é o caso do Piauí e grande parte do Brasil, onde os senhores prefeitos, ainda têm coragem de assinar carteira de trabalho com esses valores já mencionados e chama isso de emprego e, o pior, sujeitam e compram os votos desses empregados (REIS, 1986).

O principal desejo de Antônio era o estabelecimento de um piso salarial para professores municipais, visto que, a Constituição não resolveria a sua demanda, utilizou o canal de comunicação proposto pelos organizadores do projeto *Diga Gente-Projeto Constituição* para dizer que a Constituinte era impertinente e teve sua mensagem indexada na categoria de cartas-formulário não pertinentes. O missivista manifestou sua insatisfação com o valor salarial que a categoria recebia, ressentimento que se estendeu à atuação dos prefeitos e a descrição de práticas clientelistas por representantes políticos que compravam votos em troca da assinatura de carteiras de trabalho. Antônio de Sousa justificou a realização das denúncias por meio da carta-formulário por conta da ausência de canais para apuração das acusações em âmbito municipal:

Os empregados quando recebem salário família, é pela metade e ainda devem esse favor, uma vez ainda que poderiam receber um salário, ou seja, o abono geralmente não recebe por falta de informação ao setor competente, e o pior, não têm a quem denunciar esses procedimentos, apesar das provas escritas. A merenda escolar, o leite da criança carente, o Nordeste urgente, enfim, todos os benefícios dirigidos pelo Presidente da República aos necessitados, vem sendo desviados para os privilegiados. Acho que os 4 mil prefeitos do Brasil, vem atrasado nosso progresso: e o que entristece é que maioria dos legisladores da nova Constituição são os mesmos que desobedeceram à velha (REIS, 1986).

A percepção de que deputados e senadores Constituintes estariam em uma posição hierarquicamente superior à dos representantes municipais e a garantia de determinado anonimato, visto que não existia uma relação de intimidade entre o missivista e o destinatário escolhido, Ulysses Guimarães, também influenciou sua decisão de denunciar os gestores municipais através do projeto *Diga-Gente- Projeto Constituição*. As acusações se estenderam ao desvio de alimentos distribuídos por meio de programas suplementares do Governo Federal, entretanto, o ressentimento emergiu de forma mais acentuada em sua narrativa ao acusar os

¹⁴⁸ Antônio de Souza Reis enviou sua carta-formulário no dia 19 de agosto de 1986, de Teresina, morador da zona urbana, possuía formação escolar até o segundo grau completo, casado, possuía entre 30 e 39 anos, informou receber entre 01 a 02 salários mínimos e Ulysses Guimarães foi o destinatário escolhido.

administradores municipais de tal forma que os prefeitos foram postos como os responsáveis pela crise do país. O missivista descreveu seu ressentimento de maneira explícita quando afirmou sentia tristeza ao constatar que os representantes que construiriam a nova Constituição poderiam ser os mesmos que se desviaram de suas funções políticas em detrimento de interesses particulares. Desse modo, a Constituinte não abriria um horizonte de expectativas favorável a mudanças pertinentes para o país, visto que, a corrupção seria um vício entre os representantes políticos capaz de ultrapassar os estratos temporais e as reformas políticas implementadas que poderiam ser implementadas à posteriori.

Na perspectiva de Ansart (2001), a gestão dos ressentimentos é realizada pelos governos democráticos através da organização de espaços destinados para que a população expresse seus incômodos e estes não se desdobrem em ações políticas que fujam às regras institucionais:

A gestão democrática dos ressentimentos é, portanto, menos simples do que pensam os ideólogos da democracia. Este sistema, possuindo a vocação de respeitar uma certa liberdade de expressão e de tolerar as manifestações de hostilidade, é levado a organizar o que podemos chamar de uma "gestão" dos ressentimentos, entendendo por isso não uma iniciativa premeditada de alguns manipuladores de opinião, mas a ação não programada, embora relativamente coerente, das instituições e seus agentes (ANSART, 2001, p. 27-28).

Não descartamos o interesse dos organizadores e Constituintes em conhecer a opinião da população brasileira por meio do envio de cartas-formulário, entretanto, não podemos desconsiderar que o projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* em conjunto com outros canais de comunicação e participação institucional da sociedade civil serviram ao Estado brasileiro durante o período de redemocratização como meio de gerir os ressentimentos da população que ampliou seu espaço de atuação concomitantemente à a distensão da ditadura militar, ressentimentos que foram produzidos de forma cada vez mais intensificada em decorrência do impacto da crise econômica dos anos 1980 no cotidiano da população assalariada.

Os autores que tiveram suas cartas-formulário indexadas como não pertinentes fizeram pedidos de ordem pessoal, financeira para si ou em nome de uma comunidade, região ou grupo, aqueles que realizaram denúncias acerca da atuação de representantes políticos regionais também foram enquadrados nesta categoria. Os pedidos foram fundamentados com base no cotidiano e a partir da construção de uma identidade de si enquanto pessoas que se mobilizaram porque necessitavam da ajuda solicitada. Constatamos através da análise das sugestões não pertinentes que o *ressentimento* enquanto categoria comportou uma série de sentimentos criados a partir da interlocução dos missivistas com acontecimentos que vivenciaram e com pessoas que mantiveram relações, narrativas em que a vida privada e política foram interligadas,

tanto para justificar os pedidos realizados quanto para acusar determinados grupos pelos infortúnios experimentados de maneira individual ou compartilhada. O rancor, o ódio, a tristeza e a humilhação funcionaram como engrenagem de ação política que desencadeou a escrita das cartas enviadas à Constituinte, assim como para a construção de identidades de si que serviram para reafirmação de interesses dos autores.

Parte dos missivistas tinham consciência de escreveram acerca de temas que correspondiam com a matéria constitucional ou com o que seria discutido na ANC, ainda assim enviaram suas mensagens porque viram na dinâmica proposta através do projeto *Diga Gente- Projeto Constituição* a oportunidade de dialogar diretamente com os representantes políticos do país, os quais, na perspectiva dos missivistas, tinham condições políticas e financeiras para intervir nos problemas relatados. Nesse sentido, parte dos missivistas considerados impertinentes não fizeram uso das cartas-formulário para realizar pedidos de ordem pessoal ou compartilhada de maneira ingênua, mas oportuna, em contraposição, missivistas como José Francisco Dantas acreditaram que a intervenção decorrente da instauração de uma nova Constituição poderia alcançar os mais diversos estratos políticos, que afetaria não só a dimensão regulatória do Estado como também o cumprimento prático das leis, atingindo demandas micropolíticas, referentes a problemas de infraestrutura municipal, por exemplo. A difusão massiva da importância e do impacto político causado por uma nova Constituição desencadeou a criação da concepção de que nenhuma demanda poderia ficar à parte do texto constitucional. Por outro lado, também identificamos posicionamentos de missivistas que possuíam informações suficientes para problematizar o limite do alcance da Carta Constitucional, foi o caso de Antônio de Sousa Reis, o autor informou que não considerava a nova Constituição necessária porque ela não traria resolutividade para a sua principal demanda no momento, a regulamentação salarial dos professores.

As cartas-formulário não pertinentes representam, sobretudo, a pluralidade dos usos empregados ao projeto pela sociedade civil, que o utilizaram não só para enviar sugestões, como as que analisamos no capítulo passado por meio da criação de nove categorias, mas também para expressar seus ressentimentos, pedir de ajuda e denunciar pessoas que consideraram responsáveis pelas situações desfavoráveis que vivenciaram. A construção de uma identidade de si e do espaço onde viviam foi construída a fim de comprovar que necessitaram da ajuda solicitada, nesse sentido, persuadirem os interlocutores a responderem de forma positiva os pedidos. Na maioria dos casos, fez-se necessário respaldar as solicitações através da apresentação de um cenário de subalternização e pobreza.

Não existiu garantia de que um retorno seria dado pelos representantes políticos, logo, as estratégias discursivas empregadas pelos missivistas foram pensadas como meio de ampliar as chances de que algum parecer fosse emitido por parte dos destinatários, preferencialmente com uma resposta positiva acerca das demandas solicitadas. Os ressentimentos emergem nas narrativas através das denúncias e dos infortúnios que formara *o espaço de experiência* dos missivistas e contribuíram para que se mobilizassem na participação por meio do envio de cartas-formulário. Os ressentimentos também foram utilizados para abordagem simbólica de ações políticas que poderiam ocorrer caso as demandas apresentadas não fossem cumpridas, como por exemplo, votarem em candidatos que tenham apoiado a pauta e preterir aquele que ignoraram os pedidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de análise dos anseios, expectativas e prognósticos expressados pelos piauienses através da escrita de mensagens enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, que não encerra as discussões acerca da temática, mas contribui para o estudo da História Política associada ao Tempo Presente a partir da participação piauiense na reconstitucionalização do país. Explicitamos durante o primeiro capítulo que é necessário perceber popular através a participação do *projeto Diga Gente- Projeto Constituição* como uma forma singular, mas que esteve inserida em um contexto social em que a sociedade civil estava inclinada à fiscalizar e influenciar a Constituinte e que outras formas de participação foram construídas anteriormente e concomitantemente ao referido Projeto.

A respeito da influência das cartas- formulário, de maneira institucional o seu impacto foi simbólico, assim como as demais formas empregadas pela população durante o período. Encontramos relações entre dispositivos aprovados e algumas sugestões porque os temas foram parte do debate público, matérias como educação, saúde e segurança. Apresentamos durante o primeiro capítulo pesquisadores constitucionalistas que apontam um vício de origem na Constituição de 1988 em decorrência da frágil participação direta da população tanto em sua convocação quanto na ratificação do seu texto que não foi referendado por meio de plebiscito. Não podemos desconsiderar que a conjugação destas formas de participação constituiu uma opinião pública que pressionou e impôs limites a atuação dos Constituintes, conseqüentemente, disputaram espaço em prol das demandas sociais entre projetos conservadores e partidários que também se fizeram presentes na Assembleia.

A cultura política dos anos 1980 foi forjada, dentre outros fatores, por meio da ampla participação popular nos debates políticos, a análise desta dinâmica nos permitiu perceber que as relações entre sociedade e estado e, sociedade e democracia foram rearranjadas. O primeiro elemento se refere a comunicação entre o governo e a população, relação que durante a ditadura militar ocorreu de forma unilateral, suas fronteiras foram rearranjadas com a distensão política, a abertura de canais de comunicação, no qual está inserido o projeto Diga Gente- Projeto Constituição, foi fundamental para a construção de um ambiente democrático, elemento que também serviu para mediar os ressentimentos da população quanto às vivências acumuladas em um cenário de crise econômica e política. Participação que pressionou os Constituintes, em

um ambiente de disputas político-partidárias, a incorporar demandas sociais à nova Constituição, apresentamos, como exemplo, publicações de jornais que fiscalizaram e divulgaram as pautas que cada deputado federal e senador defenderam na Assembleia. Análises que partiram da premissa de que a também de que a historiografia política também deve comportar as formas de atuação, pensamento e intervenção da sociedade civil na conjuntura política brasileira. Apresentamos o contexto de distensão política a fim de demonstrar que o contexto de participação popular através do envio de cartas-formulário foi favorecido pelo ambiente de intervenção que a sociedade brasileira começou a construir antes dos anos de 1986 e 1987.

A conservação do acervo de cartas-formulário também é parte de um discurso que foi construído pelo governo par reforçar a legitimidade da transição política através da construção da Constituição de 1988 tendo como fio condutor a participação popular. Perspectiva que secundariza ou oculta questões relativas ao vício de origem, a frágil participação direta, a ausência de um plebiscito para referendar o texto final, além da presença de forças políticas que pertenceram à base da ditadura militar e disputaram espaço na ANC, aspectos que caracterizam a construção da democracia emergente no Brasil.

A supervalorização da participação popular sem a sua problematização, a ausência de críticas quanto a este processo torna imperceptível que identifiquemos as falhas do nosso sistema democrático e que encontremos soluções adequadas para ele. Existiram pessoas que enviaram cartas-formulário, mas não foram informadas suficientemente para entenderem a formação básica da Assembleia, quais representantes seriam Constituintes, mas não podemos esquecer da parcela de brasileiros que não cogitou participar do Projeto, seja pela falta de expectativa quanto ao futuro do Brasil, desinformação ou receio em escrever acerca do tema. Atualmente o sistema democrático, que durante alguns anos foi visto como sólido se apresenta como algo inacabado e que precisa ter o seu processo de reinstalação durante os anos de 1980 revisitado pelos cientistas sociais, políticos e historiadores. As supervalorizações distorcem a racionalização que podemos construir acerca do processo de transição política, de construção da Constituição em vigor.

Apresentamos a integração do Piauí ao processo de construção de uma cultura política de participação durante os anos 1980 através das mobilizações promovidas por piauienses que foram representadas em jornais de grande e pequena circulação, leituras que possibilitaram a identificação de interlocuções que grupos do Estado mantiveram com deliberações nacionais,

dentre eles, a construção de Plenarinhos, os Plenários em Prol da Participação Popular na Constituinte. Apesar da grande quantidade de eventos e grupos que atuaram em Teresina, demonstramos que a dinâmica de participação não se restringiu à capital piauiense, mas também ocorreu em municípios do interior do Estado.

A nova Constituição, posta como um símbolo e importante passo em direção à redemocratização do país desde o desenvolvimento dos estudos que precederam a instauração da ANC, despertou na população expectativas consideráveis acerca do regime democrático e, sobretudo, para com a Constituição. As mensagens foram construídas impreterivelmente através da individualidade de cada autor que hierarquizaram as demandas de acordo com os seus *espaços de experiência*, esta configuração desencadeou o envio de sugestões plurais, onde conseguimos identificar características comuns pelas quais formamos as nove categorias, mas, ainda que fossem problemas compartilhados por um grupo, as apresentações dos temas estavam sempre articuladas às perspectivas individuais e subjetivas.

A justificação dos anseios e pedidos narrados foi realizada justamente através da apresentação de si, do indivíduo ou recortes estritos, por isso as demandas apresentadas também foram setorizadas, por exemplo, por meio do trabalho que os missivistas realizavam, não existe uma universalidade nos pedidos, o principal fator de homogeneidade que interliga todas as mensagens, ao menos a maioria delas, residiu na crença que a nova Constituição abria um horizonte de expectativas positivo que resultaria na resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos do país.

As cartas-formulário salvaguardadas no SAIC foram remetidas por piauienses de 39 municípios, por pessoas que apresentaram condições financeiras, formação escolar e idades diversificadas, elementos que influenciaram na variedade de abordagens e temas tratados pelos missivistas, a pluralidade é uma característica própria da participação popular, fenômeno que comporta flexibilidade tanto de modos de intervenção que podem ser realizados quanto a participação de pessoas de diferentes extratos sociais. De acordo com o espaço de experiência de cada um, o *horizonte de expectativas* apresentado em decorrência da construção de uma Constituinte foi retraído ou expandido, alguns missivistas identificaram em suas mensagens elementos de permanência que contaminavam qualquer prognóstico positivo, entre eles, a corrupção. O anseio de que a nova Constituição poderia solucionar os problemas da ordem econômica e política do país aparecem de maneira majoritária nas sugestões, de tal forma que nada poderia ficar de fora do texto Constitucional, pois, embora as garantias constitucionais

não significassem a prática das mesmas, abririam espaço para legitimar a cobrança das mesmas por parte da população sob a máxima de que o respaldo para as exigências estaria na Constituição do país.

Foram sugestões criadas de fato a partir de experiências peculiares, referentes à construção de uma identidade de si e da dotação de significados do mundo que os rodeavam. Foi através da construção de narrativas que estes elementos de apresentação contribuíram para que as estratégias desenvolvidas pelos missivistas para convencerem os interlocutores a atenderem seus pedidos, em que pese nas cartas-formulário não pertinentes, que analisamos no terceiro capítulo. As cartas que foram catalogadas como não pertinentes tiveram em seu conteúdo a realização de pedidos de ordem pessoal ou para determinado grupo de pautas muito específicas, em que pese acerca de aparelhamento dos municípios com serviços públicos, além de denúncias de corrupção contra representantes dos locais onde estes missivistas moravam. Pedidos de ajuda financeira, emprego e até livros fizeram parte das mensagens enviadas pelos missivistas piauienses, a maior parte tinha noção de que suas narrativas não versaram sobre temas que seriam discutidos pelos Constituintes na ANC e por isso justificaram reiteradamente através da apresentação de suas condições materiais, ou seja, a construção de uma identidade de si, os motivos de enviarem os pedidos. A decisão de utilizarem o canal de comunicação instituído pela campanha do *projeto Diga Gente-Projeto Constituição* para solicitarem ajuda material ou denúncias ocorreu porque a dinâmica proposta pelos organizadores fez com que a oportunidade fosse única, as mensagens seriam disponibilizadas para avaliação de deputados federais e senadores membros da Constituinte e de seus assessores, nesse sentido, ao enviarem as cartas-formulário poderiam se comunicar diretamente com pessoas que ocupavam cargos relevantes no país e que possuíam poder econômico e político para atender aos pedidos.

A partir do lançamento da campanha de recolher sugestões no país decorreram várias abordagens, interpretações e desdobramentos. O fato de muitas cartas abordarem temas específicos ou até distintos da natureza da Constituinte não pode ser considerado como a incapacidade dos seus escritores de formular uma sugestão para as discussões nas comissões e subcomissões, mas pode ser lido como a manifestação que os missivistas tinham nas raras oportunidades de se relacionar com representantes políticos. As expectativas sobre a configuração política do país foram múltiplas, mas expressavam que os anseios não se referiam somente ao futuro, mas também ao presente.

Alguns se desculparam pelos pedidos realizados, outros criaram um discurso impositivo ao alegarem que era dever do Estado prover as suas demandas, destarte, foram estratégias variadas, assim como os temas das sugestões. O projeto Diga Gente- Projeto Constituição foi construído de fato a partir dos usos dados pela população que politicamente engajada compartilhou da concepção de que intervir, fiscalizar e influenciar a Constituição era necessário para que as demandas sociais fossem incorporadas ao texto final.

REFERÊNCIAS E FONTES

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In.: MATA, Sérgio; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ABREU, Alzira Alves (Org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ALVES, Mario Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. In. **Organização & Sociedade**, Salvador, 2004, p. 141-154.

ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A nova história política e a questão das fontes históricas. In.: **Revista Cippus**, v.1 n. 2 nov/2012. p. 112-129.

ARAUJO, Cícero. O processo constituinte brasileiro, a transição e o poder constituinte. In.: **Lua Nova**, São Paulo, p. 327-380, 2013.

AVRITZERP, Leonardo. A democratização brasileira e a emergência da inovação ao nível da sociedade. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 569-592.

BAPTISTA, Leonardo. O conceito de Cultura Política? das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. In.: **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est, Espírito Santo**, p. 664-677, 2016.

BARBOSA, Maria Lúcia. Democracia direta e participativa: um diálogo entre a democracia no Brasil e o novo Constitucionalismo Latino Americano. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.185-210.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In.: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-232.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 57-93.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Malheiros, São Paulo, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, nº 23/ 24, p. 7-18, set., 1991/ ago. 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. Lua Nova, São Paulo, 71: 173-228, 2007 * Seminário realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 26.04.2006.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHAVES, Antônio Acelino Ribeiro Chaves. Projeto Constituição. Marcelo Castro. Piriapiri (PI), 20 fev. 1986. **Carta-formulário**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acessado em: 05 de mar. 2020.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: brasiliense, 1991.

DAGNINO, Evelina. (Org.) **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). **O Brasil Republicano: o tempo da Nova República, da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. In.: **Educação UNISINOS**, Porto Alegre. Vol. 11, nº 2, maio/agosto, 2007. p. 103-110

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In.: FERREIRA, Jorge (org). **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário, ditadura militar e redemocratização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Orgs.). In.: **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova velha história: o retorno da História Política. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 265-271,1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In.: MATA, Sérgio; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia (Orgs.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101- 124.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na Memória e na História Piauiense. Teresina: FUNDAPI, 2015.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MACIEL, Jessica de Souza. A campanha das Diretas Já na perspectiva dos jornais impressos em Teresina (1983-1984). In.: **Escritas**, Tocantins, vol. 08, n. ° 02, p. 126-147, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/2454/9397>

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Cláudio Do Carmo. Literatura e política: uma introdução In.: **Soletras**. In.: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística** – PPLIN Faculdade de Formação de Professores da UERJ, n° 36, jul./ dez., 2018, p. 51-63.

GOSS.; Karine Pereira.; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, n° 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

GRANGEIA, Mario Luís. Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990. In.: **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 9. 353-387.

GRECO, Heloisa Amélia. Memória vs. Esquecimento, Instituinte vs. Instituído: a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. In: SILVA, Haike Roselane Kleber (Org.). **A luta pela Anistia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 193-214.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. **Contribuição à Semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo: FAPESP, 2004.

LACERDA, Benilton Torres. **Altar politizado**: O bairro Parque Piauí (Teresina- PI) e a ação da Igreja Católica na organização dos movimentos populares (1968- 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-143.

LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza Martins (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto; PARRA, Jorge David Barrientos-Parra. A democracia participativa na Assembléia Nacional Constituinte e na Constituição de 1988. In.: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 121, pp. 421-454, jul./dez. 2020.

MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO – Brasil, 2008.

MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. Diálogos entre história e literatura: a escrita epistolar como recurso de construção do passado. In.: **Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas**, Minas Gerais, nº 02, p. 01-12, 2012.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. In.: **Temporalidades – Revista de História**, Minas Gerais, v. 9, nº. 3, set. / dez., 2017, p. 259- 269.

MONCLAIRE, Stéphane. A validade do Saic. In.: MONCLAIRE, Stéphane (Org.). **A Constituição desejada: SAIC: as 72. 719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991. p.15-82.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **História e internet: conexões possíveis**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23 - 53, mai./ago. 2014.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. In.: **Revista Confluências culturais**. vol. 1, nº 01 set., p. 85-100, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. v. 27, n. 53, junho de 2007/ São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 2007. p. 11-23.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RAMOS, Alcides Freire (Org.) ; PATRIOTA, Rosangela (Org.) ; PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2008.

REIS, José Roberto Franco reis. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: (Org.) PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê. **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.

RÉMOND, RENÉ. Uma história presente. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, René. As Eleições in: RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003. p. 37- 56.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk Ribeiro. Cartas da roça ao presidente: os camponeses ante Vargas e Perón. In.: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 2007.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-140.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. In.: Revista História Unisinos. Vol. 13, nº 02. Maio/ agosto de 2009. p. 131-139.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Geilson; AGUIAR, Sonia. Breve história do pensamento latino-americano sobre a mídia alternativa, dos anos 1970 ao final do século XXI. In: **Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa**, integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia, São Paulo, p. 01-14, 2017.

SARAIVA, Sônia Maria Alves. Projeto Constituição. Assembleia Nacional Constituinte. Teresina, 29 ago. 1986. **Carta-formulário**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>. Acessado em: 05 de mar. 2020.

SEINO, Eduardo; ALGARVE; Giovana; GOBBO; José Carlos. **Abertura política e redemocratização brasileira**: entre o moderno-conservador e uma "nova sociedade civil". Araraquara: Sem Aspas, v. 2, 2013. p. 31-42.

SOARES, Gláucio A. D. & D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOUSA NETO, Marcelo de. Moradia popular e eleições: o Conjunto Itararé e as disputas eleitorais em Teresina-PI (1978-1996). In.: **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis: v.08, n.19, p.209-235, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180308192016209>

VERSIANI, Maria Helena. **Linguagens da cidadania**: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais) – Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro ,2013.

VIEIRA, Letícia. Reinvenções de si: acervos pessoais e o uso de escritas ordinárias como fontes para produção histórica. In.: **Revista Iberoam**, Campinas (SP), v. 1, n. 1, p. 182-185, jul. /dez. 2015.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In.: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Fontes hemerográficas

"DIREITA, VOLVER" ESTRÉIA NO THEATRO. **Jornal O Dia**, 05 mai. 1987, p. 07.

"QUEM SABE, FAZ HORA". **Jornal O Dia**, 08 ago. 1986, p. 04.

"SEM TERRA" EXIGEM REGORMA AGRÁRIA JÁ. **Jornal O Dia**, 05 mai., 1987.

"SEM TERRA" FAZ PASSEATA E PEDE REFORMA AGRÁRIA JÁ. **Jornal O Dia**, 03 set. 1986 p. 07.

"SEM TERRAS" FAZEM PASSEATA EXIGEM REFORMA AGRÁRIA JÁ. **Jornal O Dia**, 23 mai. 1986 p. 07.

[...] (A LUTA [...],1985). A luta faz a lei, cartilha para debater a constituinte. **Pastoral Operária**. Porto alegre:1985.

[...] (CARTILHA [...], 1985). **Cartilha da Constituinte: Eu sou constituinte**. Comissão Nacional de Pastoral Operária. Duque de Caxias (RJ): 1985.

1º DE MAIO TRABALHADORES FAZEM PROTESTOS E PEDIDOS. **Jornal O Dia**, 01, 02, mai. 1986, p. 01.

A CONSTITUINTE ESQUECIDA. **Jornal O Dia**, 30 set. 1986, p.06

A MÁFIA E A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 15, 16 nov. 1986 p. 04,

AFINAL, O QUE É UMA CONSITTUINTE? **Jornal O Dia**, 24 set. 1986, p. 03.

AGENTE FEDERAL PERSEGUE ESTUDANTE. **Jornal O Dia**, 08,09 jul. 1986. p. 12.

ALAGADOS PEDEM PÃO, JUSTIÇA E TRABALHO. **Jornal O Dia**, 19 abr. 1986, p. 04.

AOS CONSTITUINTES. **Jornal O Dia**, 13 nov. 1986 p.04.

ASSOCIAÇÃO QUER EVITAR EXPULSÃO DE 600 FAMÍLIAS. **Jornal O Dia**, 11 set.1986, p. 02.

ASSISTENTES SOCIAIS ELEGERÃO DIRETORIA DO SINDICATO DIA 9. **Jornal O Dia**, 21 ago. 1986, p. 07.

ASSOCIAÇÃO ANUNCIA O ADIAMENTO DE ELEIÇÃO. **Jornal O Dia**, 19,20 out. 1986.

ASSOCIAÇÃO ELEGE NOVA DIREOTORIA. **Jornal O Dia**, 12 ago. 1986 p. 07.

ASSOCIAÇÃO PROMOVE QUADRILHADA DIA 19. **Jornal O Dia**, 08, 09 jun. p. 07.

ASSOCIAÇÕES DEBATERÃO SOBRE ABASTECIMENTO POPULAR DIA 21. **Jornal O Dia**,18 jan. 1986, p. 02.

ASSOCIAÇÕES DISCUTEM PROBLEMAS DOS BAIROS. **Jornal O Dia**, 26 fev. 1986, p. 07.

ATO PÚBLICO CONTRA DEMISSÃO. **Jornal O Dia**, 05 abr. 1986, p. 01.

. Acesso em: 01 jan. 2020. CANDIDATOS À CONSITTUINTE VÃO DEBATER HOJE À NOITE NA OAB. **Jornal O Dia**, 26 ago. 1986, p. 03.

CANDIDATOS À CONSTITUINTE EM NOVO DEBATE. **Jornal O Dia**, 11 set. 1986 p. 02.

CANDIDATOS DEBATEM A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 02 set. 1986, p. 03.

CENSURA VETA MÚSICAA DE CAETANO. **Jornal O Dia**, 25 abr. 1986, p. 05.

CGT TRABALHA POR "EMENDAS POPULARES. **Jornal O Dia**, 11 jun. 1987, p. 03.

CINCO MIL "SEM TERRA" FAZEM PASSEATA PARA EXIGIR REFORMA AGRÁRIA. **Jornal O Dia**, 11 out. 1986, p. 07.

CLASSE MÉDIA PAGA MENOS IMPOSTO DE RENDA EM 86. **Jornal O Dia**, 03 jan. 1986, p. 08.

CLIDERNOR LANÇA-SE A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 02 abr. 1986 p. 03.

CONGRESSO COMEÇA HOJE. **Jornal O Dia**, 11 out. 1986, p. 07.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER- CNDM. **Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes**. DF- Brasília: 1987.

CONSELHO POPULAR DE BASE VAI TER MAIS DE 10 MIL PESSOAS. **Jornal O Dia**, 08 mai. 1986, p. 10.

CONSTITUIÇÃO OU CATÁLOGO. **Jornal O Dia**, 13 nov. 1986 p. 03.

CONSTITUINTE GANHA NOVA COR COM AVANÇO DOS CONSERVADORES. **Jornal O Dia**, 30 out. 1986, p. 05.

CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO. **Jornal O Dia**, 04 jun. 1986, p. 09.

CONSTITUINTE SERÁ DEBATIDA EM FLORIANO. **Jornal O Dia**, 30 jan.1986, p. 03.

CONSTITUINTE SERÁ DEBATIDA PELA TV. **Jornal O Dia**, 28 out. 1986, p. 05.

CONSTITUINTE, SIM. **Jornal O Dia**, 02 abr. 1986, p.04.

CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 13, 14 abr. 1987, p. 03.

CRIANÇAS LOTAM AUDITÓRIO PARA SEBATER SOBRE A CONSTITUINE. **Jornal O Dia**, 08 abr. 1987, p. 07.

CURSILHO FAZ DEBATES COM CANDIDATOS A CONSTIUINTE. **Jornal O Dia**, 04 set. 1986 p.01.

CUSTO DE VIDA SUBIU 22,47% EM JANEIRO. **Jornal O Dia**, 15 fev., 1986 p. 07.

CUT INSTALA O "PAINEL DA CONSITUINTE". **Jornal O Dia**, 11 fev. 1987, p. 03.

DEBATE. **Jornal O Dia**, 02 out. 1986, p.03.

- DEFICEIENTES QUEREM VEZ NA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 28 ago. 1986 p.03.
- DESAFIO DA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 28 jan.1986. p. 04.
- DIA DA CONSTITUINTE TERÁ ATO PÚBLICO E PASSEATA NO PIAUÍ. **Jornal O Dia**, 07, 08, set. p.03.
- DIRETORES DE ASSOCIAÇÃO TOMAM POSSE. **Jornal O Dia**, 11, 12 mai. 1986, p. 02.
- DIRETORES DE ASSOCIAÇÃO TOMAM POSSE. **Jornal O Dia**, 11, 12, mai. 1986, p. 02.
- DONAS-DE- CASA TERESINENSES JÁ REALAXARAM NA FISCALIZAÇÃO. **Jornal O Dia**, 01, 02, mai. 1986, p. 07.
- DOPS PRENDE DIRETOR DA CUT EM TERESINA. **Jornal O Dia**, 04 jul. 1987, p. 07.
- ELEITORES NÃO FORAM ESCLARECIDOS SOBRE O VOTO PARA CONSITUINTE. **Jornal O Dia**, 22 nov. 1986, p. 02.
- ENCERRADA A "SEMANA DA CONSTITUINTE". **Jornal O Dia**, 08 out. 1986 p. 07.
- ENCONTRO DE MULHER DEBATE PLANEJAMENTO. **Jornal O Dia**, 07, 08, set. P.07.
- ENCONTRO DE PROFESSORES. **Jornal O Dia**, 02 out. 1986, p. 07.
- ESCOLAS CANTAM O CRUZADO, CONSTITUINTE E CARLOS SAID. **Jornal O Dia**, 30 mar. 1987, p. 07.
- ESTUDANTE DE COMUNICAÇÃO FAZ PROTESTO. **Jornal O Dia**, 13 nov. 1986 p. 02.
- ESTUDANTES PIAUIENSES VÃO A ENCONTRO EM BRASÍLIA. **Jornal O Dia**, 03 dez 1986 p. 02.
- FEDERAÇÃO FAZ DEFESA DE MORADORES. **Jornal O Dia**, 24 mar. 1987, p. 07.
- FUNCIÓNÁRIOS DA ECT DO PIAUÍ DECIDEM DOMINGO SE VÃO PARAR. **Jornal O Dia**, 19 nov. 1986, P. 07.
- GREVE PREJUDICARÁ ELEIÇÃO. **Jornal O Dia**, 30 out. 1986, p. 01.
- I ENCONTRO PIAUIENSE DE PANIFICADORES. **Jornal O Dia**, 29 nov. 1986 p. 05.
- JE VOUS SALUE, MARIE. **Jornal O Dia**, 18 fev. 1986, p. 04.
- MAÇONS PROMOVEM HOJE À NOITE PAINEL SOBRE A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 20 ago. 1986, p. 03.
- MENINO DE RUA DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 13 ago. 1986 p. 01.
- MENINOS DE RUA DEBATEM CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 13 ago. 1986, p. 09.
- MENINOS FARÃO ENCONTRO PAR DENUNCIAR OS SEUS PROBLEMAS. **Jornal O Dia**, 18,19 mai. 1987, p.07.

MILITARES ACHAM QUE CONSTITUINTE SERÁ CONSERVADORES. **Jornal O Dia**, 22 out. 1986, p. 05.

MILITARES SATISFEITOS COM A ATUAÇÃO DA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 17,18 mai. 1987, p. 05.

MORADORES DE VILA DEBATEM SEUS PROBLEMAS. **Jornal O Dia**, 04 set. 1986, p. 02.

MORADORES DO BELA VISTA II ELEGEM SUA NOVA DIRETORIA. **Jornal O Dia**, 01 out. 1986. p,03.

MORADORES DO POTI ENTREGAM PEDIDOS A WALL. **Jornal O Dia**, 01, 02, mai. 1986, p. 02.

MORADORES ELEGEM AS SUAS PRIORIDADES E FAZEM REIVINDICAÇÕES. **Jornal O Dia**, 02 set. 1986 p. 07.

MORADORES PEDEM A CONSTRUÇÃO DE "BALÃO" NO PARQUE. **Jornal O Dia**, 07 ago. 1986, p. 07.

MOTORISTAS DE ÔNIBU AMEAÇAM FAZER GREVE. **Jornal O Dia**, jun. 1986. p. 07.

MOVIMENTO DE CURSILHOS FAZ NOVO DEBATE NESTA TERÇA. **Jornal O Dia**, 31 ago. 1986. p. 03.

MOVIMENTO POPULAR QUER TER VEZ NA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 20 fev. 1987, p. 03

MOVIMENTO SEM TERRA LANÇA LIVRO SOBRE MORTES. **Jornal O Dia**, 30 abr. 1986, p. 02.

MULHERES DEBATEM SOBRE PLANEJAMENTO FAMILIAR EM REUNIÃO. **Jornal O Dia**, 07,08 set. p. 01.

MULHERES LOTAM CENTRO DE CONVENÇÕES. **Jornal O Dia**, 19 mar. 1987, p. 01.

MULHERES QUE TRABALHAM NA INDÚSTRIA FAZEM ENCONTRO. **Jornal O Dia**, 09 out. 1986 p. 02.

MULHERES RURAIS REALIZAM ENCONTRO EM DUAS CIDADES (VER). **Jornal O Dia**, 26 set. 1986, p. 07.

MULHERES TÊM CARTA PARA A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 12 mar. 1987, p. 03.

NEWTON CRUZ NA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 07,08 set. p. 03.

O GOVERNO SARNEY, FINALMENTE. **Jornal O dia**, 07 fev. 1986, p. 07.

O QUE É DEMOCRACIA? **Jornal O Dia**, 19 fev. 1986, p. 04.

O QUE OS CANDIDATOS PROPÕE PARA A CONSTITUIÇÃO. **Jornal Alternativa**, 04,05 e 06 nov. 1986, p.03.

OS CONSTITUINTES PIAUIENSES NÃO SÃO CONFIÁVEIS. A MAIORIA É CORRUPTA. **Jornal Alternativa**, fev. 1987, p. 01.

PARA SALVAR A CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 13 set. 1986 p. 04.

PARTICIPAÇÃO POPULAR. **Jornal O Dia**, 09 mai. 1987, p. 04.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO; Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 3. ed. São Paulo: Método, 2008.

PCB DEFENDE PARTICIPAÇÃO POPULAR. **Jornal O Dia**, 01 nov. 1986 p, 03.

PIAUI DEBATERÁ "SAÚDE NA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 28 jan. 1986, p.02.

PIAUIENSES SE ESFORÇAM PARA VER E APLAUDIR O PRESIDENTE. **Jornal O Dia**, 10, 11 ago. 1986 p. 03.

PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PLEBISCITO DEVE REFERENDAR CONSTITUIÇÃO. **Jornal Alternativa**, fev. 1987, p. 07.

POSSEIROS EXSIGEM TERRA E DENUNCIAM VIOLÊNCIA. **Jornal O Dia**, 23 mai. 1986, p. 01.

POVO APÓIA AS EMENDAS POPULARES. **Jornal O Dia**, 19 jun. 1987, p. 07.

POVO FAZ PASSEATA PELA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 07, 08 ago. 1986, p. 01.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. In: *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 21, nº 34, jul 2005.

PROFESSOR PROMOVERÁ DIA DE LUTA. **Jornal O Dia**, 11 out. 1986, p. 02.

PROFESSORES PROTESTAM CONTRA SALÁRIOS BAIXOS. **Jornal O Dia**, 15 out. 1986, p.01.

REFORMA AGRÁRIA É TEMA DE DEBATE TERÇA-FEIRA, NA FUFPI. **Jornal O Dia**, 19, 20 1986, p. 07.

SARNEY ELOGIA O DIA NOS SEUS 35 ANOS. **Jornal O Dia**, 05 fev. 1986, p. 01.

SARNEY RECEBE CARTA-PROTESTO. **Jornal O Dia**, 12 ago. 1986 p. 03.

SECRETARIAS ESCOLHEM SUA NOVA DIRETORIA. **Jornal O Dia**, 24, out. 1986, p. 07.

SECRETÁRIOS QUEREM VEZ PARA A EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 17 jan. 1986 p. 03.

SENADO FEDERAL PREPARA-SE PARA A NOVA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. **Jornal O Dia**, 05, 06, out. 1986, p. 03.

SERVIDOR FAZ GREVE DE FOME EM FRENTE A ECT. **Jornal O Dia**, 24 out. 1986 p. 07

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO CRIAM A SUA ASSOCIAÇÃO. **Jornal O Dia**, 28 out. 1986, p. 02.

SINDICATO ACUSA EMPRESA DE NÃO CUMPRIR ACORDO. **Jornal O Dia**, 05 ago., 1986, p. 07.

TOMA POSSE A NOVA DIRETORIA DE SINDICATO. **Jornal O Dia**, 21 ago. 1986 p. 07.

TRABALHADOR CONDENA O PACOTE ECONÔMICO NO CONGRESSO DA CUT. **Jornal O Dia**, 15,16 jun. 1986 p. 07.

TRABALHADORES ELEGEM HOJE A DIRETORIA DA CUT. **Jornal O Dia**, 15,16 jan. 1986, p.01.

TRABALHADORES VÃO PEDIR MAIS EMPREGOS NA FESTA DO DIA 1º. **Jornal O Dia**, 01, 02, mai. 1986, p. 07.

ULYSSES FAZ COMÍCIO HOJE NA VERMELHA. **Jornal O Dia** 24 out. 1986, p. 03.

UNIVERSITÁRIOS VOTAM HOJE PARA DIREÇÃO DA UNE. **Jornal O Dia**, 04 jun. 1986, p. 02.

VIGILANTE GANHA ELEIÇÃO COM 66 VOTOS DE MAIORIA. **Jornal O Dia**, 02 dez. 1986, p. 07.

Documentos oficiais

BRASIL. Câmara dos deputados. Diário da Constituinte. 1987-1988. Acesso em 3 de jan. 2020. Link: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/diario-da-constituente>

BRASIL. Câmara dos deputados. Diário da Constituinte. 1987-1988. Acesso em 3 de jan. 2020. Link: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/diario-da-constituente>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sugestão dos Cidadãos. Portal da constituição cidadã. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao_cidada/o-processo-constituente/sugestao-dos-cidadaos. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Mensagem nº 330/85 ao Congresso Nacional. Presidente da República José Sarney, em 28 jun. 1985. Brasil, Congresso Nacional, 1985.

BRASIL. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988: Ulysses Silveira Guimarães. Discurso proferido no lançamento da Constituição de 1988. Brasil, 9 out, 1988. 3

f. Disponível em. Acesso em: 3 jan. 2020. Link: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>

BRASIL. Senado Federal. Atividade legislativa. Base históricas. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/baseshist/bh.asp#/>

Filmografia

Céu aberto. Direção e Roteiro: João Batista de Andrade. Produção Executiva: Assunção Hernandes. Fotografia: Chixo Botelho. Edição: Walter Rogério. Som: Geraldo Ribeiro, Walter Rogério, Tide Guimarães e Marien De Vem. Direção Produção: Armando Lacerda. Montagem: Walter Rogério e Danilo Tadeu. Brasil: RAIZ, 1985. DVD (78 min), NTSC, son., color.